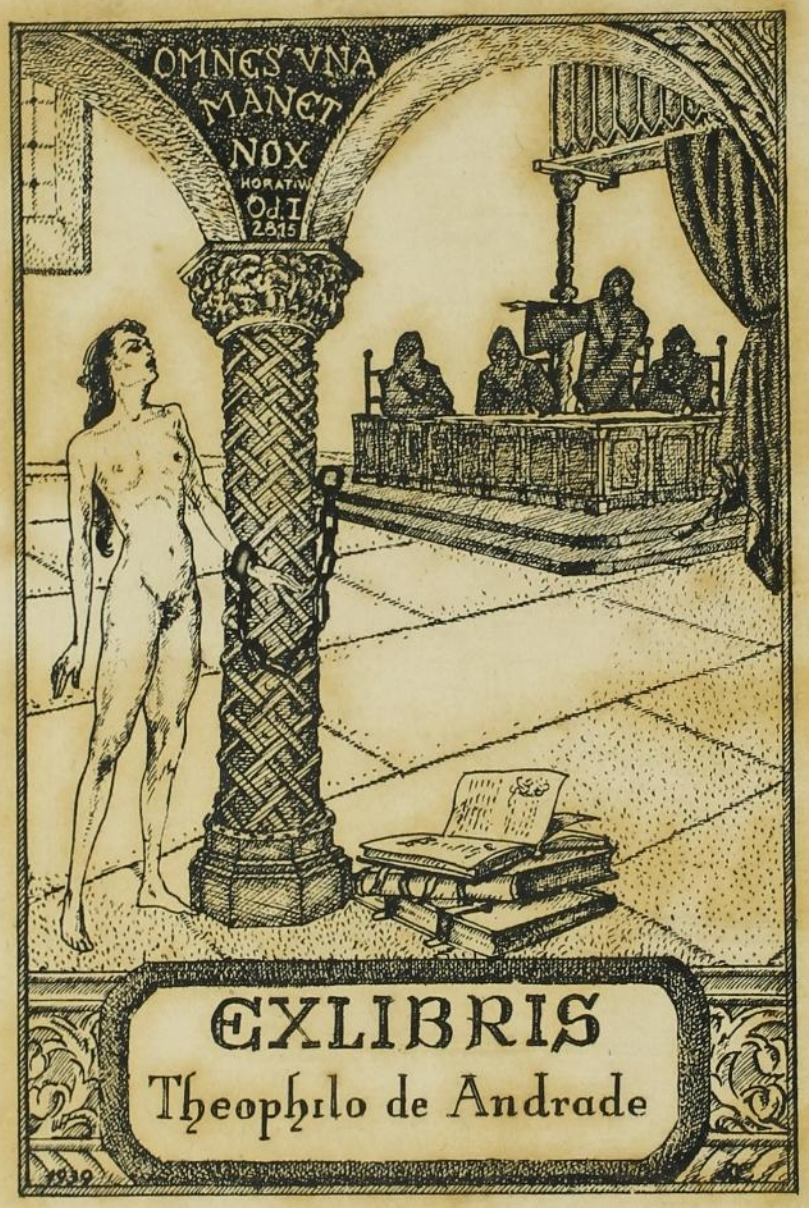
OMNES VNA
MANET
NOX
HORAT. VV.
Od. I
28.15
EXLIBRIS
Theophilo de Andrade
1939

Ie ne fay rien
sans
Gayeté
(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin

PROBLEMAS URGENTES

OLIGARCHIAS, SECCAS DO NORTE E CLERICALISMO

DISCURSOS

PRONUNCIADOS PELO

Senador Coelho Lisbôa

1908

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1909

8112

Ao Pinto da Rocha

Rio 17-8-09

Coelho Lisb

PROBLEMAS URGENTES

Estes discursos, que damos á publicidade como depoimentos historicos, foram colleccionados quaes foram tomados pela tachigraphia, de fórma a ser aproveitada a composição do *Diario Official* sem prejudicar a urgente publicação dos *Annaes do Senado* ; sem tempo sufficiente para revisão vão elles sacrificados na forma e eivados de erros que entregamos á benevolencia do illustrado leitor.

Janeiro de 1909.

C. L.

Ao Pinto - da Rocha

Rio 17 - 8 - 09

Coelho Lisb

PROBLEMAS URGENTES

Sessão de 15 de setembro de 1908 (a)

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, é das praxes do Senado não discutir os projectos em 1ª discussão, porquanto n'esta se trata simplesmente da sua constitucionalidade. Elles são approvados sempre nesta discussão, de fórma que o acto dessa approvação é já tido entre nós por um cumprimento ao seu autor. O projecto (b) em discussão, porém, ao ser apresentado despertou duvidas, e então se disse que taes duvidas seriam submettidas ao Senado, passado o triduo necessario para o seu apoiamento. Substituida a presidencia do Senado, o projecto foi apoiado, e eu me convenci de que esse acto da consciencia do Senado, se originara de que o projecto apresentado é perfeitamente constitucional.

Quando fallava, ha pouco, o honrado Senador pelo Ceará, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Francisco Sá, eu lhe dei um aparte a respeito do phenomeno que notara aquelle orador no Senado da Republica, quando dissera que este se enfraquecia por demais; quando diagnosticara o mal, geralmente conhecido, de que o Senado brazileiro se vae contaminando, esquecendo o alto papel que lhe está reservado na politica da Republica, dia a dia, delegando seus poderes, e, consequentemente, esquecendo seus deveres na fiscalização e orientação da alta gestão dos negocios publicos.

O meu aparte, Sr. Presidente, provocou da parte de alguns dignos collegas uma pergunta que me foi transmittida na confidencia da bancada:—quizera saber um dos nossos honrados collegas quaes os Senados a que eu alludia e, portanto, quaes as Republicas que tiveram fim em consequencia do enfraquecimento dos alludidos Senados.

(a) Sirva de prologo este discurso.

(b) Projecto — Erico Coelho — auctorizando a intervenção do Governo Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, entendendo de meu dever vir á tribuna justificar o meu aparte, applicando-o perfeitamente á questão mais importante que tem attrahido a attenção do Senado da Republica, na presente legislatura, a defesa da Constituição de 24 de Fevereiro, primeiro papel dessa Casa, cujos membros recebem das mãos de V. Ex. o livro do compromisso para prometterem, como promettem, sob palavra de honra, que hão de defender a Constituição da Republica ; depois de ter visto, durante dias e dias, discutida em meandros de jurisprudencia a distincção do desrespeito ás constituições dos Estados ou á Constituição da Republica, não posso deixar de, cumprindo o meu dever nesta alta Camara, vir dizer ao Senado que o projecto em questão é digno de sua consideração, porque trata justamente da questão primordial para a vida de uma nacionalidade, qual a da intangibilidade da Constituição que a rege.

Emquanto se malbarata a defesa da Constituição da Republica na alta Casa do Congresso, como se fez no parecer ultimamente votado a respeito do Estado do Rio, em que a atmosphera do Senado se mostrou perfeitamente contraria á legalidade, á constitucionalidade do governo daquelle Estado e o voto do Senado entregou o destino daquelle grande povo ás eventualidades do seu proprio governo, ás forças do proprio Estado, arguidas de inconstitucionaes, levantando um dilemma em sua discussão—intervenção ou revolução—, e resolvendo pela revolução, porquanto, reconhecida a inconstitucionalidade do governo, não dava o Senado uma medida plausivel para guiar aquelle povo através os erros que tem commettido o seu governo ; para garantir-lhe a ordem e a constitucionalidade do governo estadual ! O mal a que allude o honrado Senador pelo Ceará se vae desenvolvendo !

Mas, esquece-se o primeiro dever de uma Republica, que é zelar pelos seus alicerces legaes ? ! Esquece-se o primeiro dever de um Senado, que jura velar pela Constituição da Republica e não se vê que nesse *laisser faire*, *laisser passer*, vae se caminhando para uma degenerescencia que é o principio do mal, cujos symptomas hão de prognosticar o fim da Republica ? !

Disse eu em aparte ao honrado representante do Ceará : a fraqueza dos Senados é sempre na historia o symptoma que prognostica o fim das Republicas. Foi este o meu aparte.

Foi no anno 23. A Republica romana tão florescente outrora declinava com os Cesares para a oligarchia. O Senado romano pouco a pouco se deixára empolgar pelo espirito de Cesar Octavio. A Republica tinha dilatado os limites de Roma. O progresso material advinha de todos os cantos do universo. Ao progresso material de Roma correspondiam as posições commodas, que por todos os meios se procurava conquistar e sustentar, como se vê hoje na Republica Brazileira.

Chegava á Roma a embaixada da Parthia. Os embaixadores parthas, subditos de um reino, não conhecendo bem as leis romanas, dirigiram-se a Augusto. Augusto os encaminhou ao Senado, ao qual competiam os negocios internacionaes. O Senado romano, que na ultima reforma constitucional se sentia enfraquecido, não se achou com forças para resolver o problema internacional urgente, remetteu de novo os embaixadores parthas a Augusto, desistindo do seu alto papel de supremo gestor dos negocios do exterior.

Foi esse acto, que aliás deu a Augusto a occasião de resolver com felicidade o problema internacional com a Parthia, que demonstrou a ultima decadencia do Senado romano, deu força a Cesar Augusto para fundar o — imperio. D'ahi, o Imperio Romano surgindo da oligarchia de Octavio, que de sua filha, «que dos bellos braços de Julia fizera deliciosas cadeias para Tiberio!» Depois todos os crimes que acompanharam a marcha faustosa do Imperio de Augusto! Depois a corrupção de Roma a transbordar para o universo! Depois o proprio Augusto ferido no coração de pae, em consequencia da lei contra o adulterio, que elle promulgara para regenerar os costumes, que elle mesmo corrompera, elle, Cesar Augusto, obrigado, por intimações do povo romano, a processar sua propria filha como adultera! E' castigo do vicio o proprio vicio! E o confiscador das liberdades romanas morre no desespero em que todos os historiadores o reconhecem.

Sim, Sr. Presidente, era esta a primeira phase da decadencia do Senado, que dava em consequencia a morte da Republica e as desgraças de Roma. Isso foi na primeira phase da civilização, a civilização dos grandes rios.

Seculos depois... estava a humanidade na civilização mari-

tima. Veneza e Genova disputavam o dominio dos mares;esta reclinada sobre o Tyrrheneo,no golpho da Liguria recebia as vassallagens do mundo commercial em cravos da India, em artefactos do Japão, emquanto aquella, debruçada sobre o Adriatico no golpho que lhe tomou depois o nome, presidia o grande emporio commercial do Mediterraneo, em francas rivalidades ambas! entre ellas, porém, levantava-se o dorso bellissimo dos Apeninos.

O Senado de Veneza declinava ! A Republica dilatara os limites do estado, o progresso material se antepunha ao progresso moral, as posições commodas provocavam os meios indirectos para conseguil-as, e os homens que não viam a politica como ella deve ser encarada, na phrase de Von Jhering, que não procuravam no futuro o bem da patria, mas no presente as collocações nos logares commodos, desorientados, esqueciam-se de praticar a justiça de accôrdo com as exigencias do tempo.

Marino Fagliero era ferido nos melindres mais nobres do seu lar, insultado na pessoa de sua esposa fida. A casa dos *Quarenta* negou-lhe justiça ! Uma conspiração se levanta contra os nobres e Marino Fagliero é processado pelo senado, accusado, condemnado injustamente é executado na escada onde os doges eram coroados, donde seguiam a se consorciarem com o mar, lançando o annel ás ondas ! O seu retrato é arrancado da galeria dos doges de Veneza ! Mas !... a republica decahe ! a republica de Veneza se vae anniquillando até desapparecer do mappa das nações !

Shakespeare descreve no seu Othello a decadencia do Senado de Veneza, na occasião em que Iago procura Brabancio para dar-lhe a denuncia da desgraça de sua filha, que se achava, segundo a sua intriga, nos braços do Mouro ! a essas phrases cruelmente asperas, responde Brabancio :

« Thou art a villain ! »

Iago com o seu enorme talento de perverso busca um termo bastante baixo para sacudir á face do seu insultador e lembrando-se de que este pertence ao — *Grande Conselho* — exclama :

« You are... a senator ! ! ! »

Tu és vil ! diz Brabancio ; Iago lhe responde : sois... um senador !

A quanto tinha descido o Senado de Veneza ! ! !

Sr. Presidente, foi na civilização do oceano. E' na terceira phase da civilização do mundo. A bussola tinha já orientado a navegação, as descobertas do Novo Mundo concorriam para o engrandecimento e prosperidade da velha Europa ! Após a revolução franceza, os direitos do homem... a republica em França, dilatam-se os limites da patria franceza, apparece o heróe do cerco de Toulon ! Bonaparte, o *semi-deus das batalhas*, desbrava o mundo bellicoso da Europa ! de victoria em victoria colhe glorias para a sua França.

Estava no seu auge a Republica Franceza. O Senado ia a pouco e pouco se abatendo naquelle mundo saturado de ideias de conquistas, quando o general Bonaparte, voltando do Egypto, faz alto com os seus granadeiros deante do Senado Francez... O Padre Sieyés approxima-se do general, que irresoluto tergiversa, segreda-lhe ao ouvido, ordena-lhe que entre... e de botas e esporas, entra Bonaparte no Senado, naquella casa já presidida por Luciano Bonaparte ! Era o 18 Brumario !

Era a quéda, era a dissolução do Senado Francez, a dissolução do Directorio, a quéda da Republica Franceza ! o esphacelamento da França !

Depois, Sr. Presidente, o imperio ! Depois a corôa de imperador a atrophiar o craneo desse grande general ! depois a derrota do exercito francez, Watterloo !... o caminho do exilio ! a morte do imperador numa ilha isolada na costa d'Africa, em pleno oceano, cujo dominio tanto ambicionara.

Era esse Napoleão, Sr. Presidente, que fizera um senado á sua imagem e semelhança ; que, para compol-o, fôra buscar aos serviços dos hoteis creados e ás estrebarias moços de cavallariças ; fôra esse Napoleão, que fizera desses moços de cavallariça e desses creados de servir fidalgos e reis, que, quando vencido, voltava á França para assistir esse mesmo Senado, o seu senado, o senado que elle formara, acclamar Luiz XVIII rei de França, e na casa do seu melhor amigo, o principe de Taillerand, ver hospedar-se o Czar das Russias, que lhe lembra o incendio de Moscou.

Era ainda, Sr. Presidente, a consequencia do declinio do Senado.

O meu aparte, porém, que ora explico com toda a consciencia da posição que occupo nesta Casa, apenas serviu para lembrar que

o Senado da Republica se deve compenetrar de seus deveres e poderes ! para lembrar que esse Senado tem vultos capazes de competir com os Senadores das grandes republicas da historia, que tem um Joaquim Murtinho, o reformador das nossas finanças, o garantidor dos progressos do paiz; que tem Pinheiro Machado, gaúcho valente, que vem daquelles republicanos historicos que se bateram quando não havia esperanças de posições, que se conservou nos campos do Sul, durante a revolução, fazendo dizer ao Marechal de Ferro : é um general civil que, em vez de vir para a sua commoda *fauteuil* do Senado, fica no campo de batalha, até que a patria possa descançar sobre o seu futuro ! esse Senado que tem na sua cadeira da presidencia a V. Ex., cujo cerebro inebriou o mundo intellectual selecto da conferencia de Haya, dirigindo-o para uma diplomacia larga e generosa em que venha a pezar mais do que tudo a igualdade de representação no Tribunal Internacional de Arbitramento, verdadeira base da paz universal ! este Senado não baixará, saberá sempre cumprir dignamente o seu dever.(*Muito bem, muito bem, o orador é felicitado por muitos Srs. Senadores.*)

OLIGARCHIA NEIVA-MACHADO

Sessão de 7 de maio de 1908

O Sr. Coelho Lisboa (*movimento geral de attenção*) — Sr. Presidente, seria de admirar que, no Senado da Republica, eu *potentissimum surrexerim*, *qui neque ætate*, *neque ingenio*, *neque auctoritate cum his*, *qui sedeant*, *comparandus*, para dar o primeiro golpe nas *oligarchias* que desmoralizam o regimen republicano no Brazil.

Será possivel que *propter iniquitatem temporum non audeant ? minime !*

Quid ergo ? audacissimus ego ex omnibus ? minime ! De nenhuma sorte !

Não, Sr. Presidente. Nem audaz enfrento eu — o primeiro — o problema mais difficil da época; nem neste augusto Senado da Republica haverá um só Senador que não ouse enfrentar com coragem esse urgente problema.

Não, Sr. Presidente, está na alma de todos os Senadores da Republica, porque está na alma do povo e desta já transborda para a representação nacional, o odio ás oligarchias.

Não sou eu, desconhecendo a pequenhez da minha posição intellectual, perante a grande autoridade do Senado, o primeiro que se ergue contra esta calamidade politica, que anniquilla o espirito republicano.

Soldado batalhador do partido republicano da propaganda, eu apenas accorro á orientação do chefe da politica geral, pois, ainda guardo no coração as suas palavras da bancada do Rio Grande do Sul aos quatro ventos lançadas contra as oligarchias que nos opprimem.

O general Pinheiro Machado, com a sua grande autoridade de chefe, tem as honras de haver desferido o primeiro dardo contra esse nefasto regimen.

Republicano dos mais obscuros, porém, dos mais firmes com certeza nos movimentos sociaes e politicos de minha patria, não poderia, em momento algum de minha vida politica, admittir que no meu Estado natal, sem o meu protesto, se formasse uma oligarchia.

Protestei contra esse crime em tempo e logar opportuno.

Sr. Presidente, si não sou, é verdade, o primeiro Senador da Republica a erguer a sua palavra contra as oligarchias que enfestam o paiz, fui o primeiro politico que lançou o seu protesto, em 1890, contra a primeira oligarchia que se fundou no Brazil : a *Oligarchia dos Neivas* na Parahyba do Norte.

Não me seria permettido, presentemente, com as responsabilidades que pesam sobre mim na organização da politica do meu Estado, admittir que alli se levantasse outra oligarchia, quando

a palavra autorizada do chefe da politica geral do paiz já as havia condemnado, quando a orientação politica do povo brazileiro já as havia estygmatizado.

Sou obrigado, Sr. Presidente, a desviar-me um pouco do assumpto de que me dispuz tratar immediatamente d'esta tribuna, e o faço com o proposito, de a não deixar, sem ferir de frente a questão que levantei hontem, sou obrigado a desviar-me um pouco, em consideração á maneira por que a imprensa da Capital da Republica, não conhecedora, por minha causa, dos intuitos que me levaram a este precedimento, tem tratado da minha posição na politica do meu Estado.

Vejo-me na contingencia de interromper o silencio que guardei durante dezesete annos sobre a minha posição na organização politica do meu Estado, para esclarecer os deveres, em obediencia aos quaes me manterei firme na opposição que sou obrigado a fazer, de hoje por deante, á S. Ex., o chefe do partido situacionista.

Sr. Presidente, *nondum natus erat* em politica o homem que hoje dirige o partido situacionista do Estado da Parahyba do Norte, quando o orador, soldado da propaganda, dos mais firmes, recebia a sancção das responsabilidades politicas na organização do seu Estado e recebia aquellas responsabilidades de quem dellas o podia investir.

Nondum natus erat, não tinha existencia politica naquelle tempo o homem que hoje faz espalhar no jornalismo do Rio de Janeiro que Coelho Lisboa é ingrato, que Coelho Lisboa lhe deve posições, motivo principal, Sr. Presidente, da magua que transborda das minhas palavras, porquanto é amargo e doloroso, é deprimente o stygma de ingrato!

Ingrato, Sr. Presidente, pode ser outro ...! aquelle que a sociedade inteira de um Estado aponta com factos que demonstram sua vil ingratidão!

Coelho Lisboa não! nem na Capital da Republica, onde tem sua fé de officio registrada na praça publica e no campo de batalha, nem no seu Estado, onde ergue a viseira desassombradamente, com toda a convicção de que o não podem ferir com o epitheto de ingrato.

Sr. Presidente, V. Ex. o sabe, fazia parte do Governo Provisorio da Republica, quando se deu a nomeação do primeiro governador para o Estado da Parahyba do Norte.

Eu o disse já desta tribuna e sou obrigado a repetil-o. Ao encontrar-me, pela primeira vez, em o dia 18 de novembro, de volta do Espirito Santo, onde me achava em propaganda republicana, com o Ministro do Interior do Governo Provisorio, que me havia chamado por telegramma, disse-me Aristides Lobo: «Nomeei seu amigo, Dr. Albino Meira, governador da Parahyba, conforme as nossas constantes conversas. Elle está em Pernambuco como sabe; telegraphe-lhe dizendo que siga immediatamente para a Parahyba a assumir o governo».

Sim, Sr. Presidente, mais de uma vez, em nossos devaneios revolucionarios, que se tornaram uma realidade, para bem deste povo, com o advento da Republica, mais de uma vez Aristides Lobo me dissera: «Proclamada a Republica, tu seguirás immediatamente para a Parahyba afim de organizares a politica.»

E eu lhe respondera: «Não, antes de mim está no Recife

o meu illustrado mestre de direito, republicano como eu, Dr. Albino Meira; elle é candidato hoje a uma cadeira no parlamento, representando a edeia republicana. Sobre elle deve recahir a nomeação de Presidente».

Telegraphei, Sr. Presidente, ao Dr. Albino Meira; dias se passaram sem que o meu telegramma tivesse resposta. O Dr. Albino Meira tinha pessoa cara de sua familia em perigo de vida, não podia dar uma resposta definitiva ao meu telegramma, com a esperança... de poder seguir a cada momento para a Parahyba.

Levantou-se então a candidatura, que se póde dizer militar, naquelle regimem de militarismo, de um irmão do tenente coronel João Neiva, e o Dr. Gama e Mello avisou-me no *Royal Hotel*, com phrases entrecortadas de apprehensões, de que essa nomeação seria uma calamidade para a Parahyba, porquanto o seu governo iria ser organizado por um juiz de direito da roça, de mentalidade estreita.

Entendi-me com Aristides Lobo a respeito, e elle me tranquilizou dizendo que, sobre esse boato, nada lhe tinha chegado aos ouvidos.

Dous dias depois, repetiu-me o Dr. Gama e Mello no mesmo hotel: «Meu amigo, a causa da politica da Parahyba corre serio perigo, não se descuide! A candidatura do Venancio caminha.»

Voltando a conferenciar com o Ministro do Interior, me disse aquelle grande parahybano: «Estalou o raio! o general Deodoro annunciou-me hontem essa pretenção do general Barreto; *eu sahirei do Governo, mas não nomearei governador do meu Estado quem me não mereça toda confiança.*»

V. Ex. sabe, Sr. Presidente, qual era o caracter que ornamentava esse grande factor do advento da Republica no Brazil. Elle disse: «Eu sahirei do Governo.» Demonstrou mais tarde em uma questão muito inferior que não se submetteria a imposições, que o seu caracter puramente republicano só se batia pela Republica, seu ideal! demittiu-se; mas não transigiu! demittiu-se pela nomeação de membros da Junta de Hygiene, contrariada pelo generalissimo Chefe do Governo Provisorio.

Vendo, Sr. Presidente, o perigo que ameaçava o Governo Provisorio com a sahida da personalidade politica que era Aristides Lobo, eu lhe disse: «Vou conferenciar a respeito com o tenente coronel João Neiva.»

E entramos em negociações.

Não quero fatigar o Senado, mas como prova do que adduzo, porque desses acontecimentos não se lavram escripturas, vou ler aos meus collegas um cartão do... (*lendo*) «tenente coronel João Neiva, *commandante do corpo de bombeiros*», entendendo-se commigo a respeito da nomeação de seu irmão:

> «Amigo Dr. Lisboa — Acredito que o Caldas suppõe apocrypho o primeiro telegramma ordenando que mande chamar o Venancio para assumir o governo. Novo telegramma o fará sabedor do que está resolvido e elle cumprirá as ordens. São partidarios que estão insuflando o animo do Caldas; si elle insistir, será substituido no commando do corpo. Passe-lhe outro telegramma positivo, que será obedecido. Em 25 de novembro de 1889.»

Sabe-se perfeitamente que, tratando-se da organização politica do meu Estado, o tenente coronel Neiva referia-se neste cartão a um telegramma do Ministro do Interior; e, dada a confiança politica entre nós, esse telegramma seria dirigido pela minha pessoa, que o ministro tinha como factor principal da organização politica do Estado.

Mas, Sr. Presidente, ha ainda uma carta do tenente coronel João Neiva que se refere a essas negociações e eu a leio ao Senado:

«Rio, 13 de fevereiro de 1890.

Amigo Dr. Lisboa — Muito contristado estou com a retirada do nosso amigo Dr. Aristides Lobo da pasta do Interior. Motivos de escrupulo e melindres administrativos determinaram sua retirada. Versou a questão sobre demissões de medicos da junta de hygiene, que aliás tinham contra si informações do chefe Dr. Benjamim da Rocha Faria.

O marechal discordou do acto e o Aristides resignou a pasta. Nomeado o Dr. Cesario Alvim para substituil-o, já tomou conta do cargo.

Pelos jornaes deste Estado vejo que o Venancio está governando sem tutoria dos antigos partidos, escolhe os funccionarios segundo a confiança que lhe inspiram. Tinha, pois, toda a razão quando aqui lhe dizia que não temesse a intervenção exclusiva deste ou daquelle chefe politico.

Disponha do patricio e amigo attento.—*João Neiva.*»

Vê, portanto, o Senado que Coelho Lisboa não é uma feitura de Alvaro Machado; Coelho Lisboa presidia á nomeação do primeiro governador da Parahyba do Norte quando Alvaro Machado *nondum natus erat* na politica.

Aristides Lobo me impuzera como condição para a nomeação do Dr. Venancio Neiva a acceitação por minha parte da nomeação de chefe de policia da Parahyba, para se tornar effectiva a minha collaboração na organização do Estado.

Obtendo, Sr. Presidente, por esta fórma, a conciliação de que fallo, segui para aquelle Estado no papel de chefe de policia.

Peço licença ao Senado para ler uma carta de Aristides Lobo, Ministro do Interior, que geria, portanto, a pasta politica do Governo Provisorio, em que elle me reconhece responsabilidades politicas no meu Estado.

«Gabinete do Ministro do Interior — Rio, 9 de janeiro de 1890.

Lisboa — Recebi hoje duas cartas tuas; uma recommendando-me um nosso patricio, cujo nome me escapa, mas a quem dei carta de recommendação para o governador do Rio de Janeiro. A outra carta é puramente politica.

Acho que vaes bem no plano que segues e que deves perseverar nelle.

Approximando-me mais da vida concreta da politica, me parece que conviria que eu fosse por ti prevenido do provimento de todos os cargos de nomeação geral e da

conveniencia de seus provimentos tambem no que toca a nomes, afim de poder intervir.

Isto está nas cordas da tua vigilancia, ou antes, de tua previsão.

Não tenho confiança alguma no terreno de alluvião que se formou em torno da Republica, mas convém habilmente utilizal-o até onde seja possivel.

A nossa pobre provincia, que andou em publico leilão, deve, mais do que todas, encontrar-se em uma situação difficil.

Tenho um symptoma da immunidade do Anizio no facto de jamais elle me ter procurado. Confia em alguma cousa para assim fazer. Por outro lado os elementos liberaes serão melhores? Preciso, meu caro amigo, estudar a carta de *nomes* e creio que devo recebel-a de tua mão. Vê lá como te atas, a tua responsabilidade é grande.

Não te preoccupes com a minha candidatura; não a quero, podes crer. »

Eis a alma grande de Aristides Lobo ; elle não antevia posições para si, só divisava a Republica,

« A minha questão, porém, é a da Republica e dos republicanos.

Si não tivermos uma Constituinte nossa, só nos restará volvermos ao prolongamento dos factos. Convem evitar semelhante necedade.

Escreve-me.— Teu, *Aristides Lobo*.»

Os documentos aqui estão para quem os queira ler.

Sr. Presidente, como disse a V. Ex., eu me tenho retrahido durante mezes e mezes em que a imprensa, não informada da minha posição, tem procurado ferir-me, e, ás vezes, bem dolorosamente.

Mas eu não quiz levantar discussões na imprensa. Venho da tribuna politica do Senado, onde devo prestar contas á opinião publica do meu paiz, dirigir-me á imprensa, em primeiro logar, que é a orientadora da opinião, trazendo estas notas, que são a explicação da minha posição.

Não rompi com a politica do meu Estado por sentimentos outros que não fossem os principios politicos que guardei em toda a minha vida publica.

Não fui guiado no meu procedimento sinão pela consciencia das responsabilidades que deante dos meus patricios no Estado e deante da politica geral no Brazil eu devo como factor minimo da formação da Republica Brazileira.

Não ficava nisto o caracter do grande parahybano, e para bem caracterizar o espirito de Aristides Lobo a respeito da politica em familia, a respeito da politica de oligarchias, a respeito da reprovação absoluta que elle lançava contra todas essas fraquezas que teem desmoralizado o regimen republicano no Brazil, vou ler mais uma carta, que demonstra perfeitamente a orientação daquelle grande homem de estado, cujo processo verbal hoje se elabora, com grandes vantagens para elle, pela penna illuminada de Dunshee de Abranches, jogando com elementos das actas do Governo Provisorio.

Eis como Aristides Lobo se manifestava sobre a pretenção de um parente seu, que lhe desejava a protecção :

—Rio, 4 de janeiro de 1890.

«Coelho Lisboa, Vejo muito baralhada e bem pouco consistente a politica republicana em todo o paiz. Não estou tranquillo sobre a sorte da Republica.

Ha um odio abafado no coração dos monarchistas que não tem sido attenuado pelo nosso procedimento abnegado em toda parte e ao ponto de ser já uma especie de mania.

Entretanto, parece difficil empreza a restauração da monarchia.

Agora outro assumpto: Vive ahi em Campina Grande o bacharel José Bento Alves Vianna, casado com uma filha do velho revolucionario Dr. Antonio Borges da Fonseca. Essa senhora é minha prima, como sabes, e a mim se dirige pedindo-me que auxilie o marido.

Que cidadão é esse ? que se póde fazer em favor delle ? Responde-me. Como vaes de excursão ? Adeus.—Teu, *Aristides Lobo*.»

O Dr. Bento Vianna, illustre advogado no fôro da Parahyba do Norte, foi depois deputado estadual constituinte, e é actualmente juiz de direito aposentado.

Acima dos gráos de parentesco, acima dos laços de familia, estavam para o ministro do interior as qualidades moraes e politicas que deveriam ornamentar aquelle que aspirasse um posto na Republica.

As minhas responsabilidades são ainda, em telegramma do mesmo ministro do interior do Governo Provisorio, estabelecidas da seguinte fórma:

«Carimbo, 23 — dezembro — 1889.

Dr. Coelho Lisboa, Chefe de Policia, Parahyba do Norte.

Juiz de direito Areia fallei Campos Salles, espero decisão, quanto ao indicado telegramma de hoje, fallarei amanhã. Preciso de cartas, informações circumstanciadas das suas e do governador. Não declino intervenção politica de minha terra. Paula Primo aqui. Que influencia tem elle em Piancó ? — *Aristides Lobo*, Ministro do Interior.»

Outro telegramma :

«Carimbo, 25 — janeiro — 1890.

Dr. Coelho Lisboa, Chefe de Policia, Parahyba do Norte.

Tenho de nomear um agente eleitoral nesse Estado para promover o proximo alistamento e vigial-o em todo esse mesmo Estado ; é preciso que me indiqueis um homem de confiança, probo, activo e de certa importancia; como chefe de policia, deveis conhecer bem o pessoal do Estado e mórmente da capital. Respondei sem demora.— *Aristides Lobo*, Ministro do Interior.»

E' bem de notar, Sr. Presidente, que em tal assumpto o grande parahybano se dirigia a mim, chefe de policia, e não ao governador do Estado.

Sr. Presidente, o actual chefe da politica da Parahyba do Norte *nondum natus erat* em politica ; o orador que vos dirige a palavra, obscuro, porém firme, como hoje se acha na posição que occupa, sabia cumprir com os seus deveres e já tinha responsabilidades politicas na Republica.

Interrompo as considerações que tinha a fazer, obedecendo ao aviso de V. Ex. de que já ha numero para se proseguir na eleição das Commissões Permanentes ; entretanto, não posso deixar de capitular o que hontem adduzi, mesmo para o meu contendor preparar a defesa com relação aos factos que trago ao conhecimento do publico.

A Constituição do Estado da Parahyba em seu art. 31 estabelece:

> « A assembléa, em sua primeira reunião, marcará os vencimentos do presidente do Estado, regulará o modo de sua percepção quando deixar o exercicio por motivo legal e a parte que deve ser percebida pelo vice-presidente em exercicio, quer na substituição temporaria, quer na substituição definitiva. »

Segundo a lettra expressa da Constituição do meu Estado, os vice-presidentes não teem absolutamente vencimentos.

O candidato a primeiro vice-presidente dachapa oligarchica é o secretario do governo, é a alma desta politica oligarchica, é o homem que tem enfeixada em suas mãos a sorte de todo o Estado. Deputado estadual, foi nomeado secretario do governo, acceitou a nomeação e não deixou o mandato, que perdera nos termos da lei eleitoral vigente. Como secretario do governo fez reformar a lei eleitoral admittindo accumulações ; terminado o mandato, pleiteou no cargo de secretario do governo a sua candidatura de novo a deputado ; como secretario do governo funccionou diariamente na assembléa, sendo portador da vontade do governo, com a circumstancia de que o presidente da assembléa, esse infeliz que pretende ser presidente do meu Estado, hospedado em palacio com o chefe da politica o senador Alvaro Machado e familia, de palacio levava as ordens do governo para a assembléa, tudo isto presidido pelo chefe do partido situacionista da Parahyba do Norte.

Pois bem, Sr. Presidente, não se podendo tirar, por qualquer fórma, dos cofres publicos uma recompensa para o homem que estava encarregado da cabala em favor da oligarchia, (a) fez-se votar, de afogadilho, nessa... nem sei como dizer... infeliz assembléa do meu Estado uma lei inconstitucional que dava, a titulo de *representação*, os vencimentos mensaes de 700$ ao 1º e 400$ ao 2º vice-presidentes, futuros membros da oligarchia, porque elles não teriam, como o mano João desgraçadamente o terá, diariamente, os cofres publicos á sua disposição.

Foi um meio sinuoso de arrancar dinheiro do erario estadual para recompensar trabalhos de cabala, o que constitue um estellio-

---

(a) Assim pensava eu naquelle tempo, em que suppunha haver ainda algum decoro na administração do Estado da Parahyba do Norte. (N. do A.)

nato politico; é um meio vicioso de se retirar dinheiros sagrados alli depositados por um povo que soffre fome, morria pelas calçadas, emquanto o chefe do governo se banqueteava em palacio.

Sr. Presidente, a indignação faz discursos.

Peço perdão ao Senado de que, diante das amarguras que opprimem o povo de meu Estado, obrigado a viver armado para se defender contra as forças do governo !...e para se defender contra os bandidos que infestam os sertões, sem a tranquillidade do lar, mais preparados para a revolução do que para a paz, eu venha dizer ao Senado, eu venha dizer ao Governo: — o estado actual do povo brazileiro é muito melindroso, a indignação transborda— é preciso dar uma orientação séria aos publicos negocios.

Solicito de V. Ex., Sr. Presidente, me reserve a palavra em primeiro logar no expediente da sessão de amanhã.

O Sr. Presidente—V. Ex. será attendido.

Sessão de 8 de maio de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, é verdadeiramente constrangido que occuparei ainda a attenção do Senado, durante alguns momentos, tratando da minha pessoa.

Arrastado a uma tal discussão, tergiversei, recuei, neguei-me a tratar de minha individualidade, até mesmo vendo-a diariamente atacada, nos «a pedidos» do *Jornal do Commercio* por artigos, cuja autoria, pelo estylo, eu bem conhecia.

O Sr. Alvaro Machado — Sou incapaz de atacal-o com anonymos, sou incapaz de escrever em anonymo contra o senhor.

O Sr. Coelho Lisboa — Agradeço, mas, como sei que escreve contra outros, vendo-me atacado, não podia deixar de suppôr que partisse o ataque de S. Ex.

Li muitas vezes artigos do mesmo genero nos *a pedidos* e, chegando á casa, S. Ex. me perguntava: «Leu o artigo de hoje?» Eu respondia haver lido e S. Ex. me dizia: «E' meu.»

Vendo-me atacado pelo mesmo estylo, pela mesma fórma, com o mesmo pseudonymo, eu não podia deixar de attribuir a estes artigos a mesma autoria.

O Sr. Alvaro Machado — Deus me dê paciencia.

O Sr. Coelho Lisboa — Ah! tem S. Ex. razão de pedir a Deus paciencia; deante dos grandes crimes é preciso ao crente invocar a Deus que conceda resignação, para expiar os seus peccados. Tem S. Ex. razão.

O amigo, que se conservou ao lado de S. Ex. durante dezesete annos, procurando mostrar-lhe o caminho da Republica; o amigo que dispensou a S. Ex. durante tão largo tempo todo o prestigio de que podera dispôr, para que S. Ex. se orientasse bem na direcção do partido, que fundara para o sustentar, esse amigo tem o direito de se defender quando é accusado por S. Ex. desapiedadamente nos *a pedidos* do *Jornal do Commercio*.

Eu quizera, Sr. Presidente, ter um grande talento para traduzir o que me vae na alma, em um hymno explendoroso á gratidão, porque a gratidão para mim é o sentimento que mais nobilita o homem na sociedade.

Atacado de ingrato aqui na Capital da Republica, atacado de ingratidão no meu Estado, na folha que obedece á orientação de S. Ex., não pudera deixar de levantar a fronte para enfrentar essas accusações e vir dizer á opinião publica do paiz: Não ha *sub sole* quem se possa manifestar mais grato do que me manifesto eu áquelles a quem devo gratidão.

O chefe do partido republicano da Parahyba do Norte sabe quanto o coração de Coelho Lisboa é grato ; mas é preciso que a sociedade saiba, é preciso que a opinião publica a meu respeito se forme com a convicção de que protecção só devo ao lar paterno, a que tenho orgulho de pertencer.

Grato todo o meu Estado me reconhece ao meu tutor e amigo, meu tio, coronel Francisco de Oliveira, pae da pobreza naquellas regiões sertanejas, áquelle a quem devo grande parte da educação do meu espirito, o meu semi-deus ! Grato, Sr. Presidente, sou eu á confiança absoluta que o Ministro de Interior do Governo Provisorio depositava no orador que ora occupa a attenção do Senado ; e essa gratidão se manifesta a cada passo na rehabilitação do seu nome. Grato sou eu ao consolidador da Republica, o marechal Floriano Peixoto, pela confiança que em mim depositou, e o seu nome é o sacrario que conservo no altar do meu coração.

Grato, Sr. Presidente, manifestei-me por diversas vezes em cartas ao chefe do partido situacionista da Parahyba do Norte, sempre que era apresentado o meu nome a pleitos eleitoraes, soubesse ou não os motivos que determinavam a sua collocação naquellas chapas.

Assim, Sr. Presidente, entre o sentimento de gratidão e o sentimento de incondicionalismo vae um abysmo, que o nobre Senador não imagina, porque S. Ex. não conhece a orientação moral da politica republicana.

Não, Sr. Presidente, não poderia ser incondicional quem sempre respondeu, quando o chamavam de florianista: « Nunca fui *ista* de ninguem ! Sou grato ao marechal Floriano, tenho por S. Ex. enthusiasmo, acompanho-o, obedeço ás suas ordens, mas não sou florianista.»

E' imbecilidade confundir dedicação com incondicionalismo.

Quando o chefe da politica parahybana levou á imprensa a sua entrevista e nella usou dessa phrase : «*si havia alguem com quem contassemos incondicionalmente, era elle, meu velho e dedicado amigo*».

Esperei 24 horas que esta phrase fosse rectificada por S. Ex.; não lhe dei a resposta competente sinão depois de esgotado o prazo que a diplomacia jornalistica exige para a contestação.

O silencio confirmou o ataque ; a resposta só podia ser na altura do mesmo.

Eis porque, Sr. Presidente, eu disse a S. Ex. «que elle, *ex-monarchista clerical*, que, na Republica, acompanha todos os governos sem lhe discutir idéas ou programmas, devia respeito a quem se encontrou sempre á frente de todos os movimentos que resolveram os problemas sociaes e politicas de sua patria—Coelho Lisboa.»

O Sr. Alvaro Machado—Com a scisão do Partido Republicano Federal fiquei ao lado dos meus amigos.

O Sr. Coelho Lisboa—Foi arrastado a isto pela firmeza de José Peregrino, na Camara.

Foi necessario que nós, na Camara, acompanhassemos o general Francisco Glycerio, para que S. Ex. se decidisse a ficar com os amigos porque S. Ex. queria ver primeiro para que lado pendia a balança, para então se pronunciar.

Sr. Presidente, hontem descrevi, desta tribuna, a confiança que o Ministro do Interior do Governo Provisorio depositava no orador que ora occupa a attenção do Senado, de quem elle fez o organi-

zador da politica da Parahyba do Norte, mas é necessario, Sr. Presidente, levar ao conhecimento do publico como foi por mim conquistada aquella confiança.

Chegando ao Rio de Janeiro, em 1885, ouvi fallar de Aristides Lobo como de um gigante da propaganda, cujo nome se elevava *super omnes*, pelo seu caracter, pelo seu talento, pela inclemencia com que o seu látego feria os vendilhões do templo, e eu me senti ancioso por conhecel-o.

Amigo que me fiz logo de Julio da Silveira Lobo, seu digno irmão, este me prometteu reunir-nos em um jantar em sua casa.

Nesse interim vi um dia annunciado um *meeting* no Polytheama, promovido pelo partido liberal da Côrte, que ia offerecer a José Mariano um diploma de ouro, porque elle tinha sido depurado na Camara dos Srs. Deputados, em plena vigencia da lei Saraiva, tão preconizada até hoje.

Fui assistir a esse *meeting* ; o Polytheama estava completamente cheio ; oraram Joaquim Nabuco, José do Patrocinio e José Mariano e a sessão era presidida por João Clapp.

No momento em que a tensão popular era vibrada de uma fórma violenta, em que o povo se levantara á voz de — Vamos a São Christovam ! — quando um sopro revolucionario sacudia aquella massa popular com as phrases demagogicas lançadas por José Mariano,bati palmas de um dos camarotes, chamando a attenção do povo.

Guardo ainda nitido em minha memoria o espectaculo daquelle theatro repleto, cujos espectadores se viravam para prestar attenção ao joven orador republicano.

Interpellei Joaquim Nabuco e José Mariano sobre as suas posições no partido liberal.

Sobre este assumpto soube dias depois que Aristides Lobo escrevera a meu respeito uma carta para o *Diario Popular* de S. Paulo. Não nos haviamos ainda encontrado. O Dr. Joaquim Pernambuco,com essa carta na mão, procurou-me em meu escriptorio e disse-me: — «o Aristides Lobo escreveu uma bella carta sobre o *meeting* do Polytheama para o *Diario Popular* de S. Paulo e manda-lhe pedir uma audiencia em seu escriptorio, pois deseja conhecel-o, uma vez que eu lhe disse que o senhor é seu patricio».—«Não, respondi eu; não é Aristides Lobo quem deve vir ao meu escriptorio, sou eu quem vae ao encontro do conhecimento do Aristides».

Fui, Sr. Presidente, com Joaquim Pernambuco, ao seu escriptorio. Trocados os primeiros comprimentos, perguntou-me o Dr. Aristides Lobo: —«De que familia é filho ? » Declinei-lhe o nome de meu pae. Disse elle:—«fui amigo de seu pae e de seus tios, e declinou-lhes os nomes, passava sempre em Arêa as férias da academia, fomos sempre companheiros.»

Dentro em pouco, o *Diario Popular* de S. Paulo inseria outra carta de Aristides Lobo, que passo a ler ao Senado. Nessa carta elle se refere á primeira:

> « Outro compromisso atrazado e que me cumpre satisfazer é este: em uma de minhas cartas anteriores, fallando dos *meetings* do Polytheama, eu prometti que entregaria a seus leitores o resumo authentico do eloquente discurso proferido pelo Sr. Dr. Coelho Lisboa.»

Venho desempenhar-me.

Eil-o :

« Disse que, depois de fallarem os oradores ao povo, fallava o povo aos oradores.

Que era em nome deste povo que se levantava ao influxo de uma idéa grandiosa ; em nome deste ramo da raça latina, ainda não degenerado, como se apregoava geralmente, pelo contrario, retemperado pelo ar puro das florestas americanas, capaz de grandes commettimentos ! em nome do povo brazileiro emfim que fallava.

O orador o reconhecia alli ! Via-o com prazer erguer a fronte altiva, ao brado da revolta, e affrontar todos os perigos na conquista da liberdade !

Mas que era cedo, esperasse !

A liberdade tinha sua base principal na ordem e, portanto, fazia-se preciso estabelecer esta nas fileiras do partido que quizesse aquella conquistar !

Que era contristador o estado actual do paiz !

Governados por um velho rei, que só a arma da corrupção brandir sabia ! cujo titulo unico de respeito era ser um pobre velho ! nos achavamos ante dous partidos, modelados pelo servilismo e animados pela idéa da ganancia !

Dous productos de politica pedrina.

Em um a representação da hypocrisia ! no outro a ostentação do cynismo !

Ou a hypocrisia do Sr. Saraiva ! ou o cynismo do Sr. de Cotegipe !

Elles se entendiam, elles se abraçavam em um amplexo de trevas !

Partidos que se confundiam ! cada um dos quaes se contradizia em suas reformas, em que sempre trazia o cunho do partido adversario !

Emquanto o partido conservador nos offerecia tres reformas semi-liberaes ! o partido liberal nos impunha tres reformas archi-conservadoras !

O partido conservador nos déra a *abolição do trafico* ! — o partido conservador nos déra a lei de 28 de setembro (a primeira !) — o partido conservador nos déra a lei do *habeas-corpus* !

E o que nos dera o partido liberal ? ! *A maioridade do imperador ! ! !*—a lei de 28 de setembro (a segunda ! ! !) — e esta *reforma eleitoral* fraudada, que expulsou da Camara o Sr. Joaquim Nabuco ! e que então sophismava e deprimia o voto livre de Pernambuco, personificado no Sr. José Mariano !

Naquella hora Pernambuco se erguia altivo para repellir a affronta ! Oxalá pudesse elle lançar um raio de luz no meio áquella escuridão !

Mas, que desde que se fallava—em *ir a São Christovam !* —que se lembrava o *dia 14 de Julho !* que se appellava para a *dynamite ! — joias falsas !* — nos Congressos Monarchicos ! ouropeis da pseuda democracia do liberalismo imperial ! O orador se lembrara de perguntar aos Srs. Drs. Joaquim Nabuco e José Mariano: Continuarão SS. EExs. a

ser liberaes ? a pertencer a um partido que nunca os poderá conter ? em cuja opposição sempre se acharam ? !

O Sr. Dr. Joaquim Nabuco, um dos mais bellos talentos da geração moderna, cuja celebridade repercutira já na Europa culta ! O Sr. Dr. Nabuco acabava de ferir a pessoa do rei ! S. Ex. acceitara a republica como a melhor fórma de governo ! o Dr. José Mariano batera o *poder pessoal ! chegaria até os limites da republica !* appellava para a *dynamite !*

O monarchismo de SS. EExs. não era uma *questão pessoal !* o monarchismo de SS. EExs. não era uma *questão politica !* e porque eram liberaes ? porque pertenciam a um partido monarchico ?

Perguntava-o em nome do povo e aguardava a resposta.»

A este discurso, replicou o Sr. Joaquim Nabuco affirmando-se monarchista e veiu com a tal historia das estaturas dos homens da Inglaterra.

Dous apartes refutaram esse discurso. Um do Dr. Coelho Lisboa !

«O orador tem sempre engatilhada a monarchia ingleza, mas lá — *the king can do not wrong*—cá, o rei quer, póde e faz o mal.»

O outro aparte, o do Dr. Pernambuco, á pergunta do Sr. Nabuco sobre o que era preciso para fazer a republica ? foi este:

«A suppressão do partido liberal.»

A resposta era decisiva e irreplicavel.

Eis-me libertado dessas contas atrazadas.—12 de agosto de 1886.—*Aristides Lobo.*»

Vê, Sr. Presidente, o Senado, veem, Sr. Presidente, os que fóra do Senado me poderem ler, que eu não me apresentei nos comicios politicos pelo braço de quem quer que fosse ; que me fiz soldado da propaganda na praça publica pelos meus proprios esforços. Entretanto, ninguem mais grato do que eu para com o Ministro do Interior do Governo Provisorio — e S. Ex. o sabe — porquanto, o que agradeço áquelle ministro é a confiança absoluta que depositou no humilde orador, com relação á organização da politica do nosso Estado.

Sr. Presidente, seguindo para Parahyba como chefe de policia, eu me colloquei ao lado do governador do Estado com toda a lealdade.

Tudo envidei para lhe dar força.

Não tendo sido o seu nome recebido com sympathias pelo povo da Parahyba, eu fiz conferencias em Arêa, em Campina Grande, em Alagôa Nova e em Bananeiras procurando traduzir ao povo do meu Estado a boa intenção do seu governador, por elle a mim manifestada ; mas quando os primeiros factos da parte de S. Ex. me foram demonstrando que elle tinha o proposito de estabelecer no meu Estado uma oligarchia, tive, Sr. Presidente, a resolução prompta de me rebellar contra elle e romper com a sua politica.

Era bem moço ; não me faltavam as vaidades que seduzem nos primeiros tempos da vida a todos os moços; não me faltava o de-

sejo ardente de fazer parte da Constituinte de meu paiz, de collaborar no corpo legislativo que devia discutir e votar o *pacto fundamental da Republica*, pela qual eu me tinha batido desde os jovens annos.

Não, Sr. Presidente, nem o desejo ardente de collaborar na organização da Republica nem a vaidade natural, que arrasta os espiritos fracos, me vedaram romper com o governador oligarcha.

Vim para o Rio de Janeiro só; tinha contra mim tres generaes e que generaes! O valoroso marechal Almeida Barreto, com aquelle nobre coração e o prestigio enorme que lhe viera de sua bella posição no campo de Sant'Anna, pondo a sua espada ao lado do povo, com o nome glorioso que trouxera da guerra do Paraguay; Tude Neiva e João Neiva, nome este que se tinha feito com sympathias no corpo de bombeiros do Rio de Janeiro.

Mas, Sr. Presidente, nada assombrou o joven republicano, que tinha fé ardente na Republica, que tinha fé robustecida na regeneração social pelo regimen republicano. Não, Sr. Presidente, porque no dia em que eu possa me convencer de que o *Dr. Fausto* tem razão de que não foi um jogo de ironia profunda do grande Goethe. *Der Mensch ist nicht geboren frei zu sein.*» «O homem não nasceu para ser livre» eu me retirarei resolutamente á familia, irei buscar o conforto no lar, não darei mais um passo na politica.

Não, Sr. Presidente, o homem não nasceu para ser escravo!

Escravos são os homens que se humilham, que se deixam levar pelas vaidades das posições, que almejam, sem ter *educada a vontade*, sem saber porque querem, que desejam as posições simplesmente por ambição, mas não pela consciencia de as poder bem desempenhar que não conhecem as vantagens do *the right man in the right place* na Republica, aquelles que se deixam deslumbrar pelo prestigio ligeiro das posições sociaes.

Eu prefiro, Sr. Presidente, a minha posição entre os meus collegas da congregação do Gymnasio Nacional, firme e consciente, a ter uma posição falsa no Senado da Republica, á custa de humilhações!

Lembro-me agora de uma troca de palavras entre mim e o marechal Almeida Barreto, na secretaria da Instrucção Publica, deante do meu illustrado collega, Senador pela Capital da Republica, Sr. Lauro Sodré.

Estava eu ao lado de S. Ex., entrou o marechal Barreto, deixando transparecer, na physionomia sympathica, toda sua alma grande e generosa pela alegria constante que o acompanhava.

— Olá, Coelho Lisboa, que andas fazendo por aqui?

— Acompanhando os seus passos, marechal!

— Pois eu ando cortando todas as suas pretenções.

— Emquanto o seu braço tiver força vá cortando, marechal, vá cortando... pois quando elle cançar eu porei á disposição da velha gloria da minha terra o pouco prestigio que ainda me restar.»

O marechal não comprehendeu... Foi então que o Dr. Lauro Sodré perguntou-lhe, cortando o embaraço:—«Como se deixa fóra da representação do Estado um republicano historico como este, marechal?» Almeida Barreto respondeu:—«Foi elle que quiz ficar fóra. Tenho cartas do Venancio, nas quaes cita-me elle o seu nome para Deputado Federal».

— Era muito caro, marechal!...»

Não sei si o honrado Senador pelo Districto Federal lembra-se desse facto. (*Gesto affirmativo do Sr. Lauro Sodré.*) Obrigado.

Já vê, Sr. Presidente, que não fiz parte da Constituinte, porque não conheço outra posição na sociedade que não seja a posição em que a natureza nella collocou o homem: erecta, altiva e nobre!

A minha opposição á oligarchia dos Neivas não foi uma opposição platonica. Quando digo que não fui o primeiro Senador, que lançasse o primeiro dardo contra as oligarchias, porque esta gloria pertence á autoridade incontestavel do chefe da politica republicana do paiz, digo a verdade; mas quando sustento que fui o primeiro politico que se levantou contra a primeira oligarchia que se formou no Brazil, o affirmo e provo, a minha opposição não foi platonica.

Retirando-me do Estado da Parahyba para a Capital da Republica, apresentei a S. Ex. o generalissimo Chefe do Governo Provisorio a *Demonstração da oligarchia dos Neivas*.

Aqui tem o Senado (*mostrando*) uma das cópias da demonstração entregue a S. Ex., cópia esta feita na época e, si não me engano, por lettra de um dos actuaes empregados da Secretaria do Senado.

Não a quero ler, Sr. Presidente, desta tribuna; repugna-me esta leitura, mas requeiro á V. Ex. que a mande publicar em continuação a esta parte do meu discurso de hoje.

Continuando as considerações que sou obrigado a adduzir a respeito da minha pessoa, resta-me lembrar á opinião publica, firmada no jornalismo da Capital da Republica, do alto da tribuna que fui parte minima, mas parte activa na conspiração que se manifestou a 23 de novembro, salvando o paiz da oppressão em que o lançara o golpe de Estado do generalissimo Deodoro da Fonseca.

Estão ainda vivos, Sr. Presidente, muitos dos meus companheiros.

Junto ao marechal Floriano Peixoto, em sua casa, estive a primeira vez com os então 1os tenentes Tasso Fragoso e Carlos Accioly.

Não fui particularmente, mas representando forças.

Carlos Accioly, representava os seus irmãos da armada; Tasso Fragoso os seus irmãos do exercito, e eu, os operarios do Arsenal de Marinha.

Nesse tempo se salientava, nas campanhas politicas, o nome de França e Silva, o rival de Vinhaes no mundo operario.

França procurara-me — era nesse tempo meu companheiro em uma empreza commercial — para pôr á disposição do marechal, por meu intermedio, os seus amigos.

Eu não me apresentei na conspiração singularmente; representava forças, que se offereciam ao marechal por meu intermedio.

Disse da tribuna da Camara, respondendo ao Deputado por Pernambuco Sr. Lima Drummond, que o marechal se tornara o centro convergente da *revolução de 23 de novembro* e... por um incidente devo á leitura desse discurso, por S. Ex., as honras militares que recebi directamente de sua pessoa.

Como V. Ex. sabe, Sr. Presidente, eu fundara na praça publica, o *Batalhão 23 de novembro* e com elle fôra contra a revolta e estivera

sempre em fogo. Tinha serviços de campanha no posto de capitão, e não havia recebido honras militares, nunca as procurei, nunca as solicitei.

Um dia, disse-me o Senador Abdon Milanez:—«Hoje, chamei a attenção do marechal Floriano para o seu discurso e elle mandou buscar o *Diario Official* e fez o tenente Joaquim Ignacio lêl-o do principio ao fim. Acabada a leitura, perguntou:—«o Coelho Lisboa tem honras militares?—«Creio que não, foi a resposta daquelle official. —«Pois elle que fundou batalhão, que tem serviços de campanha aqui e em Nitheroy, não tem honras militares? Eu vou dal-as.»

São estes os factos de minha vida que me confortam! E' esta a minha força, a firmeza das minhas posições.

Nunca solicitei confianças. As confianças que tenho inspirado, teem sido conquistadas pelo esforço, pelo trabalho e pela lealdade.

Nesse discurso, na Camara dos Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu descrevia, lembro-me agora, a conferencia que o marechal Floriano Peixoto tivera, no dia 17 de novembro em minha casa, com o então tenente-coronel Marciano de Magalhães, hoje general de divisão.

Para mostrar como acompanhei, de perto, essa conspiração, sou levado a dizer que, em uma noite em casa do marechal, elle manifestou-me o desejo de conversar com Marciano de Magalhães, que deputado federal pelo Paraná, meu hospede, então, tendo recebido ordem de prisão em domicilio por se não ter apresentado ao Quartel General, dissolvido o Congresso, não podia ir á casa do marechal.

Marciano de Magalhães tinha ido levantar as forças do Campinho, de volta recebeu ordem de prisão e o marechal precisava saber as forças de que lá dispunha.

Deixei o marechal no dia seguinte no Café Brito, e fui na frente retirar os amigos que visitavam sempre o Marciano, afim de que os dous se encontrassem e se entendessem.

O que acabo de dizer faz parte, em nota, daquelle meu discurso, está nos *Annaes*. Ao ouvir ler essa nota, o marechal disse ao Senador Abdon Milanez: «E' verdade.» Vive entre nós o general de divisão Marciano de Magalhães que o confirmará.

No dia 23 de novembro, eu era emissario do almirante Custodio de Mello, de bordo do *Riachuelo*, para levar ao conde de Figueiredo a lista do fornecimento á armada.

Eu, civil, estava em todos os pontos onde havia perigo, e onde não me encontrei jamais com o então major Alvaro Machado, hoje chefe do partido situacionista do Estado.

Deixei de entregar a referida lista, que aqui conservo, (*mostrando*) pela desistencia do generaralissimo Deodoro da Fonseca e subsequente posse do marechal Floriano Peixoto.

No mesmo dia 23 de novembro o orador, que vos dirige a palavra, era acclamado pelo povo, em commissão com o Deputado Thomaz Delfino e o Dr. Sá Valle, para ir levar ao marechal a noticia de que fôra deposta a Intendencia da Capital da Republica.

Nesse mesmo dia, estando no Itamaraty, no desempenho dessa missão, era eu encarregado pelo marechal Floriano Peixoto, ao saber S. Ex. do ataque ao *Jornal do Brasil* e *Diario do Commercio*, de ir fallar ao povo, demonstrando a orientação da politica de S. Ex., em companhia do mesmo Dr. Sá Valle e do Dr. João Lopes, deputado pelo Ceará.

Eu fallei ao povo de ao pé da estatua de José Bonifacio, João Lopes, do *Diario de Noticias*, Sá Valle da *Gazeta de Noticias*, eu fallei uma segunda vez da rua do Ouvidor, saudando Quintino Bocayuva e *O Paiz*, principaes baluartes da Republica; na ausencia do illustre mestre, respondeu-me agradecendo o Sr. Jovino Ayres, secretario daquelle brilhante orgão da propaganda e da Republica.

Sr. Presidente, si foi por aquella fórma, já descripta, que me impuz á confiança do grande Aristisdes Lobo, foi por esta outra, accorrendo onde havia perigo, envidando todos os esforços em prol da Republica, que eu me impuzera á confiança do marechal Floriano Peixoto, na organização politica do meu Estado.

A hora está adeantada, Sr. Presidente. Vejo que não tenho tempo para tratar do ponto principal, que é a nomeação do major Alvaro Machado para o cargo de governador do meu Estado. Para tratar deste ponto, preciso de mais de uma hora.

Assim, pois, vou interromper o curso do meu discurso nesta parte, para entrar no assumpto de que tratei ante-hontem, sua segunda parte.

Disse, Sr. Presidente, que se tinha praticado um acto de falsidade, que eu qualificara de crime, e que presidira a esse acto o chefe do partido situacionista da Parahyba do Norte.

Foi falsificada no meu Estado uma *convenção*, nada menos do que isto: uma *convenção politica*.

O director daquella politica disse: os 27 deputados estaduaes governistas e mais dous Deputados Federaes e um Senador são uma convenção! Os senhores todos vão apresentar meu irmão á presidencia do Estado!

O Sr. Alvaro Machado — Felizmente V. Ex. está fallando para o Estado da Parahyba tambem.

O Sr. Coelho Lisboa—Quaes eram os 27 deputados estaduaes?!

Os dous Deputados Federaes quaes eram?

Nada tenho com isso; mas o Senador, Sr. Presidente, era eu!

Eu não sabia da existencia de uma convenção em meu Estado; menos podia saber si fazia parte de tal convenção, porque não havia recebido titulo algum de eleição.

Que idéa tem S. Ex. a respeito de convenção?

Eu disse que S. Ex. não conhecia orientação republicana; e quando S. Ex. invocou a Deus, lembrei-me do « *dimitte illi non scit quod facit* ».

Que elle seja perdoado, se confessar o seu erro; mas, a ignorancia da lei não aproveita ao criminoso.

A má fé, Sr. Presidente, não está sómente na invenção dessa convenção, cuja eleição não foi conhecida, cuja verificação de poderes não se deu; está, Sr. Presidente, na inclusão de meu nome entre aquelles que apresentaram seu irmão á presidencia do Estado.

Como pôde S. Ex. ter a coragem de falsificar a minha assignatura?

Tenho ou não o direito de lh'o perguntar?

O Sr. Alvaro Machado— Porque V. Ex. não exhibe o telegramma que lhe foi expedido pelo Deputado...

O Sr. Presidente— O honrado Senador que está com a palavra não póde attribuir más intenções nem dirigir expressões desrespeitosas aos seus collegas.

O Sr. Coelho Lisboa—V. Ex. me permitte perguntar quaes foram as expressões desrespeitosas ?

O Sr. Presidente—Parece-me que V. Ex. affirmou ter sido falsificado o seu nome por seu collega.

O Sr. Coelho Lisboa— Não senhor. Pelo chefe da politica da Parahyba do Norte. Ah ! eu recebi esta lição da Mesa, o Regimento declara que o Senador se póde dirigir indirectamente. Eu apenas me referi ao chefe da politica da Parahyba ; nem sei quem seja, nem quero saber. Seriamente, acredite V. Ex., que eu hoje já não sei quem é o chefe da politica da Parahyba do Norte.

O Sr. Alvaro Machado—Hontem V. Ex. sabia.

O Sr. Coelho Lisboa— Hoje, porem, já o não sei.

O Sr. Alvaro Machado dá um aparte.

O Sr. Coelho Lisboa — Sem duvida, foi o meu chefe até o momento em que eu me desliguei do partido. S. Ex. nunca me encontrará em contradição.

Quando o espirito de S. Ex. começou a declinar...

O Sr. Alvaro Machado — Si V. Ex. fosse indicado para governador, o chefe da politica da Parahyba continuaria a ser o seu chefe.

O Sr. Coelho Lisboa — Certamente ! e eu iria republicanizar o governo do meu Estado...

Mas, como um mau intuito não me póde ser attribuido por S. Ex., reclamo da Mesa a applicação do Regimento ; sento-me, pedindo a applicação da lei.

O Sr. Alvaro Machado dá um aparte.

O Sr. Presidente — Qual foi o intuito attribuido ao honrado Senador ?

O Sr. Coelho Lisboa — Que, si eu tivesse sido escolhido governador do Estado, teria concordado com S. Ex. por...

Diga-me V. Ex. si esse intuito é bom ? Si o é, responderei em termos. Si não é, reclamo a acção do Regimento.

O Sr. Presidente — A acção do Regimento é a mesma e faço ao Senador Alvaro Machado a mesma observação que fiz a S. Ex.

O Sr. Coelho Lisboa — Faça-a tambem V. Ex. áquelle Senador. V. Ex. me permittirá pedir que lhe faça observação como fez a mim.

O Sr. Presidente — Perdão ; eu não ouvi as palavras a que o honrado Senador se refere.

O Sr. Coelho Lisboa — Mas eu estou dizendo e o Sr. Senador confirmou.

O Sr. Presidente — Já declarei que o honrado Senador está no mesmo caso de V. Ex.: não póde usar de expressões desrespeitosas nem attribuir maus intuitos aos seus collegas.

O Sr. Coelho Lisboa — Agradeço a V. Ex. o seu espirito de justiça.

O Sr. Presidente — Peço licença para ponderar ao honrado Senador que está concluida a hora do expediente.

O Sr. Coelho Lisboa — Peço a V. Ex. que me conceda continuar com a palavra no expediente de amanhã, afim de responder ao aparte dado pelo Sr. Senador pela Parahyba e continuar as considerações promettidas.

O Sr. Presidente—S. Ex. será attendido.

Sessão de 11 de maio de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, sigo a via dolorosa que me apontaram alguns amigos como sendo o methodo inevitavel a adoptar no sentido de preparar terreno a conseguir a victoria que almejo contra as oligarchias.

No meu modo de pensar suppunha, Sr. Presidente, que a voz que clama no deserto tem a sua autoridade na causa que defende, na santidade dos principios que advoga, na certeza com que lança os golpes contra o adversario que enfrenta, sem que a sociedade tenha que se preoccupar, ao ouvir as verdades, com o ponto de onde ellas partem, a voz que as emitte.

Estaria talvez errado neste modo de pensar, mas era esta a minha convicção, e suppunha que, emquanto desferia golpes contra as oligarchias, no momento opportuno, quando o odio contra ellas transborda de todos os pontos do paiz, quando a multiplicidade das oligarchias se estende dos governos estaduaes aos municipios, como descreverei da tribuna ; quando as oligarchias, semeadas por todo o vasto territorio do paiz, erguem-se como hydras de cem cabeças para envenenar o corpo do jovem Brazil, eu não precisaria vir dizer quem sou, vir dizer qual o papel simples ou importante que a minha palavra representa neste momento.

Obrigado a fallar de mim, Sr. Presidente, irei até o fim, vendo-me na contingencia de occupar por alguns momentos ainda a attenção do Senado com os meus passos pouco agigantados no mundo revolucionario do paiz, mas firmes, de accôrdo com as convicções que alimentavam minha alma nos momentos mais crueis e perigosos da historia da minha patria.

Quando se deu a transformação politica do Brazil, á 15 de novembro, eu me achava, como já o disse da tribuna, no Espirito Santo, onde, de cidade em cidade, de villa em villa, formava clubs, fazendo organizar nesses clubs batalhões de infantaria ou regimentos de cavallaria sob o nome de *Guarda Rural da Republica* para, ao lado do exercito brazileiro e da armada nacional, defender o Brazil contra as pretenções do principe de Orléans.

Eu trazia uma peregrinação republicana que póde ser recebida hoje com desdem pelos que não possuem o fogo sagrado da fé, mas que a historia ha de por força registrar nos seus annaes.

Quando no ponto dos bonds de Gonçalves Dias me encontrei com o meu distincto amigo capitão Marciano de Magalhães, á 20 de novembro, elle ao abraçar-me satisfeitissimo, afastou-se um pouco e me fitou, dizendo: —«estás triste». Foi esta a sua primeira impressão. E eu lhe respondi: «não estou inteiramente satisfeito com o modo por que se fez a Republica».

—« Não imaginas como tudo vae bem. Benjamin está á frente da organização do Governo; foram as suas palavras. Vaes ver e vaes ficar satisfeito.»

A minha preoccupação, Sr. Presidente, fôra talvez oriunda da vaidade com que eu contava entrar no Rio de Janeiro, com uma ala de espirito-santenses no movimento revolucionario, que eu esperava, deveria garantir a Republica, mas uma Republica de paz e concordia.

As minhas apprehensões se realizaram e o fundador da *Guarda Rural da Republica*, no Espirito Santo, para defesa do Brazil contra as pretenções do principe de Orléans, viu-se na contingencia, um anno e tanto depois, de fundar o *Batalhão 23 de Novembro*, na praça publica, no Rio de Janeiro e ir á frente delle tomar parte nos tiroteios desta capital, nos combates de Nitheroy.

Já disse ao Senado que para evitar uma catastrophe politica com a retirada de Aristides Lobo do Governo Provisorio, entabolei negociações com o coronel João Neiva, para a nomeação do segundo governador da Parahyba do Norte, uma vez que o Dr. Albino Meira, nomeado o primeiro, não pudéra assumir o governo.

Essas negociações foram feitas no quartel general, deante do marechal Almeida Barreto, que me disse então batendo-me no braço : — «porque não vae o senhor como governador ?»

Eu lhe respondi batendo-lhe já familiarmente nos bordados da manga (S. Ex. era a jovialidade, a simplicidade em pessoa) : «pelo mesmo motivo por que V. Ex. não quer ir, preciso ficar aqui no theatro dos acontecimentos.»

Ouvindo essa troca de phrases entre mim e o marechal Barreto, o tenente coronel João Neiva me chamou ao vão de uma janella e disse-me : — «vamos adiar esta conferencia : estão chegando officiaes e mais officiaes e o Barreto não nos póde prestar a devida attenção. Diga-me uma cousa: acceita o Dr. Teixeira de Souza para governador da Parahyba ?

—«Não, Sr. Neiva».—«E por que ? Não é seu amigo ? !»—«E' meu amigo, é meu companheiro de propaganda, é um talento brilhantissimo, é um caracter distinctissimo, mas não é parahybano. Coronel, vamos fazer a politica dos parahybanos, vamos reunir no nosso Estado essa bella colonia parahybana que eu encontrei por toda a parte do Brazil, onde levei a propaganda da Republica, essa colonia que prima em toda a parte pela coragem, pelo talento e pelo caracter. Vamos attrahir ao nosso Estado esses elementos de progresso, que nos garantirão o desenvolvimento prospero de nossa terra.»

— « E... perguntei ao tenente-coronel Neiva, acceita o Dr. Alvaro Machado ?»

—« Dava-lhe duas filhas em casamento, mas, para governador do meu Estado, não serve.»

Foi a resposta de João Neiva.

Estavamos nos primeiros dias da Republica: o Dr. Abdon Milanez, meu distincto companheiro de lutas politicas, tempos depois, na organização do nosso Estado, que depois occupou dignamente esta cadeira que fica ao meu lado na representação de nosso Estado no Senado da Republica... *nondum natus erat* em politica republicana. S. Ex., velho politico liberal da Parahyba do Norte, retirado á Côrte do Imperio, desgostoso da politica daquella provincia, que elle havia dignamente representado na Camara dos Srs. Deputados, estava

recolhido á vida privada, fazia parte do Corpo Vaccinico do Rio de Janeiro e achava-se ainda sob o atordoamento do golpe desfeixado sobre as instituições monarchicas pelo phenomeno de 15 de novembro. Foram as nossas relações de infancia (*dirigindo-se ao Sr. Senador Alvaro Machado*), a nossa amizade dos tempos de creança, a noticia do curso que o Dr. Alvaro Machado, meu velho amigo, tinha feito na Escola Militar e que podia responder por uma administração fecunda no nosso Estado, que me fizeram nesse momento lembrar o nome de S. S., como companheiro o mais digno para collaborar commigo na reorganização politica da nossa cara Parahyba.

Tempos se passaram, Sr. Presidente ; como o Senado sabe, segui para a Parahyba acceitando a condição que me impuzera Aristides Lobo para a nomeação do segundo governador, segui no papel de chefe de policia.

Lá, deante das manifestações irrecusaveis para implantação de uma oligarchia, no meu Estado, rompi com o governador e vim para o Rio de Janeiro, como já disse ao Senado, só, enfrentando o prestigio indescriptivel de tres generaes dos mais valorosos naquella época de militarismo. Tinha simplesmente para me animar na lucta a fé illimitada na Republica, a fé illimitada nos acontecimentos, que vieram ao meu encontro.

Um dia, mezes depois, tendo voltado, portanto, já da Parahyba desilludido dos elementos que lá deixara na primeira fermentação de oligarchia, encontrei-me com o Dr. Abdon Milanez na rua do Ouvidor, procurava eu então fundar um club parahybano, para levantar daqui o espirito dos meus patricios contra a oligarchia dos Neivas. Communiquei ao Dr. Abdon Milanez esse projecto.

— «Menino, me respondeu elle, você está só ; nada fará. Quem vae salvar a Parahyba é Floriano Peixoto. Elle está na roça, vae ser chamado para Ministro da Guerra, e uma vez no Ministerio, conhecendo bem a Parahyba, tenho confiança que nos auxiliará muito na organização da politica do Estado.»

Mostrei-me plenamente de accôrdo com S. Ex., que me tratava com a autoridade a que tinha direito, como amigo de meu pae, pois via que elle era conhecedor por instincto da marcha que levava a politica, que costumava acompanhar com o talento que se lhe não podia negar.

De facto, Sr. Presidente, elle previra o futuro: dias se passaram, Floriano Peixoto era Ministro da Guerra. Mais tarde, em uma festa na Escola Militar, era eu apresentado a Floriano como ex-chefe de policia da Parahyba e elle me respondia: «Já o conheço muito, Dr. Lisboa».

Começaram ahi as nossas relações. Como eu captei a confiança do marechal Floriano Peixoto, já o descrevi hontem ao Senado, não tomarei mais a respeito o tempo preciosissimo desta augusta Casa.

Os acontecimentos que deram em resultado o *23 de Novembro* já os descrevi tambem no meu discurso passado. Continuarei, portanto, a narrar as negociações entabolados para a nomeação do major Alvaro Machado governador da Parahyba do Norte.

Espalhava-se na atmosphera politica que o marechal resistia ao desejo manifestado por todos os elementos revolucionarios victoriosos no sentido da deposição dos governadores. Eu sou testemunha

do quanto S. Ex. resistiu em continuar nesse erro do governo anterior.

Dezesete dias depois da quéda da dictadura fui visitar o marechal, que se achava na rua de Santa Alexandrina, fui em companhia de Marciano de Magalhães. Lá encontrei uma roda politica na qual se discutia o problema momentaneo da eleição de presidente. Entrei na discussão, dei opinião franca de que a Constituição, quando tratava da eleição dentro dos dous annos, não cogitava do primeiro periodo governamental, cuja escolha de presidente fôra feita de um modo inteiramente especial, pelo regimen indirecto ; que o espirito, ao meu ver, da Constituição, nas suas disposições transitorias, era resguardar o primeiro periodo governamental de uma eleição geral.

Terminada esta discussão, o Senador Gil Goulart, meu distincto amigo, que estava presente, entrara na questão com as vantagens juridicas que todos lhe reconhecem, e neste momento pleiteava junto ao marechal a retirada do commandante do batalhão de linha estacionado no Espirito Santo, disse-me :

« Coelho Lisboa, você que ama o Espirito Santo, onde fez grande parte da sua propaganda, reforce ao marechal o meu pedido para a retirada do coronel Gouvêa do commando do batalhão de linha da Victoria. » O coronel Gouvêa era parahybano e, aliás, um parahybano distincto pela bravura e pelo caracter.

O Sr. Moniz Freire — Apoiadissimo.

O Sr. Coelho Lisboa — Retirando-se aquelle illustre Senador, mudei de cadeira, sentando-me ao lado do marechal ; transmitti-lhe o pedido do Senador Gil Goulart, e não me lembro qual foi a resposta do marechal ; lembro-me, porém, que logo depois S. Ex. me disse :

—« A sua Parahyba é a mais desgraçada de todas !...»
Referia-se á oligarchia dos Neivas, contra a qual eu vinha me batendo de longa data.

—«Mas, Sr. marechal, respondi eu, não é esta a opinião que o João Neiva anda a espalhar por ahi. Diz elle que obterá de V. Ex. tudo quanto quizer.

—«A Barreto, replicou o marechal, eu disse: Barreto, tudo quanto você quizer, mas você, Barreto.

—«Mas, Sr. marechal, a vontade politica do Barreto é a vontade politica de João Neiva.»

Não me lembro tambem qual foi a resposta de S. Ex.; lembro-me entretanto, que, quando me despedi do marechal, não sei si por divizar elle na minha physionomia todo o desalento que me ia n'alma, teve para mim estas palavras de conforto : « Dr. Lisboa, os bons amigos aqui ! e apontou o seu salão.

Dias depois... Tinha-se dado a deposição do governador do Rio de Janeiro ; tinha-se dado a deposição do governador da Bahia, e creio, tambem a deposição do governador de Matto Grosso. Os acontecimentos se encaminhavam para o problema que eu desejava resolver, chegou ao meu conhecimento, por telegramma, a noticia da deposição do governador Venancio Neiva no meu Estado.

Em a noite desse mesmo dia, indo a *O Paiz*, pelas onze horas

soube, pelos telegrammas chegados da Parahyba do Norte, da reposição de Venancio Neiva no governo do Estado.

Um telegramma do marechal Floriano dera em consequencia a reposição de Venancio. A minha desorientação era completa.

Era uma derrota uma derrota que me faria soffrer amargamente, embora visse que a marcha da Republica no paiz ia segura.

Pela manhã, me procuraram em minha casa o Dr. Sá Andrade, deputado pela Parahyba, então em opposição e o Dr. Lopes Pereira, meu distincto patricio e amigo. Disse-me aquelle :

—«Coelho Lisboa, você deve ir ao marechal tratar desses acontecimentos ; a oligarchia dos Neivas, não póde continuar. »

—«Estou me preparando para isto», lhe respondi eu. « Sá Andrade, tu que és deputado federal, me deves acompanhar. Vamos ao marechal,descrever-lhe o estado da nossa terra, que elle conhece mais do que nós, mas vamos descrevel-o, com as cores mais vivas que pudermos.»

Ninguem póde imaginar o que era o Itamaraty naquelles tempos, a multidão que se acotovellava naquellas salas e as difficuldades com que se luctava para chegar até a presença do marechal.

Um acontecimento feliz, porém, se nos deparou : — a passagem de S. Ex. de um salão para outro. Adeantei-me, cumprimentei S. Ex. e lhe apresentei o Dr. Sá Andrade. Aquelle deputado, começou timidamente a tratar do caso da Parahyba, dizendo que o que se esperava, era que Venancio Neiva passasse o poder a seu pae, o vice-governador do Estado.

Notei a transformação por que passou a physionomia do marechal, ouvindo o deputado federal fallar de seu pae, vice-governador do Estado, e a resposta que succedeu immediatamente a essa impressão, foi:—«Eu não me posso metter nesses assumptos». E S. Ex. foi se despedindo, foi então que eu achei conveniente dizer-lhe :—«Sr. marechal, a minha questão é outra: venho mostrar a V. Ex. estes telegrammas. A reposição do governador Venancio Neiva já deu em consequencia a prisão do Dr. Diogo Velho Sobrinho e de outros muitos amigos, como dizem esses telegrammas. Eu, portanto, preoccupado com a sorte dos meus amigos, vim recorrer a V. Ex.».—«Ah! isto sim é commigo, disse o marechal. Faz favor ; deixe-me o jornal.»

Deixei o jornal com o marechal Floriano. Um telegramma foi passado por S. Ex. ao commandante do batalhão na Parahyba do Norte, que era então o Sr. coronel Savaget.

No dia seguinte Venancio Neiva era deposto definitivamente do governo da Parahyba do Norte e uma junta era formada tendo por presidente o coronel Savaget, para continuar a obra da reorganização do Estado.

—« O Dr. Abdon Milanez... *nondum natus erat*... encontrei-me com este coestaduano em um café na rua do Ouvidor, passados tempos, e conversando na intimidade sobre os parahybanos, que podiam occupar o logar de governador do meu Estado, elle me disse: — « Já conversei com o Floriano sobre alguns... eu tinha um governador para a Parahyba...»

Conhecendo immediatamente onde iria parar o pensamento de S. Ex. eu lhe respondi:—« Antes de ser seu candidato já foi meu. Eu o apresentei a João Neiva, para governador da Parahyba e João

Neiva me respondeu: « dava-lhe duas filhas em casamento, mas... para governador da Parahyba não serve.»

—«E' este mesmo, disse-me o Dr. Abdon Milanez. Pois bem, como você está de accôrdo commigo, apresente o nome delle ao marechal, porque sendo eu seu tio não me fica bem apresental-o.»

No dia seguinte dirigi-me a casa do marechal, resolvido a enfrentar o problema.

Estava o marechal Floriano ainda habitando a casa da rua Santa Alexandrina, e em torno de S. Ex. formara-se uma roda politica em que se descreviam os acontecimentos do dia. Um official contara uma impressão que corria, eu me lembrei de dizer ao marechal:

—« Diz-se tambem que V. Ex. já rejeitou mil contos pelas suas fazendas.»

« Que fôra proposta á V. Ex. a compra de uma sua fazenda por 500 contos e que V. Ex. respondera: « Eu não tenho uma fazenda, mas dous cacos de fazendas, em Alagoas, ignorando que ellas tivessem tamanho valor.»

« Replicara o proponente á V. Ex. que seria melhor vender as duas por mil contos, ao que V. Ex teria dito:

« E eu acceito. Não posso rejeitar um negocio destes. Regeital-o seria declarar-me inimigo de meus filhos. Simplesmente emquanto eu estiver preoccupado com os publicos negocios, emquanto eu estiver na Presidencia, não poderei fechar o negocio; mas, desde que deixe a Presidencia da Republica o senhor poderá voltar, porque o negocio será fechado.»

E perguntei a S. Ex.:

— « Foi assim mesmo, Sr. marechal ? »

S. Ex. respondeu-me: —«Com pequenas alterações».

—Um outro facto é o seguinte: «que um politico se dirigira a sua Exma. senhora, fazendo um pedido para ser transmittido á V. Ex., e que ella respondera: «em negocios da casa Floriano não se mette, porque delles não entende; em negocios politicos eu não me devo metter, porque delles tambem não entendo».

Passada essa conversa, o marechal Floriano dirigiu-me a palavra sobre a Parahyba, pedindo a minha opinião a respeito da nomeação de governador, nos seguintes termos: —«que me diz o senhor sobre um tal Lima para governador da Parahyba ?»

Suppondo eu que se tratava do Dr. Cunha Lima, que depois foi deputado federal commigo, meu distincto amigo e conterraneo, respondi-lhe: «Sr. marechal, o Dr. Cunha Lima é um amigo muito distincto, mas muito exaltado, para governador do Estado não serve.»

Respondeu-me S. Ex.: —«Então está fóra de combate».

—«E o Dr. Alvaro Machado, que acha V. Ex. ?»

—« Um bom governador para a Parahyba», respondeu o marechal.»

Sr. Presidente, por uma indiscrição jornalistica, a imprensa do dia seguinte dera a noticia da nomeação do major Alvaro Machado para o cargo de governador da Parahyba do Norte, e foi tal a impressão desagradavel que se produziu na athmosphera militar, que rodeava o marechal, que nós embalde esperamos por dias, semanas e mais de mez essa nomeação, que não foi feita.

Não quero particularizar. O que eu avanço da tribuna, provo. Depois, em um meio politico, como é o Senado, eu não estou dizendo novidade alguma.

Voltando ao Dr. Abdon Milanez, no dia seguinte e conversando sobre a minha conferencia com o marechal, o velho Abdon me disse.

—«Não era sobre o Cunha Lima que Floriano pedia a sua opinião, era sobre o desembargador Moreira Lima, de quem lhe havia eu fallado para governador do Estado.»

Seu tio tivera outro candidato, e foi a minha apresentação que deu logar a entrada do seu nome entre os possiveis para governador da Parahyba. E mais. Sobre a nomeação de Moreira Lima apresentada pelo Dr. Abdon Milanez, o marechal pedia-me informações e sobre o meu candidato, o marechal não pedia a opinião do Dr. Abdon Milanez.

Mas não é só isso ; sobre acontecimentos muito mais importantes, o marechal não pediu a opinião do Dr. Abdon Milanez, como provarei.

Tempos se passaram, dizia eu. O Dr. Cunha Lima, e o coronel Manoel Gomes á frente de 1.800 homens depuzeram a Intendencia de Areia, a Intendencia de Alagôa Nova, a Intendencia de Alagôa Grande, e marchavam sobre a capital contra a Junta Governativa. Os jornaes noticiaram em telegrammas a revolução na Parahyba do Norte.

Eu, intimamente fiquei satisfeito, porque a demora de nomeação de governador, como havia predito a S. Ex., dera em resultado um movimento revolucionario em meu Estado. Vindo á cidade, encontro na rua do Ouvidor o 1º tenente Arthur de Mello, ajudante de ordens do almirante Custodio de Mello, que me diz: —«Meu tio precisa fallar-lhe; pede-lhe que o procure.»

—«Já agora não o poderei encontrar no Ministerio da Marinha.»
—«Procure-o em casa.»

Fui á noite á casa do almirante Custodio de Mello e, ao trocarmos os primeiros comprimentos, disse-me S. Ex.:

—«Ficou assentado hoje em Conselho de Ministros, que o senhor seria convidado para ir ao seu Estado suffocar aquelle movimento.»

Sobre este convite á minha pessoa, não foi consultado o Dr. Abdon Milanez, que se mostrou irritadissimo quando lhe communiquei a resolução do marechal !

Sr. Presidente, eu achava por demais elevada a honra que me era conferida pelo Conselho de Ministros, mas achava inutil a minha ida á Parahyba, e disse ao almirante Custodio de Mello: —«Não me é preciso ir á Parahyba; daqui, com um telegramma ao Dr. Cunha Lima, que é meu amigo e conterraneo, retiral-o-hei do campo, desde que o marechal nomeie o governador, nomeação que já assentamos. A luta no Estado é contra a Junta Governativa e não contra o Governo Federal.» Replicou-me o almirante:—«Bem, vá para a casa, durma, peça conselho aos seus travesseiros e amanhã vá dar a resposta ao marechal.»

No dia seguinte apresentei-me no Itamaraty e, recebido pelo marechal, me disse S. Ex.: «Mandei chamal-o para que o senhor vá á Parahyba acabar com aquelle movimento.»

—«Não me é preciso ir á Parahyba, Sr. marechal, insisti eu,

desde que V. Ex. nomeie o Dr. Alvaro Machado governador do estado, daqui passarei um telegramma ao Dr. Cunha Lima e elle suspenderá as hostilidades.»—«Desejo que o senhor vá ; o senhor indo eu fico descançado.»

—«Mas, Sr. marechal, V. Ex. nomeará o Dr. Alvaro Machado, por telegramma? Elle está na Bahia, de passagem, me encontrarei com elle e o levarei commigo para o collocar no governo.»

O marechal respondeu-me: eu telegrapharei ao Alvaro. Fiquei satisfeito, certo de que S. Ex. nomearia por telegramma o Dr. Alvaro Machado governador da Parahyba do Norte.

S. Ex., diante da difficuldade, que eu lhe expuz, de embarcar no dia seguinte ás 10 horas da manhã, quando partiria o vapor do Lloyd Brazileiro, deu ordens para que o vapor me esperasse até as 5 horas da tarde.

A's 5 horas embarcava eu para a Parahyba. Na Bahia, ao receber a bordo o Dr. Alvaro Machado, perguntei-lhe:—«Alvaro, você recebeu telegramma do marechal o nomeando governador ? » Elle me respondeu :—«Recebi... e...recebi um telegramma do marechal, dizendo que eu iria com um amigo de toda a sua confiança.»

Tomei o primeiro *recebi* como affirmativa á minha pergunta e segui para a Parahyba do Norte, certo de que S. Ex. levava no bolso o telegramma do marechal que o nomeava governador do Estado.

O Sr. Presidente — Peço permissão para observar ao nobre Senador que a hora do expediente está finda.

O Sr. Coelho Lisboa—Neste caso peço á V. Ex. conceder-me a palavra para continuar o meu discurso no expediente de amanhã.

O Sr. Presidente—V.Ex. será attendido.

Sessão de 12 de maio de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, continua a ser, na tribuna, bem constrangida a minha posição, sustentada apenas pela convicção de que estou cumprindo um dever doloroso.

Pedirei, portanto, aos meus honrados collegas que tenham paciencia para ouvir quem se vê na dura necessidade de defender-se: *Durum ! sed levius fit patientia quidquid corrigere est nefas.*

Eu trazia aqui a narração da minha viagem para o meu Estado, levando em minha companhia o major Alvaro Machado, para collocal-o na presidencia da Parahyba do Norte.

A minha narração chegara ao porto da Bahia, seguimos para o Recife, onde S. Ex. desembarcou e, de volta, a bordo do *Brazil*, demonstrou-se completamente transformado.

Um dos membros da junta governativa da Parahyba, do Norte, o Dr. Eugenio Toscano, que via na approximação de S. Ex. em minha companhia, uma ameaça ao mecanismo governamental que, nos poucos tempos em que a junta administrava o Estado, houvera levantado para seus planos politicos, mandou ao Recife um emissario militar para apossar-se do espirito de S. Ex.

O que digo, Sr. Presidente, está escripto e publicado nos jornaes da epoca pelo proprio emissario, o major Rego Barros ; elle o declarou em artigos :

« Conhecendo quem era o governador nomeado para o Estado da Parahyba, escreveu elle, eu disse ao Dr. Eugenio Toscano:— Conheço muito o Alvaro Machado, é um espirito de que me apossarei com facilidade. Vou encontral-o no Recife.»

De facto, Sr. Presidente, ao voltar para bordo do *Brazil*, o major Alvaro Machado me enfrentava, dizendo:— «João Coelho, como elle me chamava na intimidade, pensei que o amigo de que o marechal me falla no seu telegramma fosse um meu irmão d'armas.»

Era esta a sua primeira investida! Irmão d'armas? ! De armas era eu ; irmão de S. Ex. ! não !

Então disse-lhe eu :—« Alvaro, si o incommoda a minha companhia para a Parahyba, voltarei daqui mesmo, do Recife.»

O Sr. Alvaro Machado—O meu silencio não importa em approvação ao que V. Ex. está dizendo. Em tempo opportuno, terá a resposta de tudo.

O Sr. Coelho Lisboa—Não acredito que V. Ex. não confirme o que estou dizendo...

O Sr. Alvaro Machado—Dar-lhe-hei resposta.

O Sr. Coelho Lisboa—... porque V. Ex. tem em casa quem lhe possa avivar a memoria. Pessoa que lhe é cara deu um aparte nesse momento:—«Vocês ainda estão aqui e já começam a brigar. Deixem-se disso.»

Ah! Sr. Presidente! Não tenho medo de contestação ao que affirmo.

Mas, seguindo para a Parahyba, ao desembarcarmos, o Dr. Eugenio Toscano procurou apoderar-se do braço de S. Ex., para que S. Ex. entrasse na cidade pelo seu braço. S. Ex., porém, nesse momento me chamava para si, como que preferindo entrar na cidade, guiado pelo meu braço.

Dentro em pouco, S. Ex. estava completamente absorvido pelo espirito de Eugenio Toscano, o homem com quem eu trazia uma luta desde o principio da Republica.

Eu lutava contra a oligarchia dos Neivas, da qual era então Eugenio Toscano defensor. Pouco tempo depois Eugenio fizera grande opposição á oligarchia Venancio Neiva e a depuzera! fazia parte da Junta Governativa.

Na minha conferencia com o marechal Floriano Peixoto, eu lhe havia delineado um plano politico, que trazia de longa data, sobre a organização politica do meu Estado. Era alheio ás diversas politicas e sem paixões partidarias, tinha a intenção de convidar a vir á capital, fundar um partido, os representantes de todas as facções politicas, em todos os municipios.

Approvado esse plano pelo marechal, com a sua phrase:—«Vá; —tudo quanto o senhor fizer eu darei por bem feito» eu traduzi ao major Alvaro Machado o que combinara com o Presidente da Republica. S. Ex. combinara então commigo a fundação de um partido, que fizesse o congraçamento geral da politica da Parahyba do Norte, e que pudesse garantir uma politica larga generosa e conciliadora.

O Dr. Eugenio Toscano, que havia levantado o seu mecanismo governamental, como membro activo da junta, á sombra do coronel Savaget, seu presidente, revoltou-se contra o meu plano e fez uma lista de candidatos á Assembléa Legislativa, naturalmente composta daquelles que o haviam de apoiar incondicionalmente e apresentou essa lista a S. Ex. para remettel-a para o sertão, porque dizia Eugenio Toscano: « sertanejo o que quer é encontrar nome em que votar, não se preoccupa com politica ».

Aconselhei a S. Ex. cumprisse o dever que o marechal Floriano impuzera, quando, ouvindo o meu plano de partido, me dissera: — « Bem, o senhor vá, o senhor apresentará o Alvaro aos homens politicos da Parahyba, elle não conhece ninguem lá, façam juntos a politica.»

Em obediencia a esta ordem do Sr. marechal, eu procurei convencer o Dr. Alvaro Machado a fundar o partido com o qual deveria governar o Estado.

Suppuz-me vencedor, Sr. Presidente, apezar do Dr. Eugenio Toscano dizer em reunião de amigos: « O meu primo Dr. Leite Ferreira está ahi; veiu do sertão buscar a lista dos candidatos. Não ha perigo nenhum. A assembléa será feita como eu entendo».

Tinha elle um plano, que era, constituida a assembléa assim, fazer-se eleger governador, elle! plano de que o Sr. major Alvaro Machado se convenceu mais tarde, conhecendo depois a grandeza

do perigo em que incorrera e do qual o salvara eu, fundando o partido.

Um dia, entrando em palacio, encontrei no salão principal S. Ex. o major Alvaro Machado, o Dr. Gama e Mello e o Dr. Eugenio Toscano, e muito de proposito, quando eu me approximava da mesa, disse S.Ex.:—«Toscano, manda levar a lista para o sertão, para se proceder á eleição».

— « Alvaro, interrompi eu, não estava combinado entre nós, de accôrdo com a orientação politica do Governo Federal, de que eu fui portador, a fundação de um partido que se tornasse a base de todo o seu governo ?»

— « João Coelho, em negocios particulares eu estou sempre disposto a ouvil-o, como seu amigo que sou, (S. Ex. é melifluo quando...), mas em negocios politicos, não. Eu não sei em que caracter você veiu do Rio de Janeiro.»

— « Alvaro, você não me disse que recebeu na Bahia um telegramma do marechal Floriano Peixoto, em que elle dizia, que você acompanharia a um amigo seu, de toda a sua confiança ? »

— « Mas meu tio me diz em sua carta que se surprehendeu com a sua partida. João Coelho, você foi feliz ! a causa que você defendeu foi victoriosa .»

— « A causa que eu defendi, Alvaro, foi victoriosa, é certo; mas os felizes foram outros ! »

Tenho memoria e não me esqueço dos momentos mais sérios de minha vida politica.

Então, Sr. Presidente, acrescentei eu :

— « Pois bem, Alvaro ; telegraphe você ao marechal, perguntando em que caracter eu vim, que eu telegrapharei tambem.»

— « Não, respondeu-me S. Ex., eu telegrapho e você dicta o telegramma. »

Procurei ditar o telegramma. S. Ex. procurava porem adaptar á sua fórma o que eu dictava. Deixei-o em paz e fui para minha casa; redigi um telegramma ao marechal, esclarecendo perfeitamente a situação, dizendo-lhe que S. Ex. se negava a fundar partido, para aproveitar todos os elementos dos antigos partidos; e que eu havia rompido com S. Ex. Durante tres dias me conservei inteiramente desligado de responsabilidades politicas com S. Ex.

Ao sahir de palacio, quando me despedi de S. Ex., eu lhe pedira que me mandasse dizer a resposta que recebesse do marechal. E S. Ex. me dissera:

— «Mandar-lhe-hei uma cópia do telegramma que receber.»

Tres dias se passaram em que aquelles mesmos politicos, que, se vangloriavam com a minha quéda, vinham a minha casa ouvir-me para ir depois a palacio ouvir e transmittir a S. Ex. o que tivessem ouvido de mim e fermentava entre nós a intriga, rompidos nós em politica. No fim do terceiro dia, recebia eu um telegramma do marechal Floriano Peixoto e, immediatamente, um recado de S. Ex. me chamando a palacio. Acudi ao convite e perguntei ao governador: —« Porque me não mandou a cópia que me havia promettido ? »

— «João Coelho, você quer uma *publica-fórma*... eu lhe mando dar. »

— « Não quero uma *publica-fórma*, mas como você me havia promettido uma cópia eu a esperava. »

— « Eu lhe mostro o telegramma. »

Abriu a sua gaveta e mostrou-me o telegramma do marechal. S. Ex. não sabia que eu tinha no bolso uma cópia desse mesmo telegramma, remettida pelo mesmo marechal Floriano Peixoto. E durante 16 annos, procurando lhe dar prestigio e força, tive occulto esse telegramma, como a maior herança, que podia deixar a meus filhos, quando no futuro pudessem ver que seu pae, ainda muito moço, poude impor-se á confiança do grande Consolidador da Republica, na organização da politica de seu Estado. Vou ler ao Senado esse telegramma que não honra sómente, na opinião dos amigos, que o teem visto, o orador que ora occupa a attenção do Senado, honra a mentalidade do Consolidador da Republica, pelo delineamento de seu plano politico, largo, generoso, conciliador, sobretudo republicano.

De passagem por Pernambuco tive occasião de mostrar este telegramma ao meu distincto amigo Dr. Manoel Carlos de Gouvêa em sua casa. Havia alli uma grande roda politica de parahybanos, que, sabendo-me em casa de S. Ex., me haviam ido cumprimentar. Ao fallar nesse telegramma, antes de o ler ou mostrar, um de entre elles levantou-se dizendo :

—« Fui eu que o recebi. Era nesse tempo o chefe do serviço telegraphico da Parahyba do Norte, deve ter as minhas iniciaes P. S.. »

Deu a volta no salão e lendo o telegramma por sobre o meu hombro, declarou :

—«Ahi estão as minhas iniciaes.»

Tem o carimbo do telegrapho ; é de 1 de março de 1892, entrego-o ao exame dos que o quizerem fazer (*lendo*):

« Carimbo — Março — 1 — 1892.

« Dr. Coelho Lisboa— Parahyba do Norte— Visto que dizeis telegraphei governador Alvaro que seguistes a meu convite, como auxiliar primeiros tempos governo delle, levando tambem orientação politica Governo Federal, que é larga, generosa, conciliadora, mas republicana. Não perder bons elementos antigos partidos. Voltareis quando accordardes com o governador pedireis por telegramma qualquer recurso. Saúdo bons amigos. — *Floriano Peixoto*.»

Eu fallara na confiança que o marechal Floriano Peixoto depositava no orador, que ora occupa a attenção do Senado, e não teria feito referencia a essa confiança si não tivesse della a prova eloquente e positiva a registrar nos *Annaes* do Senado.

O telegramma, de que este é cópia, e que recebeu S. Ex. do marechal foi nos seguintes termos :

« Governador Alvaro—Dr. Lisboa seguiu como auxiliar vossos primeiros tempos governo, levando orientação politica Governo Federal, que é larga, generosa, conciliadora, mas republicana. »

O Sr. Alvaro Machado — Não recebi esse telegramma.

O Sr. Coelho Lisboa — Recebeu, que m'o fez ler.

O Sr. Alvaro Machado—Esse, não recebi.

O Sr. Coelho Lisboa — Senhores! De que é capaz um Senador da Republica!

Este telegramma (*mostrando o que acabava de lêr*) é a cópia do que S. Ex. recebeu e me mostrou.

O Sr. Alvaro Machado—Hei de ler ao Senado o que recebi.

O Sr. Coelho Lisboa—Estou assombrado!

O Sr. Alvaro Machado—E eu ainda mais.

O Sr. Coelho Lisboa (*continuando a dizer o telegramma*)—

> «Vos utilisareis dos officios do mesmo Doutor até os poderdes dispensar. Dr. Lisboa seguiu a meu convite. Saúdo Savaget.— *Floriano Peixoto*.»

O marechal, tendo empregado nesse telegramma o verbo *poderdes*, lembrou-se de que poderia ser elle confundido com *quizerdes* e accrescentou: «Dr. Lisboa seguiu a meu convite. Saúdo Savaget.»

O coronel Savaget era o commandante do batalhão 27 do exercito, estacionado na Parahyba do Norte.

Esta phrase — *Saúdo Savaget* — corresponde perfeitamente a esta outra — *me pedireis por telegramma qualquer recurso* do telegramma que o marechal me dirigiu.

Nesse momento, S. Ex. o chefe da politica situacionista do Estado, então governador, foi meu amigo *incondicional*, fundou o partido; toda a Parahyba sabe disto.

O Sr. Alvaro Machado—Creio que não.

O Sr. Coelho Lisboa — O Dr. Gama e Mello, quando leu o telegramma do marechal disse-me: — «Felicito-o mais uma vez pelas posições firmes que sempre sabe conquistar na sociedade.»

Nesse momento, Sr. Presidente, em que, ao entrar eu no salão do palacio do governo, S. Ex. me recebia com esta manifestação de rebeldia sobre a fundação do partido, travava-se essa lucta extraordinaria da lealdade contra a deslealdade para salvar o desleal! da consciencia contra a inconsciencia para salvar o inconsciente! porque no desleal, no inconsciente estava o futuro politico da minha terra.

O Sr. Alvaro Machado—Devolvo as insinuações.

O Sr. Coelho Lisboa—Tempos depois continuava S. Ex. a procurar em cada um dos politicos da Parahyba do Norte um professor de administração, porque S. Ex. nada sabia de administração; era uma vergonha. S. Ex. nem sabia o que era orçamento.

O Dr. Eugenio Toscano, medico, porém pratico na legislação estadoal, procurou guiar-lhe os primeiros passos, embora tirando proveito para seu grupo governamental, para manter sua politica.

Preparou-se a primeira eleição. Nessa eleição, dizia-me depois o governador Alvaro Machado que surprehendera, em palacio

a formação de chapas que faziam Eugenio Toscano o mais votado para ser o presidente. E dizia S. Ex. a todo o mundo :— «Mostrei a Eugenio Toscano a porta de sahida do palacio.»

Eu o havia livrado do primeiro perigo !... que se repetia, perigo em que elle assim mesmo tinha de incorrer em minha ausencia.

Sr. Presidente, peço licença á Mesa para perguntar ao Senador Alvaro Machado si S. Ex. tem o telegramma do marechal Floriano Peixoto, que o nomeou governador da Parahyba do Norte. (*Pausa.*)

Não se digna o Sr. Senador pela Parahyba de responder-me ?!

O Sr. Presidente—Peço licença á V. Ex. para observar que o Regimento do Senado não permitte a nenhum dos membros desta casa interpellar outro.

O Sr. Coelho Lisboa— Não interpellei, Sr. Presidente. Eu pedi licença á Mesa para perguntar...

O Sr. Alvaro Machado—Responderei ao Senado.

O Sr. Coelho Lisboa—Pedi licença á Mesa e esperei bastante tempo que m'a desse ou negasse.

Não posso acreditar que V. Ex. queira ser injusto para commigo.

O Sr. Presidente—Não tenho razões sinão de sympathia para com o honrado Senador.

O Sr. Coelho Lisboa—Pedi licença e esperava que a Mesa m'a desse ou negasse.

O Sr. Presidente—A Mesa não póde ter este arbitrio.

O Sr. Coelho Lisboa — Quero que o Senado fique bem edificado a respeito da fórma por que eu sei me manter na tribuna. Outros explorem a piedade publica, para atrahir sobre si condescendencia.

Reclamo justiça quando esta se me nega, porque só sei me manter na sociedade com a fórma que já disse e que a natureza deu ao homem: erecta, altiva e nobre,

Soube calar os meus serviços durante 16 annos, para dar força áquelle que foi a minha obra, na politica do paiz e a quem eu peguei pelo braço para collocar no governo do meu Estado, quando, vendo que se approximava o perigo (depois do golpe de Estado) de uma revolução na Capital da Republica, d'aqui partiu *prudentemente* para a Bahia, e lá se foi abrigar no Rio Vermelho, onde não o podiam perseguir os perigos revolucionarios do momento.

Com tenacidade que hoje condemno, eu, não querendo me collocar á frente dos movimentos, com as responsabilidades de governador, diante da politica de meu Estado, fui buscal-o, porque suppunha ter nelle um espirito calmo, justo e nobre. Mantive-me ao seu lado, durante 16 annos, procurando oriental-o na politica, porque S. Ex. fez no primeiro periodo do seu governo uma boa administração.

Levado á tribuna do Senado, por ter S. Ex. se apresentado á sociedade e á imprensa como factor da minha posição politica, tenho o direito de vir explicar, ao Senado e ao publico, que nunca fui feitura de ninguem e que S. Ex. é que é invenção minha, é minha obra politica !

S. Ex. não me quer responder si tem ou não um telegramma do marechal nomeando-o governador do Estado. Sou obrigado a acreditar, então, no que se diz em toda a Parahyba: «que S. Ex. nunca recebeu esse telegramma».

O Sr. Alvaro Machado — Elle está aqui no meu bolso.

O Sr. Coelho Lisboa — Veremos!

Sei, porém, que na occasião da posse, quando todos esperavamos que o termo fosse lavrado, com a nomeação exhibida por S. Ex., foi preciso enscenar-se uma acclamação, que não se fizera na praça, uma acclamação no salão da Intendencia Municipal, e os meus distinctos amigos coroneis Rufino Olavo e Genuino de Albuquerque foram os encarregados de acclamar S. Ex. governador da Parahyba.

Os jornaes da opposição decantaram em prosa e verso a posse de S. Ex. e a decantando, perguntavam: «Acclamado ou nomeado? Nomeado ou acclamado?!»

Nenhuma resposta dava o jornal do governo.

O Sr. Alvaro Machado—Foi lavrado até termo de posse.

O Sr. Coelho Lisboa—Como acclamado e não como nomeado. Eu, porém, Sr. Presidente, presente na occasião e com o meu espirito despreoccupado pela confiança que tinha em que S. Ex. houvera sido nomeado por telegramma do marechal, telegramma que eu havia pedido, assignei o termo de posse, accrescentando adiante do meu nome: « Em commissão politica do Governo Federal.»

Estavamos em um periodo que eu suppunha revolucionario: era aquelle que se deduzia da deposição dos governadores por diversas revoluções no Brazil.

A commissão que o marechal Floriano Peixoto me confiara, como commissão politica, eu só a podia exercer de fronte erguida; e foi por isso que, ao assignar a posse de S. Ex., fiz caracterizar o meu papel de emissario politico do Governo Federal.

Os jornaes da opposição procuraram jogar com isto para urdir intriga entre S. Ex. e aquelle que elles baptizaram, dentro em pouco, com o titulo de *director politico*, para tornar odiosa a minha posição perante o governador do Estado.

Enfrentei tudo, Sr. Presidente, tudo; mas desde que pude salvar S. Ex., da conspiração que estava suspensa sobre a sua cabeça, como uma espada de Damocles, para expulsal-o da Parahyba, afim de ficar o logar vago para o Dr. Eugenio Toscano, telegraphei ao marechal Floriano dizendo: «Minha commissão está terminada.»

A este telegramma S. Ex. deu a seguinte resposta: «Terminada vossa commissão, podeis voltar.»

Sr. Presidente, não me é possivel sahir do assombro em que me collocou a posição do infeliz representante da Parahyba do Norte no Senado da Republica.

O meu esprito está anniquilado!

E' uma vergonha, só comparavel á vergonha de ver o meu Estado entregue a uma oligarchia tão grotesca!

Senhores! em que se vae fundar essa oligarchia em minha terra, onde não ha defesa para os adversarios! onde já se não requer aos juizes, porque estes (com poucas honrosas excepções) não inspiram confiança! onde os adversarios correm toda a serie de pe-

rigos, perseguidos nos sertões, como são, pelos delegados, com praças de policia e cangaceiros que os acompanham ? !

Senhores ! Poderá um Estado ser entregue a uma oligarchia, cujo chefe nega a recepção de um telegramma, cuja cópia, a mais authentica, foi lida desta tribuna por quem neste momento dirige a palavra ao Senado !

O Sr. Alvaro Machado — Não recebi; si o tivesse recebido dil-o-hia neste momento.

O Sr. Coelho Lisboa — E' celebre ! Pois um Estado póde ser entregue a quem nega publicamente a recepção de um telegramma que recebeu, que me mostrou ! Quanta vergonha !

O Sr. Alvaro Machado—Eu devolvo intactas a V. Ex. as insinuações.

O Sr. Coelho Lisboa—Meu espirito está anniquilado! Repito: é a vergonha que se apossa de mim. Não ! Respondo a S. Ex.: Não ! A vergonha não governará a Parahyba. Não ! A vergonha não presidirá o governo da Parahyba do Norte ! Confio na dignidade dos parahybanos !

Não, Sr. Presidente ! Essa oligarchia, que se argamassa no crime, que tenta arrancar dos cofres publicos cincoenta e tantos contos sendo 33:000$ para, em parcellas de 700$, comprar o agente da cabala, que a implanta na Parahyba do Norte, tão grotesca quanto criminosamente ; e mais dezenove contos e duzentos para o 2º vice-presidente ; essa oligarchia, que se funda no *estellionato politico*, é uma vergonha ! porque eu não comprehendo como é que possa haver politica séria e honesta para a direcção dos publicos negocios, sem haver reprimenda para seus erros, para seus crimes !

Dizem que assassinar em politica não é crime. Será possivel? ! Oh, Sr. Presidente ! Tanto é crime assassinato politico que só não serão punidos os assassinos, si a amnistia, por motivos politicos, antiga razão de estado, vier cobril-os com seu manto. Dizem que tirar dinheiro dos cofres publicos,por meios indirectos, não é estellionato !...

O Sr. Alvaro Machado — Quem foi que tirou dinheiro dos cofres publicos, por meios indirectos ! Isso é uma affronta ; é um abuso da palavra.

O Sr. Coelho Lisboa — Oh, Sr. Presidente ! Emquanto o ministro, que por erro ou suborno rescindir contractos, e apontado pela sociedade inteira, tiver de ver mais tarde intentada acção em juizo contra a Fazenda Nacional, condemnado o Governo e ameaçado por esquadras estrangeiras para pagar indemnizações e esse ministro puder no dia seguinte vir de novo enfrentar a sociedade, como funccionario publico da Republica, eu digo ao Senado da Republica, digo á sociedade brazileira: isso não é Republica, é uma ajuntamento illicito.

Não ! Com o mesmo ardor com que me bati na propaganda pela Republica, levado pelo estudo da historia do meu paiz, cheio de morticinios, onde tombaram as cabeças das grandes victimas das revoluções brazileiras, eu vos digo : tenho a mesma força para fallar ao povo em prol da Republica, em prol da moralização do Governo.

Dizem que a falsidade não é crime quando ella é feita em comicios politicos. No tempo do Imperio, eu me lembro, foram feitos inqueritos policiaes para provar a criminalidade de falsificações eleitoraes e nós, trabalhando para implantar a Republica no paiz, diziamos a esses honrados matutos, que nos ouviam, diziamos aos quatro ventos do Brazil: «a Republica vem moralizar os costumes; é o governo da economia e da honestidade.»

E' por isso que, agora, fallando ao povo do meu Estado, encontro a descrença contra a Republica, que, para o povo, é o saque, é a perseguição, é a morte moral.

E' por isso, Sr. Presidente, porque elles veem que alguem que tem responsabilidades no Senado da Republica, que occupa uma cadeira nesta augusta Casa, manda escrever o nome de um seu companheiro de lutas, daquelle que, na consciencia do seu Estado, o collocou na politica, fel-o governador do Estado...

O Sr. Alvaro Machado. — Isto é presumpção de V. Ex., nada mais.

O Sr. Coelho Lisboa.—E' a verdade, que só a ingratidão de V. Ex. póde negar.

Mas, como dizia, Sr. Presidente, escreveu-se o meu nome nessa acta, e nella estou como me fazendo representar em tal reunião, e subscrevendo a apresentação da candidatura desse pobre moço á presidencia do meu Estado!

Sr. Presidente, eu quizera que me explicassem por que fórma me fiz representar nessa reunião, a quem passei procuração! E' um direito meu perguntal-o.

O Sr. Alvaro Machado—Pela confiança que todos tributavam a S. Ex. Julgavamos que S. Ex. era solidario com o partido. Isto se faz nas assembléas politicas. Muitas vezes escreveram o meu nome sem eu estar presente.

O Sr. Coelho Lisboa— E' cousa differente. A criminalidade consciente de S. Ex. estava em que durante o anno inteiro eu me pronunciára contra a candidatura de seu irmão á presidencia do Estado.

O Sr. Presidente—Perdôe-me o nobre Senador. Não me é dado permittir que S. Ex. se refira a um membro desta Casa em termos que o Regimento não consente.

O Sr. Coelho Lisboa—V. Ex. me dirá quaes foram as expressões anti-regimentaes de que usei.

O Sr. Presidente—V. Ex. acaba de attribuir a um dos membros desta Casa criminalidade consciente e o Regimento diz que é prohibido attribuir más intenções ou usar de expressões desrespeitosas para com os Senadores, Deputados e chefe da Nação.

O Sr. Coelho Lisboa—Em obediencia a V. Ex. retiro a criminalidade consciente ao membro desta Casa e declaro que me refiro ao chefe da politica da Parahyba, que, conscientemente, mandou escrever o meu nome na acta e deu-me como representado nessa sociedade que S. Ex. falsificou, baptisando-a com o titulo de «Convenção».

O Sr. Alvaro Machado — Darei a V. Ex. a resposta conveniente.

O Sr. Presidente—Observo ao nobre Senador que a hora do expediente está finda.

O Sr. Coelho Lisboa—Agradeço a V. Ex. e como o representante da Parahyba esteja com muito desejo de fallar e eu com muito desejo de ouvil-o, dou por terminado o meu discurso, pedindo a V. Ex. a fineza de inscrever-me no expediente do dia seguinte áquelle em que S. Ex. tiver terminado o seu discurso.

O Sr. Presidente — V. Ex. será attendido.

Sessão de 18 de maio de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, o profundo respeito, que devo ao Senado da Republica, e a alta consideração, que tributo pessoalmente á V. Ex., me obrigam a explicar a minha posição na bancada do meu Estado, na sessão de sexta-feira, aparteando energicamente o meu companheiro de representação, de fórma que o seu discurso feito em casa, em collaboração e decorado, como uma peça inteiriça, não produzisse o effeito de *fogo de artificio*, a que era destinado no Estado, porquanto S. Ex. não responde aos apartes e falla propositalmente alto, para não ouvil-os, deixando que do seu discurso, phrases destacadas, possam ferir a proposito, e com o effeito por S. Ex. desejado.

O discurso de S. Ex., peça inteiriça, unctuoso como o stellion grecolatino, venenoso como a tarantula italiana, que o representa na especie, pela transformação da lingua, verde-negro furta-cores, com o lagarto brazilia, não podia passar, sem protestos, acompanhando os diversos pontos em que o veneno da tarantula era a mim destinado. Era-me preciso feril-o com as settas dos meus apartes, de fórma que delle distillasse a peçonha, que não devia contaminar a minha existencia politica.

Esse discurso, S. Ex. foi no sabbado passeial-o ao sol da avenida, emquanto eu o esperava aqui, na bancada da Parahyba do Norte, para dar-lhe a réplica que havia promettido, e, com a generosidade com que sempre costumam proceder os cavalheiros, me mantive em silencio, por pensar que S. Ex., após aquelle laborioso... discurso, em que a montanha gemera, estivesse descansando no leito de enfermo !

Não, Sr. Presidente. Tendo S. Ex. communicado o grande acontecimento por telegramma, com elogios á sua pessoa, ao jornal *A União*, na Parahyba do Norte, de que é correspondente, S. Ex. foi receber as felicitações na avenida, de um ou outro engrossador, de quem se pudesse approximar para as provocar.

Eis, Sr. Presidente, porque eu me tornei um pouco impertinente. Era natural, porque S. Ex., usando de um *parti pris*, de modo algum quiz responder aos meus apartes para se não desorientar.

S. Ex. não acceitava, como não acceitou a luta em campo largo, onde eu costumo bater-me a peito descoberto, e acastellou-se sinuosamente dentro de suas phrases, nas phrases, Sr. Presidente, que S. Ex. constroe em casa, com cuidado, decorando-as, e, feito esse trabalho, vem para o Senado occupar a tribuna, falla alto quando se lhe dá apartes, procurando captar as sympathias pela unctuosidade da linguagem, fugindo assim de quem está em sua frente, o convidando para uma campanha larga e leal.

Sr. Presidente, o discurso de S. Ex. começou por uma confissão de crime social—o seu anonymato !

S. Ex. escreve artigos anonymos! S. Ex. o confessou !

Assim, Sr. Presidente. não era muito que eu, vendo-me atacado por um anonymo, attribuisse a S. Ex. a origem desse ataque.

Entretanto, S. Ex. diz, atirando como um insulto á probidade dos grandes politicos, que o anonymato é admittido na politica !

De fórma que, si eu amanhã ler em um dos jornaes da Capital da Republica um artigo qualquer defendendo o conselheiro Ruy Barbosa de um impertinente ataque, de um ataque infundado, e deparar abaixo desse artigo com a assignatura *Um bahiano*, poderei dizer: este artigo é do nosso embaixador em Haya ! De maneira que, si amanhã, em uma discussão sobre o Rio Grande do Sul, eu encontrar nos jornaes diarios um artigo assignado *Um rio grandense*, posso pensar que tal artigo é devido á penna do Sr. general Pinheiro Machado, o chefe da politica republicana brazileira ! Nas mesmas condições, si amanhã apparecer um artigo em qualquer dos jornaes, assignado por *Um mattogrossense*, embora se trate de um artigo anonymo, eu posso dizer : este artigo é do grande Joaquim Murtinho, do consolidador das nossas finanças !

Não, Sr. Presidente, protesto em nome da probidade dos grandes reformadores da politica brazileira.

Os grandes homens que levam a náo do Estado a porto seguro, não são anonymos.

Anonymos são os que não teem responsabilidades sociaes. Anonymos são os que não podem enfrentar as accusações que lhes fazem, por serem criminosos e se acobertam com o anonymato, para manejar ás occultas, para ferir á traição.

Esses é que são os anonymos!

S. Ex. o Sr. representante da Parahyba, a quem respondo, usa de dous pseudonymos no seu anonymato: *Um parahybano*, ou *Prudencio Milanez*.

Prudencio Milanez!...

Eu conheci,Sr. Presidente, dous bachareis, creio, com este nome. Um, filho do Dr. Abdon Felinto Milanez, « o tio, padrinho e protector » de S. Ex., foi eleito deputado á primeira assembléa estadual da Parahyba do Norte, cuja eleição S. Ex. presidiu.

O Dr. Abdon Felinto Milanez, « tio, padrinho e protector » de S. Ex., que o honrado Senador pela Parahyba disse da tribuna que devia ser o seu orientador na politica do Estado, porque conhecia de longa data aquella politica, não foi o escolhido, e convidado pelo marechal Floriano Peixoto para lhe guiar os primeiros passos na vida politica, porque o Marechal, como está descripto no seu telegramma aqui por mim lido, tinha o programma da politica larga, generosa e conciliadora, mas republicana. O Dr. Abdon Milanez não tinha educação republicana, não podia dar esta orientação á organização da politica do Estado.

As tendencias oligarchicas vinham de longa data, da politica do Imperio, ficaram estabelecidas aos quatro ventos em muitos pontos do paiz e, para fallar sómente do nosso visinho do sul, Pernambuco, basta citar os versos populares daquelle tempo que diziam:

«Quem viver em Pernambuco
Fique bem desenganado
Que ou ha de ser Cavalcanti
Ou ha de ser cavalgado.»

O Sr. Gonçalves Ferreira—Isso é historia antiga.

O Sr. Coelho Lisboa—Perfeitamente. Não me refiro á politica actual de Pernambuco ; refiro-me á tradição. Na historia politica do Imperio, as oligarchias estavam patentes e eu vou buscar de proposito uma das oligarchias mais antigas, que não tem representante na Republica, para mostrar que esse *virus* vem da politica imperial.

O Dr. Abdon Milanez orientou S. Ex. no sentido da oligarchia ; fez eleger o filho, Dr. Prudencio Milanez, deputado á primeira assembléa estadual.

Sr. Presidente, Prudencio Milanez, o filho do protector de S. Ex., quando voltou da Parahyba do Norte, me transmittiu as magoas profundas que trazia de sua viagem ; narrou-me a ingratidão acerba do presidente daquelle Estado para com seu velho pae ; elle disse-me e repetiu milhares e milhares de vezes, com a simplicidade de seu moral : « Qual não foi o meu espanto, ao chegar ao Estado, quando vi que o Alvaro não me mandara receber. Fui recebido por um negro velho, famulo de minha familia, que me levou para um hotel; e, quando mais tarde fui visitar o Alvaro, em palacio, elle me recebeu mal... e me impoz que resignasse o mandato. »

Esse Prudencio Milanez, filho do protector de S. Ex., não póde ser aquelle que me fere recentemente ; S. S. sempre foi meu amigo e ainda ha pouco tempo, quando o Dr. Abdon Milanez Filho, em todas as esquinas, em todos os salões e por diversos jornaes, clamava bem alto contra a ingratidão do chefe da politica da Parahyba do Norte para com seu velho pae, o Senador Abdon Milanez, era Prudencio Milanez o porta-voz de todas as accusações contra S. Ex. ! o Sr. Alvaro Machado. Portanto... esse não póde ser o cavalheiro que me ataca para defender S. Ex.

Conheço, Sr. Presidente, outro Prudencio Milanez, bacharel como aquelle, empregado da Secretaria da Guerra, amigo intimo do meu distincto amigo coronel Fonseca, Secretario do Governo da Republica.

Esse Prudencio Milanez mereceu de S. Ex. ser apresentado candidato a deputado á assembléa do meu Estado.

Prudencio Milanez, o filho do seu velho « tio, padrinho e protector », foi tido como um desassisado e expulso da representação da Parahyba do Norte por S. Ex. o Sr. Alvaro Machado, quando presidente.

O amigo intimo do secretario do Governo annos depois é eleito por S. Ex., mas este tambem é meu amigo, este, por toda a parte onde me encontrava cançava-me a paciencia, manifestando-se muito meu amigo e não me poderia ferir pelas columnas dos jornaes. Só posso attribuir a um terceiro e esse terceiro é o nome de que S. Ex. abusa, não se lembrando de que esse nome repercute como que o de um descendente de um seu tio e protector.

Não se poderia dizer, Sr. Presidente, que fosse o filho do meu distincto companheiro de politica, o ex-Senador Abdon Milanez, que me chamasse de ingrato pelas columnas dos jornaes porque eu não me tornasse amigo incondicional do chefe da politica da Parahyba do Norte. Não se poderia dizer, porque S. S. tinha monopolizado este titulo—ingrato- para aquelle que dirige aquella politica. Seu pae tinha sido meu amigo, grato para commigo por tel-o convidado a collaborar na politica do Estado. Occupou na segunda legisla-

tura da Republica uma cadeira no Senado com toda a dignidade e correcção que o seu espirito podia garantir.

Delle ouvi, Sr. Presidente, continuas queixas contra o sobrinho que lhe disputava a chefia do partido, continuas maguas manifestava contra o procedimento daquelle que se arvorara em chefe, de um dia para outro.

O Sr. Alvaro Machado — O Senador Abdon Milanez está morto. V. Ex. sempre invoca o testemunho de mortos.

O Sr. Coelho Lisboa—Mas ahi estão seus filhos para responderem por elle.

O Sr. Alvaro Machado—Estão presentes e responderão.

O Sr. Coelho Lisboa – Tenho no bolso uma carta do Dr. Abdon Milanez para responder ao telegramma que V. Ex. pediu ao Sr. Appollonio Zenaides lhe passasse. E' com esta carta que hei de confundil-o mais uma vez.

O testemunho do filho que traz o seu nome inteiro virá dar força ás minhas palavras.

O Sr. Alvaro Machado— Não prova nada, porque deixou de ser deputado em uma legislatura, por acto de leviandade.

O Sr. Coelho Lisboa— Explicarei toda a politica de S. Ex... Respondo aparte por aparte e desta fórma.

Na segunda legislatura, Sr. Presidente, primeira eleição por S. Ex. presidida viemos eleitos: o Dr. Abdon Milanez, senador, como S. Ex. disse da tribuna, e eu deputado.

S. Ex. viu nisto uma manifestação de oligarchia e admirou que eu concordasse com ella.

Sr. Presidente, para não roubar ao Senado o seu precioso tempo com argumentos longos, eu, desta tribuna, aponto simplesmente a S. Ex. tres cargos na Capital da Republica, occupados por tres irmãos, os generaes Souza Aguiar.

Portadores de nome illustre, não se satisfizeram simplesmente em conservar o nome de seu venerando pae; deram-lhe novo brilho nas lutas sociaes; apresentam-se altivos como que monopolizando a direcção de todo o Districto Federal; um na Prefeitura, outro no commando do Corpo de Bombeiros e ainda o outro no commando da Força Policial.

Nem houve quem viesse dizer que isso tinha visos de oligarchia. São tres batalhadores, tres nomes feitos nas lutas sociaes, tres nomes illustres. Não era muito, portanto, Sr. Presidente, que o Dr. Abdon Milanez, com serviços politicos na Provincia, velho monarchista sincero, viesse occupar uma cadeira no Senado, quando tinha continuado a prestar seus serviços ao paiz na Republica, porque seu sobrinho era presidente do Estado.

Não é isto o que caracteriza a oligarchia; o que caracteriza a oligarchia é a manobra fraudulenta, exercida para collocar no poder como presidente, um irresponsavel, desde que seja irmão do chefe politico do Estado.

O Sr. Alvaro Machado—Devolvo a injuria.

O Sr. Coelho Lisboa—Isto é que é oligarchia.

O Sr. Alvaro Machado—V. Ex. não deve abusar da tribuna do Senado. Só lhe posso responder guardando a compostura que devo a esta Casa. V. Ex. está atirando o epitheto de—irresponsavel—a meu irmão, um homem digno.

O Sr. Coelho Lisboa—Em politica é irresponsavel.

O Sr. Alvaro Machado—V. Ex. não póde abusar da tribuna do Senado e, desde que não lhe posso dar resposta, sinão guardando a compostura de Senador, prefiro retirar-me.

O Sr. Coelho Lisboa—S. Ex. *não se zangue tanto... tome um côpo de agua fria...* e responda simplesmente: Qual a responsabilidade politica de seu irmão?

O Sr. Alvaro Machado—E' presidente da assembléa legislativa da Parahyba.

O Sr. Coelho Lisboa— Presidente da Assembléa Legislativa! Diz S. Ex. que seu irmão é presidente da Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba do Norte ; pois é esta toda a responsabilidade que elle tem. Vou contar ao Senado como se deu este facto.

O Sr. Alvaro Machado—V. Ex. tem contado muita cousa a seu geito.

O Sr. Coelho Lisboa—Conto a geito dos homens serios.

O Sr. Alvaro Machado—Não lhe darei mais nenhum aparte.

O Sr. Coelho Lisboa—Porque não os póde dar ; está confundido.

O Sr. Alvaro Machado—Não creia nisto.

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, este Sr. Dr. João Machado, de quem S. Ex. fez uma biographia academica, é um moço doente. Tem nos olhos uns tons epilepticos, que demonstram perfeitamente a impetuosidade do ataque que o victima.

Só tem uma idéa: — dizer muito desaforo; é a phrase sua comesinha. Si se lhe perguntarem que desaforo vae dizer, não saberá responder. Eis o homem.

Nas nossas reuniões politicas, portava-se de modo inconveniente, de tal fórma que, muitas vezes, a nossa contrariedade era tamanha que nos retiravamos.

Certa vez, Sr. Presidente, para contar uma dentre todas, depois de conferenciar em casa de S. Ex., retirava-se o Dr. João Machado commigo e, ao esperarmos o bond, dizia-me S. Ex., de accôrdo com o seu modo de fallar suggestivo ao irmão, do qual se apoderara de tres annos a esta parte, de tal modo que é quem o governa:—« O Alvaro não tem um amigo em quem confiar.»

Elle não se referia, é verdade, a mim, mas ao 2º vice-presidente do Estado, a quem temia monsenhor Walfredo Leal passasse o Governo, e ao Dr. Apollonio Zenaides, meu companheiro de lutas politicas, aparentado com o vice-presidente, porquanto essa conversa era a continuação da conversa que tiveramos no gabinete de seu irmão.

Mas eu, que não deixo passar uma phrase que me possa ferir a dignidade, sem interpellar o interlocutor, repliquei:—« Não ; eu mereço toda a confiança de seu irmão.» Elle sorriu-se... e alvarmente respondeu-me: « Você ainda não passou por certas pro-

vas...» Dei-lhe resposta que não posso aqui repetir. Elle tomou o bond e eu segui para a minha residencia.

No dia seguinte, chamei de parte S. Ex., o chefe da politica da Parahyba, levei-o para uma sala a mais distante do recinto do Senado. Elle, muito apprehensivo, perguntou-me: « O que ha, João Coelho? —Sente-se ahi, indiquei-lhe uma cadeira.» Narrei-lhe o facto e disse-lhe: « Desejo saber si mereço ou não a sua confiança.» S Ex. me respondeu: « João Coelho, você presta attenção ao que o João diz? ! Eu só queria que você ouvisse sem ser visto a opinião do João a seu respeito. O João é muito seu amigo. —Não trato da amizade pessoal, Sr. Alvaro, trato de estudar o seu irmão a quem você está dando muita força, Sr. Alvaro ; o João está tomando ares de *Tzarwich*, isto desagrada! é preciso que você o chame á ordem.»

Assim falla um amigo verdadeiro. Eis o retrato do homem que está destinado pela sorte, ou pela fatalidade, a ser candidato á presidencia da Parahyba do Norte. Já que S. Ex. quer, elle está retratado.

«No palacio do governo do Estado deixou a peior impressão»,— eu o disse a S. Ex., quando vim da Parahyba.— «Os amigos engrossadores podem ter-lhe escripto que seu irmão produziu lá boa impressão, mas eu lhe digo que produziu a peior impressão possivel. Cada uma de suas phrases grosseiras manifestando prepotencia, era um estilete que cahia no coração dos amigos.»

Como eu disse ao Senado, ha tres annos, o espirito bastardamente ambicioso desse Sr. João Machado subordinou o espirito fraco do chefe da politica parahybana. Este quiz fazel-o Deputado Federal, nessa occasião era candidato á reeleição o Dr. Abdon Milanez.

O Dr. Abdon Milanez, escolhido para representar a Parahyba na Camara dos Deputados, me havia preterido; mas eu, Sr. Presidente, como tenho demonstrado, nunca fiz questão de logar, nunca fiz questão de posição.

Preterido pelo Dr. Abdon Milanez, eu só tive para com elle phrases amigas. Procurei encontral-o para deixal-o á vontade; e, fallando-lhe a respeito de sua eleição, a minha phrase para com S. Ex. foi esta: « Eu não fui preterido por Abdon Milanez, eu fui preterido por João Neiva, que é meu adversario politico.»

Indo á casa do Senador Alvaro Machado, quando os jornaes noticiaram um incendio em sua residencia, ao ser recebido por S. Ex. com esta phrase : *Amicus certus in re incerta cernitur*, eu lhe disse : Não estás *in re incerta*. Vim te visitar porque os jornaes noticiaram um incendio em tua casa, mas elles dizem um pequeno incendio rapido, sem valor. Nessa occasião S. Ex. deu-me uma explicação sobre a minha preterição, e eu colloquei-o á vontade, dizendo: «Na sua posição teria feito a mesma cousa. Abdon Milanez é filho do seu tio, padrinho e protector. » — Si um filho de Francisco de Oliveira pretendesse um logar e esse logar dependesse de um aceno meu, não teria coragem de fazel-o em sentido contrario; e puz deste modo S. Ex. á vontade.

Mas eu bati-me sempre contra a candidatura de seu irmão. Lutei um anno resolutamente contra essa ideia fixa de S. Ex. Nesta cadeira, quando em agosto S. Ex. me dizia: — « Vamos fazer primeiro esta eleição estadual; depois, em fevereiro, eu irei ao Estado...» eu lhe respondi—«Si vae ao Estado em fevereiro, vae pleitear a eleição de seu irmão á presidencia do Estado, porquanto,

você, Alvaro, a mim, diz: «Os candidatos á presidencia do Estado são: Appolonio Zenaides, Coelho Lisboa ou meu irmão, si os amigos o apresentarem» ; a Appollonio diz: «Os candidatos são: Coelho Lisboa, Apollonio Zenaides ou meu irmão, si os amigos o apresentarem.» Ora, desde que você colloca o meu nome entre o de Apollonio e o de seu irmão, quando me falla, me põe fóra de combate ; do mesmo modo, desde que você colloca o nome de Apollonio entre o meu nome e o de seu irmão, quando falla a este, o nome de Apollonio fica fóra de combate.

Conseguintemente, desde que você vae á Parahyba em fevereiro, época em que se reunirá a assembléa, vae pleitear a eleição de seu irmão; Alvaro, você nem saude tem para resistir aos embates dessa luta ! »

S. Ex. desconversou, não me deu resposta, como é seu costume.

O Sr. Alvaro Machado— O Estado lhe dará resposta de tudo isto.

O Sr. Coelho Lisboa— Já m'a deu. Venho de lá.

O Sr. Alvaro Machado— V. Ex. ha de verificar que não influi na apresentação de meu irmão.

O Sr. Coelho Lisboa— *Mirabile dictu !*

O Sr. Alvaro Machado— E' isto mesmo ; mas é verdade.

O Sr. Coelho Lisboa— *Words, words, words.*

Sr. Presidente, a primeira tentativa para collocar João Machado na politica do meu Estado foi no sentido de fazel-o Deputado Federal. Dessa tentativa surgiu a exclusão do Dr. Abdon Milanez da chapa eleitoral.

João Machado não foi eleito, porque S. Ex. era o candidato á senatoria, temia antipathias á chapa, mas foi eleito o Dr. Paula e Silva, meu distincto collega de academia ; e soou que o Dr. Paula e Silva fôra eleito com a condição de resignar o mandato no fim do primeiro anno da legislatura, para ser eleito deputado o Dr. João Machado.

Era o meio indirecto de fazer entrar para a politica esse irmão, que estava nos planos de S. Ex. destinado a ir reger os altos negocios do Estado. Era preciso que seu irmão entrasse de qualquer fórma na politica do Estado, mas o problema era difficil ; essa eleição condicional era um *dogma novo* de S. Ex. e o Dr. Paula e Silva respondeu ao *dogma novo* como... como devia responder !

Seguiram-se os tempos; mandou S. Ex. abrir uma vaga na Assembléa Legislativa, nomeou-se um deputado juiz de direito ou cousa que o valha, de fórma a entrar para a politica da Parahyba João Machado.

Mandou-se-lhe fazer a eleição e mandou-se elegel-o presidente daquella assembléa. Estava em viagem o Sr. João Machado apenas reconhecido deputado; o vapor tocava no porto do Recife e esse João Machado, seu irmão, que não havia tomado assento na assembléa, não havia prestado compromisso, não era par, foi eleito presidente da Assembléa Legislativa do Estado.

Eis, Sr. Presidente, para o que appella S. Ex.

Eis como João Machado foi e é presidente da Assembléa Legislativa do Estado.

Ahi começa a fraude, que acompanha todas as manifestações da

oligarchia do meu Estado; e a fraude politica que eu denuncio ao tribunal da opinião publica do paiz e que hei de acompanhar nas transformações por que passar nas eleições.

Foi eleito João Machado presidente dessa assembléa sem ser par, sem ter prestado compromisso, condição indispensavel para sel-o.

S. Ex., o chefe da politica da Parahyba do Norte rompeu os diques da intimidade para me atacar; S. Ex. mandou pedir ao Dr. Appolonio Zenaide um telegramma, de accôrdo com a redacção que daqui lhe remetteu, para lel-o no Senado. Conservo no bolso, telegrammas do Dr. Appolonio Zenaide e de S. Ex., que não quiz ler na discussão, aos quaes não dei publicidade.

O Sr. Alvaro Machado—Perfeitamente. Eu lamento ter-me esquecido de os ler.

O Sr. Coelho Lisboa—Agora estou na obrigação de os ler, assim como estou na obrigação de extravasar do peito tudo quanto a intimidade me confiou! a fazel-o em bem da liberbade do meu Estado.

O Sr. Alvaro Machado—Sinto não ter lido esses telegrammas, que provam exactamente o contrario do que V. Ex. tem dito.

Leia-os V. Ex. é isso mesmo que eu quero. Não os li por esquecimento.

O Sr. Coelho Lisboa—Quando S. Ex. acabar o seu discurso, eu continuarei.

O Sr. Presidente—Está com a palavra o Sr. Coelho Lisboa.

O Sr. Coelho Lisbôa—Mas, Sr. Presidente, não quero perder o fio da narração; o que digo, é grave.

Nesse momento deu-se um facto que me foi revelado em palacio por monsenhor Walfredo Leal e de que posso dar conhecimento ao Senado, porque monsenhor Walfredo Leal não guardou delle segredo, o facto transpirou na imprensa.

—«O Alvaro, disse-me monsenhor Walfredo Leal, mandou-me dizer que désse uma ajuda de custo de 1:000$ a seu irmão...»

O Sr. Alvaro Machado—E' falso.

O Sr. Coelho Lisboa—... mas eu não o dei; dei-lhe os 300$, que é quanto todos os deputados teem, dizendo-lhe em carta que o que podia fazer era convidar o João para morar em palacio, tornando-se elle meu hospede.

E o presidente do Estado, Sr. Presidente, dava hospedagem ao presidente da assembléa legislativa, e formava-se em pouco tempo esse conluio de onde deviam sahir as leis, que considero verdadeiros estellionatos politicos, como vou demonstrar, no mundo juridico. Aquelle facto transpirou e os jornaes registraram-no.

O Sr. Alvaro Machado—Que jornaes!

O Sr. Coelho Lisboa—Não ficou nisto, Sr. Presidente; dahi começou a declinar a confiança que o chefe do partido situacionista na Parahyba do Norte depositava em monsenhor Walfredo Leal, que se rebellára contra uma ordem sua, por principios de honestidade.

Monsenhor Walfredo Leal muitas vezes me disse:

—«Não posso fazer uma administração como desejo, porque o Alvaro deixou isto de uma fórma lamentavel. Ha individuos que percebem 300$ por mez, dados pelo Alvaro, sem exercerem funcções, sem serviço algum, e individuos que até não precisam disto.

Tenho procurado acabar com estas cousas, mas não posso.»

Vi, Sr. Presidente, vi com pezar, S. Ex. folheando o Codigo Penal na tribuna do Senado, de artigo em artigo, de alinea em alinea, procurando o ponto onde podia estar a sua criminalidade, buscando o argumento por onde poderia escapar á cellula da penitenciaria. Foi contristado que o vi levado até lá.

Muito serenamente, com a independencia que sempre me caracterizou em todos os actos da minha vida, denunciei S. Ex. á opinião publica, ao paiz, a este alto tribunal, que tem por penalidade o desprezo com que fulmina os criminosos. Lembro-me de um dos crimes que mais abalaram a sociedade mundial—o trafico de condecorações —, creado e alimentado pelo deputado Wilson, genro do grande Grévy, Presidente da Republica Franceza, crime que repercutiu da cidade de Pariz em todos os departamentos da França, em todos paizes, que reboou nas florestas do Brazil, recolhendo para Wilson o desprezo publico.

Este crime não estava capitulado no Codigo Penal Francez.

Wilson foi denunciado aos tribunaes; eu denunciei S. Ex. á opinião publica. Wilson viu o seu processo correr dia a dia os tramites legaes, sentiu todo o peso do de prezo publico cahir-lhe sobre a cabeça de representante da Nação, mas o juiz não lhe pôde applicar a pena do art. 177 do Codigo Penal Francez.

Sr. Presidente, por este facto o crime de Wilson não ficou menos punido, emquanto elle, ao voltar á Camara dos Deputados de França, via todos os seus pares se levantarem em signal de reprovação e era assim expulso daquella casa legislativa, a lei de 4 de julho de 1889 reformava o Codigo Penal francez, augmentando a extensão da penalidade do art. 177.

Paul Dorigny, no seu tratado *Theorie et Pratique du Délit d'Escroquerie*, á pagina 152, traz a sentença, que eu peço licença para transcrever no corpo do meu discurso, porque é longa, não quero cansar a attenção do Senado.

Ella termina dizendo :

«Considérant d'ailleurs que les faits précités ne tombent sous le coup d'ancune disposition répressive, qu'il appartient au juge, non de faire la loi, mais de l'appliquer telle qu'elle existe et qu'il lui est expressément interdit d'étendre la loi pénale à des cas qu'elle n'a pas prévus etc. Paris, 26 mars 1888. S. 89; 2.87; Comp. Paris, 26 av. 1888 D.. 88,2.159.—Garraud, t. III, p. 394, note 31):

A la suite de cet arrêt, les auteurs signalèrent à leur tour cette même lacune et une loi du 4 juillet 1889 fut votée qui ajouta à l'art. 177 C. P., la disposition suivante: «Sera punie des mêmes peines toute personne investie d'un mandat électif, qui aura agrée des offres ou promesses, reçu des dons ou présents pour faire obtenir ou tenter de faire obtenir des places (logares), fonctions ou emplois.

S. Ex. quer um emprego para o seu irmão.

...« de faveurs quelconques, accordées par l'autorité publique des marchés, entreprises ou autres bénéfices résultant de traités conclus également avec l'autorité publique et aura ainsi abusé de l'influence réelle ou supposée que lui donne son mandat.» Remarquons qu'au Sénat la proposition déposée par M. Bozérian et qui a été en première lècture, avait assimilé à tort le trafic d'influence à l'escroquerie.

« La loi du quatre juillet 1889...»

O Sr. Presidente — Observo ao nobre Senador que está finda a hora do expediente.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, estou na obrigação de responder a todo o discurso de S. Ex. ; por isso sou forçado a pedir á Mesa que me conserve a palavra para a sessão de amanhã.

O Sr. Presidente — V. Ex. será attendido.

Sessão de 19 de maio de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, é bem contrariado que continúo, nesta tribuna, a série de considerações sobre os crimes praticados no meu Estado com o intuito de alli fundar-se uma oligarchia, sem ver ao meu lado o oligarcha. Na esperança de que esteja S. Ex. a caminho do Senado, vou continuar a exposição que terminava hontem, quando fui surprehendido pelo termo da hora do expediente.

Eu fallava, Sr. Presidente, a respeito do crime que escandalizou o mundo inteiro, o crime de Wilson, o genro de Jules Grévy, Presidente da Republica Franceza, não previsto no Codigo Penal Francez, resultando dahi escapar-se o grande criminoso, como o Stellion, ás rêdes daquelle codigo.

Mas, Sr. Presidente, a lei de 4 de julho de 1889, pouco depois votada, veiu completar o art. 177 do Codigo Penal Francez ; as responsabilidades dos crimes de tal natureza foram de então em diante previstas e as penas daquelle artigo estenderam-se até aos individuos com posições politicas electivas, capazes de taes delinquencias.

A Republica, podemos dizer, não tem codigo penal. O codigo em vigor, decretado pelo Governo Provisorio, de que V. Ex. foi um grande ornamento, carece de reforma; esta se elabora ha mais de dez annos entre as duas Casas do Congresso, e o projecto se acha presentemente na secretaria do Senado.

Em o anno passado, provocada a Mesa por uma petição, foi nomeada uma commissão para dar parecer sobre a proposição da Camara dos Srs. Deputados, que reforma o Codigo Penal da Republica. Esta reforma deve ser discutida neste recinto, voltando daqui á Camara donde veiu ; será talvez uma esperança para o povo brazileiro, repressão contra as oligarchias, que opprimem o espirito do povo, opprimindo o da Republica, espalhando a descrença na massa popular, predispondo todos contra a orientação do regimen republicano.

Sr. Presidente, ter o povo a convicção de que o individuo que, por um caso de fortuna é elevado ao cargo de governador de um Estado, possa dirigir os destinos desse povo ao seu talante, como um senhor de fazenda, jogando com a assembléa que elegeu e composta de empregados publicos ou cidadãos do Estado presos ás contingencias da vida, expostos ás perseguições diarias sem garantias no poder judiciario, que obedece aos acenos da oligarchia, é um estado de cousas, Sr. Presidente, que não póde continuar.

A onda contra as oligarchias está formada na consciencia publica, como se formou a onda contra a escravidão, como se formou a onda contra a monarchia, é uma onda que deve pregar a

regeneração dos costumes, a orientação politica do regimen republicano.

Um governador, Sr. Presidente, tem hoje um poder discricionario, que não se póde aquilatar, e nós vemos com magua que os antigos presidentes de provincia, delegados do imperador, são lembrados com saudades pelo povo, comquanto alheios á economia da provincia, pois eram filhos de differentes pontos do paiz; pelo menos não perseguiam o povo, não tinham interesses em se perpetuarem no poder, delle não abusavam.

O abuso do poder, Sr. Presidente, é um dos maiores crimes que podem ser capitulados em um codigo de nação civilizada.

Paul Dorigny, no seu livro *Théorie et Pratique du Délit d'Escroquerie*, que hontem citei, tratando destes diversos crimes, aprecia-os quando praticados por abuso de poder. Diz elle: «Le pouvoir allegué peut être politique, surnaturel, médical ou autre. Le *pouvoir* d'un individu c'est l'influence dont il dispose, à raison de sa position sociale, de sa profession, de ses relations, etc... Dans un langage vulgaire, celui d'un escroc, par exemple, disposer d'un grand pouvoir, c'est avoir le *bras long*. »

A qualidade de um *escroc* que possue um grande poder é possuir um braço longo. Elle, por sua influencia, passa através das assembléas e vae aos cofres do Estado, distribuir o erario publico a seu talante, dispondo do Estado como se dispõe de uma fazenda.

E' por isso, Sr. Presidente, que os crimes se succedem. Elles provocam a indignação do povo; o povo, na sua indifferença pela Republica, recolhe-se, mas a perseguição promovida pelos oligarchas, os quaes se estendem já das presidencias aos municipios, pelos seus prefeitos e delegados de policia, vae levar á casa do cidadão a violencia que ha de provocar a revolta.

Este ligeiro quadro, que demonstrarei mais tarde da tribuna do Senado, dá uma idéa do estado de tensão em que se acham as populações do Brazil.

Entre as diversas classes de *escroqueries*, cita Paul Dorigny a de «um padre que, máo grado a interdicção de que tinha sido ferido, máo grado a prohibição de trazer vestes ecclesiasticas, levantara, sem autorização, um altar no seu domicilio, e ahi, ajuntando uma exposição incessante de ornamentos e vasos de igreja, explorava a gente credula da campanha com registros contendo annotações mysteriosas.

Estas manobras tinham por fim conseguir dinheiro por meio de grande numero de missas ditas em intenções diversas, curas de animaes, ganhos em loterias, expulsão de espiritos malignos, etc.

Esse padre, que assim procedia, tendo, aliás, consciencia de que não podia preencher suas funcções... foi condemnado pela Côrte de Cassação, em 30 de maio de 1857».

Nós, Sr. Presidente, nos cargos que occupamos na sociedade, nos submettemos sempre á norma da profissão que abraçamos. O advogado encara o seu cargo de accôrdo com a pratica da advocacia; o medico o vê sempre através os preceitos clinicos e o padre através as cerimonias religiosas.

Eu disse, Sr. Presidente, que a Constituição da Parahyba do Norte prohibia, terminantemente, dar vencimentos aos 1º e 2º vice-presidentes.

S. Ex., o meu companheiro de bancada, em seu discurso, veiu dizer que para isto fôra votada uma verba de representação, a

pedido do governo do Estado, em mensagem de abertura do Congresso.

Quid inde?

Não se está vendo nisto uma manobra fraudulenta para remunerar, com esses vencimentos, os serviços do secretario do governo, que é o candidato á 1ª vice-presidencia da chapa oligarchica!

Quem redigiu esta mensagem apresentada á assembléa por monsenhor Walfredo Leal? O seu secretario. Quem, Sr. Presidente, aconselhou este plano? O chefe da politica, que, no caso, é o cardeal *maestro de ceremonia*. Nada se faz na igrejinha da Parahyba sem que o mestre de ceremonia o ordene.

Leio a Constituição para que o Senado veja bem que se trata de vencimentos, e o meio por que S. Ex. procurou sophismar o assumpto, dando-lhe o nome de representação, é apenas uma manobra fraudulenta, para convencer á assembléa de que devia votar de afogadilho aquelle projecto criminoso, como si representação não fosse um vencimento prohibido pela Constituição do Estado.

Diz o art. 37 da Constituição do Estado da Parahyba do Norte:

> « A assembléa, em sua primeira reunião, marcará os vencimentos do presidente do Estado, regulando o modo de sua percepção, quando deixar o exercicio por motivo legal, e a parte que deve ser percebida pelo vice-presidente em exercicio, quer na substituição temporaria, quer na definitiva.»

Vê-se, portanto, positivamente, que os 1º e 2º vice-presidentes não teem vencimentos, e, quando exercendo o cargo de presidente, terão parte dos vencimentos do presidente, o qual se verá assim desfalcado nos seus.

Mais claro do que isto só poderá ver... o proprio ex-presidente, que collaborou, sanccionando este pacto fundamental do Estado da Parahyba?!! E esse ex-presidente é o mesmo chefe da politica parahybana, que conhece conscientemente que a Constituição trata de vencimentos e não de ordenado ou subsidio.

Vencimentos—termo generico, que abrange, Sr. Presidente, todos os modos de remuneração pecuniaria aos serviços publicos. O sophisma é completo; a manobra fraudulenta é provada, portanto.

O vice-presidente do Estado recolhido ao seu intimo, concentrado á sua educação ecclesiastica, comprehenderá que está *interdicto* de pedir á Assembléa do Estado a remuneração do seu secretario no papel de vice-presidente da oligarchia, si elle comprehender que, como governador do Estado, tem na Constituição um poder correspondente ao poder episcopal, que lhe póde dar a interdicção, e si S. Ex., apezar dessa interdicção, armar no seu palacio um altar a João Machado, acolytado pelo secretario Pedrosa, companheiros os dous na chapa oligarchica, aconselhados, pelo *maestro de ceremonia*, o chefe da politica da Parahyba, conseguir da Assembléa Legislativa, como conseguiu tirar dinheiro do Thesouro, levado pelo terror panico das demissões, que perseguirão seus diversos membros, si não votarem um tal projecto, si o presidente sanccionar uma lei desta natureza, praticará um acto de *escroquerie*, classificado por analogia no mundo juridico...

Quem conhece a honestidade de monsenhor Walfredo Leal sabe

quanto S. Ex. se revoltará contra o conselheiro que o levou a praticar um tal crime ! S. Ex. ficará por esta exposição conhecedor do abysmo onde o precipitaram os ambiciosos que o dirigiram nessa jornada.

Eis, Sr. Presidente, por que eu venho clamar no deserto, com a convicção de que as minhas palavras não serão perdidas, com a fé, a convicção de que a Republica ha de se erguer desse terreno de alluvião, porque a Republica se impõe, os costumes se hão de regenerar, porque o reflexo da civilização se faz sentir.

O outro crime o de falsidade, S. Ex. não quiz vir hoje ouvir descrevel-o, porém, eu quero terminar essa série primeira da campanha que levantei, continuarei a tratar da parte da falsificação da convenção, da falsificação da minha assignatura na acta que apresenta ao eleitorado da Parahyba do Norte o nome de João Machado para presidente do Estado. Descrevendo ligeiramente essa comedia, representada pelo chefe da politica da Parahyba, que aqui dizia que seu irmão seria o candidato, si os amigos o apresentassem e em fevereiro seguiu para a Parahyba, a repetir a cada um dos amigos essa insinuação para colher os fructos do que semeara ; essa comedia, em que o chefe politico da Parahyba do Norte veiu declarar á imprensa que *seus amigos lhe tinham posto as facas aos peitos* para lhe impor a candidatura de seu irmão...

Vou ler ao Senado os telegrammas trocados entre S. Ex. e o orador que occupa a tribuna, para dar uma idéa do ridiculo que caracterisa toda essa comedia. S. Ex. me pediu a leitura desses documentos ; eu os tinha guardados, não os dei á publicação dos jornaes, não os dei á publicação da tribuna do Senado. S. Ex. passou um telegramma ao Dr. Appolonio Zenaides em que lhe pedia que lhe respondesse em taes termos:—«Que Coelho Lisboa lhe havia dito que queria ser presidente da Parahyba, porque entendia que voltar do Senado para a Camara era ser desconsiderado». S. Ex., com o interesse de fazer uma pequena intriga entre mim e a Camara dos Srs. Deputados, da qual trago tão boas recordações, e tantas saudades, ultrapassou os direitos da intimidade, obrigou o Dr. Appollonio Zenaides a calar os seus sentimentos nobres para dar aquella resposta, e S. Ex. abusou do poder de tal fórma, que se esqueceu de que o Dr. Appolonio Zenaides, no leito de enfermo, dependendo de S. Ex. na sua aspiração a occupar a cadeira do Senado, vaga por morte do Senador Gama e Mello, devia ser poupado por dous motivos—primeiro, porque o seu testemunho não teria valor juridico ; segundo, porque o seu estado de saude o devia pôr a coberto das exigencias dessa ordem despotica.

Corriam, Sr. Presidente, aqui, em fins de fevereiro, boatos de que seria apresentada a chapa presidencial com o nome de João Machado, candidato á presidencia do Estado. Os jornaes publicaram as primeiras noticias telegraphicas a respeito ; e emquanto se dava esta lucta pela candidatura, Appolonio Zenaides fôra para o Estado pleitear sua eleição, contando com uma força poderosa, na vontade do Sr. Bispo da Parahyba, meu distincto amigo de infancia D, Adauto, seu contra-parente ; eu, Sr. Presidente, fiquei na Capital da Republica, apezar de convidado pelo meu companheiro de bancada, o chefe da politica, para ir ao Estado. Assim procedi, para que não se pudesse suppor que eu era candidato á presidencia. Não fiz por este motivo uma viagem que costumo fazer todos os annos.

Quando as primeiras noticias da candidatura João Machado foram publicadas por telegrammas, recebidos pelos jornaes desta Capital, eu, que durante um anno inteiro, como demonstrei da tribuna, me oppuzera energica e tenazmente a essa candidatura, propositalmente, por occasião do anniversario natalicio do Senador Alvaro Machado, passei-lhe um telegramma secco, que bem demonstrava que já o não considerava meu chefe. Passando esse telegramma, eu disse commigo mesmo: ou elle publica o meu telegramma e pela sua linguagem o partido vê que eu estou arredado de sua direcção, ou elle o não publica e o partido comprehenderá que eu não estou de accôrdo com elle, pois que o não felicitei.

O telegramma foi publicado, e — S.Ex. que é muito melindroso quanto ao modo de ser tratado - comprehendeu perfeitamente que me tinha deante de si.

Poucos dias depois recebi o seguinte telegramma da Parahyba do Norte: Carimbo — 8 — março — 1908.

> «Senador Coelho Lisboa — Aristides Lobo, 129 (6 h. a. m. recebido ás 9 horas da manhã) — Rio — Attendendo vontade grande maioria amigos meu candidato á presidencia é João Machado. Alvaro Machado, contrariado parentesco, deu plena liberdade escolha candidato. Apresentação será feita membros da Assembléa e representação federal, incluindo seu nome. Espero autorização. Tudo bem, maxima harmonia.— *Walfredo Leal*».

Eu respondi immediatamente : Rio 8, março.

> «Monsenhor Walfredo Leal, presidente Parahyba do Norte (9 h.a.m.)—Respondendo vosso telegramma pedindo minha approvação candidatura João Machado presidencia nosso Estado natal,applaudo justos escrupulos chefe supremo nosso partido Senador Alvaro Machado e contrario oligarchias por meus principios republicanos, que em todos os tempos defendi, zelando direitos sagrados de minha querida e altiva Parahyba, de tradições gloriosamente livres na historia patria, nego a minha assignatura, continuando com este procedimento a cumprir o programma que me tracei no principio da minha vida publica, lembro a candidatura do nosso caro companheiro Dr. Appolonio Zenaides, perfeitamente á altura de tão honroso cargo.»

A minha resposta, Sr. Presidente, era eloquente ; esperava que S. Ex. escolhesse para candidato á presidencia o Dr. Appolonio Zenaides, esse mesmo que se viu forçado a responder áquelle telegramma infeliz, lido aqui pelo meu companheiro de bancada.

Por que não fez S. Ex. candidato á presidencia do Estado o Dr. Appolonio Zenaides, de accôrdo com a minha proposta ?

Si o tivesse feito, Sr. Presidente, eu não teria motivos para romper com a politica de S. Ex.

Por que insiste S. Ex. depois deste telegramma em fallar de pretenção minha á presidencia, sinão pelo seu modo continuamente fraudulento de se apresentar na sociedade ? ! Por que persistir neste sophisma ?

Sr. Presidente, o caso era outro : quando este telegramma se passava para mim na Parahyba do Norte, a chapa presidencial estava publicada. No dia seguinte, pela manhã, eu lia no *Jornal do*

Commercio noticias telegraphicas da Parahyba do Norte, dizendo que a chapa houvera sido apresentada por 27 Deputados Estaduaes, dous Deputados Federaes e um Senador.

Lido esse telegramma, transmitti a monsenhor Walfredo Leal o seguinte despacho:

> «Monsenhor Walfredo Leal, presidente, Parayba do Norte (10 h.a.m.)—O *Jornal do Commercio* publica telegramma da apresentação da chapa presidencial, que diz assignada por 27 deputados estaduaes, dous deputados federaes e um senador, não sendo senador Alvaro Machado, dizeis no vosso telegramma contrariado parentesco, estando senador Gama Mello na opposição, supponho seja meu nome o desse senador, assim sendo autorizo e espero de vosso caracter a publicação integral n'*A União*, do meu telegramma de hontem. »

Não podia ter outro procedimento.

Estava eu, portanto, Sr. Presidente, desligado do partido oligarchico, quando recebi o seguinte telegramma do chefe da politica situacionista da Parahyba do Norte, que... hoje não me quiz vir ouvir.

S. Ex., contrariado com a apresentação do nome de seu irmão para a presidencia do Estado, não procurou aproveitar-se do incidente que eu lhe offerecia para resolver o problema, salvando-se da perpetração do crime que commettia, implantando essa candidatura como uma tentativa de oligarchia no nosso Estado. Pelo contrario, Sr. Presidente, S. Ex. passou-me o seguinte telegramma: Carimbo 9—março 1908.

> «Senador Coelho Lisboa—Rua Aristides Lobo, 129 (9 h. a. m.)—Estou de pleno accôrdo com Walfredo, e todos os amigos candidatura presidencial. Manifesto publicado causou optima impressão, espero sua approvação. Recebi seu telegramma dirigido resposta a Walfredo, abrindo-o não mostrei; peço, como amigo velho, outro telegramma consentindo sua assignatura já publicada. Tudo explicarei, tudo muito bem, responda urgencia.—*Alvaro Machado.*»

S. Ex. sabe ser humilde quando quer conseguir o que deseja. Eu lhe respondi:

> «Senador Alvaro Machado—Parahyba do Norte. (10 h. a. m.)—Nossa velha amizade de infancia, solidariedade politica 17 annos vos terão sobejamente demonstrado meu caracter jamais victima de desfallecimentos. Jamais contribuirei com meu nome obscuro, porém puro, para ludibrio ao meu Estado natal, implantando nelle uma oligarchia. Contra oligarchias, contra a candidatura pleiteada por vosso irmão em vosso nome sempre me pronunciei junto a vós com a habitual franqueza e lealdade.—*Coelho Lisboa.*»

Recebi depois, immediatamente depois, e respondi na mesma occasião, o telegramma seguinte, do Dr. Appolonio Zenaides:

> «Senador Coelho Lisboa—Aristides Lobo. 129 (9 h. a. m.)—Presidi convenção partido, apresentei João Machado, geralmente indicado pelos correligionarios, candidato mais

opportuno, confiando sua amizade dedicação Alvaro Machado assignei seu nome no manifesto eleitoral, peço sustentar em nome da solidariedade do nosso partido.»

Respondi :

« Dr. Appolonio Zenaides—Parahyba do Norte (10 h. a. m.) — Oligarchia nunca opportuna, satisfação teu pedido incompativel minha dignidade, tradições politicas, jamais contribuirei meu nome opprobio nossa cara Parahyba.— *Coelho Lisboa.*»

Parti immediatamente para o meu Estado. Era meu dever levar com a minha palavra o conforto aos meus dignos co-estaduanos. Fui de cidade em cidade, ligadas pela estrada de ferro. Fiz conferencias em quatro dellas.

Ouvi a opinião popular revoltada contra Alvaro Machado.

Em uma cidade, na de Itabayana, voltava eu da cidade de Campina Grande, onde a opposição tem dous terços de maioria no eleitorado. Em Itabayana onde o trem se demora quatro horas, uma commissão de estudantes foi-me receber na estação (eu não contava fazer conferencia alli), e convidou-me a fazer uma conferencia, pois estava preparada a casa para receber-me.

Accedi. Segui da estação para aquella casa. Encontrei o salão cheio de cidadãos. A casa era terrea, e o passeio se achava repleto de populares.

Antes de começar a conferencia, ha um movimento no salão; destaca-se deante de mim a figura do Juiz de Direito da comarca.

Fallo desta conferencia, para dar uma idéa da situação em que se acham os povos das oligarchias.

Dirigi-me, atravessando por entre o povo, ao Juiz de Direito, e cumprimentei-o como a primeira autoridade da comarca. Elle respondeu-me seccamente —obrigado. Convidei-o a sentar-se ; não acceitou, dizendo que viera com amigos ; disse-lhe que havia logares para os seus amigos, replicou : — Estou bem, muito obrigado. Não acceitou.

Comecei a conferencia, dizendo sentir-me feliz por fallar ao povo de Itabayana e ainda mais por fallar-lhe diante da sua primeira autoridade. Respondeu-me o Sr. juiz de direito com um rispido—«Muito obrigado.» Notei que S. S. vinha com disposições outras, que não as que eu suppuzera. Entrei no assumpto sobre a natureza da orientação republicana da Parahyba. O juiz de direito bradou: «*Não apoiado*», em vozeria com os seus amigos.

Felicitei-me por ter alli quem me contestasse e por ver diante de mim, aberta a discussão. S. S. bradou: — «Não apoiado ! » e a sua gente fez uma vozeria tremenda.

Comprehendi a situação e dirigindo-me a elle, disse: —O Dr. Juiz de Direito da Comarca vem perturbar a ordem ?! O Dr. Heraclito Cavalcanti tem a presumpção de me poder suffocar a palavra? ! Respondeu-me o Sr. Juiz de Direito: — «Não o faço porque não o quero !» Repliquei-lhe eu energicamente.—«Não o faz porque não o póde ! Não o póde ! Desafio a que o faça.» Bradou S. S. : — «Viva o Senador Alvaro Machado» e seus amigos corresponderam-lhe: «viva o Senador Alvaro Machado». O povo bradou: «Viva o Senador Coelho Lisboa !»

«Viva o Senador Alvaro Machado !» gritou de novo o Juiz de Direito, e o povo respondeu: «Morra o Senador Alvaro Machado !»

O Juiz de Direito bradou ainda «Viva o Senador Alvaro Machado» e o povo respondeu resoluto «Morra o Dr. Heraclyto !»

Houve um movimento energico da parte do povo. Quando procurei o Dr. Heraclyto Cavalcanti, elle tinha desapparecido do salão. Deixei a mesa em que fazia a minha conferencia, dirigi-me á janella e fiz um *meeting* ao povo. Comecei esse *meeting* convidando, o Dr. Heraclyto Cavalcanti a voltar ao salão da conferencia venha Dr. Heraclyto ! não fuja ! disse eu em voz bem alta, venha que eu lhe garanto a vida ; venha defender o seu amigo Senador Alvaro Machado, que eu accuso de criminoso !

O juiz de direito desapparecera. Fallei uma hora nesse *meeting* ao povo de Itabayana. E é este o estado de quasi todas as comarcas do Brazil nos Estados oligarchicos ; as comarcas, com honrosas excepções estão entregues a juizes de direito energumenos, que são capazes de perturbar a ordem publica com arruaças, quando um representante do povo faz uma conferencia republicana ao mesmo povo, do qual é mandatario. No tempo da Monarchia encontrei, Sr. Presidente, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catharina, no Espirito Santo, em Minas Geraes, na capital da Monarchia, theatros e salões em que fiz conferencias republicanas, theatros em que fallei ao povo sobre o advento da Republica, esse ideal, que todos nós acariciavamos como a garantia das liberdades brazileiras. Hoje, Senador da Republica, no meu Estado, não tive a idéa si quer de pedir o theatro da capital ou de Alagoa Grande ou de Areia, para nelle fazer uma conferencia para defender a Republica contra a oligarchia. Não os obteria !

Eis o estado das oligarchias no Brazil.

E' este o estado que ha de levar o povo á revolução, porque o povo está perseguido dentro de seus domicilios, porque as oligarchias municipaes, estão armadas para submettel-o á obediencia ; a luta está travada em todos os municipios e ha de vir á Capital da Republica, si não se tomar uma medida séria de regeneração dos costumes, uma medida republicana.

Sr. Presidente, para que o Senado tenha uma idéa do .... é preciso escolher os termos — do desplante com que chefes oligarchicos dirigem a politica dos Estados, eu vos digo : ha dias que eu pergunto ao meu companheiro de bancada —Quem foi que assignou o meu nome na acta que apresentou seu irmão candidato á presidencia do Estado.

S. Ex. não me quer responder, acastellando-se na observação de que não assistiu á reunião.

Como se póde comprehender que o chefe daquella politica não tivesse na reunião um amigo, quando todos o eram seus, que lhe dissesse quem escreveu o meu nome, quando a collocação do meu nome naquelle triste documento foi logo impugnada como um acto de falsidade. Porque S. Ex. o não declara ?!

E' porque está em grande difficuldade ! não póde dizer a verdade ! S. Ex. tem horror á verdade !

Quem anda por vias tortuosas se vê quasi sempre em beccos sem sahida ; S. Ex. não póde dizer que quem escreveu o meu nome foi o Dr. Octacilio de Albuquerque, chefe politico da cidade de Areia... porque um telegramma do Dr. Appolonio Zenaide diz que quem o escreveu foi elle—Dr. Appolonio Zenaides ! S. Ex. não póde dizer que o meu nome foi escripto pelo Dr. Appolonio Zenaides porque a realidade é que elle foi escripto pelo Dr. Octacilio

de Albuquerque! e conhecedor como é S. Ex. da firmeza dos meus argumentos, sabe que eu o iria prender em um forte dilemma.

O Dr. Appollonio Zenaides me disse em casa do Dr. Lima Filho, proprietario e redactor do *Estado da Parahyba* e perante este: —« quando Alvaro recebeu o seu telegramma, eu lhe disse que sabia que você não subscreveria aquella apresentação; elle perguntou-me: —« e porque não me avisou disto ? » Respondi-lhe: « porque quando você chegou, eu lhe perguntei: —«conversou com Coelho Lisbôa ? » e você me respondeu : — «conversei.»

E' o tal modo Sr. Presidente, de responder S. Ex. sempre por meio de phrases dubias. Foi desta fórma que S. Ex., na Bahia, respondeu-me que tinha a nomeação telegraphica do marechal Floriano, e aqui disse que a tinha no bolso, não a podendo ler, porque não a tinha, o marechal Floriano não o nomeou. S. Ex. leu aqui um telegramma do marechal, em que elle lhe dizia: «vá governar o seu Estado, vá...»

E' o mesmo motivo por que elle disse que não se apercebeu do que houve por occasião da sua posse de governador, porque não tinha a nomeação de Floriano Peixoto para exhibir, nem havia sido acclamado na praça publica.

O Dr. Appollonio Zenaides me communicou, perante o Dr. Lima Filho, que vendo o Senador Alvaro Machado em tal cipoal, disse: «Alvaro, eu lhe vou prestar um grande serviço, vou telegraphar ao Lisboa, dizendo-lhe que fui eu quem escreveu o seu nome e pedir-lhe que não me deixe ficar mal.»

São estas accommodações, são estes falsos recursos, que não estão de accôrdo com a verdade, pois são incompativeis com a seriedade dos homens de bem.

Não é verdade, Sr. Presidente, o que está neste telegramma, que li do Dr. Appollonio (*mostrando*). O Dr. Appollonio Zenaides me informou de que apenas m'o passara para prestar um serviço ao Senador Alvaro Machado.

Assim sendo, Sr. Presidente, que idéa posso eu fazer do telegramma do Dr. Appollonio Zenaides que o Senador Alvaro Machado leu daquella tribuna contra mim ?

Foi outro favor, outro serviço que o Dr. Appollonio Zenaides prestou a S. Ex., e este pedido daqui por telegramma.

E' assim, Sr. Presidente, que eu costumo destruir os argumentos do chefe da politica situacionista do meu Estado!

Sinto, porém, que não esteja presente o chefe da politica da Parahyba, que S. Ex. tenha desertado de sua bancada.

Prometti, entretanto, a S. Ex., quando disse que eu só appellava para os mortos, ler da tribuna o testemunho do Dr. Abdon Milanez Filho; e, comquanto se me confranja a alma com esta leitura, uma vez que S. Ex. quiz ferir-me em minha dignidade, passando as raias da intimidade, eu lerei esta carta, com autorização devida, porque o Dr. Abdon Milanez, antes de partir para a Europa, havia rompido pela imprensa contra o Sr. Alvaro Machado.

Eis a carta, Sr. Presidente:

«Genova, 22 de abril de 1908.

Meu caro Coelho Lisboa:

.....

E' verdade ! Quem diria ? Como foi isto ? !

Não me congratulo com você por espirito de despeito, nem me rejubilo com os males alheios; mas reconheço mais uma vez que aqui mesmo se pagam as dividas contrahidas pela deslealdade, ingratidão, etc., etc.

Afinal eu tinha razão! O homem é doce como um favo de mel; mas naquella alma de apparencia candida existe uma dose de hypocrisia igual á de egoismo, unico elemento esse capaz de revelar o homem tal qual elle é.

Seu amigo de infancia, seu confidente, seu amigo politico quasi á cegueira, dedicação de spartano... tudo isto nada valeu para conter o egoismo que quer a todo o custo guindar no dominio do Estado esse pequeno grupo de incondicionaes.

Tenho pezar que meu irmão esteja mettido na alhada, porque o menos que lhe succederá é levar o ponta-pé quando menos esperar.

Muito por alto soube do seu rompimento politico; si tiver tempo e quizer ser-me agradavel conte-me alguma cousa ou então mande tiras de jornaes por onde eu possa fazer uma idéa mais exacta do que se passou».

O resto é mais intimo.

O Sr. Presidente—Observo ao nobre Senador que a hora do expediente está finda.

O Sr. Coelho Lisboa—Vou terminar, Sr. Presidente.

Assim, satisfazendo o pedido de S. Ex., que, hontem, da tribuna, appellou para o testemunho dos filhos do Dr. Abdon Milanez, li o testemunho daquelle de seus filhos,o que traz o mesmo nome e que deu a esse nome novo brilho nas artes e na sociedade.

Resta-me sómente agradecer a generosidade com que fui ouvido por tantos dias pelos Srs. Senadores e appellar para o Senado, em nome do povo da Parahyba do Norte, em nome do povo brazileiro, pedindo uma medida contra as oligarchias. E hoje que eu ví que os oligarchas temem o Codigo Penal, temem a cellula da penitenciaria, dirijo-me aos illustrados membros da commissão de reforma do Codigo Penal, pedindo-lhes deixem cahir a sua attenção sobre os crimes politicos de *abuso de poder*, peculato, concussão, tragam quanto antes á discussão esta reforma garantidora dos costumes republicanos no Brazil! Contra os oligarchas criminosos o Codigo Penal da Republica.

OLIGARCHIA DOS NEIVAS

Sessão de 9 de junho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, ha dias guardo silencio nesta minha campanha contra as oligarchias pelo afastamento do meu companheiro de bancada, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Senador Alvaro Machado, que ultimamente se tem valido do estratagema de chegar ao recinto desta Casa depois da hora do expediente, ou de não comparecer ás sessões.

Noto isto, tanto mais, Sr. Presidente, quanto, eu tendo pedido da tribuna do Senado a monsenhor Walfredo Leal, depois de haver reclamado, em *meetings*, de S. Ex. no meu Estado, a applicação da verba dos 150 contos a serviços de açudes nos sertões da Parahyba, de fórma a dar ao povo trabalho e alimento que o salvem da morte pela fome, e estudando o parecer do honrado ex-Senador pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Ramiro Barcellos, parecer em que S. Ex. rememorou a exigencia do Governo Federal, provocada aqui no Senado por emenda do grande espirito que se chamou Joakim Catunda, de prestar o Governo do Estado ao Governo Federal por intermedio do Congresso contas da applicação do auxilio para organização do Estado, dei eu nessa occasião a palavra ao Sr. Alvaro Machado, que fora o Governador... S. Ex., que costuma preparar em casa os seus discursos, estudal-os em collaboração, decoral-os e recital-os aqui, de fórma a não responder aos apartes, teve a *coragem*, que admirei de responder-me immediatamente. A sua resposta porém, Sr. Presidente, foi tão desoladora, tão infeliz, que S. Ex., desanimado e triste, sentou-se, tendo fallado menos de quatro minutos, sentindo a grande responsabilidade que pesava sobre sua pessoa, por ter dito que não valia a pena «*mitigar passageiramente a fome dos parahybanos, que morrem pelos campos dos sertões*... mas sim guardar aquella quantia, que aliás de accôrdo com o art. 5º, fôra concedida para as victimas da secca, — *para com ella pagar de futuro aos empregados publicos do Estado, no caso de vir a se encontrar mais tarde a administração em crise* ! ! !

Depois de um tal discurso desappareceu S. Ex. da tribuna do Senado e agora o correspondente d' *O Paiz*, que é monsenhor Walfredo Leal—porque o correspondente, no meu Estado, de todas as folhas da Capital da Republica é o Presidente do Estado; nenhum telegramma é alli passado para os jornaes daqui sem que seja por elle redigido ou obtenha o correspondente o seu beneplacito — agora o correspondente d'*O Paiz* diz o seguinte, em um telegramma hontem publicado :

> «E' voz corrente que não terá competidor o Sr. João Machado, considerando-se dissolvido o partido opposicionista.»

Esses telegrammas dissolvem todos os dias o partido da opposição ; aclamam todos os dias João Machado !

Ora dizem : — E' acceito unanimemente no Estado o Dr. João Machado. Outras vezes : — Produziu bom effeito a candidatura do Dr. João Machado.

Em compensação daqui para lá, si o *chefe* da politica situacionista faz um discursosinho, esse mesmo Senador, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Alvaro Machado que é o correspondente d' *A União*, telegrapha a *A União* e esta publica :

> —*O Senador Alvaro Machado fez um brilhante discurso respondendo ao Senador Coelho Lisboa ; os jornaes todos lançaram artigos elogiando o Senador Alvaro Machado por sua resposta esmagadora áquelle representante da Parahyba.*—

Todas as noticias telegraphicas de lá são de monsenhor Walfredo Leal, que é a opinião publica no meu Estado; todas as noticias que vão daqui para lá são do Senador Alvaro Machado, que se faz de opinião publica de cá e ambos fabricam assim a opinião publica geral favoravel á oligarchia, que fundam no Estado.

Mas, continúa o correspondente:

> «Nas rodas politicas de amigos do Senador Alvaro Machado commentam-se telegrammas dahi noticiando novo incidente occorrido entre os dous representantes da Parahyba. São de parecer que o Senador Alvaro Machado, tendo satisfeito a expectativa publica com o seu discurso de defesa, não deve mais se preoccupar com as accusações feitas, de hora em deante, sobre o mesmo assumpto.»

Vê-se, Sr. Presidente, que monsenhor Walfredo Leal e os amigos politicos que formam a atmosphera da oligarchia da Parahyba do Norte, em vista do discursosinho do Senador Alvaro Machado, compromettedor da administracção do Estado, descobrindo a corôa de monsenhor Walfredo Leal em pleno Senado, comprehendem que S. Ex. não está á altura da cadeira de Senador, para defender o Governo e dizem de lá por meios indirectos, nada menos que isto: «O Senador Alvaro Machado perdeu a melhor occasião de ficar calado».

Ou então, cousa mais grave ainda ! Os amigos que cercam monsenhor Walfredo Leal, e que servem ao *mando* do Senador Alvaro Machado, sentem que ha difficuldades e muito sérias, de cumprir aquelle Senador a imposição do Governo Federal, que exige de S. Ex. a prestação de contas desses dinheiros.

O que é facto, Sr. Presidente, é que continúo a lamentar a ausencia de S. Ex. do seu posto de honra. A principio, muito cedo, desertou aquelle Senador de sua bancada e foi abrigar-se á bancada de Santa Catharina; afinal, desbancado de lá, aniquilado e triste, desappareceu do Senado.

Hontem, o esperei durante todo o expediente; hoje, resolvido a continuar na dura missão que me impuz, em defesa das liberdades de meu Estado, chamo de novo S. Ex. ao cumprimento do dever.

Sr. Presidente, a posição de S. Ex. não é commoda, mas a posição do orador que agora occupa a attenção do Senado, tambem não é commoda ; ambas foram provocadas por aquelle Senador.

Durante um anno inteiro lutei com S. Ex. para sustel-o á beira do abysmo em que se queria precepitar, levado pela ambição

bastarda de João Machado, a querer implantar uma oligarchia no nosso Estado ; continuadamente, dia a dia, nesta bancada, descrevi á S. Ex. os horrores que o esperavam, si quizesse persistir na idéa de collocar no governo da Parahyba do Norte aquelle seu irmão.

Eu assim procedia, ouvindo pulsar o coração do povo parahybano revoltado contra esta trahição do governo estadual, que, apossado do poder e tendo 27 deputados estaduaes para apresentarem com os seus nomes a candidatura de João Machado á presidencia do Estado, deixa dizerem estes, por toda a parte : « Que póde fazer a opposição ? ! Não somos nós os juizes ! ? Não somos nós que vamos apurar essa eleição ? ! As actas serão lavradas a *bico de penna ;* nós faremos o reconhecimento e elle será empossado. »

E' com este cynismo que os legisladores do meu Estado se gabam do crime de abuso do poder.

O Sr. Barata Ribeiro — Em todos os Estados é assim.

O Sr. Coelho Lisboa — Batamos as oligarchias em todos os Estados ! E me animo tanto mais a esta luta, quanto vejo deante de mim um velho propagandista da Republica, um dos mais valentes e dos mais illustrados, disposto a bater as oligarchias. S. Ex., o anno passado, já demonstrou da tribuna grande disposição de animo no sentido de batel-as ; para este procedimento eu só tenho applausos ! Batamol-a em todos os Estados, vivamos á luz do dia, e si fôr preciso um movimento geral para conquistar as liberdades patrias, provoque-se esse movimento.

Mas, Sr. Presidente, não precisamos de movimento armado, porque temos na Constituição da Republica, o art. 6º, actualmente em discussão nesta Casa, bem expresso e pelo qual o Governo Federal intervem nos Estados para garantir a fórma republicana.

Quando em *meetings*, nas cidades do meu Estado natal, lancei o grito de *intervenção ou revolução*, eu disse : « ou o Governo tomará medidas que possam sanear os costumes e fazer valer a acção da Republica em todos os cantos do Brazil, ou a revolução virá perturbar-lhe a marcha da administração por algum tempo. »

Essa revolução talvez seja inevitavel, porque a perseguição, por parte dos oligarchas, ao povo, nos municipios já se faz sentir. Persegue-se o cidadão até no lar á noite, quando este na monarchia era inviolavel. Nos municipios já se intima : — crê ou morre.

Os delegados de policia, acompanhados de *cangaceiros*, nos Estados do norte, bem armados, impõem ao cidadão o voto, obrigando a acompanhar e a applaudir os oligarchas, pois, do contrario, serão perseguidos e intimados até a deixar as suas fazendas, como provarei mais tarde.

Esse estado é oppressivo, e, si continuar, provocará a revolução.

Felizmente, sinto bem, repito, que a onda contra as oligarchias está se avolumando, e está patente na marcha historica dos acontecimentos do Brazil.

No meu Estado uma nova geração de moços de talento se acha á frente do jornalismo, alguns delles e de fórma bem patentemente constrangida, me ferem diariamente n'*A União*, e, quer nesta folha governamental, quer n'*O Norte*, jornal novo, illuminado pelo espirito brilhante do Dr. Orris Soares, uma bella esperança parahybana, jornal a que devo delicadezas, se tem dito,

mais de uma vez: O Senador Coelho Lisboa fala da oligarchia dos Neivas. Onde houve essa oligarchia ? !

Esses moços, que confundiram os seus vagidos com os brados da propaganda republicana, e a manifestação do bello phenomeno social de 15 de novembro; esses moços cujos organismos se desenvolveram na sociedade, despertando-se-lhes o discernimento em plena derrota do Dr. Venancio Neiva, é certo, nada conhecem da oligarchia dos Neivas.

Estava o Dr. Venancio Neiva, quando esses moços appareciam no mundo politico, fóra do poder, e attrahia para si uma certa sympathia, a sympathia que os derrotados inspiram aos espiritos bons.

E' assim que se explica essa interrogação tão repetida.

Torna-se, pois, preciso, Sr. Presidente, que da mesma tribuna em que falei da oligarchia dos Neivas, rememore hoje esse passado que me é ainda tão doloroso.

Ainda hontem, tratando da minha posição presente, em conversa com o meu distincto collega e amigo, o Senador Lauro Müller, que tem posição actualmente commoda, descançando no muito que fez em prol do progresso do Brazil, quando no Ministerio da Viação, disse-lhe eu que bem sabia a natureza da minha posição, e que não me diziam novidade os collegas e amigos que viam, por modo differente daquelle por que viamos nós outros os republicanos, as posições, como a minha; elles me falavam com um certo ar de *compuncção*, lembrando-me, como prova de amisade, que a minha posição se assemelha á de um suicida politico.

E' que, Sr. Presidente, nesta Republica ainda não se tem a educação civica sufficiente para se comprehender as posições definidas. A maior parte trata sómente de collocar-se nas posições ostensivas, mantendo-se nessas posições *quand même !*

Eu, Sr. Presidente, encaro a Republica como uma arca santa que deve merecer o sacrificio de todos os seus adeptos.

E a proposito de suicidio, falando com S. Ex., o honrado Senador por Santa Catharina, que é *germanophilo*, por ser neto da Germania, eu lhe lembrei o pensamento de Gœthe no seu *Leiden des yungen Werther's*, quando o moço Werther, passava ainda as suas bellas e longas tardes de estio a compulsar a litteratura grega, nos classicos que lhe enchiam a alma de emoções hellenicas; quando aquelle heróe da litteratura allemã, tratando de assumpto familiar, dizia em carta a um seu amigo: « Nós poderiamos preparar a nossa felicidade, esquecendo o passado. Os infelizes são aquelles que, em vez de prepararem um presente supportavel, vivem a remoer o passado lembrando o que elle tem de amarguras, e como por uma grande resolução tomada naquelle momento, diz Werther: « *Ich will das gegenwärtige genieszen, und das vergangene soll mir vergangen sein !* Eu quero gozar o presente, o passado para mim seja passado !

O homem, Sr. Presidente, não póde dizer: « Eu quero »; e aquelle bello protagonista do romance de Gœthe, qne fez na Europa uma revolução no genero, dentro em pouco, levado pela onda do sentimentalismo, era victima do suicidio. E' que o homem não tem valor na sociedade pelo que elle quer ser; o homem é o que a onda social o faz.

E é por isso, Sr. Presidente, que elle se vê muitas vezes em posição dolorosa, como a que me traz á tribuna.

O representante da Parahyba, cujo nome peço licença para declinar, o Senador Alvaro Machado, no seu discurso de defesa, mais de uma vez fez allusão á minha exoneração de chefe de policia da Parahyba do Norte.

Sr. Presidente, eu não tenho na minha vida de homem publico ou privado um acto só que me não seja honroso, nem tenho um acto que mais me honre do que essa exoneração, que recebi, de chefe de policia do meu Estado.

Para não demorar nem um momento a formação da opinião do Senado a tal respeito, antes de descrever os acontecimentos em questão, direi sómente que o chefe de policia da Parahyba do Norte foi exonerado pelo Ministro da Justiça do Governo Provisorio, porque procedia a um inquerito policial sobre descaminho de dinheiros, e nas pesquizas que o inquerito lhe apontava, encaminhou os seus passos para a casa do cunhado do governador do Estado! Do crime que eu investigava era principal culpado o Dr. Honorio Figueiredo, cunhado do governador, o poderoso chefe da oligarchia; mas, com a minha educação republicana, com a minha educação civica, eu não podia recuar; levei as investigações até á casa do cunhado do governador. Foi então que o tenente coronel João Neiva, patrocinado pelo marechal Almeida Barreto e acompanhado pelo general Tude Neiva, dirigiram uma carta assignada pelos tres, ao generalissimo Chefe do Governo Provisorio, pedindo a exoneração do chefe de policia do Estado. Esta carta me foi mostrada depois pelo Dr. Campos Salles, Ministro da Justiça do mesmo Governo.

Eu tinha conhecimento, Sr. Presidente, de que dinheiros que seguiam para o sertão, em cartas pelo Correio, desappareciam. De todos os lados vinham accusações contra o procedimento do cunhado do governador, que era quem dirigia o serviço do porte de malas.

Por que contra o cunhado do governador? perguntará o Senado! Pelo facto muito simples de que o contracto para o transporte de malas do Correio para os centros do Estado, era, no principio da *oligarchia dos Neivas*, feito com o sogro do governador. O sogro do governador era o contractante do porte de malas do Correio para o centro, o pae do governador era o procurador do sogro do governador e o Dr. Honorio Horacio de Figueiredo, filho e genro dos dous velhos, era o encarregado de contractar os pedestres e enviar os malotes do Correio para as agencias do centro.

Um dia chegando a palacio encontrei o governador Venancio Neiva invectivando fortemente o administrador dos Correios, o coronel Dulcidio Cezar. Este tinha tido a fraqueza de fazer aquelle contracto, imposto pelas circumstancias. Mas o governador não queria sómente isto, queria que o administrador dos Correios assumisse a responsabilidade das ladroeiras que se praticavam nas cartas do correio.

Esse velho parahybano, homem distincto, para vencer difficuldades já tinha feito correr uma subscripção, entre os empregados daquella repartição, para resarcir desfalques; muitos porém dos empregados dignamente se negaram a isso, porque os malotes do Correio, em logar de sahirem da repartição para a estação da estrada de ferro pela manhã, sahiam de vespera, á tarde, para a casa do Dr. Honorio de Figueiredo, e lá com a sua gente, elle, Dr. Honorio abria os malotes, tirava cartas, botava cartas, e

violava as correspondencias. Todo o mundo sabia disso, mas o poderoso oligarcha era cunhado do criminoso!

Encontrando em palacio o governador a invectivar aquelle pobre homem, eu tive a revolta natural aos corações generosos e tomei a defesa do administrador. O governador perguntou-me: «O Sr. Dr. Chefe de Policia, mandou abrir inquerito sobre este acontecimento?» Eu lhe respondi: «Mandei abrir inquerito no Catolé do Rocha, onde se deu o facto.» Lembrou-me então o governador: «Seria conveniente abrir tambem aqui um inquerito policial.»

Nunca precisei que me lembrassem o cumprimento dos meus deveres, mas, uma vez lembrado o que esse governador entendia de meu dever, fui para o sobrado da policia, mandei intimar o administrador e mais empregados do Correio, e abri inquerito, com a mesma consciencia com que respondi ha mezes os telegrammas de monsenhor Walfredo Leal e do Sr. Senador Alvaro Machado.

Com a certeza de que, dado este ultimo rompimento com S. Ex., eu não podia ficar no logar de chefe de policia, abri não um, mas dous inqueritos: interrogava uma testemunha em uma sala contigua ao meu gabinete de trabalho, e passeiando vinha interrogar outra na sala proxima; em cada uma dellas um empregado da secretaria servia de escrivão.

Apressei os inqueritos esperando a minha demissão. Um inquerito era o que eu devia deixar na repartição, para ser depois archivado ou queimado; o outro... o que eu guardo em meu poder.

Não preciso cansar o Senado com a sua leitura, porque tenho aqui uma noticia a respeito por dous parahybanos dos mais notaveis daquelle tempo: o Dr. Irineu Joffely, autor de trabalhos sobre a Parahyba do Norte, muito cotados no alto mundo da litteratura historica, e o Dr. Paulo de Lacerda, ambos chefes politicos e jornalistas na Parahyba do Norte, tendo sido o primeiro Deputado na ultima legislatura do Imperio.

Antes de ler este documento, devo fazer ao Ministro da Justiça do Governo Provisorio, uma justiça.

Teria sido, talvez, fraqueza de espirito o que presidira á justiça do Governo Provisorio, cujo ministro, a pedido, por carta, que lhe havia passado ás mãos o Chefe do Governo, assignada por tres generaes, exonerava assim um chefe de policia, *um seu delegado*.

Mas, no atordoamento em que nos achavamos naquelle tempo, em que o elemento civil se sentia suffocado pelo elemento militar, S. Ex. procedia, talvez, com alguma explicação!

Telegraphei da Parahyba do Norte ao meu distincto amigo, velho chefe da propaganda, General Francisco Glycerio, e immediatamente recebi de S. Ex. um telegramma, (*mostrando*) que vou ler:

> «Dr. Coelho Lisboa—Parahyba do Norte — Infelizmente seu pedido licença chegou tarde, venha quanto antes.— *Glycerio*.»

Eu pedira licença ao Ministro da Justiça para vir á Capital da Republica, representar ao Governo contra a *Oligarchia dos Neivas*.

Vindo para o Rio de Janeiro, dirigi-me ao Ministerio da Viação, e recebido por S. Ex. o general Francisco Glycerio com as phrases amaveis que sempre o caracterizam, ao fallar-me S. Ex. do Dr. Campos Salles, eu lhe disse: «Não procurarei o Dr. Campos Salles—Não

faça isto, disse-me S. Ex. O Campos Salles ficou muito aborrecido quando eu lhe perguntei:—então tu exoneraste o Coelho Lisboa de chefe de policia da Parahyba, nosso companheiro da propaganda, que foi o portador do *codigo telegraphico do partido* da parte dos nossos amigos do Rio Grande do Sul ?! Campos Salles mostrou-se muito contrariado, houve lá uma confusão de nomes. Vá ao Campos Salles.»

Fui ao Ministerio da Justiça. Um incidente que se deu á porta do gabinete do Ministro me orientou perfeitamente sobre o que se tinha dado.

Mandei o meu cartão ao Dr. Campos Salles e fiquei á porta, por cuja vidraça via os movimentos no gabinete.

Voltou-me e continuou dizendo:— O Sr. Ministro manda pedir á V. S. que espere um pouco, elle não póde fallar agora.

Eu lhe disse:—Por que faz o senhor esta intriga ?! Eu vi pela vidraça que o senhor não se approximou da mesa, em que o Ministro trabalha.

Atrapalhado, confessou-me o continuo: — S. Ex. prohibe-me entregar-lhe cartões.

—Vá entregar o meu cartão ao Dr. Campos Salles.

O continuo entrou no gabinete, approximou-se da mesa do do ministro e entregou-lhe o meu cartão.

O Dr. Campos Salles lançou os olhos ligeiramente sobre o cartão e o deixou cahir sobre a mesa.

O continuo voltando, radiante, disse-me:—Está ahi. Elle manda dizer á V. S. que espere um pouco.

Volte, vá dizer ao Dr. Campos Salles, repliquei eu, que está aqui o Dr. Coelho Lisboa,ex-chefe de policia da Parahyba do Norte, que lhe deseja fallar.

Voltou o continuo e eu vi o Dr. Campos Salles apanhar o meu cartão, lel-o e fazer signal, para que me fizesse entrar.

— No seu cartão, disse-me o Ministro da Justiça, le-se — Gonçalves Lisboa. Lança-se os olhos para o fim do cartão, elle tem : João Coelho Gonçalves Lisboa, eu não sabia que era cartão de Coelho Lisboa. Eis o que se deu com a sua exoneração : perguntei para a secretaria quem era o chefe de policia da Parahyba ao Norte e da secretaria me responderam que era o Dr. Gonçalves Lisboa, mandei lavrar a exoneração. Pensei que fosse algum bacharel nomeado a pedido mesmo de lá, estava longe de pensar que se tratava do senhor, que eu suppunha do Rio Grande do Sul.

E' que as minhas conferencias no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, em Pelotas e Rio Grande, que tiveram echo na Capital da Monarchia e o conselheiro Silveira Martins registrara no Senado, tinham deixado pairar sobre mim esta duvida: ser eu filho daquella provincia.

A prova, porém, era exuberante e o telegramma que o Dr. Campos Salles dirigiu para a Parahyba do Norte é do teor seguinte.

Elle está inserto neste numero da *Gazeta da Parahyba*, (*mostrando*) ao tempo em que este jornal não corria o risco de ser *empastellado*, como correu, não o querendo garantir o governador Venancio Neiva. Nesse tempo a *Gazeta da Parahyba* tinha as suas

baterias assestadas contra mim, e em defesa do oligarcha, que preparava o seu governo de familia.

A *Gazeta da Parahyba* assim deu a noticia : (*lendo*)

COMO FOI DEMITTIDO O DR. COELHO LISBOA E NOMEADO O SEU SUBSTITUTO

«Rio, 25 — Sr. governador — O chefe de policia Dr. Gonçalves Lisboa foi exonerado por decreto de 21 do corrente, sendo nomeado nessa data Dr. Cunha Lima, tudo conforme propuzestes.—*Campos Salles*.

Este telegramma, em que o Ministro da Justiça se refere ao Dr. Gonçalves Lisboa, vem corroborar perfeitamente os motivos que levaram S. Ex. a não ter tido para com o chefe de policia da Parahyba do Norte a delicadeza, sinão observado o dever, de perguntar-lhe por telegramma os motivos por que pediam os generaes ou pedia o governador a sua exoneração.

Golpes desta ordem, Sr. Presidente, me não desanimaram na carreira politica! Eu começara a lutar contra as oligarchias e ainda hoje estou na mesma posição que naquelle tempo enfrentei.

Tenho aqui *O Brazil*, jornal ao tempo redigido pelo grande espirito critico que se chama Dr. Carlos de Laet, homem publico do Imperio, que teria na Republica conquistado as mais bellas e vantajosas posições, si o tivesse querido...

O Sr. Barata Ribeiro — Não acredito.

O Sr. Coelho Lisboa — ... e que se conserva, pelo seu caracter, na posição que guardava no Imperio, jornal esse que dispunha da collaboração dos Drs. Irineu Joffely e Paulo de Lacerda, aos quaes, ha pouco, me referi. *O Brazil*, Sr. Presidente, publicou o seguinte (*lendo*):

« Verificada, como hontem deixamos, a falcatrua praticada dentro do Correio, na propria sala do administrador, no intuito unico de dar dinheiro, sob um pretexto apparentemente decente, ao sogro do governador do Estado... »

Ah ! Sr. Presidente, é que as oligarchias representam para a minha pobre terra uma verdadeira calamidade ! Pelo tom dessa noticia já o Senado vê que a que pesa sobre o meu Estado vem desde os primeiros dias da Republica ; ella cahiu em 1891 para reviver agora, hoje temos a *oligarchia do Neivas* com o rotulo dos *Machados*.

Continuando a lêr «... Satisfazendo de tal modo os desejos deste que se fazia representar naquelle *alto lance* de immoralidade pelo seu cunhado, Dr. Honorio H. de Figueiredo ; examinemos, embora ligeiramente, as consequencias de tal escandalo.

Para não tomar o precioso tempo do Senado farei transcrever após o meu discurso este artigo que termina por esta forma .

«Não se póde prever onde irá parar aquelle Estado.

Si, na Republica, pudessemos, rompendo a côrte que entrincheira o marechal Deodoro, expôr-lhe as queixas do

povo parahybano, talvez encontrassemos seu coração aberto e as attendesse, fazendo a devida justica.

Já que, porém, isso é muito difficil, se não impossivel, iremos dando publicidade a outros actos da administração do Sr. Venancio Neiva, para que um dia quando o povo parahybano cansar, não cause extranheza qualquer reparação que elle por ventura tente tomar com as proprias mãos.»

Foi o que se deu; o povo depoz o Dr. Venancio Neiva, o marechal Floriano Peixoto o mandou repor no governo, e em virtude de minha representação, mostrando á S. Ex. os telegrammas que noticiavam a prisão do Dr. Diogo Velho Sobrinho e outros amigos, o Sr. marechal passou novo telegramma ao coronel Savajet, que o depoz de novo. Por pedido de S. Ex, Coelho Lisboa foi exonerado de chefe de policia da Parahyba do Norte, por iniciativa de Coelho Lisboa, o Dr. Venancio Neiva foi deposto difinitivamente do governo do nosso Estado, são casos da historia!

Eu tinha dito Sr. Presidente, que transcreviria em continuação ao meu discurso a demonstração da *Oligarchia dos Neivas* que eu offerecera ao generalissimo Chefe do Governo Provisorio; mas, recebendo um cartão de um dos filhos do Dr. Venancio Neiva, empregado nesta capital, em que S. S., delicadamente dizia que seu pae não tinha feito uma oligarchia, por um movimento de piedade social para com a nova geração dos Neivas, deixei de dar publicidade aquelle quadro demonstrativo, calei esse acontecimento. Hoje, porém, Sr. Presidente—perdõe-me a nova geração dos Neivas, da qual fazem parte moços de caracter, que representam bellas esperanças para o nosso Estado, com a educação feita em plena Republica e com garantias de acerto na orientação social e politica de suas vidas — hoje, porém, não posso deixar de trazer a *Oligarchia dos Neivas* á tribuna do Senado. Uma carta do Dr. Venancio Neiva, em que S. Ex., raposa velha da politica monarchica, manifesta-se timidamente aggressivo, com a esperança de que, publicada a sua carta lá no Estado, onde ambos somos conhecidos, eu lhe não daria resposta... carta que a malicia, talvez dos nossos adversarios, transcreveu nos *«apedidos» do Jornal do Commercio*, me traz a tribuna. Ella mesmo assim não merecia resposta, pois nada essa carta nega do que avancei da tribuna; lança umas nevoas, sacode areia aos olhos dos beocios, mas não nega S. Ex. o ex-governador, que devesse a sua nomeação á minha intervenção no momento dado.

O Sr. Presidente—Peço permissão para observar ao honrado Senador que está finda a hora do expediente.

O Sr. Coelho Lisboa—Então, Sr. Presidente, solicito de V. Ex. que me conserve a palavra para o expediente de amanhã.

O Sr. Presidente—V. Ex. será attendido.

Artigo d'O Brazil a que se refere o orador

«Parahyba do Norte.....

.....

Verificada, como hontem deixámos, a falcatrua praticada dentro do Correio, na propria sala do administrador, no intuito unico de

dar dinheiro, sob um pretexto apparentemente decente, ao sogro do governador do Estado, satisfazendo de tal modo os desejos deste, que se fazia representar naquelle *alto lance* de immoralidade pelo seu cunhado, Dr. Honorio H. de Figueiredo, examinemos, embora ligeiramente, as consequencias de tal escandalo.

Ellas teem sido diversas e qual peior, como era natural,

De um lado, os empregados do Correio, sabendo da cumplicidade, fosse embora por medo de demissão do administrador, cumplicidade que lhe annullou a autoridade necessaria a um chefe de repartição, não lhe podem ter o respeito devido nem a obediencia indispensavel; de outro lado, a protecção demasiada dada ao contractante pelo facto de ser sogro do governador tem não só trazido ao serviço uma irregularidade nunca vista e difficil de pintar, como, em virtude disto, o descredito completo, total, daquella repartição.

A adulação naquelle Estado aos parentes e adherentes do governador chegou a ponto de se mandar entregar de vespera aos estafetas as malas do Correio que elles deviam pela manhã, pela via-ferrea, conduzir para o centro, e taes malas iam pernoitar em casa do Dr. Honorio, filho do feliz contractante, onde por vezes eram abertas, infringindo-se assim o sigillo, conforme foi declarado publicamente no Correio por um dos estafetas que teem de ser ouvidos em processo relativo a abusos no mesmo Correio.

Em vista daquella declaração (que ignoramos si foi tomada como devera ser) e que ninguem na capital podia estranhar, o chefe de policia de então, que era o Dr. João Coelho Lisboa, a quem estava affecta a questão, mandou pedir licença á Exma. senhora do Dr Honorio (por se achar este em logar longinquo) para, no dia seguinte, em hora que designara, ir ouvil-a e ás pessoas de sua casa sobre o facto, mandando na mesma occasião prevenir ao pai della para acompanhal-o até alli, uma vez que o genro se achava fóra.

Foi isto sufficiente para ser, sem demora, pedida pelo governador, e obtida, a prompta exoneração do Dr. João Coelho, que no dia seguinte ao em que marcara a audiencia passava o exercicio de chefe de policia do Estado ao 1º delegado, nomeado chefe de policia interino.

Conseguiu, pois, o Sr. Venancio Neiva dar mais uma prova do quanto lhe convinha o segredo sobre os negocios do Correio, porque elle como qualquer de sua familia, mesmo os creados della se achavam acima da lei.

E botou-se uma pedra em cima do tal negocio, si é que, em segredo de justiça, elle não foi feito, sendo escriptas as peças que conviessem a geito do governador, para illudir responsabilidades legitimas.

Em taes condições, em uma terra assim ridicularizada e escarnecida por um individuo que pouco antes não tinha valor algum, nem mesmo era conhecido na maior parte do Estado, que fazer-se ?

O estado, finalmente, a que chegára o Correio foi o mais lastimavel possivel. O serviço corria, como ainda corre, em verdadeira anarchia e a subtracção de quantias registradas para o centro era feita quasi constantemente sem se apurar quaes os verdadeiros responsaveis, pois em taes casos elles costumam ser muito protegidos.

Entre os pontos mais frequentes daquellas subtracções figurava

então o Catolé. Vamos transcrever, *ipsis verbis*, topicos de carta escripta para aqui por um empregado do proprio Correio afim do Governo e o publico melhor apreciarem : « A agencia do Catolé está muito e muito desacreditada ; já é o terceiro registrado que é subtrahido alli; não é o agente que commette taes crimes, é um creado delle, que faz todo o serviço da agencia, que abre e fecha as malas, porque o agente é cégo, e não póde ser demittido por ser protegido do governador deste infeliz Estado. O proprio Dr. Honorio já disse aqui no Correio, perante muitos empregados, que quem subtrahia os registrados era o creado do agente, que prevalecia-se da cegueira do mesmo. No entanto, estão os empregados do Correio sendo mal vistos.

A protecção ao agente chega a tal ponto que, para não ser demittido, receiando-se que o creado delle continue a fazer subtracções, preferem mandar os registrados para o Brejo do Cruz.»

Daqui se vê francamente o escandalo até onde chega. Os registrados destinados ao Catolé vão para o Brejo do Cruz, na distancia de sete leguas, onde as partes, se quizerem, hão de ir procurar !

Terá, porventura, tido a Directoria Geral dos Correios conhecimento de tantas subtracções de dinheiro, e deste alvitre da administração que remette os registrados do Catolé para o Brejo do Cruz ?

Para melhor ainda dar idéa do Correio, tomamos de uma carta que nos é escripta por pessoa respeitavel e da intimidade até do governador, o seguinte: « Vae um jornalsinho *Idéa*. Veja o roubo na Repartição do Correio. Vá ou mande ao ministro. Seiscentos e tantos mil réis de soldo das praças do 27° batalhão, destacadas no Catolé, foram engulidos. Pretendem encampar tudo, já tendo o administrador Dulcidio feito correr uma bolsa entre os empregados para darem o dinheiro, ao que se recusaram quasi todos.» E em outra carta do mesmo cavalleiro: «O Correio, repartição que cahiu em um descredito que mesmo uma carta com sello simples ha risco em confiar-lhe; emfim vamos atravessando.»

Na villa de Alagôa do Monteiro, é tão *desabusado* o agente do Correio que devolve, quando não consome, os jornaes e cartas dirigidos a pessoas qualificadas do mesmo municipio, que teem a hombridade de repellir o funesto governo do Sr. Venancio Neiva. Este facto é attestado por cavalleiros de toda a respeitabilidade, como o rvm. vigario Costa Ramos e o tenente-coronel Santa Cruz, dos quaes possuimos cartas.

De outros pontos do interior teem partido reclamações constantes, de que a *Gazeta do Sertão* publicou cartas, pedindo providencias; mas as providencias nunca foram dadas, e nem alli podem ser, porque os agentes accusados são protegidos do governador, que lhes impoz, como principal obrigação, não o fiel cumprimento das leis postaes, mas o de seus interesses politicos.

Chegou a tal ponto o descredito, a desmoralização deste ramo do serviço publico, que não ha alli quem não trate sobre tal assumpto.

Não se póde prever onde irá parar aquelle Estado.

Si na Republica podessemos, rompendo a côrte que entrincheira o marechal expor-lhe ás queixas do povo parahybano, talvez encontrassemos seu coração aberto e as attendesse, fazendo a devida justiça.

Já que, porém, isto é muito difficil, si não impossivel, iremos dando publicidade a outros actos da administração do Sr. Venancio Neiva, para que um dia, quando o povo parahybano cansar não cause extranheza qualquer reparação que elle, porventura, tente tomar com suas proprias mãos.

Rio, 19 de junho de 1891.— *Um Parahybano.*

D'*O Brazil* de 20 de junho de 1891.

Sessão de 12 de junho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, evidentemente não ha numero para as votações constantes da ordem do dia. Não roubo, portanto, o precioso tempo do Senado, persistindo na tribuna em minha campanha contra as oligarchias ; assim, enfrento um dos problemas, o mais urgente da politica brazileira. Entretanto, preoccupando-me bastante a marcha dos serviços do Senado, peço á V. Ex. queira avisar-me quando houver numero para votação, afim de interromper eu o meu discurso.

Sr. Presidente, a politica brazileira retrográda seculos. A' transformação politica de 15 de novembro, producto evolutivo da propaganda republicana no seio do exercito e do povo, pela demonstração da excellencia das virtudes republicanas, seguiu-se uma tal desorientação, oriunda da caserna, que tudo confundiu, tudo baralhou, de fórma a fazer voltar o espirito do povo brazileiro a uma descrença absoluta a respeito de todas as virtudes da Republica. E' assim que, como já disse uma vez desta tribuna, o povo chega a ter saudades dos antigos presidentes de provincia, que representavam o governo imperial, os quaes, sem conhecerem os interesses locaes das provincias, de que não eram filhos, não tinham entretanto os interesses bastardos de se manterem no poder, interesses que levam presentemente os *espiritos fracos*, esses que, por qualquer caso de fortuna, se veem collocados na direcção dos publicos negocios de um Estado, a praticarem todos os crimes para se manterem nas posições, em que a fortuna os collocou.

O estudo rapido desses acontecimentos nos faz ver na maior parte dos Estados da Republica, não satrapas, como geralmente se diz, esses obedeciam á marcha dos acontecimentos e o desenvolvimento do espirito da humanidade, em seu tempo, mas os representantes na evolução historica da degenerescencia dos Cezares romanos ! bastardos representantes que levam um paiz de espirito altivo e nobre, como é o Brazil, em pleno seculo XX, não ás vicissitudes dos Cezares Augustos, fundadores do Imperio Romano, com as suas grandezas e os seus crimes, com os seus vôos e as suas quédas, não ás incongruencias, mesmo, das escorias sociologicas dos Tzares e Kaizeres, que na ebolição social do baixo Imperio Romano ficaram nas bordas do continente europeu, ás margens do Baltico, mas ás perversões dos Cezari Borgia, que ennegreceram as paginas da historia da Italia, esses descendentes da formosa Vannozza com Alexandre VI, *Il Papa Re*, nas lutas sangrentas da fermentação politica de Roma, quando o Papa Rei e os seus sacrilegos enfrentavam, em lutas encarniçadas, os duques d'Orsini e d'Urbino, e mesmo na familia negrejava o quadro descripto por Ettore Fieramosca de *Giovanni, il Duca di Candia, ammazzato dal suo*

fratello Cezare, *duca Valentino*, *ambedue Borgia*, por ambições de poder.

Sim, Sr. Presidente, esses bastardos da historia brazileira, que hoje se collocam á frente dos governos estaduaes, representam os servos de Lucrecia Borgia, não os da classe dos *bravi*, da *ducheza di Ferrara*, pois esses tinham a coragem de enfrentar os inimigos de sua senhora, não os *condottieri de Affonso d'Este*, mas os criados dos quartos baixos do palacio, que, nessa fermentação do crime, esgremiam a intriga e a calumnia, propinavam o celebre veneno dos Borgias.

Não ha crimes, não ha machinações tenebrosas, não ha fraudes, não ha latrocinios, que não sejam por elles perpetrados, para se conservarem nas posições que pela perfidia consquitaram.

O povo se vae abastardando com elles, vae cahindo em degenerescencia, de fórma que responde, com risos de descrença, a quem tem a pretenção de lhes descrever as virtudes da Republica.

Quando a 15 de novembro o Exercito, guiado pelo pharol da propaganda republicana, elaborou evolutivamente a transformação politica do governo brazileiro, nessa bella alvorada da Republica, o marechal Deodoro da Fonseca, alma generosa, mas espirito sem o desenvolvimento preciso para encarar uma transformação politica de tal natureza, apanhado de sorpreza, fez a divisão dos Estados pelos seus camaradas de campanha.

Dentro em pouco o elemento civil se deixou assoberbar pelo elemento militar, e o Governo, que tinha as suas origens na caserna, se manifestou despotico á luz do dia, até cahir com o golpe de estado, que dissolveu o Congresso Federal.

Floriano Peixoto, militar com curso de armas, manteve a resistencia contra os elementos dissolventes, com energia bellissima! Em torno delle o elemento civil formou resoluto, e foi o garantidor da victoria.

Com esse elemento formaram ao lado do *Marechal de Ferro* os officiaes que tinham cursos de armas, e que ainda hoje, nas duas Casas do Congresso, como no Governo, trazem os seus postos, mantendo a bella collaboração do exercito e da armada no Governo Nacional. Apontarei na Camara um Barbosa Lima, um Serzedello Corrêa, um Thomaz Cavalcanti; no Senado o venerando marechal Julio Frota, Braz Abrantes, Pires Ferreira, Valladão, Urbano de Gouvêa, Bezerril, Lauro Müller, Lauro Sodré, Belfort Vieira, Indio do Brazil, Schimidt; todos esses que representam a parte intellectual do exercito e da armada, que levam com esforço inaudito a orientação republicana á politica brazileira, guiados ainda á voz de Benjamin Constant. No Governo, para só fallar dos que estão presentemente a frente do poder, vemos Alexandrino de Alencar e Hermes da Fonseca, que collaboram comnosco, reorganizando, de accôrdo com as conquistas dos tempos, a marinha nacional e o exercito brazileiro.

Mas houve Estados, Sr. Presidente, que não puderam sacudir o jugo da caserna; meu infeliz Estado é um desses. Elle coube, na partilha primitiva, ao tenente coronel João Neiva, pela influencia, verdadeiramente gloriosa na historia da Republica, que teve o bravo marechal Almeida Barreto, que houve por bem patrocinar os Neivas, no governo da Parahyba do Norte.

Veiu constituir esse governo, como já disse um juiz de direito da roça, de mentalidade estreita, pertencente á classe desses brazi-

leiros, que, na mania de conseguirem um diploma de bacharel em direito, decoram algumas prelecções, leem apostillas de lentes, e formados, recolhem-se ao interior do paiz, onde limitam a cultura de seus espiritos á leitura das locaes ou correspondencias dos jornaes politicos do Estado, ficando saturados das formulas aggressivas dos debates da baixa politicagem, as unicas que pódem entender.

Foi a um desses magistrados da roça, irmão de dous generaes, que a sorte da Republica na minha terra entregou o governo do Estado.

Tive, Sr. Presidente, grande parte nessa escolha: é um dos meus crimes politicos. Mas o homem—*robustus puer*—da sociedade, não tem querer, é um joguete da onda social! e no Codigo do Imperio já estava a minha absolvição, perfeitamente, determinada na circumstancia derimente:—para evitar mal maior! Eu entabolei negociações para a nomeação de Venancio Neiva, afim de evitar a sahida de Aristides Lobo do Governo Provisorio. Tendo sido este o meu intuito, é esta a dirimente do meu crime.

Com as costas quentes, como S. Ex. dizia sempre, dirigia Venancio Neiva o governo da Parahyba do Norte a seu talante, mas, em principios, encontrou no chefe de policia, que se collocara a seu lado, um obice a seus intentos somenos. De fórma que S. Ex., ao fim de tres mezes, desejando fazer uma derrubada geral na policia, não conseguiu fazer um só delegado, inteiramente seu.

Diz Venancio Neiva que eu só rompi com a sua oligarchia depois de demittido. Não diz verdade! Emquanto fui chefe de policia da Parahyba do Norte, duas nomeações de delegados se fizeram nos primeiros dias: uma, de Manoel da Silva, uma gloria republicana da minha terra natal, que tinha sido o libertador do municipio na propaganda abolicionista, a cuja frente se collocara com Rodolpho Pires e o orador que vos dirige a palavra, um meu velho companheiro de campanha abolicionista e republicana; a outra, de Cyro de Gouvêa, tambem republicano antigo. Foram estes os unicos que mereceram propostas espontaneas do chefe de policia para serem delegados. Sempre que o governador me pedia propostas de delegados, sem motivos plausiveis para demissão dos então serventuarios, allegando o compromisso de manter a politica do sertão, eu lhe respondia: «vamos conservar estes delegados, emquanto bem servirem; não façamos derrubadas, pois as derrubadas não estão no espirito das instituições republicanas.»

Foi este o primeiro rompimento com S. Ex., que desejava fazer derrubada geral na policia e poucas, muito poucas, nomeações pôde fazer, por falta de propostas; rompimento, porém, calmo, de fórma a elle mesmo confessar que me supportou durante mezes (foi a sua phrase), a conselho de João Neiva.

Mas, por que razão, Sr. Presidente, assim o aconselhava o irmão? E' que tinha elle tentado por mais de uma vez obter a minha demissão, e João Neiva aconselhava que me fosse supportando, isto emquanto aquelle tenente coronel via, ainda forte no Governo, o elemento civil.

Essa foi a minha acção de resistencia desde o principio. O Dr. Venancio Neiva, Sr. Presidente, não tinha noções de honestidade administrativa.

Annunciada na policia uma concurrencia — arrematação do fornecimento á cadeia da capital — recebi muitas cartas de amigos

meus, que me pediam para decidir em favor deste ou daquelle proponente aquelle fornecimento.

Rasguei essas cartas, as deixei cahir no cesto dos papeis sujos, e no dia e hora marcados, perante todos os concurrentes, abri as propostas, estudei-as, examinei-as, com uma commissão de empregados da secretaria, recebendo informações de cada um dos interessados e escolhi a mais vantajosa, retirando-se todos satisfeitos pelo modo por que eu havia procedido naquelle acto.

Dias depois vou a palacio. O governador, entrando no salão, onde estavamos, senta-se pesadamente no sofá e diz para um seu amigo:

— Já tenho 40:000$ pela arrematação do imposto do gado.

— Como? perguntei ao governador; já abriu as propostas?

— Não.

— E como está fazendo a arrematação?

— Aqui mesmo. Passeio de uma sala para outra e recebo os *lances* (*sic*), daquella sala para esta, já recebi mais um de 2:000$000.

Assim, Sr. Presidente, eu via a arrematação de um imposto que costumava dar todos os annos noventa e tantos contos ser obtida por cincoenta e cinco!

O arrematante era um contra-parente do governador! Soube depois que, antes do dia da arrematação, já toda a cidade sabia que seria aquelle feliz mortal o arrematante do imposto do gado.

Era, como digo ao Senado, a falta de educação, mas, da mais comesinha educação juridica, que levava esse *juiz de direito* a proceder dessa fórma, positivamente criminosa.

Eram os primeiros fermentos de oligarchia que ameaçavam o meu Estado e ameaçavam a Republica, e contra os quaes tenho a gloria de me ter batido, desde o principio, com o exemplo e com a acção.

O cunhado do governador, como descrevi aqui da tribuna, abria os *malotes* do Correio em sua casa, violava as correspondencias, da qual desappareciam dinheiros, e bem sabedor do artigo do Codigo em que estava incurso, da cellula da penitenciaria, que o aguardava, em um governo serio, descansava no valor de seus cunhados, generaes, e conseguia, dentro de tres mezes, quatro nomeações!

Era nomeado pelo ex-governador, a pedido do governador Venancio Neiva, já empossado no cargo, por portaria antedatada, *procurador do Thesouro Estadual*; em menos de 20 dias era nomeado *juiz de direito de Catolé do Rocha*; em menos de mez, *juiz de casamentos da capital do Estado* e, na organização da justiça federal, logo depois agraciado com a nomeação de *juiz seccional da Parahyba do Norte*.

Era assim, Sr. Presidente, que se fazia a organização do governo da Parahyba do Norte, governo que devia commetter os escandalos que denunciei ao generalissimo Chefe do Governo Provisorio, cuja deposição definitiva, como já declarei, tive o prazer de provocar.

Os meus patricios, esta bella mocidade, que, como já disse, surgira no principio da Republica, não tinham, não podiam ter idéa dessa oligarchia, contra a qual eu me havia batido, e me perguntam, pelos jornaes do Estado, «onde a oligarchia dos Neivas?»

Sou obrigado a vir descreval-a da tribuna do Senado. Tenho della testemunhos; já transcrevi um artigo e farei transcrever outros em seguida aos meus discursos.

Sr. Presidente, deante dessa oligarchia, como deante de todas, as oligarchias, levanta-se um vulto soblime, como uma creação da mentalidade de Cicero, para a construcção da sua *cidade eterna*; é a filha de Guttemberg, que poderá dizer e vae dizendo aos *satrapas* ridiculos, feitos e por fazer na Parahyba do Norte, como nos outros Estados, o que o maximo orador romano disse no Senado a Catilina, quando lhe descreveu os passos que elle dera para tomar a cidade de *Prænesta* e fazer della base de operações para o exercito de Mallio: «*Nihil agis, nihil moliris, nihil cogitas, quin ego non modo audiam, sed etiam videam, planeque sentiam.*» Nada farás, nada machinarás, nada pensarás, sem que eu não só o ouça, como tambem o veja e claramente o saiba ! A imprensa livre que estampa os escandalos dos oligarchas, desses bastardos representantes dos servos de Lucrecia Borgia, que já trazem á Capital da Republica as scenas vergonhosas de suas concubinas, que perturbam, em viagens á Europa, a magestade da representação brazileira, arrastando pelas capitaes escandalos e mais escandalos, que a imprensa registra, e farão abalar o credito do paiz !... A imprensa teve de ficar na defensiva, desde o principio da Republica no meu Estado ! Lembremos entretanto, os tempos em que *A Republica*, jornal da propaganda republicana na Côrte do Imperio, era empastellada, mas encontrava na palavra ardente e authorizada de Ferreira Vianna, monarchista convicto, a sua defesa eloquente, por amor á imprensa.

A imprensa no meu Estado foi perseguida pelo ridiculo satrapa Venancio Neiva. Travou-se a luta. Jornal por jornal foram todos ameaçados, empastellados diversos ! Foi da oligarchia dos Neivas que partiram os empastellamentos de typographias, como meio de manter essa primeira oligarchia republicana. Lá foram empastellados os primeiros jornaes na Republica.

Darei como testemunho ao Senado o artigo d'*O Brazil*, que transcreverei. Elle começa tratando de nomes de ruas, mas seu ponto principal é a perseguição á imprensa pelo governo oligarchico.

Sr. Presidente, avisado de que já existe numero para as votações, peço á V. Ex. que me conserve a palavra para o expediente da sessão de amanhã.

O Sr. Presidente--V. Ex. será attendido.

ARTIGO D'«O BRAZIL» A QUE SE REFERE O ORADOR

Parahyba do Norte

.....Diz ainda o articulista, referindo-se á mudança de nomes das ruas, na qual fora contemplado o do Dr. Coelho Lisboa, então chefe de policia em exercicio : «A Intendencia reconsiderou mais tarde o seu acto na parte referente ao Dr. João Coelho, não porque este tivesse sido exonerado, o que, parece-nos, ainda não tivera logar, mas para attender ás reclamações insistentes da imprensa.»

Isto, não só é falso, como perverso e ridiculo. E' falso porque o facto se deu por ter o Dr. João Coelho sido demittido ; é perverso porque revela que a imprensa só se manifestou contra elle dando a entender que applaudiu os nomes dos outros ; é ridiculo, porque pretende infiltrar a convicção de que o Sr. Venancio Neiva ou qualquer outro governador levava em conta a imprensa.

Analysemos.

O Dr. João Coelho, chefe de policia, foi destituido, por telegramma, da noute para o dia. O que deu logar á sua demissão (para elle proprio appellamos) foi ter elle querido, na qualidade de autoridade, desvendar *uns segredos* que existiam no Correio, o que ao governador não convinha por estarem nisso envolvidos parentes seus.

O Dr. João Coelho insistiu, deu os primeiros passos... o governador telegraphou para aqui, obteve na mesma tarde a exoneração do chefe de policia, na manhã seguinte designou-lhe successor interino, que botou uma pedra em cima do escandalo do Correio, e em acinte mandou a sua intendencia tirar o nome do Dr. João Coelho da rua onde, havia pouco, tinha sido posto por ella mesma, o que foi promptamente executado na primeira sessão seguinte.

Foi apenas um acto da baixa vingança individual do Sr. Venancio Neiva a retirada do nome do Dr. João Coelho; nada mais.

Quanto á reclamação da imprensa, é exacto que reclamou desde o celebre dia das mudanças de nomes das ruas, mas reclamou não contra o nome do Dr. João Coelho e sim contra o nome de todos seis, porque nem o governador nem seus dous irmãos nem os outros tinham sobre o Dr. João Coelho serviços, de modo a ser o nome deste excluido ficando os dos outros, que nem de vista eram lá conhecidos.

Esta é a verdade e, si Deus nos ajudar, opportunamente juntaremos a esse ponto os documentos precisos.

O futuro ha de saber do que houve em nossa terra, para poder, bem esclarecido, julgar o syndicato que a tem explorado.

Finaliza o articulista dizendo, com relação á imprensa, á defunta imprensa parahybana:

«Para que se possa avaliar o modo por que tem sido perseguida a imprensa na Parahyba, basta saber-se que alli as folhas de opposição teem descido a uma virulencia de linguagem indigna de orgãos de publicidade, ao ataque pessoal, ao insulto, á calumnia, sem que contra ellas se tenha jámais movido qualquer desforço, mesmo no dominio do decreto de 23 de dezembro. Sirvam de exemplo o *Conservador* e o *Jornal da Parahyba*. Este chegou a invadir o lar domestico do governador, cobrindo de injurias e baldões, sem que conseguisse, ainda assim, demorar o digno magistrado a esquecer um momento siquer o seu acrisolado respeito á liberdade de imprensa.»

Tudo é falso. Em primeiro logar, estamos certos de que o governador não mandava atacar brutalmente os redactores que lhe faziam opposição, porque, sendo os factos allegados em tudo reaes, elle tinha receio do desforço pessoal, que era provavel. Em segundo logar, a linguagem dos jornaes citados era correcta.

Basta dizer que do primeiro, *Conservador*, era unico redactor o Sr. conego Meira Henriques, e do ultimo, do *Jornal da Parahyba*, o Sr. barão de Abiahy, de uma cordura proverbial, e o (a) Dr. Paulo de Lacerda, já muito moderado de antigos ardores.

(a) Esta discussão se deu entre o Dr. Epitacio Pessôa e o Dr. Paulo de Lacerda, este assignava—«Um parahybano» e aquelle —«Um verdadeiro parahybano». (N. do A.)

O lar domestico do governador nunca foi invadido, e desafiamos o articulista a citar os trechos publicados a tal respeito.

Não o fará de certo, porque não os encontrará sinão em sua cabeça.

Para concluir, diremos que o tal *acrisolado respeito* do governador *á liberdade da imprensa* foi tamanho, que todos os jornaes da opposição, em numero de quatro, *Conservador*, *Gazeta da Parahyba*, *Jornal da Parahyba* e *Gazeta do Sertão*, desappareceram, ficando em campo o *Estado da Parahyba* unicamente, diario que o governador creou e que o endeosa desde então até hoje.

Isto falla mais alto que tudo!

Ha pouco, no mez passado, surgiu a *Voz do Povo*, já ameaçada, segundo ella propria confessa, de ser quebrada.

E ahi está.

O publico julgue.

Em resposta ao *documento* publicado pelo articulista, e que é antes uma verrina, apezar dos córtes que elle confessa ter feito, reproduzimos o documento infra, que não será capaz de contestar com a menor prova.

Rio, 10 de julho de 1891.— *Um parahybano.*»

Hoje, 6 de maio de 1891, foi esta cidade testemunha de um acto brutal: o arrombamento das portas da typographia da *Gazeta do Sertão*, feito pela força publica policial, na occasião em que se imprimia o mesmo jornal, e, coagidos pela mesma força, abandonaram o seu director e typographos a referida officina, ficando ella á disposição dos invasores.

Facto tão escandaloso nunca se deu nesta cidade, e lamentamos profundamente a falta de garantias a que chegou o nosso paiz. O pretexto para semelhante acto foi uma penhora, proveniente da cobrança de uma letra da Camara Municipal, do valor de 350$, já paga e que por extravio foi ter ao poder de um negociante desta cidade, e da qual lettra fôra o Dr. Irineu Joffily simplesmente fiador.

Mas, apezar da falsidade conhecida e provada para ser feita uma tal cobrança, o mesmo Dr. Irineu, que é proprietario de diversos predios nesta cidade, no valor de contos de réis, offereceu qualquer um delles para penhora, mas tudo foi desprezado, declarando os officiaes de justiça que *só tinham ordem de tomar a typographia*.

A indignação geral da população desta cidade, expressada incontinenti contra semelhante attentado, falla bem alto contra o governo deste Estado, por ser a *Gazeta do Sertão* o unico jornal de opposição em toda a Parahyba; sendo este a causa de tudo quanto tem soffrido o seu distincto director, Dr. Irineu, e finalmente deste acto inqualificavel dos agentes do governo nesta comarca, o qual, si não autorizou, certo é que o approvará.

O que vem de ser exposto firmamos com o nosso juramento.

Campina Grande, 6 de maio de 1891.

Tenente-coronel João Lourenço Porto.
João Baptista Leal.
Jovino C. Machado Rios.
João da Silva Pimentel.
Deocleciano C. Machado Rios.

Constancio Alves Correia,
José Joaquim A. Pedrosa.
Raymundo Tavares Candêas.
Miguel Pereira de Almeida.
João Baptista dos Santos.
José Martins da Cunha.
Capitão Agostinho L. S. Porto.
João L. S. Porto.
Boaventura C. da Cunha.
Ignacio F. de Macedo.

(As firmas estão todas reconhecidas por tabellião publico.)

D'O Brazil, de 11 de junho de 1891.

Parahyba do Norte

Substituida a antiga Camara Municipal da Capital, que servia gratuitamente pela intendencia relativamente muito bem paga, em sua primeira reunião foi seu unico acto mudar a denominação das ruas da cidade, em numero de sete.

Os nomes do *Visconde de Pelotas*, do *Marquez do Herval*, do *Duque de Caxias* e outros, que constituem glorias nacionaes, forão barbaramente arrancados das esquinas, e nellas se pregaram os nomes do general *Tude Neiva*, coronel *João Neiva*, Dr. *Venancio Neiva*, cabendo tambem uma rua ao generalissimo Deodoro, outra ao Dr. Aristides Lobo, então Ministro do Interior, outra ao general Almeida Barreto, lord protector do governo e governador, e outra, finalmente, ao Dr. Coelho Lisbôa, então chefe de policia daquelle Estado.

Da mudança de nomes, pois, que houve em sete ruas, sete grosseiras adulações de uma vez só tres logo couberam ao governador e e aos seus dous irmãos, sem ser aliás qualquer um delles o mais pequeno serviço ao Estado, onde raros os conheciam, excepção feita do primeiro mencionado que estava á mostra.

Aquelle facto, pois, que como a outros de igual jaez, o governador, Sr. Venancio Neiva, chamava de *reconstrucção*, e pela qual recebia parabens, impressionou mal a todo mundo, que o criticava ás occultas, tanto mais por se saber que a iniciativa não partira da intendencia e sim do proprio governador, o qual mais tarde, tendo rompido com o Dr. João Coelho e obtido a demissão deste do cargo de chefe de policia, por motivo aliás que muito honra a este patricio, motivo que opportunamente analysaremos, mandou, como acinte, retirar o nome delle da rua, que pouco antes o recebera por ordem sua e onde foi recollocado o antigo nome.

Este novo acto da intendencia, ou melhor, do governador, alem de ridiculo, era de uma baixeza inqualificavel, e, como o que o precedeu, foi mal recebido pela população.

A imprensa, em geral, reflectiu mais ou menos accentuadamente a impressão popular. Bocca que tal disseste !

A garantia que o governador tinha de sua estabilidade no poder ; a presumpção que transpirava já de todos os seus movimentos ; o calculo que fizera de vêr todos e tudo obdecerem, sem replicar ao seu aceno, o tornaram irritadiço e colerico á mais ligeira censura ; não podia admittir que houvesse quem se recusasse a dizer *amen* a qualquer de seus actos, fossem embora os de um doido.

Pobre imprensa, pois!

Na capital existiam os seguintes jornaes: *Jornal da Parahyba*, redigido pelo barão de Abiahy e Dr. Paulo de Lacerda; *Gazeta da Parahyba*, redigida pelo Dr. Eugenio de Brito; *Conservador*, redigido pelo conego Dr. Meira Henriques, sendo os dous primeiros diarios e o ultimo periodico. Na cidade de Campina Grande existia a *Gazeta do Sertão*, redigida pelo Dr. Irineu Joffily.

Deixamos de mencionar o *Liberal Parahybano*, orgão diario do partido liberal, redigido na capital pelo Dr. Gama e Mello, porque não appareceu depois de proclamada a Republica; bem como não incluimos um periodico mensal, publicado na capital sob o nome de *Pelicano*, onde o governador achou logar mais proprio para com as suas iniciaes dar curso ao seu annexim: «estou disposto a dar o sangue pela Republica», porque, como periodico de modas e de annuncios de uma casa commercial, apenas representava esses interesses.

Vê-se, pois, que havia no Estado quatro jornaes em actividade: tres na capital e um no interior, sendo dous diarios e dous semanaes.

Destes, recolheu-se ao silencio, algum tempo depois da Republica, o *Conservador*, que jámais a ella adheriu; mas recolheu-se ao silencio espontaneamente, por motivos que talvez pedissem ainda discussão, e não por ameaças do governo, como por perversidade, ou como meio de intimidar os mais, apregoaram as *linguas* de palacio.

Outro tanto não aconteceu á *Gazeta da Parahyba* algum tempo depois; o seu redactor foi intimado officialmente para fechar as officinas ou vel-as arrebentadas. Procurando então o governador, este lhe disse pessoalmente: «não posso dar garantia alguma», em vista do que, o redactor tomou o caminho da prudencia...

Restavam dous apenas: o *Jornal da Parahyba*, na capital, e a *Gazeta do Sertão*, no centro, e para ambos estava bem fresco o exemplo da *Gazeta da Parahyba*.

O primeiro, o *Jornal da Parahyba*, rompendo mil difficuldades, ameaçado dia e noute, de ser arrebentado, chegou dias depois da eleição para o Congresso Federal, eleição que, de accôrdo com a *Gazeta do Sertão*, pleiteou, derrotando nas urnas a chapa official, que, aliás, prevaleceu, mandando porém a prudencia, a que seus redactores obedeceram, que, depois de tal luta, quando o governador se achava muito irritado pela derrota eleitoral soffrida, desapparecesse o dito *Jornal*.

Estava, portanto, em campo unicamente a *Gazeta do Sertão*, onde a resistencia a qualquer ordem official seria mais facil por ser no interior.

Pois bem, esta mesma só pôde conservar-se até o mez passado, quando o governador, Sr. Venancio Neiva, mandou a força de policia invadir a typographia e inutilizal-a, conforme consta de declarações de lá vindas e da propria confissão do seu redactor, o Dr. Irineu Joffily, em artigo que com o seu nome publicou no *Jornal do Recife*, artigo que, com algumas palavras de justa critica, *O Brazil* reproduziu em editorial e o *Jornal do Brazil* inseriu em seu conceituado noticiario, ha poucos dias passados, e por onde melhor se verifica o facto; sendo certo que o Dr. Irineu Joffily se acha desde então nesta capital, uma vez que na Parahyba, donde

sahiu, deixando esposa e filhos, nem siquer podia contar com garantia de vida...

Eis, pois, a sorte a que ficariam reduzidos o jornalismo e seus representantes na Parahyba e si, porventura, insistissem em não applaudir a má administração do Sr. Venancio Neiva, que, em breves dias, *vae eleger-se* governador daquella infeliz terra, pelo voto servil de um congresso adrede por elle preparado para tal fim.

Convém ainda observar que, antes de desapparecer o *Jornal da Parahyba* e de ser quebrada a typographia da *Gazeta do Sertão*, o governador da Parahyba creou um jornal seu, sob a denominação de *Estado da Parahyba*, unico que o elogiava de um modo até ridiculo, como tem continuado. Alli é o governador, diariamente, a proposito do mais simples acto, como uma visita, um passeio ou outro analogo, tratado continuadamente por illustre, illustrado, benemerito, glorioso e nem sei que mais disparates. Emfim, faz nojo ler-se aquella folha, que, no intuito de enganar os leitores de fóra do Estado, vae aos elogios da maior baixeza e falsidade.

Só desejaramos que o generalissimo Deodoro conhecesse pessoalmente aquelle governador e o pudesse ver em occasião em que, por força do cargo, tem de apparecer em publico onde tivesse de proferir duas palavras ou de levantar uns vivas. Em tal hypothese, mesmo afóra as graves faltas que pesam sobre elle, acreditamos que outro seria o governador da Parahyba, de accôrdo com os seus legitimos interesses.

Aos poucos iremos apresentando factos de maior gravidade, dos quaes seria util a indagação feita pelo governo central junto de pessoas da sua confiança alli, as quaes, reservadamente, estamos certos de que lhe exporiam toda a verdade.

A justiça clama pela devida reparação a tantas iniquidades já perpetradas em nome da Republica; e a moralidade pede ao menos a paralysação do syndicato, alli organizado, para explorar um povo pacifico e brando, trabalhador e honesto, que, desesperado já do futuro, está abandonando, dia a dia, o Estado da Parahyba.

Rio, 15 de junho de 1891.—*Um parahybano*.»

Sessão de 16 de junho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa— Sr. Presidente, não é sem a maxima repugnancia que continúo, por honra do officio, nesta exhumação da primeira oligarchia que se levantou no Brazil-Republica, a *Oligarchia dos Neivas*.

Hoje, que aquella oligarchia resurge, não como a Phœnix de suas proprias cinzas, mas como a *peste negra*, de suas proprias *pulgas*, conservadas pelos *ratos do erario publico*, como parahybano, como brazileiro, como republicano, eu estou no meu posto de honra, para, seguindo as lições do grande reformador social, fustigar a physionomia dos oligarchas com a energia da minha palavra.

Diz Venancio Neiva, Sr. Presidente, em sua carta, da qual um só topico merece resposta: (*lendo*)

> «...por infeliz coincidencia vosso protesto (*dirigindo-se a mim*) contra a oligarchia dos Neivas foi apresentado quando fostes exonerado de chefe de policia, e contra a oligarchia dos Machados, quando o partido situacionista impugnou, com efficacia, a indicação feita pelo Dr. Alvaro Machado do vosso nome para presidente do Estado, cargo para o qual até os vossos intimos não dissimulam que vos faltam predicados.
>
> Entretanto, a candidatura do Dr. João Machado, que tanto malsinaes, tem merecido applausos da grande maioria dos nossos concidadãos.»

E' nestes termos ultimos, Sr. Presidente, que o antigo oligarcha Venancio Neiva, deposto do governo a bem da moralidade publica, elle que nunca encontrou predicados no major Alvaro Machado, quando eu o inventei em politica, ao qual mimoseava diariamente, na imprensa, com os qualificativos mais deprimentes, ao qual tentou depor á frente dos mesmos concidadãos, de que falla e que formam o segundo *conluio politico*, lança ás faces do chefe da politica situacionista, como rato podre, a desmoralização desta segunda oligarchia, de que é rotulo João Machado.

Sim, Sr. Presidente, nem podia ser de outra fórma, si João Machado se apresentava com todos os caracteristicos de — *um criminaloide*, — classificado pelo professor Caetano Angiobella, na sua obra *Delitti e delinquenti politici*; si esse João Machado, antes de ser candidato, já contribuia, como presidente da assembléa legislativa, para arrancar do erario publico numerario para pagar serviços aos directores da cabala a seu favor; si a oligarchia *promettedora*, que se levantava deante das vistas de Venancio Neiva, com os caracteristicos psychico-physiologicos de um *typo imbecile epileptico*,

pazzo morale, classificação provocada pelo estudo de Suetonio sobre Tiberio Claudio, vinha substituir á sua que fizera da Parahyba do Norte uma misera fazenda para explora-la com a sua familia ; si essa oligarchia vinha a ser o *resurgimento*, por elle provocado, da primeira, para formar da Parahyba do Norte de novo uma feitoria ! era natural, Sr. Presidente, que os amigos de Venancio Neiva acceitassem esse João Machado, que eu malsinava, e reconhecessem que eu, perante a mentatalidade de Venancio Neiva, não tinha predicados para ser presidente do Estado.

Sim, Sr. Presidente, a minha educação republicana, a minha educação civica repugnava áquelle velho oligarcha, inconsciente, talvez, do mal que fez ao meu Estado, em que vivia á custa das lagrimas das familias dos empregados publicos, cujos ordenados seu cunhado descontava a 50, 60 e mais por cento, porque o governador oligarcha, Venancio Neiva, só ordenava pagamento nas petições apresentadas a seu despacho por seu cunhado Honorio de Figueiredo.

Não, Sr. Presidente, esses predicados eu não os tenho e... noto a ausencia do representante da Parahyba do Norte, que abandonou a sua bancada e está aqui perto na salinha do café. S. Ex. não vem contestar o que digo a respeito do seu novo senhor, por alliança nefasta, o Dr. Venancio Neiva ; S. Ex., que escreveu *nos «a pedidos» do Jornal do Commercio* um pequeno artigo, assignado «um parahybano», o defendendo, não responde aos meus discursos, retirando-se da bancada para não me ouvir; mas na salinha do café mesmo S. Ex. me está ouvindo e não responderá porque não ha o que, e não o póde responder.

Sr. Presidente, rompi com a *Oligarchia dos Neivas*, quando vi pela primeira vez Venancio Neiva fazer em palacio uma arrematação, sendo elle, o presidente do Estado, quem recebia os lanços secretos e entregava a arrematação do imposto do gado a um seu contra-parente, isto passeando pelos salões do palacio ! Assim desfalcava a fazenda publica em mais de 40:000$; fiz a critica do seu acto deante delle e dos seus amigos ! Rompi com a *Oligarchia dos Neivas*, quando o Dr. Venancio Neiva quiz levantar a politica conservadora exclusivamente para se fazer elle o chefe dessa politica, com prejuizo deseus verdadeiros chefes, a quem elle devia a posição que occupava no Estado, porque desde lá começara a trahição na politicagem desta Republica. Eu desejava uma politica geral, como fiz mais tarde, fundando, máo grado o segundo governador, um partido com todos os elementos dos antigos partidos. Rompi com a *Oligarchia dos Neivas*, quando não permitti fizesse o Dr. Venancio Neiva a derrubada politica que desejava, privando-o de nomear delegados de policia para as diversas comarcas do sertão.

Rompi com a *Oligarchia dos Neivas*, quando fiz um inquerito policial sobre crime de *violação de correspondencia* e *disvio de dinheiros*, e levei esse inquerito até á casa do cunhado do governador, porque era elle o representante do contractante do transporte de malas do Correio pelos centros ; levava os malotes para a casa e lá desappareciam valores das cartas registradas. Rompi com a *Oligarchia dos Neivas*, cumprindo, portanto, os meus deveres de chefe de policia.

O Dr. Venancio Neiva, esquecendo as tradições que o ligavam aos conservadores, que eram seus chefes, deixava o illustre *gentleman*, que foi o barão de Abiahy, Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha,

morrer de desgosto, abandonado, elle que fôra o chefe querido do partido conservador na Parahyba do Norte.

Lembro-me ainda do encontro que tive, em Pariz, com o visconde de Cavalcanti, Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, meu comprovinciano, que occupou nesta alta Casa uma cadeira, como representante do Rio Grande do Norte.

Estava eu em casa de Amedée Prince & Comp., a quem fôra apresentado por carta do meu distincto amigo, Charles Morel, da *Etoile du Sud*, quando entra um empregado com um cartão. O illustre banqueiro, lendo esse cartão, disse-me: «E' o Sr. Visconde de Cavalcanti, um vosso compatriota. Não vos desagrada que o mande entrar para esta sala?», «Pelo contrario, terei com isto muito prazer, respondi.»

Feita a minha apresentação ao Sr. visconde de Cavalcanti, entrámos em conversação, e esta recahiu logo, naturalmente, sobre a politica do nosso Estado.

« Eu sabia que o senhor era Deputado pela Parahyba, disse-me S. Ex., tinha vontade de conhecel-o. Deixe-me que lhe diga que eu não podia imaginar porque teve má vontade para commigo, quando se tratou da reorganisação politica do Estado no principio da Republica.

Soube depois que o senhor era filho de um meu amigo, fui amigo de seu pae, ao tempo em que fui promotor na cidade de Arêa.»

« Sr. visconde, respondi eu, nós estavamos em campos opostos: V. Ex. era monarchista convicto, titular da monarchia, eu era propagandista da Republica.

Dado o phenomeno de 15 de novembro, estava eu no meu posto, soube da reunião que se realizara na casa do Barão de Mamanguape, na qual os proceres da monarchia distribuiram as cadeiras da representação do Estado, e expuz então ao tenente coronel João Neiva a inconveniencia que havia em continuarmos, na Republica, a mesma politica da monarchia, contra a qual tinhamos nós outros, os republicanos, nos levantado na propaganda.

As nossas posições explicam-se perfeitamente. Morámos na mesma cidade do Rio de Janeiro, muitos annos, e nunca procurei V. Ex., que muito conhecia, sabendo mesmo que era amigo de meu pae. (E eu dizia isto ao Sr. visconde, tanto mais quanto, meu pae era negociante e fazendeiro, vivendo independente da politica e á politica, portanto, não devendo favores).

Mas, Sr. visconde, quem organizou a politica da Parahyba foi um correligionario de V. Ex.»

« E' verdade, o Dr. Venancio Neiva. Contribui, exclamou o Sr. visconde, para a sua nomeação de juiz de direito. »

Vê, V. Ex., Sr. Presidente, que nunca pude temer encontro, fosse esse o mais fortuito, dentro ou fóra do paiz, nunca pude temer interpellações pela firmeza de posições, em que sempre me soube collocar em todos os actos de minha vida privada, publica e politica.

Sou obrigado, porém, a estas explicações, tanto mais agora que Venancio Neiva diz que só rompi com a sua oligarchia, depois que deixei o Estado; sou obrigado a lembrar á S. Ex. da tribuna do Senado, quantas amarguras não experimentou elle, quando, como diz na sua carta, se viu obrigado a supportar o chefe de policia da Parahyba do Norte, a conselho de João Neiva. Era porque o chefe

de policia da Parahyba não se tornara obediente ás suas ordens e procurara oriental-o na carreira politico-republicana, de fórma a fazer S. Ex. uma organização politica digna do Estado.

Sr. Presidente, a oligarchia Venancio Neiva caracterizou-se, na sua ultima phase, pela exploração, pela expoliação mais vergonhosa de que póde ser victima um Estado.

Não encontrando concessão vantajosa a fazer, proporcionou Venancio Neiva a seu bi-cunhado Dr. Honorio de Figueiredo, o mesmo criminoso do facto do Correio, o mesmo que foi em tres mezes nomeado procurador do Thesouro, juiz de direito do Catolé do Rocha, juiz de casamentos da capital do Estado e juiz seccional na Parahyba do Norte, o exercicio da agiotagem, estabelecendo o juiz seccional *casa politico-commercial*, onde cada empregado publico, atrazado em seus ordenados em seis, oito, dez e até 24 mezes, conforme a resistencia deste ou daquelle em submetter-se ás imposições do dito, mencionado, seu cunhado, ia descontar seus ordenado a 50, 60 e mais por cento.

E o governador, todos o sabiam, só mandava pagar áquelle empregado, cuja petição era apresentada por Honorio de Figueiredo.

Esta exploração fazia com que a oligarchia se decompuzesse, porque despertava o odio das familias dos empregados publicos, que os viam chegar á casa com a terça ou quarta parte dos seus ordenados, e por isto não podiam sinão maldizer o homem que estava á frente do poder, que assim ludibriava o Estado e os funccionarios publicos.

A oligarchia de hoje marcha a passos mais agigantados para a exploração dos empregados publicos.

O Senador Alvaro Machado disse, ha pouco, que se guardava para pagar os empregados publicos a verba de 150:000$, que o Governo Federal havia destinado ás victimas da secca da Parahyba do Norte.

Entretanto, Sr. Presidente, uma das maiores accusações, que se ouvia, contra S. Ex. no Estado era justamente que, emquanto os empregados estavam em atrazo de oito e 10 mezes, o presidente do Estado, o Dr. Alvaro Machado, recebia os seus vencimentos em dia.

S. Ex. não era discipulo de David, que ao official que rompendo o cerco, fôra á fonte occupada pelos inimigos buscar agua para saciar-lhe a sêde, derramando a taça, dissera: «Não bebo o sangue dos meus bravos officiaes.»

Emquanto os empregados publicos, que não tinham credito, luctavam com todas as difficuldades, não recebiam ordenados, S. Ex., que tinha o seu soldo intangivel e outros vencimentos, que não precisava receber seus ordenados em dia, não seguia o bello exemplo de David.

Mas, Sr. Presidente, em plena secca, em plema fome, seu irmão, esse João Machado, levantando a nova oligarchia, creou novos ordenados, contra a Constituição do Estado, para os cargos de 1° e 2° vice-presidentes, no valor de 50 e tantos contos, arrancados ao erario pnblico, e S. Ex., o chefe da politica situacionista, se nega a mandar entregar os 150:000$ que o Governo Federal destinou como auxilio aos miseraveis que estão morrendo á fome nos sertões da Parahyba.

Quero terminar esta segunda série e, antes de deixar a tri-

buna, quero render *homenagens a um grande acontecimento :* é aquelle que allega o Dr. Venancio Neiva, com relação ao marechal Deodoro da Fonseca *ter resolvido a sua nomeação de governador da Parahyba do Norte, logo depois da proclamação da Republica*, o que lhe foi communicado em TELEGRAMMA DE 16 DE NOVEMBRO, o qual elle ainda possue !!! Todo o Senado se lembra, todo o Rio de Janeiro se recorda, todo o Brazil e sabedor de que Deodoro da Fonseca, levantando-se do leito, onde agonizava, seguiu para o campo, onde proclamou a Republica, voltando logo depois ao leito de agonia, no qual passou uma noite de terrivel dyspnéa !

Não diz o Dr. Venancio Neiva si o marechal Deodoro da Fonseca resolveu a sua nomeação no campo da Acclamação, quando estava ainda preoccupado com o *velho*—o imperador—a quem desejava consultar, ou si, de volta á casa, mas resolveu logo depois de proclamada a Republica, si ainda no dia seguinte, em que foi expedido o tal telegramma, que elle possue... mas não exhibiu. O que temos a notar é que o marechal Deodoro passou toda a noite de *15 para 16 de novembro em dyspnéa* ; aggravando-se os seus padecimentos, sua virtuosa esposa postou-se á porta do seu quarto para o deixar repousar, ninguem consentindo alli penetrasse, respeitando a agonia cruciante do marechal.

Pois bem ; é tal a coragem dos cligarchas, que Venancio Neiva diz na sua carta publicada n'*A União* e transcripta em jornaes desta capital, que no dia 15 ou 16 de novembro, nesses dous dias terriveis de agonia para Deodoro da Fonseca, elle se lembrou de fazel-o governador da Parahyba do Norte, tendo decidido a sua nomeação.

Seria possivel, em agonia de morte, nos paroxismos de uma dyspnéa, lembrar-se o marechal Deodoro da Fonseca de que havia no Catolé do Rocha esse *prodigio de juiz de direito da roça* ? ! ! ! Nem a sua provincia lhe mereceu o primeiro generoso movimento do seu pensamento de chefe do Governo Provisorio ! Foi esse juiz de direito do Catolé do Rocha, esse *assombro de predicados para presidente*, que preoccupou o espirito de S. Ex., para fazel-o governador da Parahyba do Norte ? ! ! !

O Dr. Venancio Neiva me confundirá, si me fizer a graça de, por intermedio de seu filho, digno empregado publico nesta cidade, mostrar-me esse telegramma.

Imaginemos, Sr. Presidente, que nesse dia *16 de novembro* o grande marechal Almeida Barreto, deslumbrado pela gloria, que mais uma vez lhe beijara a fronte no campo da Acclamação, com o bello movimento, que aquelle heróe dera á sua espada em favor do povo, pela Republica, não se poderia approximar do marechal Deodoro da Fonseca, porquanto, até a vespera fora seu inimigo, o que mais realçou a sua conducta.

O tenente coronel João Neiva, irmão do governador, tinha a fronte mettida entre os travesseiros, perturbado, envergonhado, com a derrota que soffrera na vespera, a 15 de novembro, quando quizera a frente do *Corpo de Bombeiros* oppor-se a entrada dos rapazes da Escola Militar, commandados pelo capitão Marciano de Magalhães, que se destinavam a entrar no jardim do campo da Acclamação ! Marciano de Magalhães, ao receber de S. S. a intimação de que alli não podia entrar, respondeu-lhe que tinha ordens para occupar aquella posição. E a occupou, violentamente, mandando abrir os portões e entrando com as suas forças, tomando a posição disputada !

João Neiva não podia approximar-se do marechal victorioso! Como se deu esse phenomeno ? ! Como nos explicará o Dr. Venancio Neiva essa bella lembrança que constitue para S. Ex. tão grande victoria ? ! Faça-me o velho oligarcha conhecer o tal telegramma e eu lhe baterei palmas. Assim são todos elles.

——

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEUS DISCURSOS

A S. Ex. o generalissimo Chefe do Governo Provisorio

A oligarchia dos Neivas, no Estado da Parahyba do Norte
(Quadro demonstrativo)

Dr. Venancio Neiva, governador do Estado, ex-juiz de direito do Catolé do Rocha ;

Capitão Frederico José Soares Neiva, pae do governador, contador, partidor e distribuidor do fôro da cidade da Parahyba do Norte ;

Capitão Francisco José Soares Neiva, ha tres annos paralytico, promovido pelo Governo da Republica, ultimamente, a major ;

José João Soares Neiva, irmão do governador, porteiro da alfandega e administrador das capatazias, *candidato com muitas probabilidades* a inspector da alfandega ;

Dr. Honorio Horacio de Figueiredo, bi-cunhado do governador, nomeado, com antedata, em dezembro, pelo ex-governador, major Claudino, procurador fiscal da thesouraria de Fazenda, em janeiro juiz de direito do Catolé do Rocha, em substituição ao cunhado, e ultimamente juiz de casamentos, todas essas nomeações e promoções por proposta do governador e a primeira nomeação, quando o governador já tinha tomado posse do poder, sendo feita pelo ex-governador, como se verifica de sua publicação no jornal official ;

Dr. Manoel Cavalcanti de Arruda Camara, promotor publico da capital. Este moço morou no palacio do governo até pouco tempo; quando, rompendo com o sogro por arrufos politicos, retirou-se para fóra da cidade, promovendo áquelle a mais crua opposição, imputando-lhe factos bem pouco lisongeiros ;

Dr. José Cavalcanti de Arruda Camara, irmão do genro do governador, promotor publico de Areia, rival preferido ao irmão na politica, encarregado de agenciar esta no centro do Estado, para o que, intitulando-se chefe politico, abandona a comarca ostensivamente, sem dar satisfações ao respectivo juiz de direito ;

João Cavalcanti de Arruda Camara, irmão do genro do governador (formando com os dous outros Camaras a celebre *Camaralha* que inspirou o governo algum tempo), nomeado capitão de policia e commandante interino do respectivo corpo, rapaz de vinte e poucos annos, bisonho no officio, arrancado ao serviço de fazenda de gado para um tal cargo, isto com preterição de officiaes honorarios do exercito e do capitão de artilharia Francisco Emilio Paes Barretto, official formado em mathematicas, que pleiteou com muitas sympathias aquelle cargo ;

Fuão de tal, cunhado do genro do governador, contractante, por *arrecadação*, do imposto do gado na cidade de Itabayana, com prejuizo da Fazenda estadual, que costumava arrecadar cerca de

90:000$ e teve o contracto por 55:000$000. Esta arrematação foi feita em palacio pelo governador em pessoa, passeiando pelos salões, taciturno e hirto, sem prégões em uma atmosphera de mysterio... e o lance favoreceu o cunhado de seu genro, como todos o esperavam ;

Dr. Epitacio da Silva Pessoa, sobrinho da senhora de José João Soares Neiva e secretario do governo ;

Antonio da Silva Pessoa, sobrinho affim de José João Soares Neiva, irmão do governador, praticante do consulado, sem concurso, com preterição de terceiros ;

Alferes Francisco Bello, marido de uma filha de Francisco José Soares Neiva, irmão do governador, ajudante de Pessoa, e, si mais parentes houvera, lá chegara! A familia é pequena ;

Dr. Venancio Neiva começou o seu governo, *consentindo* nas nomeações de seu cunhado e de seu genro para os logares de procurador fiscal da thesouraria e promotor publico da capital, mandando fazer pelo ex-governador, com antedata, as ditas nomeações, que só foram publicadas depois de seu governo. Trouxe em seu acompanhamento diversos cidadãos que lhe guardavam as costas na comarca de que era juiz no alto sertão, hospedou-os em palacio e delles formou o corpo de policia, sahindo as nomeações uma a uma e seguindo os novos *officiaes* para os mesmos pontos de suas moradias, onde destacaram ;

Francisco Horacio de Figueiredo, pae de Honorio Horacio de Figueiredo e sogro do governador, é o contractante do porte de malas do correio pelo centro do Estado; são seus procuradores na capital o seu filho e o cunhado do governador, Dr. Honorio Horacio e Frederico Neiva, sogro deste e pae do governador.

O desapparecimento de duas cartas com valor declarado da mala do Catolé do Rocha deu logar ao inquerito policial que abri, no qual devia ser interrogada uma irmã do governador, em cuja casa pernoitaram as ditas malas, antes de partirem para o centro, para o que mandei convidar o capitão Frederico Neiva, seu pae, a acompanhar-me até sua casa, attenta a ausencia de seu marido, o Dr. Honorio de Figueiredo. O governador, para evitar que o inquerito proseguisse até á casa do cunhado, onde pernoitaram as malas do correio e logo depois de saber que as testemunhas declararam tal verdade, reclamou a minha demissão, cuja noticia chegou antes de mandar eu intimar seu pae para depor, o que eu faria tambem, faltando em seus telegrammas ao governo com á verdade dos factos.

O inquerito policial, dada a substituição do chefe de policia, não proseguiu e novo contracto já foi feito com o sogro do governador para o porte de malas do correio para o centro do Estado. Esse contracto foi aqui publicado no *Jornal do Commercio*.

Mais de 200:000$000 se teem gasto com soccorros publicos em pleno desperdicio, animando a indolencia e afastando os braços do trabalho ; em 1877 a secca do norte deixou, pela boa applicação dos auxilios dados para combater os seus effeitos, muitos melhoramentos naquella provincia em açudes, estradas, calçamentos de ruas e construcção de cadeias; no ultimo governo da monarchia a par de muito esbanjamento, muitos melhoramentos assignalaram a utilidade do trabalho dos indigentes ; actualmente, o governador manda distribuir esmolas sem exigir trabalho, de

fórma que mais dellas gosam os não necessitados que as verdadeiras victimas da secca.

O governador Dr. Venancio Neiva fez o seu cunhado Dr. Honorio de Figueredo, então juiz de direito de Catolé do Rocha, agente fiscal de soccorros nos centros e mandou publicar na *Gazeta da Parahyba* a noticia deste teor :

« De Catolé do Rocha, por via de Mossoró, foi transmittido ao governador, pelo cidadão Dr. Honorio de Figueredo, juiz de direito daquella comarca, o seguinte telegramma:

« Rogo-vos ordeneis urgencia remessa de dinheiro aqui para pagamento dos fretes da conducção das sementes do alto sertão. Avalio despezas 17:000$000. Abundantes chuvas nas comarcas Piancó, Princeza, Cajazeiras e Souza e algumas nesta.» e os dezesete contos foram ? !...

O governador tem creado, apezar de recommendações reservadas em contrario, comarcas e termos para collocação dos taes seus protegidos, actos esses que vão difficultar a manutenção futura do Estado. correndo a Parahyba, por isso, grande perigo de reduzir-se a territorio, o que com muita razão receiam os parahybanos.

Estas informações vos devo fornecer sobre a politica do Estado da Parahyba do Norte, minha terra natal, cujas queixas verbalmente vos darei, commentando o que aqui deixo escripto, pelo que me responsabiliso, assignando-me.

Rio—Abril—1890—*João Coelho G. Lisbôa.*

SECCAS DO NORTE

Sessão de 4 de junho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, dentre os problemas que se impõem ao estudo do Congresso Brazileiro, e do Governo da Republica, problema, o mais urgente, se apresenta o das seccas do Norte.

O Sr. Francisco Sá—Apoiado.

O Sr. Coelho Lisboa—Estamos, Sr. Presidente, no 2º anno de secca, desgraçadamente declarada, nos quatro Estados do Norte, Estados que apresentam em seu solo um prodigio de fertilidade, mas que debellados pelos raios do sol, com a ausencia de chuvas, nos periodos certos, que costumam regular os seus productos, acham-se constantemente diante de calamidades, que teem sido por demais descriptas no Congresso e na imprensa, de fórma a não vir mais o orador, que vos dirige a palavra, occupar por muito tempo a attenção do Senado, com a narrativa de taes horrores.

O norte teve secca em o anno transacto, nos sertões da Parahyba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, onde milhares de victimas morreram em perfeito abandono dos Governos Federal e Estadual.

Mas, Sr. Presidente, o primeiro anno da secca ainda é um anno de relativas esperanças; as chuvas no periodo futuro virão de alguma fórma attenuar as desgraças que pairam sobre aquellas populações, trazendo, em tempo, um lenitivo salvador.

Presentemente, passado o mez de maio, já não ha esperanças de inverno para o norte, ha certeza cruel de uma grande calamidade! e nós, habitantes da capital da Republica, que vimos com prazer votados 5.000:000$ para o saneamento desta cidade, que é a nossa sala de visitas; que ao passearmos pelas novas avenidas nos lembramos, ainda com horror, de familias e familias, cobertas de luto, que encontravamos outrora nas apertadas ruas, da antiga cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, antes do saneamento, devemos lembrar que nos campos do norte, caravanas e caravanas de desgraçados descem do alto sertão em procura de agua, em procura de viveres, e veem por esses caminhos desertos, queimados pelo sol inclemente do prolongado verão, deixando as ossadas dos chefes das familias, dos irmãos queridos, das irmãs idolatradas, salvando-se ás vezes de familias de fortes fazendeiros do alto sertão, uma ou mais desgraçadas raparigas, que encontrarão ainda na prostituição meios de salvar o corpo, quando não, por escarneo da sorte, de salvar, de resgatar a vida de paes já dementes pelo soffrimento.

Essas scenas horriveis extremamente degradantes, que já me foi dado presenciar, quando ainda no verdor dos annos, assisti a

secca de 1877, em minha terra natal, a cidade de Areia, que populosa de 5.000 habitantes, transformada se viu em um centro de immigração contando em seu seio mais de 26.000 immigrantes, que desciam do alto sertão, desgraçados que iam morrendo em grupos diariamente á fome nas ruas da cidade ! a lembrança dessas scenas obriga-me, Sr. Presidente, a esboçar perante o Senado este quadro horroroso das calamidades que pesam sobre o meu Estado ! Este problema reclama prompta resolução do Governo da Republica, qual mereceu o problema do saneamento desta cidade e o dos portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Noto, entretanto, Sr. Presidente, um certo desanimo da parte do Governo Federal e do Congresso da Republica, em tratar deste assumpto. Mas, é preciso convercermo-nos de que o problema da secca é muito superior aos demais, pois que, representando verdadeira salvação publica,representa tambem o desenvolvimento da fortuna do Norte, pois os campos dos nossos sertões são fertilissimos, como já vos disse, e os trabalhos contra a secca que se compoem de *açudes*, *poços artesianos*, *barragens e irrigações* para desenvolver as forças, a fecundidade maravilhosa daquelle sólo, salvando as populações famintas, produzirão lucros sufficientes, lucros que representarão saldos para o Thesouro, saldos que nos poderão auxiliar nas conquistas do progresso que que devemos infrentar.

O nortista, Sr. Presidente, não pede esmolas ! O nortista, o sertanejo do norte altivo e nobre é um homem superior. Morre lamentando a falta de trabalho e antes de estender a mão á caridade publica, implora trabalho.

Ainda ha poucos dias assisti a uma conferencia feita pelo representante do Governo do meu Estado á Exposição Nacional, no Museu Commercial, tendo occasião de ouvir aquelle testemunho insuspeito descrever ao povo do Rio de Janeiro as scenas horripilantes que assistira no alto sertão, quando percorreu aquellas zonas buscando productos para a exposição.

Aquelle conferencista declarou em seu discurso que o povo faminto do alto sertão lhe havia pedido que traduzisse ao povo do Rio de Janeiro as suas dôres, mas que tornasse bem claro que elle não estendia a mão a uma esmola, apenas pedia trabalho !

No intuito de correr ao encontro dos desejos dos meus conterraneos famintos, dos sertanejos que pedem um auxilio, é verdade, mas no sentido do trabalho, dentro em breve apresentarei um projecto para que o Governo encare este problema com a seriedade com que tem encarado os outros de que já fallei.

Para que o Governo nomeie commissões centralisadas por dirceção nesta cpital, conforme os ramos de serviços destinados a debellar os effeitos da secca, mas que o faça com energia e quanto antes.

Noto, dizia eu, a tal respeito, desanimo por parte do Governo ; esse desanimo origina-se do scepticismo de que se impregnou a atmosphera do Rio de Janeiro a respeito da irregular applicação de verbas para soccorros no norte do paiz. No tempo do Imperio a secca do Ceará — como era chamada aqui a secca do Norte — devorou, segundo uns, 20 mil segundo outros, 50 mil contos.

Nessa conferencia, diz o meu illustre amigo e collega de propaganda o Dr. Pereira Pacheco, «saber quanto se tem gasto para combater a secca do Norte ; um memorial que lhe foi offerecido pelo Sr. Senador Alvaro Machado collocou-o ao par

das quantias immensas que foram gastas improductivamente. Fossem ellas empregadas para a perfuração do sub-solo, tirando do mesmo a agua existente, agua boa e salvadora, e para o prolongamento da via ferrea de Campina Grande a Taperoá, e outros seriam os fructos em proveito dos patricios dignos de toda protecção.»

Sr. Presidente, por occasião de auxiliar o governo do Imperio os famintos do Ceará, da Parahyba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, grandes especulações se fizeram nas praças do Rio de Janeiro, á custa das lagrimas dos desgraçados do norte. Commandantes de navios reclamaram contra a natureza dos viveres, porquanto a farinha ia misturada com a cal, produzindo tal latrocinio naquellas regiões grandes epidemias ; no Ceará a epidemia chegou até o palacio presidencial, victimando a esposa do presidente da provincia.

Para attenuar as calamidades da secca, veio o auxilio do governo, o auxilio provocou a especulação ; surgiram os mercadores da miseria, que a palavra eloquente do ministro do Imperio de então, conselheiro Leoncio de Carvalho, vergastou com o titulo— *ladrões de casaca e luva de pellica*.

Generalizaram-se esses typos, e durante o tempo em que a secca do norte assolou os sertões daquellas provincias, multiplicaram-se os *ladrões de casaca e luva de pellica*. Cá e lá, são elles apontados ainda hoje, malsinados e condemnados.

Na seguinte secca, dava-se a ultima eleição da monarchia. Coube á Parahyba uma verba de 2.000 contos, creio,que foram distribuidos para açudes no sertão. Mas scenas degradantes de latrocinio se deram nesse tempo, scenas, de que tive conhecimento depois, chegando ao Estado como chefe de policia da Republica ! Os nossos sertanejos, vinham á capital, assignavam recibos, por exemplo, de 30 contos, recebiam 14 ou 16 e retiravam-se para as suas fazendas. Nada faziam ; a corrupção que vinha do alto os dispensavade prestar as respectivas contas.

Os agentes do Governo encheram-se ! enriqueceram-se por taes *processos* e ainda hoje são apontados pela opinião publica. O governador Venancio Neiva nomeou uma commissão especial para estudar aquelles factos... Mas áquelle governador não tinha noções de honestidade administrativa ! procurava já fundar a sua oligarchia... Aquelles desgraçados só tiveram castigo no desprezo publico que ainda hoje os fulmina.

Na Republica, Sr. Presidente, pleiteei, na Camara e no Senado, um auxilio á Parahyba, para a sua organização, e tanto em uma como na outra Casa do Congresso encontrei difficuldades para obter o que desejava, aliás patrocinado por Floriano Peixoto.

Aqui, no Senado, o grande vulto que se chamou Joakim Catunda apresentou a esse projecto de lei a seguinte emenda:

« Additivo para ser collocado onde melhor convier:

« Art. — Os Estados subsidiarios prestarão contas, por intermedio do Poder Executivo da União, das quantias despendidas e pagas por este credito.

« § — O Ministerio da Fazenda resgatará as dividas dos Estados mencionados no art. 1º, si, porventura, ainda

houver outras das quaes seja a União responsavel ou fiadora, entregando sómente o saldo.

«Sala das sessões, 17 de agosto de 1893.— *Joakim Catunda.*»

Esta emenda nos parecia deprimente ao caracter dos governadores. Contra ella me insurgi, pedindo a dous amigos nesta Casa, os Srs. Americo Lobo e Aristides Lobo que a combatessem, elles se pronunciaram contra a emenda, ella, porém, passou por 17 votos contra 15.

O Senado, já eivado dessa desconfiança sobre o modo por que eram despendidos os dinheiros publicos votados para o norte, exigiu a prestação de contas por parte dos governadores, do auxilio dado á Parahyba, ao Piauhy e a Goyaz.

Não sei si estas contas foram prestadas, o governador do meu Estado era então o major Alvaro Machado. Mas, Sr. Presidente, em 1894 ou 1895, 200:000$ foram conseguidos na Camara por nós outros da representação da Parahyba do Norte, para açudes naquelle Estado.

Esta verba não sei como foi applicada. Sobre ella terá a palavra o Sr. Alvaro Machado, que era já então o seu presidente (a reforma da Constituição mudara o titulo do administrdor do Estado).

Seguiram-se, Sr. Presidente, outras seccas. O que é facto é que ellas se repetem periodicamente, vão se succedendo, vão sendo marcadas na historia do Brazil pelas calamidades mais horrorosas mais indescriptiveis.

Ainda ha pouco, em março, quando se davam as horrorosas scenas descriptas na conferencia do Dr. Pereira Pacheco, que farei transcrever em continuação ao meu discurso, quando as ruas da cidade se enchiam de peregrinos da desgraça, de retirantes, reuniu-se a Assembléa do Estado, na capital, para fundar a oligarchia que vae infelicitar a minha terra. Pois bem, Sr. Presidente, essa assembléa não teve uma palavra para a secca do norte; o chefe da politica da Parahyba, hospede do presidente do Estado, em palacio, como seu irmão, o candidato á presidencia do Estado, banqueteava-se, em palacio, emquanto nas ruas morriam emigrantes, cujos corpos ficavam até tarde sem serem inhumados.

O Sr. Alvaro Machado—E' simplesmente inexacto.

O Sr. Coelho Lisboa — E' exato. Mas. Sr. Presidente, sobre tudo isto, averba de 150:000$ que o Senado havia votado para auxiliar as victimas da secca da Parahyba do Norte, permanecia nos cofres do Estado, avultando certo saldo, de que muito se gaba S. Ex., emquanto parahybanos morriam de fome pelas ruas e pelas estradas.

O Sr. Alvaro Machado—Ainda bem que permaneciam.

O Sr. Coelho Lisboa — E' isto o que eu venho reclamar de monsenhor Walfredo Leal, emquanto o Governo da Republica não enfrenta o problema do norte com a coragem e decisão com que deve enfrental-o! Monsenhor Walfredo Leal, que mande distribuir em viveres, os 150:000$000...

O Sr. Alvaro Machado — Não póde distribuir uma quantia destinada a outro fim.

O Sr. Coelho Lisboa — ... conquistados por mim da generosidade dos membros da Commissão de Finanças, para auxilio ás victimas da secca no meu Estado.

O Sr. Alvaro Machado — O projecto foi apresentado aqui por monsenhor Walfredo. Elle faz bem em conservar essa quantia nos cofres do Estado.

O Sr. Coelho Lisboa — Tenho em mãos o parecer da Commissão de Finanças, que começa descrevendo o projecto de monsenhor Walfredo Leal. O parecer é contra o projecto e principia dizendo:

« Projecto n. 4, do corrente anno. Manda entregar ao Estado da Parahyba, a titulo de divida da União, a importancia de 150:000$, correspondente ao saldo do credito que fôra concedido áquelle Estado pelas leis n. 120, de 8 de novembro de 1892, e 360, de 30 de dezembro de 1895.

A historia desse credito é a seguinte:

Um anno e pouco após a promulgação da Constituição Federal, achando-se alguns Estados da União em difficuldades para, com os recursos proprios, organizarem-se de accôrdo com o novo regimen, o Congresso Nacional, fundado nas disposições provisorias do novo pacto fundamental, votou esta lei em 8 de novembro de 1892 :

« Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado, de accôrdo com o art. 4º das disposições transitorias da Constituição, a abrir creditos especiaes, no exercicio corrente, de 500:000$ a cada um dos Estados da Parahyba, Goyaz e Piauhy, para occorrerem ás despezas com os diversos serviços a seu cargo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.»

Conforme as informações prestadas a esta Commissão pelo Ministerio da Fazenda, verifica-se que, por conta desse credito, recebeu o Estado da Parahyba 100:000$ em dezembro e no trimestre addicional, em março, mais 50:000$000.

Em 10 de setembro de 1893, havendo terminado o prazo da autorização, que só vigorava para o exercicio anterior, votou o Congresso a seguinte lei :

« Art. 1.º O Governo abrirá, desde já, um credito extraordinario de 1.200:000$, para dar cumprimento á lei n. 120, de 8 de novembro de 1892.

Paragrapho unico. O subsidio dos Estados do Piauhy, Parahyba e Goyaz será distribuido em tres prestações de igual quantia a cada um, dentro do exercicio corrente.

Art. 2.º Os Estados subsidiados prestarão contas ao Congresso Nacional, por intermedio do Poder Executivo da União, das quantias despendidas e pagas por esse credito.

Paragrapho unico. O Ministerio da Fazenda pagará, por conta deste credito, a divida a que esteja por ventura obrigado qualquer dos Estados mencionados no art. 1º e de que a União seja responsavel ou fiadora, entregando ao Estado devedor sómente a sobra que houver.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.»

Por effeito desta lei, que revogava as disposições em contrario, ficou o subsidio, dado anteriormente sem condições, subordinado ao preenchimento de duas clausulas — a prestação de contas relativa ao emprego dado ao auxilio fornecido pela União e o desconto de importancias que fossem devidas por aquelles Estados da União ou de que fosse ella fiadora.

Esta disposição da lei está de pé, ainda não foi revogada, mas não consta que, até o presente, tenha sido cumprida por qualquer dos Estados favorecidos com aquelle auxilio.

Em 1895, em disposição transitoria de cauda de orçamento, foi determinado que se entregasse ao Estado da Parahyba o resto do auxilio consignado no decreto de 8 de novembro de 1892.

Em virtude dessa disposição, recebeu aquelle Estado, por um credito aberto pelo decreto n. 2.302, de 2 de julho de 1896, 100:000$ no mez de julho, 50:000$ em agosto e em setembro mais 50:000$000.

Resumindo, são estas as sommas recebidas pelo Estado da Parahyba para auxilio de sua organização:

Em dezembro de 1892.....	100:000$000
Em março de 1893.....	50:000$000
Em julho de 1896.....	100:000$000
Em agosto de 1896.....	50:000$000
Em setembro de 1896.....	50:000$000
Total.....	350:000$000

Parecendo estranho á Commissão de Finanças que, estando ha mais de um decennio organizado o Estado da Parahyba, se venha ainda solicitar verba no orçamento da União para auxilio de serviços já ha muito liquidados, pediu informações ao Governo, afim de poder orientar o Senado.

A Commissão precisava, sobretudo, conhecer de modo positivo e claro os motivos pelos quaes o Governo não havia passado ás mãos da administração da Parahyba a totalidade do auxilio votado e bem assim si esta havia solicitado do Thesouro Nacional, em uma ou varias épocas, os saldos do referido auxilio.

Da informação do Sr. Ministro da Fazenda, a qual vae annexa a este parecer, nenhuma noção exacta se póde opinar em relação a estes dous pontos; nem se fica sabendo si foi o Governo que deixou de cumprir *in totum* as disposições legislativas, ou si foi o Estado da Parahyba que, não reclamando, pôde organizar-se com as quantias recebidas, dando-se por satisfeito e poupando á União a integridade do sacrificio.

Na ignorancia das causas, fica esta Commissão reduzida ao conhecimento do facto: dos 500 contos votados para auxiliar o Estado da Parahyba em sua organização, foram recebidos por este 350.

Mas é tambem uma questão de facto que, com os sete decimos do auxilio recebido, o Estado subsidiado conseguiu

organizar perfeitamente a sua vida autonoma, tanto que, em 1903, apezar de assolado por uma terrivel secca, o balanço de sua receita e despeza daquelle exercicio financeiro encerrava-se com um saldo de cerca de 100:000$, como se vê do seguinte trecho da mensagem dirigida pelo presidente á Assembléa Legislativa, em 1 de setembro de 1904, isto é, ha um anno, pouco mais:

« Foi assim que a arrecadação das rendas publicas, apezar dos effeitos do pavoroso cataclismo, já então manifestado em todo o seu vigor e plenitude, realizada no ultimo trimestre de 1903 e no 1º trimestre do corrente anno, habilitou o governo e proveu o Thesouro do Estado dos recursos necessarios a encerrar o exercicio passado, logo no primeiro mez do actual, sem *deficit* e, o que é mais, com um saldo de cerca de 100:000$, de modo que, até junho, se conseguiu pagar em dia todo o funccionalismo do Estado e outras despezas.»

Do que fica exposto se evidencia que — para ajudar a normalisar a sua economia interna e a ajustar os seus apparelhos de governo e administração nos moldes federativos, foram sufficientes os 350:000$ dados pela União para tal fim, ficando bem provado que o total de 500:000$ votado pelo Congresso, á olho, sem dados para a estimativa, ultrapassava as necessidades do Estado.

E, tanto deve esta affirmação ser tida como a expressão da verdade que, sem protesto algum do Governo da Parahyba, os termos do decreto que lhe abriu o ultimo credito de 200:000$, entregues em 1896, declaram positivamente que *irá para completar* o auxilio concedido.

O Estado da Parahyba não impugnou os termos do decreto, recebeu a importancia do credito sem reclamação e, até hoje, não consta que haja reclamado perante qualquer dos poderes da União.

Passados nove annos, apresenta-se no Senado este projecto mandando entregar áquelle Estado a importancia de 150:000$, por saldo de contas do auxilio que lhe foi concedido para regularizar as suas despezas de organização em 1892.

Si possivel fosse considerar o Estado da Parahyba, depois de organizado, com o direito de haver ainda da União qualquer importancia da que foi votada para uma circumstancia que já não existe, que já foi satisfeita e para um fim exclusivo já preenchido, *seria o caso de pedir-lhe a União a prestação de contas do que foi recebido, nos termos não revogados do decreto de 10 de setembro de 1893.*

Nenhuma duvida resta de que o Estado da Parahyba já esiá organizado e que sua organização e liquidação de serviços a que era destinado o subsidio dado pela União está, ha muito, feita por seus proprios recursos e pelas quantias que lhe foram entregues.

Si, posteriormente, isto é, no ultimo exercicio financeiro, no qual ainda recebeu da União mais 70:000$ como auxilio para attender á crise da secca, o seu orçamento se acha desequilibrado, isto é um facto superveniente, devido a causas posteriores, de todo independente do maior ou

menor auxilio que lhe houvesse sido prestado na época de sua organização definitiva. Si o estado financeiro actual da Parahyba não é tão satisfactorio como o era ainda em julho do anno passado, isto não acontece porque deixasse de ser effectivo e efficaz o auxilio recebido da União, o qual foi dado na occasião precisa, recebido na proporção necessaria e applicado com discernimento e sabedoria, de modo a permittir subsequentemente não só equilibrio, como até saldo orçamentario.

A competencia do Congresso para votar auxilio aos Estados, applicavel á sua organização, era provisoria, derivada de uma disposição transitoria que já não póde subsistir depois de effectuada essa organização.

As dadivas da União para esse fim, quando satisfeitas, não pódem de modo algum ser elemento de divida para o Thesouro Nacional, si por ventura algum dos Estados agraciados se constituiu definitivamente e regularisou os seus serviços sem precisar de todo o credito votado pelo Congresso, por estimativa.

Entende a Commissão, pois, que a nenhum Estado póde mais o Congresso prestar auxilio nos termos do art. 4º das disposições transitorias. Reconhece, porém, pelas informaeções que lhe foram fornecidas por seus representantes, que o Estado da Parahyba, depois de ver equilibrada a succvida economica, encontra-se a braços com uma grave crise e soffrendo uma extraordinaria depressão em suas rendas, de tal modo apremiante, que os seus recursos orçamentarios não bastam para attender aos serviços ordinarios de sua administração. Este estado de cousas é a consequencia inevitavel da grande calamidade da secca que acaba de assolar não só aquelle, como outros Estados do Norte da Republica».

Discutia-se este parecer, contrario ao projecto de monsenhor Walfredo Leal, na Commissão de Finanças. Era seu relator o honrado Senador pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Ramiro Barcellos, quando pedi a palavra ao illustre presidente daquella Commissão, o honrado Senador por Minas Geraes, cujo nome peço licença tambem para declinar, o Sr. Feliciano Penna, abundando em considerações sobre o estado desolador em que ficara o Estado da Parahyba, em virtude da ultima secca, e aproveitando a occasião em que o honrado Senador por S. Paulo, cujo nome peço licença para declinar, o Sr general Francisco Glycerio,me dava um aparte, eu respondi a S. Ex,:—Neste caso apresentarei uma emenda mandando dar á Parahyba 500:000$, porque o Congresso acaba de votar 500:000$ para o Rio Grande do Norte, em consequencia de secca igual á que soffreu o meu Estado.

O Sr. Senador Francisco Glycerio respondeu: «Isto não. O que se discute aqui é a questão dos 150:000$000.»

O honrado Senador por Goyaz, o Sr. Urbano de Gouvêa, que se mostrara, por equidade, favoravel ao projecto,me fez signal de que aguardasse o que elle ia propôr e propoz a redacção final do parecer nos seguintes termos :

« Em taes condições é a Commissão de parecer que o Estado da Parahyba seja soccorrido pela União nos termos

do art. 5º e n. 14, do art. 34 da Constituição, para o que offerece ao Senado o seguinte substitutivo ao projecto :

N. 20 — 1905

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º E' concedido ao Estado da Parahyba o auxilio de 150:000$ (cento e cincoenta de réis) para attender aos serviços de sua economia interna perturbada pelos effeitos da secca que assolou o seu territorio.

Art. 2.º Consideram-se, com este auxilio, liquidados quaesquer outros que tenham sido por leis anteriores concedidos ao mesmo Estado.

Art. 3.º Revogam-se as dispoições em contrario.

Sala das Commissões, 20 de outubro de 1905. — *Feliciano Penna*, presidente. — *Ramiro Barcellos*, relator. — *A. Azeredo*. — *F. Glycerio*. — *Benedicto Leite*. — *Urbano de Gouvêa*. — *Gonçalves Ferreira*. »

Ora, Sr. Presidente, o que foi approvado pelo Senado não foi o projecto de monsenhor Walfredo Leal e sim o substitutivo da Commissão de Finanças, esta verba, que foi naquella occasião, segundo a intenção bem expressa daquella Commissão, concedida em virtude da secca, esta verba não foi necessaria para a marcha economica do Estado, que é prospera tanto que ainda persiste como saldo.

Quando andei ultimamente pela Parahyba, em excursão politica, dirigi, por diversos meios, pedidos a monsenhor Walfredo Leal para que mandasse soccorrer as victimas da secca, com essa verba, antes de solicitar do Governo Federal novos auxilios.

Em minhas conferencias em Itabayanna, Areia, Alagôa Grande e Campina Grande, fiz reclamações publicas da applicação legitima dessa verba, concedida pelo Governo, como auxilio e em consequencia de secca no Estado.

Tenho aqui um telegramma de Areia, no jornal *Estado da Parahyba*, que diz :

« Areia, 22.—Os amigos do Dr. Simeão offereceram hoje um banquete de sessenta talheres ao Senador Coelho Lisboa, na residencia do major Alfredo Simeão.

Occupou a tribuna o Sr. Frederico Campos que, em phrases cheias de enthusiasmo brindou o denodado republicano, que com admiravel eloquencia agradeceu, garantindo que a oligarchia do Sr. Alvaro Machado não se implantaria na Parahyba, fazendo ver a obrigação do Governo em applicar convenientemente os 150:000$, recebidos ha dous annos para soccorro ás victimas da secca, agora que essa calamidade se manifesta. Adheriu ao movimento anti-oligarchico o Dr. Ignacio Sobral, influencia politica.»

Já se vê, portanto, que o que venho fazer da tribuna do Senado, já fiz da tribuna popular no Estado, sem resultado algum.

Assim, pois, Sr. Presidente, lembrando o esforço do illustre conferentista Dr. Pereira Pacheco, no Museu Commercial de Expansão Economica, nesse contraste da miseria com o progresso !

da calamidade da secca, com a expansão economica ! eu me lembrei, diante do movimento de tristeza, com que S. S. acabou a sua conferencia, com os olhos cheios de lagrimas, S. S., o representante de Monsenhor Walfredo Leal, me lembrei do espectaculo do arcebispo de Cambraya, despojando-se de todos os seus haveres, para alimentar o exercito francez, do seu futuro perseguidor, Luiz XIV, e lembrando Fenelon, lembrando o autor do Telemaco, me lembrei tambem, de um seu collega em hierarchia, outro arcebispo, perturbando a festa do palacio ducal em meio as animadas e alegres dansas, para pedir esmolas, para os miseraveis que lá fóra curtiam os horrores da fome e do frio !

Deante da expansão economica, da grandeza que se manifestava naquella exposição de productos nacionaes, a miseria dos sertões da Parahyba do Norte, Sr. Presidente, me pesava n'alma essa calamidade, que esmaga todo um povo, digno de melhor sorte, que poderia concorrer a esta exposição com as mais bellas manifestações do seu esforço, e que entretanto, era objecto de um pedido de auxilio ao governo da Republica. (*Muito bem ! Muito bem ! o orador é felicitado.*)

CONFERENCIA DO DR. PEREIRA PACHECO A QUE SE REFERIU O ORADOR

« Entre os melhoramentos desta cidade formosa, diz o orador, á minha chegada, o que mais fundamente me prendeu e me seluziu a attenção, foi essa instituição admiravel que, estou certo, marchará avante, cooperando triumphalmente para o desdobramento facil e victorioso do commercio. »

E o conferente, reconhecendo o valor do Museu Commercial e os seus trabalhos de propaganda, agradece á sua directoria a sua escolha para vir occupar a tribuna das conferencias.

Diz o conferente que não vae soltar a palavra ao saber da fantasia, não vae arrebatar as massas com a linguagem ataviada, scintillante, tecendo encantos, urdindo doçuras, cheias de refulgencias e matizes ; vae apenas referir scenas dolorosas, tristissimas, que amarguram e degradam um pedaço da nossa patria, as lagrimas copiosamente choradas por milhares de patricios que supplicam, de mãos postas e os labios tremulos de angustia, a protecção do paiz inteiro, de todos os brazileiros e de todos os estrangeiros, para que todos, como um só homem, se levantem nesta terra, procurando matar-lhes a fome, mitigar-lhes a sêde.

Diz o orador que esses milhares de patricios que na Parahyba do Norte passam os horrores da secca, são victimas de um soffrimento sem nome, que não póde continuar sem o devido soccorro.

Fui testemunha dessas amarguras, pois na qualidade de Delegado do Estado da Parahyba na Exposição Nacional, atravessei regiões e regiões, procurando productos e productores, sob a ardentia de um sol implacavel, fustigado pela sede devorante e mais de uma vez tive o coração em pedaços, dominado por uma magua pungentissima.

Atravessava povoações, onde massas esqualidas mal se moviam, onde braços mirrados a custo se estendiam, multidões famintas, multidões sedentas, que imploravam uma gotta de agua.

Um povo enorme ; um povo de agonisantes que me rodeavam, dizendo entre lagrimas, no seu modo de fallar de sertanejo :—«*Seu*

doutor, si o senhor for ao Rio de Janeiro, peça que nos mandem um bocado de comida, que nós aqui morremos de fome.»

E eu, continúa o conferente, respondia compungido a esse povo soffredor com uma promessa formal de fallar a respeito, implorando para elle a attenção do Governo e da sociedade do Rio de Janeiro.

Diz o conferente que foi pelo facto de ter assumido com seus infelizes patricios aquelle compromisso, que se vê nesse momento occupando a tribuna.

O sertanejo, segundo o conferente, não quer esmolas do Governo, quer que lhe facilitem a existencia, quer auxilios para o seu trabalho, pois a situação actual é, além de martyrisante, um grande embaraço á sua actividade de homens do trabalho.

O conferente aponta como principaes remedios á desolação consequente da secca, os seguintes:

Obras immediatas do prolongamento da Estrada de Ferro Campina a Taperoá, uma distancia de 28 leguas apenas, e a perfuração de poças artesianos em grande quantidade, como os ha em Texas e na Argelia.

O poço arteziano resolveria o problema do abastecimento rapido de agua potavel e alimentaria depositos para irrigações de plantações.

O orador refere-se ao memorial que a respeito da situação do seu Estado publicou o Sr. Dr. Antonio Olyntho,

Vê-se por esse memorial que o Sr. Dr. Olyntho, como chefe da commissão de trabalho contra os effeitos da secca, fez construir poços artesianos no Ceará, e na serra do Ingá, poços que foram uma medida de utilidade immensa, produzindo agua optima e em quantidade.

Ha dous systemas de poços artezianos, diz o orador, o denominado *corôa de diamantes*, que perfura como trado, e o chamado antigo, que foi o que o Sr. Dr. Antonio Olintho mandou fazer, com esplendidos resultados. O do Ceará está dando agua com 52 metros.»

O orador diz saber quanto se tem gasto para combater a secca do Norte; um memorial que lhe foi offerecido pelo Sr. Senador Alvaro Machado collocou-o ao par das quantias immensas que foram gastas improductivamente. Fossem ellas empregadas para a perfuração do sub-solo, tirando do mesmo a agua existente, agua boa e salvadora, e para o prolongamento da via ferrea, de Taperoá á Campina Grande, e outros seriam os fructos em proveito dos patricios dignos de toda protecção.

Diz o orador que o fim principal de sua conferencia é solver o compromisso que assumiu, é fazer chegar á consciencia dos filhos desta terra e do meio da colonia estrangeira a amargura dos sertanejos do norte, e lança o seu appello a todos, para que paguem o seu tributo, para que soccorram os seus patricios que estão morrendo de fome.

Diz que as scenas que presenciou em fevereiro, quando em cumprimento de sua missão de delegado á Exposição, eram horrorosas.

« E, falla o orador, si em fevereiro a situação desses patricios era tristissima, que será desse povo, que será dessa zona até janeiro do anno que vem? Que será então desse povo, quando a secca for mais implacavel?... »

E acha o orador que as massas enormes de infelizes ou terão de emigrar para o Amazonas ou Maranhão, ou então deixarem-se victimar pela fome e pela sede.

Diz não acreditar em tão dolorosa consequencia, pois que para isto appella para todos os presentes, pedindo-lhes que, ao sahirem, levem uma parte desta cruz, que é o compromisso que assumiu com seus patricios, e em prol de sua situação formulem as mais ardentes supplicas.

« Meus senhores, conclue o orador, aqui, nesta tribuna, na palavra que vos dirijo, não tenho as preoccupações da fórma, não arredondo periodos, sou apenas um pedinte que estende a mão e pede, em nome de Deus e em nome de tudo quanto ha de mais sagrado, o soccorro, todo o conforto, como uma esmola para os nossos patricios. »

Sessão de 22 de junho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, venho á tribuna do Senado lavrar o meu protesto contra o crime que se está praticando hoje na Parahyba do Norte, falsificando-se uma eleição de presidente do Estado, eleição que por vicios de origem é nulla de pleno direito.

Não está presente o irmão do futuro *Soba* daquelle desgraçado Estado, rebaixado, não á Provincia do Imperio, quando teve a Parahyba do Norte governos honestos, mas á posição inferior, comparada á que tinha antigamente antes da descoberta do Brazil, quando os indios Tabajaras, Potyguares, Carirys habitavam aquellas regiões e nos seus governos, de costumes aborigenes, viam dominar nas eleições os guerreiros, que se distinguiam nas lutas contra os inimigos, os que sobresahiam nas reuniões e lutas pelo valor do talento ou pelo esforço do braço; naquellas paragens, que antes do dominio portuguez, ou mesmo no dominio portuguez, foram habitadas por indios selvagens ou já civilisados, dentre os quaes se destacava um Piragibe, cujo nome atravessou os seculos e se impõe á admiração dos posteros.

Hoje, Sr. Presidente, com o concurso dos novos habitantes, o sangue branco da Europa, em collaboração com o sangue negro da Africa, produziu o amalgama social de que surgem nesta republica de alluvião os especimens mais grotestos de governo, com caracteres amorphos.

Na civilização os Estados do Brazil retrogradam aos tempos diversos, assignalados na historia do mundo, de fórmas tão várias que não podemos encontrar um typo de governo, que possa ser modelo do que presentemente temos, não encontramos simile para os nossos *comicios*. Alli, Sr. Presidente vemos um typo unico — a pessoa desse secretario do governo que, como secretario, pleitea a sua candidatura a 1° vice-presidente do Estado, secretario que nos faz lembrar Pepino de Landen ; retrogradando o espirito da Parahyba do Norte 1.400 annos, para encontrar um *Maire du Palais* abastardado ante a moderna sociedade, que, senhor de todo o Estado pela manha, governando em nome do presidente, não representa um producto de lutas, como a luta heroica da Austrasia contra Neustria, mas jogando com a intriga exerce a manha para escolher um *nullo* de que se possa apossar, assim fabrica um *Soba*, adoptando o regimen africano em um dos Estados Unidos do Brazil.

Aquelle secretario faz retrogradar quasi seculo e meio o espirito do povo parahybano, que já possuia no tempo colonial vultos como Vital de Negreiros, que libertou todo o norte do dominio hollandez.

Representante nesta Casa do Estado da Parahyba do Norte, cuja historia é coberta de glorias desde a restauração do Norte,

conhecida pelo nome de restauração de Pernambuco, que teve a frente um filho da Parahyba — Vital de Negreiros! desde as lutas pela Republica, que registra o nome de Peregrino de Carvalho, «o leão das florestas resistindo aoembate das armas portuguezas victoriosas já em Pernambuco, no Ceará, no Rio Grande do Norte e na capital da Parahyba, heróe que não conseguiram domar sinão pela supplica de seu querido pai, empunhando a imagem do Crucificado para convencel-o de que devia entregar as armas, que trazia victoriosas da fundação da Republica no Rio Grande do Norte e em pról da mesma Republica na Parahyba; Peregrino de Carvalho, que por seu exemplo e com seu sangue inspira a nova geração na conquista da moderna Republica, cumpro o meu direito de protesto.

A historia da Parahyba, Sr. Presidente, que tem neste Senado vultos como Silveira Lobo, chefe politico de Minas, que sabia destruir, com o fulgor da sua palavra e do seu caracter, as manobras da baixa politica do Imperio, e Aristides Lobo, esse primeiro elemento da propaganda victoriosa, predominante pelo seu caracter e persistencia, bem como pelo latego com que zurzia a face aos vendilhões do templo...

O Sr. Alfredo Ellis — Apoiado.

O Sr. Coelho Lisbôa — ...representando a Parahyba do Norte nesta Casa, no momento presente, em que a sua autonomia municipal, principal cellula do regimen republicano, se acha anniquilada, não posso consentir que sem protesto se pratique o crime que se projecta alli, fundando um *sobato* africano em terra livre da America.

Fugiu do Senado o meu companheiro de representação, que não teve a coragem de affrontar-me no dia do crime. Abandonou a bancada da Parahyba, abandonou a bancada de Santa Catharina, onde se abrigara, e não está no Senado, não vem ao Senado para ouvir-me neste dia de vergonha para a minha terra.

Fuja S. Ex., fuja, vá receber os telegrammas mentirosos da sua victoria na Parahyba, que aqui estou para os combater no recinto do Senado e para fallar em defesa da dignidade do meu Estado.

Sr. Presidente, amanhã os jornaes da Capital da Republica publicarão telegrammas, communicando a victoria do Sr. João Machado, novo *soba*, nos comicios eleitoraes da Parahyba do Norte; mas é preciso que o Senado saiba, que o povo da Capital da Republica saiba, que o povo brazileiro saiba que esta victoria é uma mentira e esses telegrammas são tão mendaciosos quão mendacioso foi o telegramma daqui expedido para a Parahyba pelo Sr. Senador Alvaro Machado, telegramma que vou ler ao Senado e que dará o cunho das noticias trocadas entre a opinião publica do Rio que é S. Ex. e a opinião publica da Parahyba do Norte que é monsenhor Walfredo Leal.

Todo o Senado assistiu, Sr. Presidente, os Srs. Senadores teem acompanhado com uma delicadeza admiravel, não posso dizer a luta travada entre nós os dous representantes da Parahyba, porque S. Ex. não apresenta resistencia na luta! Mas os Srs. Senadores teem acompanhado guardando toda a neutralidade, essa discussão entre nós ambos, desde o principio, sem que um aparte tenha vindo ferir a neutralidade em que a educação e bons principios collocam

corporações desta natureza, o Sr. Senador Alvaro Machado respondeu a quatro discursos meus com um longo discurso, que foi uma catastrophe. Na opinião de todos ficou bem saliente o papel de S. Ex. deante da politica da Parahyba do Norte, sendo considerada a sua attitude como a de um ingrato, um ambicioso vulgar, procurando conquistar posição para si e para sua familia.

Quando S. Ex. sentou-se, depois do seu discurso, da mesma forma por que nenhum dos Srs. Senadores havia cumprimentado o orador que ora dirige a palavra ao Senado, tambem nenhum dos Srs. Senadores cumprimentou S. Ex.

Mas o espirito do Sr. Senador é tão futil, vive S. Ex. tão impregnado dessas pequenas vaidades, que, publicando o seu discurso, fez lançar a lapis depois dos—*muito bem* ; *muito bem*—consagrados, que nos meus discursos risquei, esta phrase:— *O orador foi cumprimentado por diversos Srs. Senadores* !

Eu o notei, Sr. Presidente, e nada disse da tribuna.

A commissão tachygraphica, o corpo de redacção do Senado da Republica, é, em seus trabalhos, admiravelmente consciente. Nos longos discursos que tenho feito, não tive occasião de fazer uma unica emenda e registro este facto nos Annaes do Senado em homenagem a estas corporações, porquanto estes discursos sahem inteiros, completos, perfeitamente traduzidos.

Vendo o discurso de S. Ex., fui á Imprensa Nacional e verifiquei que a phrase —*cumprimentado por diversos Srs. Senadores* — tinha sido escripta a lapis por S. Ex. depois dos—*muito bem, muito bem* — consagrados escriptos a tinta.

Mas, Sr. Presidente, isto é apenas um incidente.

Quando o orador que ora dirige a palavra ao Senado veiu á tribuna reclamar de monsenhor Walfredo Leal que applicasse a verba dos 150:000$ ás victimas da secca do sertão da Parahyba, de accôrdo com as disposições que levaram o Congresso e o Governo Federal a concederem-lhes esse auxilio, o Senador Alvaro Machado, cujo nome peço licença para proferir, levantou-se da sua bancada e *de improviso* veiu, com assomos de leão, responder-me.

Todo o Senado está lembrado de que, occupando a tribuna durante tres exiguos minutos, declarou S. Ex. apenas que o governo da Parahyba do Norte guardava aquella quantia, dada pelo Governo Federal com o fim expresso de minorar a sorte dos famintos, para em futuras crises pagar aos empregados publicos estaduaes !

S. Ex. sentiu que o que dissera produzira tão má impressão no Senado, que, desalentado e triste, cahiu na sua cadeira e... desappareceu, por dias, do Senado !

Mas, Sr. Presidente, S. Ex., que é o representante d'*A União*, orgão do governo do Estado da Parahyba do Norte, passou a esse jornal o seguinte telegramma *(lendo)* :

> « O Senador Coelho Lisboa, tratando no Senado sobre os effeitos da secca, atacou de modo violento os governos da Parahyba, os quaes, disse, teem distrahido os dinheiros para soccorros publicos, accusando monsenhor Walfredo Leal por guardar 150:000$ nos cofres do Estado.
>
> O Senador Alvaro Machado pediu a palavra *immediatamente*, *respondendo com vantagem*, dizendo que monse-

nhor Walfredo não podia dar destino differente da verba consignada no orçamento.

A Mesa do Senado chamou o Senador Lisboa á ordem, tal a violencia de seus apartes.»

Ora, Sr. Presidente, todo o Senado sabe o papel triste que representou este Sr. Senador, respondendo á minha argumentação dentro da Constituição, reclamava eu a applicação mencionada no seu art. 5º, quando S. Ex. fugia para o art. 4º, em que se baseara o projecto, rejeitado, de monsenhor Walfredo Leal. E se dizer que é S. Ex., o representante telegraphico d'aquelle jornal; e se dizer que S. Ex. communicara de proprio punho (se elogiando) que elle, senador Alvaro Machado, tinha levado vantagem sobre o Senador Coelho Lisboa!

E' desta forma que S. Ex. escreve anonymos! E' desta forma que S. Ex. se elogia a si mesmo nos *a pedidos* aqui, e n'*A União* no Estado!

E' assim que se representam todas as farças. No meu Estado, a opinião publica na Capital da Republica é o Senador Alvaro Machado, representante d'*A União*; a opinião publica no Estado da Parahyba é Monsenhor Walfredo Leal, que escreve todos os telegrammas de todos os correspondentes de jornaes da Capital da Republica.

Prevenido o espirito publico contra o annuncio desta mentirosa victoria, que hoje terá de chegar da Parahyba do Norte, venho dizer ao Senado, no meu protesto, que para conseguir que seu irmão seja feito Presidente do Estado foi preciso dissolver oito conselhos municipaes.

Sobre um desses pende de julgamento um recurso no Supremo Tribunal Federal, e entretanto, a esta hora, na villa do Teixeira, (*) com eleitorado recorrido, se está fazendo a eleição do presidente.

O proprio Conselho Municipal da capital foi dissolvido e nomeada uma junta composta de tres membros, e isto porque o governo tinha nelle pequena minoria. Era preciso destruir a maioria da opposição.

Foi com actos desta ordem que o *chefe* da politica situacionista da Parahyba do Norte, violentamente, contra a *cellula mater* do regimen republicano, suffocando a liberdade—a autonomia dos municipios—, conseguiu impôr seu irmão á candidatura presidencial no Estado.

A esta farça, a esta comedia, responde o caracter independente e nobre da Parahyba, com a gréve. A gréve politica é a abstenção eleitoral!

Não podia ser outro o procedimento dos parahybanos, hoje, porquanto a convenção que o *chefe* da politica da Parahyba falsificou, falsificando minha assignatura, no manifesto de apresentação do seu irmão ao eleitorado da Parahyba do Norte, composta de 27 deputados, que deverão julgar a eleição, vae reconhecer o seu candidato. Cada um desses deputados diz aos adversarios—«Que querem vocês fazer? As eleições serão lavradas *a bico de penna*. Não precisamos do eleitorado. Nós os deputados, reconheceremos João Machado.»

(*) O Supremo Tribunal Federal annulou dias depois o alistamento do Teixeiras. (N. do A.)

E o Governo Federal não se move! O artigo da Constituição da Republica que garante a autonomia dos municipios, que é o regimen republicano, está sendo lettra morta entre nós.

Deante de uma farça desta ordem, presidida pelo monsenhor Walfredo Leal, que, *cura d'aldeia*, conhece bem o processo de fazer e baptisar, V. Ex. comprehende, Sr. Presidente, que o caracter nobre dos parahybanos não póde ser cumplice de uma tal comedia eleitoral.

Entretanto, não querendo roubar mais tempo ao Senado, embora no cumprimento de um dever que me assiste, como representante da autonomia de meu Estado, chamo a attenção do Governo Federal para o descalabro que vae de norte a sul, de léste a oéste, nos governos dos Estados. Chamo a attenção do Governo da Republica para o facto desses governos que estão constituindo as oligarchias do Brazil! chamo para a politica dos Estados a attenção do Governo da Republica, que se cobrirá de glorias, si resolver o problema do regimen republicano no Brazil, porquanto a exposição que nos aguarda, as victorias diplomaticas que apresentam o Brazil como um povo civilizado perante o mundo, nada valerão, porque essa elevação apparente que demonstramos no exterior, essa civilização de que nos orgulhamos serão empanadas pelas revoluções que nos esperam.

Não será, Sr. Presidente, o orador que neste momento dirige a palavra ao Senado quem promoverá revoluções; não serão tambem os elementos dispersos que as farão; será o mal estar geral que se sente em todos os municipios, mal estar oriundo sobre tudo das perseguições por parte dos delegados de policia dos oligarchas, que já chegaram ao ponto de estabelecerem em cada municipio uma oligarchia de familia.

Esta reacção se operará; e eu continuarei a annunciar que temos retrogradado por demais, que pontos diversos do organismo brazileiro manifestam signaes de gangrena politica, em que a decomposição dos tecidos patentemente ostentam manchas negras em diversos pontos do corpo social brazileiro.

Já um ex-governador do Brazil morreu na Europa, trabalhando em circo de cavallinhos!

Hoje se forma na Parahyba do Norte uma oligarchia que tem por cabeça um *jogral*, jogral que traz na bossa physica, de carcunda, que é, os signaes que caracterizavam os bobos dos reis da historia antiga. São estes os productos dessa republica de aluvião.

Conta-se, Sr. Presidente, que D. Pedro IV de Aragão teve um dia o capricho de fazer do seu jogral um grande, um nobre! o rei o accumulou de bens, castellos e titulos de nobreza, e o apresentou á sua côrte com o pomposo nome de D. Constancilio de Ariza!

Pois bem, Sr. Presidente, na Parahyba do Norte a mesma cousa vae se dar, o mesmo que succedeu com o jogral feito nobre por aquelle rei da Espanha antiga, e si é verdade que, dada a distancia do tempo, aquelle foi recebido, embora com reservas, pelos grandes daquella côrte hespanhola, não é menos certo que este jogral—João Machado —será repudiado hoje pelos homens de bom senso, pelo elemento são do Estado da Parahyba do Norte.

Sessão de 25 de junho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, é desolador o estado de secca nos sertões do Norte.

As ultimas cartas, que de lá recebi, me descrevem as caravanas da desgraça a se multiplicarem indefinidamente, descendo do alto sertão em busca das cidades, ellas veem acossadas pela fome e pela miseria; scenas desoladoras de familias, outrora abastadas, que, depois de dous annos de secca, abandonando os patrios lares em busca de alimentos para resgatarem a vida, descem pelos invios caminhos dos sertões, faltos de agua e de cereaes, deixando semeadas, por essas longas estradas, pedregosas cruzes, que representam os tumulos dos seus paes, irmãos ou famulos.

Ha dias perguntei da tribuna do Senado a monsenhor Walfredo Leal, si S. Ex. se dispunha a aplicar aos famintos dos nossos sertões os 150:000$, que eu pude obter da Commissão de Finanças do Senado da Republica, descrevendo-lhe os horrores da ultima secca, verba distinada a minorar miserias futuras no meu Estado.

Ouvi, Sr. Presidente, a leitura, em principio, de um telegramma de monsenhor Walfredo Leal á Mesa do Senado.

E' confortado pela esperança de que monsenhor Walfredo Leal tenha communicado ao Senado da Republica, que resolveu reduzir essa quantia a viveres, para os famintos, e tenha decretado serviços de açudes, que garantam, para o futuro, agua aos sedentos, que eu pergunto á Mesa do Senado, não tendo podido ouvir toda a leitura do telegramma, qual é o facto por elle communicado ao Senado da Republica. (*Pausa.*)

O Sr. Presidente—No telegramma se communica ao Senado da Republica, que em pleito livre, plena ordem em todo o Estado, foram eleitos, presidente do Estado, Dr. João Lopes Machado; 1º vice-presidente, Dr. Pedro Pedroza, 2º vice-presidente, Dr. Francisco Peregrino Albuquerque Montenegro, para o periodo constitucional a inaugurar-se a 22 de outubro proximo.

E' essa a unica communicação que consta do telegramma.

O Sr. Coelho Lisboa—V. Ex. me fará o obsequio de mandar trazer-me esse telegramma. (*S. Ex. é satisfeito.*)

V. Ex. me desculpará, Sr. Presidente, mas... foi muito bom que eu tivesse pedido o telegramma, porque V. Ex. para salvar o decoro desta augusta Casa, não o leu todo, agora o vejo.

O Sr. Gomes de Castro — Não o leu bem?

O Sr. Coelho Lisboa — Não o leu todo.

O Sr. Gomes de Castro — Ah!

O Sr. Coelho Lisboa—Por isto, Sr. Presidente, peço licença ao Senado para o lêr, tanto mais quanto estou verdadeiramente assombrado !... (*lendo*)

> « Cumpro dever communicar Senado Republica hontem em pleno pleito livre, em plena ordem todo o Estado, foram unanimemente eleitos: presidente Estado, Dr. João Lopes Machado; 1º vice-presidente, Dr. Pedro da Cunha Pedroso, e 2º vice-presidente, Dr. Francisco Peregrino Albuquerque Montenegro, periodo constitucional inaugurar-se 22 outubro proximo. Opposicionistas trabalhados interesses antagonicos...»

Sim, senhor ! Monsenhor Walfredo Leal faz litteratura !

> «...dispersaram-se impossibilitados organizar chapa contraria situacionista. Foi victoriosa opinião publica muito applaude politica situacionista dirigida Dr. Alvaro Machado.— Cordiaes saudações.»

O Sr. Francisco Glycerio — Ahi é que está tudo.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, as nações passam por épocas sophisticas, na phraze de Castelar, e este telegramma é *um monumento gothico* !... que bem caracteriza o estado politico dos espiritos no Brazil.

Decididamente falta a governadores da Republica a elementar educação politica para se collocarem em seus logares, sabendo respeitar a serenidade augusta do Senado da Republica.

Si outros fossem os tempos que atravessamos, eu requereria á Mesa do Senado que devolvesse ao *governador cabalista*, que devolvesse ao governador insciente dos elementos comesinhos do regimen republicano, desconhecedor dos seus deveres de imparcialidade na presidencia de um pleito, esta noticia que só a audacia da inconsciencia poderia ditar a um governador de Estado.

Em uma época de degenerescencia igual a esta, nesses momentos em que a sociedade, como que obedecendo ás leis physicas, recúa, como se analysa, recuarem os carros para tomarem impulso e vencerem os obstaculos, como recuam os canhões para lançarem os projectis ; nesta sociedade, em que nós notamos o recúo da civilização brazileira, como recuou a civilização latina após a republica romana, eu me lembro, Sr. Presidente, de Persio, poeta satyrico do tempo de Nero, nas ua quarta satyra, quando faz o professor interrogar o governador:

> « Rem populi tractas ? (Barbatum hæc crede magistrum
> Dicere, sorbitio tollit quem dira cicutæ)
> Quo fretus ? Dic hoc, magi pupille Pericli,
> Scilicet ingenium et rerum prudentia velox
> Ante pilos venit; dicenda, tacendaque calles ?»

Tratas dos bens do povo, (estás á frente dos negocios publicos?...) o talento, o conhecimento das cousas vieram-te velozmente antes da barba, sabes o que deves dizer e o que deves calar ? ! Sabes fallar ou calar a proposito, discipulo do grande Pericles ? ! Ao governador perguntava o venerando professor que trazia a amarga cicuta.

E' o caso, Sr. Presidente; este governador não sabe calar. Eis o retrato de um governador do tempo de Nero, da classe dos *libertos*, quando a sociedade em decomposição, após a Republica, recuava... com todas as manifestações de degenerescencia litteraria, e os governadores, na opinião de Percio, deviam ter um professor! quando, ainda para fazer a comparação completa entre essas duas sociedades—se dizia para o joven que se preparava para a politica: — «Quero te ouvir uma leitura».

Antes da imprensa, Sr. Presidente, as manifestações da intelligencia, como V. Ex. sabe se faziam pela leitura nos salões. Hoje se poderá dizer:—«Quero te ler um artigo». E os moços, essa bella pleiade de talentos, que se levanta em toda parte para collaborar comnosco na politica, fazem as suas primeiras armas nos artigos de jornaes; mas, aquilata-se o seu valor pelo desenvolvimento da maledicencia contra os adversarios! da maior ou menor maledicencia com que os seus espiritos se manifestam nesses mesmos jornaes, em que os malsinados, hontem correligionarios, foram heroes, hoje adversarios, são bandidos. O secretario actual de monsenhor Walfredo Leal e seu *professor*, que é o grande responsavel por esta oligarchia — *Neiva* — *Machado* — exercitou-se na imprensa de Venancio Neiva contra Alvaro Machado; não houve crime, não houve concussão, não houve actos de deshonestidade, que na folha do partido do ex-governador Venancio Neiva, o actual secretario do governo, e seus companheiros não lançassem á responsabilidade do governador, depois presidente Alvaro Machado, e de seu substituto o vice-presidente conego Walfredo Leal, quando em seu primeiro governo; hoje, pela inversa, não ha virtude, que não ornamente a pessoa desse chefete politico, a cuja fronte foi lançada a nullidade de seu irmão, como o ultimo escarneo, pela oligarchia vencida, que pouco a pouco, se foi apossando do poder. Esse logartenente de Venancio Neiva, Dr. Pedro Pedrosa, homem intelligente, educado no regimen da *maledicencia jornalistica*, onde fez as suas armas, esquece a serenidade do Senado da Republica e redige um telegramma desses, esquecendo a lealdade que deve ao governador, monsenhor Walfredo Leal, que lhe deu confiança, que se entregou em suas mãos! Assim o expõe, Sr. Presidente, no Senado da Republica a essa triste figura de um governador inconsciente, que manda dizer, que communica ao Senado da Republica o pleito eleitoral indecoroso, que falsificou no seu Estado, mentindo em sua noticia, porquanto no dia seguinte ao pleito elle dá noticia de uma unanimidade impossivel de conhecer na capital do Estado, onde não podem ter chegado noticias dos sertões distantes do telegrapho 50, 70 e 100 leguas.

Sr. Presidente, mais depressa se pega um... oligarcha do que um coxo. O telegramma traz ao Senado uma inverdade, e essa unanimidade já foi hoje desmentida pelos jornaes desta Capital, nos quaes se lê que um segundo candidato teve um voto! um voto dado a outro! E' ridiculo! Mas... está desmentida á unanimidade communicada ao Senado por monsenhor Walfredo Leal!

Ora, Sr. Presidente, este—um voto—já quebrou a unanimidade do telegramma do monsenhor Walfredo Leal, e só póde augmentar o ridiculo dessa communicação official de um governador de Estado á mais alta corporação da Republica.

Mas, como disse, estamos em época de degenerescencia social. A perturbação moral que se estabeleceu no paiz, após o Quinze de

Novembro, fez-nos recuar para tomarmos talvez o impulso que nos deve levar ao progresso.

Fez bem V. Ex., Sr. Presidente, em salvar o decoro da Mesa do Senado da Republica, no papel de seu presidente, não lendo todo este telegramma do vice-governador do meu Estado. Eu, porém que desejo concorrer para o impulse salvador que ha de garantir o progresso da civilização brazileira, peço ao Senado da Republic a que perdoe a monsenhor Walfredo Leal, elle não sabe o que diz. Elle não sabe o que faz.

Sessão de 2 de julho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, venho mais uma vez chamar a attenção do Governo da Republica para o estado desolador dos sertões do Norte, onde a secca, repetida no presente anno, multiplica as victimas pela fome e pela sêde nos vastos campos centraes dos Estados flagellados por tal calamidade.

Telegramma inserto hoje no *Jornal do Commercio* dá noticia de que a *A União*, orgão do partido situacionista do meu Estado, publicára o seguinte despacho, procedente de Souza, no Alto Sertão:

> «Horrivel a situação! Morremos sem arrimo! Resto da criação todo retirado para os Estados do Ceará e Rio Grande. Os trabalhos desapparecem. Lamurias tristissimas irrompem unisonas do peito do povo faminto. O abandono é completo por parte do Governo Federal.
>
> Por caridade, um appello á colonia parahybana do Rio de Janeiro.»

Sr. Presidente, a colonia parahybana do Rio de Janeiro tem estado em movimento, procurando angariar os meios de levar um allivio aos grandes soffrimentos que victimam os filhos do sertão.

Este telegramma, escripto por monsenhor Walfredo Leal, como um *cartão de visita* ao Presidente da Republica, vem dizer que morrem de fome os parahybanos, abandonados pelo Governo Federal; entretanto, Sr. Presidente, monsenhor Walfredo Leal devera accrescentar neste despacho telegraphico que não applicou ainda devidamente os 150 contos que o Governo Federal concedeu ao governo da Parahyba do Norte, para serem applicados em auxilio ás victimas da secca.

Uma vez, porém, Sr. Presidente, que monsenhor Walfredo Leal fecha os ouvidos ao que elle chama—*lamurias do peito do povo faminto*—, num telegramma que mandou passar ao *Jornal do Commercio*, venho desta tribuna appellar para o Governo Federal.

Agora que se approxima o dia da grande Exposição que solemniza o Centenario da Abertura dos Portos do Brazil, hoje que o Brazil convida os povos d'aquem e d'além-mar para virem presenciar a manifestação pujante da sua industria, admirando os tres reinos da sua natureza, não é permittido, Sr. Presidente, que os nossos vizinhos, que vem admirar o nosso progresso, tenham que lêr diariamente nos jornaes telegrammas, que annunciam a morte pela fome e pela sede nos campos do Norte.

E' desolador, é triste, é deprimente para o espirito brazileiro que as scenas que se passam nos sertões do Norte não despertem no Governo Federal a piedade que despertara outr'ora a secca do Ceará, quando até os grandes oradores e poetas de Portugal ergue-

ram o seu brado, reclamando do povo portuguez auxilio para os famintos daquella provincia brazileira.

Como representante da autonomia do meu Estado, derrocada pelo *soba* João Machado, venho pedir ao Governo da Republica que tome uma medida urgente, antes de abrir a Exposição Brazileira aos visitantes, que vem admirar o nosso progresso, no sentido de fazer cessar a fome e a sêde, de satisfazer ás exigencias naturaes de um povo nobre e forte, que só pode manifestar fraqueza ferido pelos elementos.

Sr. Presidente, uma vez que o governo da Parahyba do Norte guarda em seus cofres a quantia de 150 contos, dada pelo Governo Federal, com o fim de minorar a sorte das victimas da secca no Estado, apezar desse mesmo governo ostentar um saldo falso de 400 e tantos contos, não posso deixar de reclamar do Governo Federal que auxilie os parahybanos directamente, porquanto o governo do meu Estado já não póde inspirar confiança. Este auxilio póde ser dado agindo o Governo da Republica no sentido de ser construido, de accordo com a Estrada de Ferro Great-Western o prolongamento daquella estrada de ferro a Batalhão, hoje Tapercá, e mandando multiplicar os poços artesianos pelos sertões, afim de dar trabalho e viveres aos sertanejos.

Sr. Presidente, o que digo está corroborado pelo governo da Parahyba do Norte.

Emquanto aquelle governo procede desta fórma, o jornal *Estado da Parahyba* insere em suas columnas o seguinte artigo :

> « Louvavel procedimento—O Sr. administrador dos Correios deste Estado, tendo recebido pelo ultimo vapor cinco volumes de sementes, enviados pela Sociedade Nacional de Agricultura, dividiu-os em muitos pacotes, que foram distribuidos em diversas localidades do nosso Estado.
>
> Esses exemplos de amor aos que soffrem, de caridade aos que precisam, dados por estranho ás miserias do nosso povo sertanejo assolado pela secca e toda sorte de necessidades, não accordam na alma do grande apostolo da Egreja, que dirige os destinos desta terra, os sentimentos, ao menos, de imitação á piedade.
>
> Nem uma sementinha se arranca dos cofres do Thesouro...
>
> Emquanto o governo assim procede, retendo os 150:000$, remettidos para soccorros publicos, crime este denunciado na alta Camara do Paiz pelo denodado e prestimoso parahybano Senador Coelho Lisboa, o Sr. Alvaro Machado, confundido e cumplice nesses actos de preconizado financeirismo, declara que não responde ás accusações nem se lava de tão negras manchas, a pedido de diversos collegas do Senado.
>
> Bonito !...»

Assim termina o artigo.

O Sr. Senador Alvaro Machado não me responde da tribuna que occupa nesta Casa, recorre ao systema da — *guerrilha jornalistica* — fazendo uns primos seus, residentes no Rio, escreverem uns artiguetes contra, mim com elogios a S. Ex., nos termos conhecidos em que o Senador Alvaro Machado é bem reconhecido aqui e no Estado. Ha em mãos de diversos parahybanos autogra-

phos de S. Ex. se elogiando a si mesmo! Esses artiguetes publicados na imprensa do Rio, enviados a um jornal do Recife e a outro de Santa Catharina, S. Ex. os recebe aqui e os remette em carta a Monsenhor Walfredo Leal e este os faz publicar n'*A União* como fogo de artificio.

Diz ainda o *Estado da Parahyba* em artigo de fundo:

> « A *União*, orgão do partido do Dr. Alvaro Machado surgiu, pois, accumulando, indevidamente, as funcções de imprensa partidaria e do governo, com as formalidades e direitos de uma repartição publica, a que a censura fez addicionar, depois, o appendice denominado *Correio Official*, inutilidade e pretexto para a decretação de um imposto, exclusivamente lançado aos funccionarios publicos, com violação manifesta da lei.
>
> A Constituição do Estado, em seu artigo 67, dispõe — « Não se poderá, sob pretexto algum, fazer deducção nos vencimentos dos funccionarios.»
>
> Entretanto foi decretado pelo Dr. Alvaro Machado, arbitrariamente, o imposto de 500 réis mensaes, a descontar-se dos vencimentos dos empregados estaduaes, á bocca do cofre, para fazer as despezas do alludido orgão hebdomadario, sem distribuição nem proveito aos contribuintes que leem no orgão do partido tudo a transcrever-se naquelle.
>
> A esta extorsão iniqua assiste, indifferente, Monsenhor Walfrido, encampando, além deste abuso, muitos outros, em sacrificio das rendas publicas.
>
> Affirma-se o despendio de mais de *quarenta contos* pagos pelo Thesouro, a titulo indebito de gratificações a protegidos do Dr. Alvaro Machado, aos quaes Monsenhor Walfredo Leal, vencendo o escrupulo natural a seu espirito de economia, acolhe ainda, em attenção pessoal ao chefe, negando justiça a muitos credores legitimos do Estado, por não pertencerem á sua politica.
>
> O actual presidente, já proximo a sahir do governo, deve, a bem de sua honorabilidade, attendendo aos reclamos de sua propria consciencia, sustar a pratica revoltante da parcialidade com que tem condescendido, affastando-se da norma de uma administração honesta pela continuação das irregularidades estabelecidas por seu antecessor.
>
> Espanem-se os parasitas do Thesouro e o Estado pague a quem deve, sem o que seu descredito attingirá, necessariamente, aos administradores.»

Assim se pronuncia o *Estado da Parahyba*, folha que se publica sob a responsabilidade do Dr. Lima Filho, bello talento parahybano, que occupou dignamente uma cadeira na Camara dos Srs. Deputados, que tem um nome conhecido no Rio de Janeiro pelo seu projecto de saneamento da Lagôa Rodrigo de Freitas, invento que mereceu pareceres favoraveis de diversos engenheiros illustres, nome feito no Estado como velho propagandista da Republica e digno de todo conceito. O Dr. Lima Filho, responsavel por este artigo, quando o Senador Alvaro Machado estava no poder, escre-

via na *Republica* e firmava com a sua assignatura o artigo em que se encontra o seguinte tópico:

> «O orgão governista, antes de dar publicidade aos conceitos articulados contra a administração do Dr. Gama e Mello, no periodo de 1897 a 1900, devia expedir ordem ao Inspector do Thesouro para dar certidões e facultar á opposição exame nos livros correspondentes aos periodos governativos em que teve exercicio o Dr. Alvaro Machado.»

Está assignado—*Lima Filho.*

Sr. Presidente, quando ha dias pedi á Mesa o telegramma de Monsenhor Walfredo Leal para examinal-o, lembrei-me do grande critico da epocha de Nero, Persio, quando dizia que cada um dos governadores daquelle tempo precisava de um professor que lhes ensinasse a governar, que diariamente lhe lembrasse os seus deveres, pois elles astutos libertos, celebres somente pela concussão eram ignorantes das leis. Recordo, agora, o mesmo Persio, na sua segunda satyra, quando descreve a lucta, que travava elle, — a consciencia — contra a corrupção — a opinião publica, choque de interesses, naquelles tempos da decadencia do imperio Romano.

Sinto alimentar-me nesta lucta singular, em que, só, desacompanhado, enfrento uma sociedade em degenerescencia, o mesmo fogo, que sentia Persio, quando travava lucta, em nome da consciencia, contra a opinião, que se formava naquelles tempos por interesses chocados! Tendo deante de mim um adversario que foge á lucta, que desapparece do Senado, para se acolher a uma guerrilha jornalistica, como um garoto politico, que abandona o campo largo, em que se devem bater os cavalheiros, para, á socapa, minar a reputação do seu adversario.

Enfrentarei esta mesma opinião publica, que S. Ex. artificialmente procura levantar contra mim, e a enfrentarei em nome da consciencia que dicta o meu procedimento.

Emquanto o Senador Alvaro Machado deserta do Senado, por não poder responder aos meus argumentos, machinando o estabelecimento desse indecoroso *soba*, na minha terra, desse governo de *inconsciencia africana*, em que todos os crimes se estão praticando, desde o assassinato até o roubo, eu venho denunciar ao Senado que S. Ex. se acoberta em sua fraqueza até com o nome dos Srs. Senadores.

Ha pouco tempo, fallando da tribuna, eu disse que os jornaes desta cidade tinham noticiado que os amigos do Senador Alvaro Machado, em palacio, conversando sobre a minha attitude, disseram que o Senador Alvaro Machado não devia mais responder ao Senador Coelho Lisboa, porque já se considerava perfeitamente respondida a principal questão.

Hoje são os jornaes da Parahyba que vêm affirmar que o Senador Alvaro Machado está mandando dizer para a Parahyba, que não me responde a pedido de diversos Senadores. Não posso comprehender, não posso me capacitar de que haja um só Senador na Republica que aconselhe a um seu collega não defender-se, quando accusado de ladroeiras, e accusado por quem tem responsabilidades deante da opinião publica, e lembrando-me do general Bonaparte, quando em meio de uma revolta geral disse:—«*S'il y a un de vous, s'il y a un seul de vous qui veuille me tuer, il le peut—me voici!!...*»

direi tambem:—si ha um Senador, si ha um só dos Srs. Senadores, que tenha dado esse conselho ao senador Alvaro Machado, que elle o declare ! eu o fitarei sobranceiro ! (*Pausa*).

Não, Sr. Presidente, S. Ex. acoberta-se mal. S. Ex., não me responde porque é criminoso, porque é ora autor ora complice de todos esses factos delictuosos, que denunciei, e que denuncia a imprensa de minha terra.

Da maior parte Monsenhor Walfredo Leal é cumplice, porém, coacto... porque Monsenhor Walfredo Leal demonstrou no principio de seu governo um caracter puro, uma consciencia limpa! Ultimamente, modificando-se depois que a acção de João Machado se fez sentir sobre Alvaro Machado, parecendo até que este tem medo de pancadas por parte daquelle, porquanto elle obrigou o infeliz irmão, Senador da Republica, a vir perante a *Commissão de Finanças do Senado* pleitear 50$ diarios para elle João Machado, medico da *Saude do Porto*, agora monsenhor Walfredo se presta a papeis dessa ordem, que se vão multiplicando no Estado ! deante, Sr. Presidente, de attestados taes, o Senador Alvaro Machado não se defende porque, esposando causa má e criminoso convicto, não se póde defender.

S. Ex., o Senador Alvaro Machado, está me ouvindo da sala do café e espero ainda que S. Ex. por um assomo de brio retardado occupe a tribuna para se defender.

Mas, Sr. Presidente, o que não posso comprehender é que Monsenhor Walfredo Leal, com a aspiração aliás justa de occupar, pela segunda vez uma cadeira no Senado, se sujeite a todas as violencias que João Machado lhe impõe, como a de deixar morrer a fome o povo dos sertões do Estado, prendendo os 150:000$ que o Governo dera como auxilio ao povo faminto, para deixal-os á disposição do *soba* João Machado.

Não posso comprehender, que aquelle que teve a educação que S. Ex. teve no lar da familia, que teve a educação que S. Ex. teve no seio da religião, possa esquecer as magoas, os lamentos, a agonia cruciante de tantos irmãos nos campos do sertão, para satisfazer o capricho, sinão a rapacidade indecorosa do futuro *soba* da Parahyba do Norte.

E' possivel, Sr. Presidente, que tal se dê, porque com igual educação igualmente procedeu um padre nos primeiros dias do Imperio!...

Quando Frei Caneca, revoltado contra a Carta Constitucional, outhorgada ao povo brasileiro pelo Imperador D. Pedro I e imposta ao juramento das Camaras Municipaes, reuniu por sua palavra ardente o povo pernambucano na praça publica e ateou fogo á *Constituição Imperial*, uma vez condemnado á morte... para se executar a sentença procurou-se em vão nas prisões do Recife um algoz, todos se negaram a executar tão vil sentença, arrostando mesmo as ameaças que lhes eram feitas, preferindo a morte ao nefando encargo de executar o sublime martyr das liberdades patrias, Frei Caneca ! Mas, Sr. Presidente, todas as classes teem bons e maus, todas as classes apresentam uma escala perfeita que vae do sublime ao ridiculo e do ridiculo ao sublime—por falta de carrasco que executasse a negregada sentença, não foi Frei Caneca enforcado ! recorrendo o Governo ao fuzilamento, não faltou um padre para o *desautorar*. Para a forca funccionar faltou o algoz ! Para a scena mais barbara

da *desautoração* não faltou o padre, o collega, sahido do seio da mesma religião de... Jesus!

Pois bem, Sr. Presidente, no clero do Brazil, illustrado e virtuoso, composto de grandes sacrificados, que, refinando o amor da familia nas lições do divino Mestre, são *patrimonios* de suas familias, protegendo irmãs viuvas, educando irmãos mais moços e sobrinhos, parentes uteis á sociedade, nesse mesmo clero póde surgir tambem um Walfredo Leal, que, por aspiração a uma cadeira no Senado, prendendo o auxilio do Governo Federal, deixe morrer á fome os seus irmãos, os bravos sertanejos do meu Estado.

Sessão de 13 de julho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, venho submetter á alta consideração do Senado um projecto de lei systematizando os serviços contra os effeitos da secca nos Estados do Norte.

Problema o mais urgente de quantos se apresentam á resolução da geração moderna, as seccas do Norte encontram, Sr. Presidente, um parallelo no flagello que, durante annos e annos, victimou a Capital do paiz e diversas cidades do littoral e do centro do Imperio, hoje Republica Brazileira — a febre amarella.

Contra este flagello levantou-se no Brazil o espirito eminentemente competente do illustre patricio Dr. Oswaldo Cruz, que, com uma convicção inabalavel, o enfrentou, caracterizando, por sua escolha por parte do Governo uma nova época na politica brazileira, em que o Governo se preoccupou com a máxima da politica ingleza — *the right man in the right place* — e foi buscal-o no silencio do seu gabinete, e deu-lhe poderes sufficientes para jugular tão grande calamidade...

O Sr. Alfredo Ellis — Nacional.

O Sr. Coelho Lisboa — ... nacional, como bem diz o illustrado representante de S. Paulo, resistindo a todas as criticas que os interesses chocados traziam á discussão diariamente, e que vinham se rebentar contra a resolução firme do Governo, de aniquilar o maior inimigo do nosso progresso, transformando o nosso animo, virilizando-o para as lutas, de modo a nos apresentar ao mundo inteiro como um paiz que conseguira sanear-se com os seus proprios recursos, coroando-se esta victoria com a conquista que aquelle eminente homem de sciencia obtive na Allemanha, no premio que veio sagral-o grande scientista mundial.

O Sr. Alfredo Ellis — Benemerito.

O Sr. Coelho e Campos — Apoiado.

O Sr. Coelho Lisboa— O problema da secca no Norte está, Sr. Presidente, nas mesmas condições.

Emquanto o descredito do Brazil era apregoado na Europa pelos nossos inimigos, de fórma que, em se fallando do Brazil, fallava-se do paiz da febre amarella. E ainda me lembro, quando visitei a Republica Argentina, da phrase de um joven argentino que, lhe sendo eu apresentado como brazileiro, me perguntou :

— *Usted es del Brazil? E usted non se murió de fiebre amarilla?!*

Sabendo-me brazileiro, admirava-se de que não tivesse eu morrido de febre amarella ! tal era o descredito do nosso paiz,

perante os estrangeiros, e... sobretudo, perante aquella republica vizinha.

Esse problema, dizemos todos nós com prazer indizivel e com orgulho, está resolvido e foi resolvido com os recursos da sciencia brazileira.

A secca do norte, victimando o espirito do nortista altivo e nobre por natureza...

O Sr. Alfredo Ellis — Apoiado.

O Sr. Coelho Lisboa — ...que só póde ser batido pelos elementos, vem desacreditar perante o mundo estrangeiro, uma das regiões mais ferteis e bellas do grande territorio brazileiro.

Problema secular tem elle sido estudado continuadamente, a principio, sob a fórma empyrica da revolta do homem contra os elementos da natureza; vem de annos e annos esse flagello, desde as mais remotas memorias historicas. Em 1690 já era conhecido victimando as tribus que habitavam aquellas paragens, a respeito das quaes Thomaz Pompeu, em sua memoria sobre o clima e a secca do Ceará, disse:

« Os primeiros missionarios que escreveram sobre a região, que se estende desde Pernambuco, ou antes, desde S. Francisco até o rio Parnahyba, fallam de um sertão, ou territorio, secco,sujeito a repetidas seccas; entretanto, não deixava por isso de ser bastante habitado por numerosas tribus indigenas, não só por todo o littoral, como pelo interior. Ora, vivendo esses selvagens só de caça, pois apenas alguns, pelo littoral e serras, faziam pequenas plantações de legumes, si as seccas fossem tão frequentes ou geraes, não era provavel o desenvolvimento de uma numerosa população, todavia, as informações officiaes dos capitães-móres e junta de fazenda são frequentes em accusar essa região como secca.

A população europea ou a colonização civilizada começou no Ceará, pelos fins do seculo XVII, e sómente os principios do seculo XVIII é que ha tradições.

A primeira grande secca de que resta vaga tradição em memorias fóra da Provincia (Ceará) foi a de 1711, que se estendeu ao norte, até Maranhão, pois que em 19 de abril desse anno a Camara de São Luiz representou ao governador sobre a fome e penuria que soffria o povo, nesse anno, por falta de chuva. Quasi nada se encontra nos archivos do Ceará desse tempo, porque, infelizmente, tudo foi destruido.

Estuda o Senador Thomaz Pompeu a secca de 1710 a 1711, a de 1722 a 1723, a de 1736 a 1737, a 1748 a 1749, a de 1777 a 1778; a de 1784, 1790, 1793, 1808 a 1809, 1810, 1816 a 1817, 1824 a 1825, 1844 a 1845, depois 1827, 1830, 1833 e 1837.

No decurso, pois, de 1711 a 1845, em pouco mais de 130 annos, contam-se 10 seccas mais ou menos intensas, termo médio periodal — 13 annos, sendo o mais extenso periodo o que decorre de 1837 a 1845, posto que a informação da Junta de Fazenda, fallando da secca de 1782, allude a outras menores e repetidas, em annos anteriores.»

Como vê, Sr. Presidente, este flagello tem trazido grande despeza ao erario publico; como se vê,da secca de 1845, em que se gastou no Ceará a quantia de 305:404$145, que, o cambio de 54 dinheiros por mil réis, ao tempo, augmenta consideravelmente.

Vê-se que as despezas que fez o Governo em 1877 com a secca do Norte são avaliadas em mais de 20.000:000$, por uns

O Sr. Pires Ferreira—Póde dobrar a parada ; gastaram-se mais de 40.000:000$000.

Um Sr. Senador—Mais de 60.000:000$000.

O Sr. Coelho Lisboa—...por outros em mais de 50.000:000$000! Não ha calculo justo do que se gastou. Acceito os apartes de SS. EEx. que veem auxiliar o meu argumento.

Todos esses auxilios aos Estados para debellar os effeitos da secca, si trouxeram algumas estradas, alguns calçamentos de ruas, ou alguns melhoramentos como embellezamentos, construcções de cadeias, casas de Camaras Municipaes, etc., não podiam resolver absolutamente o problema, porquanto não o enfrentaram em tempo e com resolução opportuna; o espirito brazileiro se achava, por assim dizer, anniquilado pelas continuas calamidades e não procurava estudar os assumptos diversos que se prendiam ao problema, rebellava-se contra a manifestação do phenomeno, estudando as correntes oceanicas e direcção dos ventos, de fórma a investigar, a procurar de balde meios de corrigir a natureza.

A posição geographica do Brazil, apresentando a les-nordeste um obstaculo solido ás correntes oceanicas que se bifurcam para noroéste e sudoéste; o choque dos alyseos nessa zona torrida com a distancia de 15° para norte e sul do Equador, mais ou menos, de pontos da Bahia até o Cabo de Orange, esses choques continuos dos dous ventos principaes, que, provocados pelo giro da Terra, em turbilhões indescriptiveis, trazem os vapores de agua, colhidos no oceano para o continente, mas os vão levando para os Andes, por não encontrarem nessas paragens pontos humidos para a sua condensação, nestas condições, Sr. Presidente, não será o homem que virá, no seculo presente, resolver um problema de tal natureza, lutando contra os elementos.

O espirito *yankee* dos norte-americanos, procurou a resolução do problema nos recursos da engenharia...

O Sr. Alfredo Ellis— Visto como tinham uma zona mais ou menos semelhante á nossa.

O Sr. Coelho Lisboa—... porque, como disse o honrado Senador, tinham no seu paiz uma zona flagellada pelas mesmas calamidades.

Eu não vou tomar o tempo ao Senado, embora saiba que não ha numero para as votações, e que a minha permanencia na tribuna poderá, demorando o expediente, conseguir o numero desejado, uma vez que a ordem do dia consta somente de votações, descrevendo a esta illustre Casa a emergencia da resolução deste problema, ou ainda mais, o modo por que deve ser elle resolvido, de accôrdo com as conquistas do mundo scientifico e economico.

O nortista, Sr. Presidente, não pede esmola. A altivez do filho do norte é conhecida no sul. Bravo soldado na guerra, laborioso operario na paz, o nortista luta contra a natureza, ha seculos, e guarda o seu lar, o seu roçado ou a sua fazenda com amor que só o nortista mesmo póde comprehender.

Expulso do seu lar, abandonando as suas roças, as suas fazendas ou as suas terras, perseguido pela calamidade das seccas, vem ao sul,

contempla a grandeza deste mundo de progresso e desenvolvimento, mas... a sua unica preoccupação é voltar para o seu norte, para o encanto da sua terra querida, que ama, como arabe nomade ama o seu corsel.

O nortista lembra á Republica, como lembrou ao Imperio, que a resolução deste problema, que se impõe neste momento, reclama a attenção desses governos, como a resolução do mais urgente problema economico.

O Sr. Alfredo Ellis — Não é um problema regional; é um problema nacional.

O Sr. Coelho Lisboa—Não é um problema regional, é um problema nacional, como bem diz o honrado Senador por S. Paulo.

Para citar de passagem a autoridade dos que estudaram a secca, satisfazendo o amor proprio de nortista,que ama a sua terra, lembro Rebouças, quando estuda o probema da agricultura nacional, nos seus *Estudos Economicos* e, abrindo de proposito, no ponto em que elle falla a respeito de minha terra, leio:

« A Provincia da Parahyba do Norte foi uma das que melhor responderam ao inquerito a que se mandou proceder sobre o estado da lavoura do Brazil, por aviso do Ministro da Fazenda, de 18 de Outubro de 1873.

Foi relator da commissão da capital o Dr. José da Costa Machado Junior, um dos parahybanos mais distinctos, pelo seu talento e patriotismo.»

O Dr. Costa Machado representou a Parahyba na Camara dos Srs. Deputados.

(*Continuando a leitura*):

« Seu relatorio é uma exposição conscienciosa, um verdadeiro estudo do abatimento a que a desidia administrativa deixou cahir a lavoura em uma das provincias do Imperio mais ricamente dotadas pelo Creador.

Cumprimos o triste dever de reproduzir alguns trechos deste documento, para que todos saibam, como jaziam desprezados os interesses mais vitaes deste paiz !

A commissão da comarca de Arêa disse :

« A razão de ser o municipio situado em um terreno montanhoso, torna demasiadamente caro o transporte, e o baixo preço que, pela qualidade, tem o assucar nos mercados de Mamanguape, da capital e de Goyana,para os quaes é remettido, desanima em extremo o agricultor que, por essas duas causas, em vez de produzir o assucar, prefere fazer a rapadura e distillar aguardente (!!!), generos que são consumidos nas proprias fabricas, ou nas feiras do municipio. A's vezes acontece que, absorvendo o frete de uma carga de assucar todo o preço della, se acham os agricultores na contingencia de transformar em aguardente (!!!) o assucar que tinham produzido, e que, sem aquella circumstancia, teria ido ao mercado.

Possa quanto antes o caminho de ferro Conde d'Eu dar transporte barato... »

O Sr. Alfredo Ellis — E' o que não existe por estradas de ferro. E' uma calamidade.

O Sr. Coelho Lisboa — O problema dos fretes tem se tornado difficilimo. Ou somos explorados por companhias extrangeiras, ou por emprezas brazileiras arrendadas a companhias extrangeiras. (*Continuando a ler*)... «...e um mercado seguro aos infelizes lavradores da cidade da Arêa!

Rebouças estuda outras comarcas e diz:

« O rio Parahyba do Norte é uma especie de Nilo ; tem enchentes periodicas que irrigam o solo e o enriquecem de humus, de modo a produzir canna de assucar durante 30 annos, sem necessidade do replantio !

O algodão produz extraordinariamente nos planaltos da provincia : durante a crise motivada pela guerra da emancipação dos escravos, nos Estados Unidos, os naturaes da Parahyba do Norte, os pequenos lavradores—livres—fizeram prodigios de actividade. No anno de 1865, a Parahyba do Norte só foi superada na producção do algodão pela provincia de Pernambuco.

Na serra da Borburema e nos seus differentes contrafortes, o café produz, como na serra Maranguape, no Ceará : ha de brevemente ser vendido no Havre e em Marselha como *legitimo café de Moka*.

A Parahyba do Norte possue um magnifico porto para o commercio transatlantico internacional no Cabedello, e as mais bellas condições topographicas para a construcção de vias ferreas.

E', pois, muito de esperar que a reforma agricola, que ora propagamos, e que a fundação de fazendas centraes de café e de algodão, de engenhos centraes de assucar, sejam destinadas a recompensar os laboriosos e sobrios lavradores parahybanos dos sacrificios que ha seculos fazem improductivamente !...»

Quando se abriu ao mundo a grande feira internacional de S. Luiz, nos Estados Unidos do Norte, em que os productos brazileiros chamaram a attenção do mundo economico para esse novo paiz desconhecido, que, de repente, procurava conquistar logar vantajoso entre as primeiras potencias do mundo, o Norte, Sr. Presidente, contribuiu nessa exposição grandemente para os creditos do Brazil, alli se representando com um valiosissimo contingente.

Quando partiram para aquella Exposição Universal, commemorativa da compra da Luiziania, os representantes brazileiros, o illustre homem de Estado que se achava á frente do Ministerio da Viação e que hoje, voltando a esta alta Casa, aqui representa digna e vantajosamente o seu Estado, o honrado Senador Lauro Müller, recommendou a cada um delles que estudasse nos Estados Unidos o problema da secca, ao Dr. Lauro Müller cabe a honra de ter tornado permanentes os serviços contra os effeitos das seccas no norte do paiz.

Diversos dos representantes brazileiros fizeram estudos a respeito, entre elles o laborioso e competente Deputado José Carlos de Carvalho e o Dr. Antonio Olyntho.

O Dr. Antonio Olyntho, que já havia occupado o alto posto de Ministro da Viação e conhecia a fundo o problema, tendo se impressionado bem quanto ao modo por que os norte-americanos o resolveram no seu paiz, quiz ainda visitar a Algeria e o Egypto, e nesse sentido telegraphou ao Governo, o qual, deferindo-lhe o pedido, deu-lhe meios para continuar os seus estudos naquellas duas regiões assoladas por calamidades identicas.

Do relatorio apresentado pelo Sr. Dr. Antonio Olyntho tirei eu a principal inspiração para o meu projecto; e, dirigindo-me a S. Ex. delle colhi ensinamentos para o formular; eu o entrego ao Senado que o emendará como bem entender em sua sabedoria.

Lerei, entretanto, algumas paginas deste relatorio, para terminar o meu discurso com o apoio da sua competente autoridade.

« Pela organização administrativa dos Estados Unidos, a Secretaria ou antes o Departamento do Interior tem a seu cargo, entre outros serviços as terras publicas e a sua valorização, as florestas e fontes mineraes do dominio nacional, as escolas agricolas e de artes mecanicas nos Estados e territorios.

Pelo decreto legislativo de 3 de março de 1879, foi creada a *United States Geological Survey*, como repartição dependente do Departamento do Interior. A *Geological Survey*, cujas attribuições tem sido alargadas, de tempos a tempos, por actos legislativos e executivos, se occupa da classificação das terras publicas e do exame da sua estructura geologica, dos recursos mineraes e dos productos das terras de dominio nacional e da fiscalização das florestas nellas existentes; e, bem assim do preparo de mappas topographicos e geologicos, da medida dos rios e regatos e da determinação dos supprimentos de agua nos Estados-Unidos, investigação das aguas subterraneas e dos poços artesianos; occupando-se da valorização dos terrenos aridos, por meio de operações de engenharia necessaria e para irrigal-os e tornal-os aproveitaveis afim de serem vendidos como as demais terras publicas.

Para os misteres administrativos, a *Geological Survey* se acha organisada em «ramos» e «divisões». Os seus ramos são os seguintes: administração publica, geologia, topographia e hydrographia.

O ramo hydrographico foi definitivamente creado, com attribuições peculiares, no anno de 1894.

De 1879, em que foi organizada a *Geological Survey* até 1888, não se cuidou de estabelecer nessa repartição ramo especial para o estudo das aguas superficiaes ou subterraneas; porém conjunctamente com a investigação de outros problemas, foram colhidos sobre ellas numerosas informações que se acham publicadas nos relatorios annuaes do director daquelle serviço,

Em 2 de outubro de 1888 foi votada uma verba especial de $100.000 (cem mil dollars) e posta á disposição do director da *Geological Survey*, afim de proceder a estudos na parte da região arida dos Estados Unidos onde se pudesse estabelecer a agricultura, por meio de irrigação, orçando e construindo os açudes, que armazenassem as aguas pluviaes ou dos rios bem como os poços que pudessem extrahir do sub-solo a agua que faltava na superficie.

No anno seguinte esta verba foi accrescida de mais $250.000 (duzentos e cincoenta mil dollars) para continuar os trabalhos que tinham por fim redimir pela irrigação, os terrenos aridos, tidos como imprestaveis e, portanto, desaproveitados.

Foram desde logo, iniciados os trabalhos de campo, que proseguiram activamente, tendo começado a construcção de alguns pequenos açudes e sendo preparados outros.

Nos annos subsequentes essa verba não voltou a figurar no orçamento pela opposição que encontrou o proseguimento desse serviço, reputado moroso e cuja necessidade não era fremente.

Não obstante isso, uma grande copia de dados foram recolhidos e entregues á publicidade,não só relativamente ás aguas superficiaes como aos cursos subterraneos, nos logares onde escasseavam as vias e regatos.

A 18 de agosto de 1894, foi novamente votada a organização de um serviço especial de hydrographia com o objectivo de estudar os supprimentos de agua existentes e possiveis nos Estados Unidos. A esse serviço foi consignada a verba de $ 100.000 (cem mil dollars que, logo depois foi elevada a $ 200.000 e continúa a figurar nos subsequentes orçamentos votados para a *Geological Survey*.

Foi assim organizado permanentemente o ramo de hydrographia, tendo por fim o estudo das aguas da superficie e do sub-sólo, a medida da vasão dos cursos dagua (rios, regatos e fontes) os systemas de irrigação mais convenientemente adaptaveis a certas zonas, o logar proprio para os reservatorios e canaes e bem assim a localização mais conveniente para os poços que viessem supprir com as aguas subterraneas a falta dellas na superficie.

A opinião ia se convencendo da necessidade urgente desse serviço, do qual resultariam a valorização e utilização de grandes zonas tidas como desaproveitaveis para a agricultura.

O assumpto sahiu depressa ao campo das discussões scientificas e passou para o programma dos partidos, nas suas campanhas eleitoraes.

Para isso concorreria a vulgarização das investigações geologicas *systematicamente feitas* e trazidas já a publico em numerosas monographias resumidas ou annexadas aos relatorios annuaes da *Geological Survey*.

Em diversos Estados da União multiplicavam-se as applicações das aguas subterraneas, não só para o abastecimento de fazendas de creação e de officinas, como para o abastecimeuto publico de cidades e de aldeias e tambem para irrigação dos terrenos seccos.

Nos Estados do Oeste, essas applicações cresciam diariamente ; e do sul, o desenvolvimento das plantaçõas de arroz determinou que se lançasse mão dos lenções subterraneos para as numerosas irrigações que essa cultura exige.

Na grande estiagem dos annos de 1897 e 1898, que assolou o sul, e nomeadamente a Louisiana, teriam desapparecido as plantações de arroz e a creação do gado, si não fossem os poços que iam sugar as aguas do sub-solo para trazel-as a superficie, onde as chuvas falharam e os cursos permanentes da agua minguaram consideravelmente.

Isso abriu os olhos dos interessados; e a partir dessa época, não só os particulares como os governos preferem tirar desses recursos naturaes todos os proveitos possiveis. Os poços artesianos e os tubulares são de tal forma communs nos Estados da União Americana, que rara é a localidade onde não se os veem.»

S. Ex. traz no seu relatorio a carta de uma região—Garden—City, no Kansas—, que representa um mappa-celeste no qual os pontos negros que indicam as estrellas são substituidos pelos pontos negros que representam os poços artesianos ou moinhos de vento. Contam-se por milhares com a mesma difficuldade, com que se contam as estrellas e nelle veem-se verdadeiras constellações.

« Os poços artesianos e os tubulares são de tal forma communs em todos os Estados Unidos do Norte que rara é a localidade, onde

não se os veem. Quando o nivel hydrostatico dos poços não é sufficiente para trazer as aguas á superficie são ellas extrahidas por meio de bombas impulsionadas ou por motores á vapor, ou por machinas electricas, por meio do ar comprimido ou, finalmente, por moinhos de vento.

Quem percorre as zonas do sul e do oeste, principalmente, vê a cada passo os moinhos de vento assignalando a presença dos poços. A's vezes, são verdadeiras florestas de moinhos que indicam localidades percebidas desde longe; outras vezes, são moinhos perdidos, em vastas planicies no meio de arrozaes e de outras culturas; ou, finalmente, são as azas do moinho dominando extensos prados, onde o gado vive e se desenvolve, cercado de verdes pastagens e de frescura. Atravessando as planicies quasi infindas do Arizona, do New-Mexico e do Texas, que constituiam outr'ora o arido «deserto americano» e onde vicejam hoje pomares, algodoeiros, arrozaes, pastos e grande cultura de cereaes, que a vista alcança sem limites em todas as direcções do horizonte, tem-se a impressão de que o moinho de vento é a balisa plantada pela civilização e pelo esforço humano, como um marco para assignalar a sua conquista na luta contra as difficuldades que a natureza, as vezes, lhes offerece.

Para accudir ao desenvolvimento que iam tomando o estudo e as investigações sobre a natureza dos terrenos, em procura das aguas subterraneas, julgou-se conveniente destacar do ramo da hydrographia da *Geological Survey* uma divisão especial para a hydrogeologia ou hydrologia, propriamente dita.

As vistas de todos, que encaravam os destinos da União Americana, estavam de tal fórma voltadas para esse assumpto, que, na plataforma dos partidos que disputaram a eleição presidencial de 1900, foi incluido um trecho, no qual se chamava a attenção dos eleitores para o aspecto nacional que offerecia a questão da irrigação. E Mr. Theodoro Roosevelt, quando succedeu a Mr. M. Kinley na presidencia da Republica, estendeu-se em sua primeira mensagem sobre a conveniencia de um melhor tratamento e conservação das florestas e da necessidade da irrigação das terras aridas, no interesse de tornar-se mais vasto e completo o desenvolvimento do paiz.

Essa attitude do Presidente da Republica despertou mais intensamente a attenção do Poder Legislativo sobre o assumpto ; e dahi nasceram dous novos serviços annexados á *Geological Survey* : um creado pela lei de 17 de junho de 1902, conhecido pelo nome de *Reclamation Law*, e outro, o de hydrologia, que passou a ser uma divisão do ramo hydrographico desde janeiro de 1903.

A divisão hydrologica occupa-se do estudo das aguas subterraneas ou das que se acham abaixo da terra, da mesma fórma que a hydrographia estuda as que estão na superficie.

Ella colhe e dá á publicidade todas as informações que se relacionam com a occurrencia, movimentos, modo de obterem-se e os usos das aguas artesianas ou de outras aguas do sub-solo, incluindo as que veem á superficie por meio de poços ou por meio de fontes.

Essa divisão trata, em summa, da investigação das condições geologicas que regem os supprimentos da agua, e acha-se dividida em duas secções:—a de léste e a de oeste. A primeira abrange os Estados que ficam a léste do rio Mississipi e os que ficando ao oeste, são por elle banhados; e a segunda abran-

ge os Estados restantes ou que são denominados *Reclamation States and Territories* e o Texas.

E' nesses Estados que tambem existe o serviço especial, dependente da *Geological Survey*, o qual se intitula *Reclamation Service*. Creada pela lei de 17 de junho de 1902, essa repartição occupa-se especialmente do estudo e da construcção dos trabalhos de irrigação, para a valorização das terras destinadas á divisão e venda, como terras publicas, no Arizona, California, Colorado, Idaho, Kansas, Montana, Nebraska, Nevada, New-Mexico, North Dakota, Oklahoma, Oregon, South Dakota, Utah, Washington e o Wyoming.

O chefe do serviço hydrographico é tambem o chefe do *Reclamation Service*; e nem poderia ser de outro modo, attentas as ligações que teem os trabalhos á cargo desses dous ramos.»

Mais adeante estudando as regiões dos Estados de Arizona diz, o Dr. Antonio Olyntho: «Como bem ponderava Mr. Alexandre Brodie, governador do Arizona, teem-se visto alli irrigações limitadas transformarem em bellos parques os desertos naturaes, assim como illimitadas derrubadas, para o commercio de madeira ou formação de pastos, transformarem em parques naturaes os desertos.

Igual conceito externava o Presidente da Republica Mr. Theodoro Roosevelt, em um longo telegramma transmittido de Oyster Bay, a 15 de setembro de 1903, ao Congresso de Irrigação, reunido em Ogdem, no Estado de Utah: «Nós podemos confiadamente esperar o mais amplo desenvolvimento possivel de nossas terras aridas e sua colonização por homens e mulheres trabalhadores e industriosos, que trocarão os productos colhidos da agricultura irrigada, pelos productos das fabricas e uzinas dos outros pontos dos Estados Unidos. Cada aldeia florescente onde hoje é o deserto, tomará mais tarde seu logar entre os mais fortes pilares de nossa riqueza commum.

O desenvolvimento da irrigação do Oeste arido não póde, porém, proseguir sósinho. A floresta é a companheira e a base da irrigação. Sem a floresta, a irrigação falha. O desenvolvimento permanente da irrigação e a destruição das florestas não podem coexistir.

Como é geralmente difficil e melindrosa a construcção dos trabalhos hydraulicos que se seguem ás investigações hydrographicas e hydrologicas, são dadas ás commissões de estudos do *Reclamation Service* instrucções especiaes para uma cuidadosa investigação dos dados e segurança dos planos, pois que os projectos mal feitos podem accarretar grandes prejuizos e pôr em risco a vida e a propriedade das populações, que elles intentam servir.

Um dos artigos da *Reclamation Law* estatue que — a direcção e as operações dos trabalhos de irrigação passarão para os proprietarios das terras alli irrigadas, afim de serem mantidas a expensas delles, medeante uma organização e de accôrdo com regras e disposições acceitas pelo secretario do Interior.

Formou-se assim em Phenix, capital do Arizona, uma associação denominada *The Salt River Valley User's Association*. E, depois disso, foram emprehendidos pelo Governo Federal os serviços para a construcção do açude do Salt River, na embocadura do Tonto Creck, a 112 kilometros acima de Phenix. Esse reservatorio está sendo construido em uma garganta; e, uma vez terminado o açude, a represa das aguas cobrirá uma área de 14.000

acres ou 5.600 hectares. A altura da muralha deve ser de 75,m00 e a profundidade das aguas represadas vae attingir no açude a 58,m00 ; a muralha terá a espessura de 50,m00 no fundo e de 5,m00 na parte mais alta. Quando for terminado o açude, o volume das aguas armazenadas será de 1.300.000 acres-pé, isto é, sufficiente para cobrir 1.300.000 acres de terra com altura de 1 pé de agua, ou 520.000 hectares de terreno com 0,305 de espessura de agua. Será, pois, um dos maiores, si não o maior açude do mundo. Na exposição de St. Louis, via-se no *Governament Building* uma reproducção, em massa, dessa obra gigantesca, representando o açude, com a sua muralha e os canaes de irrigação que delle se derivariam, para fertilizar uma grande área de terreno, onde as aguas corriam apenas pela acção da gravidade ou devido á differença de nivel dos diversos pontos da superficie. O custo dessa obra está orçada em cerca de 3.000.000 de *dollars* ou cerca de 10.000:000$ de nossa moeda.

O Dr. Antonio Olyntho dá em seu relatorlo noticias diversas dos Estados de *Nebraska*, *Nevada*, *New-Mexico*, *North Dakorta*, *Oregon*, *South Dakota*, *Utah*, *Washington*, *Wyonninge*, *Texas*, onde nota que «Em 1895, havia no Texas sómente 800 hectares de terrenos plantados de arroz, ao passo que, em 1903, a área cultivada desse cereal era de 100.000 hectares, e, em 1902, só ao longo da *Southerm Pacific Railroad*, dentro de um raio de 160 kilometros de Honston, a producção foi de 2.700.000 hectolitros.

A grande exploração do petroleo no Texas é de muito recente data, de cerca de 10 annos apenas. A perfuração de poços para a procura das aguas subterraneas veiu revelar a existencia de jazidas petroliferas desde 1889 ; mas, até 1896, a producção não passava de 7.200 litros annualmente. Em 1896, foi descoberto o importante campo petrolifero de Corsicana ; em 1900, o de Powel ; em 1901, o de Beaumont ; em 1902, os grandes campos de Sarataga e de Sour Lake e, finalmente, em 1903, o de Batson.

O Estado do Texas, o mais meridional e o mais extenso dos Estados da União Americana, tem 265.780 milhas quadradas de superficie. Quando elle se separou do Mexico, em 1836, e constituiu-se em Republica independente, não tinha mais de 30.000 habitantes. Em 1870, apezar de haver tomado parte em duas guerras, sua população já era de perto de 820.000 habitantes, e actualmente se eleva a 3.300.000. Sua riqueza, devido á exploração dos recursos naturaes do sólo, tem crescido na mesma proporção ; possue 18.000 kilometros de linhas ferreas em exploração, produziu perto de 18.000.000 de barris de petroleo em 1903, ou mais de dous bilhões de litros, isto é 17,87 % da producção total de petroleo bruto dos Estados Unidos da America ; são extensas as culturas do algodão, do fumo, dos cereaes e das fructas, crescentes de anno para anno. A creação do gado alli não tem competencia em nenhum outro Estado da União Americana, pois que o Texas possue mais de 7.000.000 de cabeças de gado, no valor de $75.000.000. A cultura do arroz tem-se desenvolvido tambem extraordinariamente, devido ao systema de irrigação hoje empregado nessa lavoura.

S. Ex. visitou «no sul de Texas uma grande fazenda de criação, que ali se denomina Ranch. Ella fica em Nueces County sobre a *St Louis*, *Brownsville and Mexico Railroad*. Esse *Ranch*, que é conhecido hoje pela denominação de *King's Ranch*, nome

de seu fundador, que lhe tinha dado primitivamente o nome de *Santa Gertudes Ranch*, é o maior *Ranch* do Texas ; tem elle 1.000.000 de acres, isto é, 400.000 hectares de terreno, o que significa que a terra não tinha valor ahi quando foi organizado o *Ranch*; effectivamente, o sólo tem o aspecto de uma extensa planicie, árida e esteril, onde nada prosperava por falta absoluta de irrigação; e tão agreste era esse terreno, que, segundo narração do proprietario actual do *Ranch*, foram mortos alli cêrca de 10.000 cascaveis no periodo de dous annos. Devido, porém, aos poços artesianos que foram perfurados nesses ultimos 10 annos, as condições do *Ranch* se transformaram radicalmente: alli se encontra numerosissima criação de gado de todas as qualidades, que prospéra e se desenvolve no meio de verdes pastagens abastecidas de abundantes aguadas, que os moinhos de vento fazem jorrar na superficie. Alli se veem igualmente extensas plantações de algodão, de milho e de outras forragens que se perdem nos confins do horizonte até onde a vista alcança. Hoje estão perfurados em *King's Ranch* mais de 60 poços, quasi todos jorrantes, os condados de Nueces e de Cameron, por onde se estendem as nerras da fazenda. Esses poços teem 0^{m}, 15 e 0^{m}, 20 de diametro e teem alcançado camadas aquosas na profundidade de 120^{m}, 00 a 380^{m}, 00, fornecendo no seu conjuncto 162.000 litros de agua por minuto, sendo que alguns ha que, só por si, fornecem 1.500 litros por minuto.

Os terrenos se acham de tal fórma valorizados, que nas proximidades de Kingsville, onde se está edificando uma cidade, compra-se o acre de terreno hoje por $30,00 e mais, quando, alli mesmo, ha pouco tempo, elle não valia mais de $0,25.

Além de dous poços que se veem nas proximidades de Kingsville, um de 180,^{m}00 de profundidade, jorrando 500 litros de agua por minuto, e outro com 200^{m},00 de fundo e uma vasão de 1.250 litros por minuto, perfurava-se, na occasião da viagem de S. Ex., um outro que já tinha 150^{m},00 de profundidade ; e tal era a certeza de se encontrar a agua, que, ao lado delle, já faziam o reservatorio que devia receber suas aguas e os canaes destinados a leval-as ao terreno. »

Sr. Presidente, Maine, New Hamphise, Vermont, Massachusett, Rhode Island, Conniticut, New York, Georgia, Florida, Alabama, Mississipi, Tennessee, Kentukhy, Missoury, Minnesota e Michigan foram percorridos por S. Ex. que em todos colheu dados para a resolução do nosso problema. Eu leria com prazer todo o relatorio que daqui passa a estudar na Algeria e vertente do Sahara, o problema da açudagem.

Tendo sido avisado por V. Ex. de que ha numero no recinto para votações e não querendo, apezar de se tratar do problema mais importante da época, cansar a attenção do Senado, uma vez que espero que o meu projecto encontre, como me parece que encontrará, pelas assignaturas que já o honram, acolhimento favoravel, vou terminar, appellando para o Governo Federal, que se cobrirá de glorias quando conseguir fazer esquecer completamente as desgraças que ora affligem a nossa Patria, nos sertões da Parahyba do Norte, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauhy e Pernambuco, tranformando essas levas e levas de peregrinos da desgraça que morrem pelos campos do vasto sertão do norte, em pegureiros

do progresso que contribuam para o engrandecimento geral do Brazil. (*Muito bem : muito bem. O orador é cumprimentado.*)

E' lido e, estando apoiado pelo numero de assignaturas, vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos o seguinte

PROJECTO

N. 22 — 1908 (*)

« O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a desenvolver e systematizar os serviços contra os effeitos da secca nos Estados de Pernambuco, Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauhy, mandando proceder a estudos topographicos e geologicos em toda a zona comprehendida entre o primeiro e o ultimo destes Estados para locar e construir açudes, perfurar poços, fazer barragens submersas e bem assim experimentar as culturas que mais convenham a cada zona e intentar pesquizas para a conservação dos cereaes e forragens alli colhidos.

Art. 2.º A multiplicar os observatorios meteorologicos no interior daquelles e de outros Estados e concentrar os estudos das observações feitas em uma repartição especial para a deducção das leis que regem os phenomenos observados e sua previsão.

Art. 3.º Todos os serviços technicos devem se achar subordinados a uma direcção geral, que lhes dê unidade para melhor garantia de sua efficacia e economia.

Art. 4.º Planejadas as obras, o Governo determinará a sua construcção, quando ellas tenham de attender a interesse collectivo ou auxiliará ao particular para sua construcção, si só a elle aproveitar.

Art. 5.º Esse auxilio para as obras particulares deve em geral ser de ordem technica e, si fôr pecuniario, nunca deverá exceder de um terço do orçamento feito, mediante condições estipuladas no regulamento desta lei.

Art. 6.º O Governo abrirá annualmente os creditos necessarios para attender a esse serviço até o maximo de mil contos de réis para cada um dos Estados comprehendidos na zona arida a que se refere o art. 1º desta lei.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 13 de julho de 1908. — *Coelho Lisboa.— Francisco Sá.— Bezerril Fontenelle.— Pires Ferreira.— R. Arthur.— J. Malta.—Braz Abrantes.—Oliveira Figueiredo.—Martinho Garcez.—A. Indio do Brazil.—Oliveira Valladão.—Siqueira Lima.— Lourenço Baptista.—Alfredo Ellis.—A. Azeredo.—Augusto de Vasconcellos.—Felippe Schmidt.* »

(*) Este projecto obteve parecer favoravel da Commissão de Obras Publicas e pende de parecer da Commissão de Finanças. (N. do A.)

Sessão de 28 de julho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, não sou nota dissonante no côro de anciedade com que é esperada a palavra autorizada do honrado e illustrado representante do Rio de Janeiro, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Erico Coelho, na questão maxima da politica brazileira.

Com a palavra no expediente de hontem, a tendo cedido, e não tendo obtido tempo sufficiente para trazer ao conhecimento do Senado um dos maiores attentados contra a familia brazileira, praticado no Estado da Parahyba do Norte, occuparei á tribuna por poucos momentos, simplesmente para annunciar que venho trazer ao conhecimento do publico, a Odysséa de soffrimentos que experimenta a familia parahybana, naquelle Estado, em diversos de seus ramos os mais fecundos, começando pela illustre familia Dantas, que, ha mais de um anno, cercada em suas fazendas pelas forças do governo, sustenta tiroteio diario para manter suas vidas e os seus haveres.

Lerei simplesmente ao Senado uma carta do Dr. Franklin Dantas, medico illustre, no meu Estado, que occupou uma cadeira na Camara dos Srs. Deputados, na ultima legislatura do Imperio, em que aquelle amigo demonstra a seu irmão, Dr. Duarte Dantas, com residencia nesta Capital, que já vem recorrer ás autoridades do vizinho Estado, no Recife, contra os desatinos que se praticam diariamente contraa familia Dantas, cujo tronco principal é representado pelo venerando octogenario, o illustre Dr. Manoel Dantas, presidente diversas vezes da Parahyba do Norte, e Deputado em diversas legislaturas, no regimen passado.

A carta é pequena e eloquente.

« Recife, 20 de junho de 1908.—*Duarte*.

Aqui vim entender-me com os Pernambucos, e com as autoridades do Estado, no sentido de obter garantias para a nossa inditosa familia entregue a sanha dos sicarios, pelos poderes publicos da Parahyba.

Com a morte inexperada de Delmiro, elles que já fugiam em consequencia da tenaz resistencia que lhes offerecia o nosso pranatedo irmão, reuniram-se e, incentivados pelo Dario, ameaçam assassinar os rapazes e a viúva, além do Sergio e Dantas. Estes tambem conservam-se com gente armada.

Os Drs. Herculano e Ulysses Costa são bem intencionados e de ambos solicitei providencias. Entendi-me tambem com o Pedro Pernambuco, meu antigo companheiro de collegio.

As cartas de nosso pae, são commovedoras ; o velho amigo vê as cousas por seu verdadeiro prisma : o anniquillamento da familia pelo trabuco dos assassinos auxiliados pelos poderes publicos da Parahyba.

A viuva de nosso irmão conserva em torno de si 30 homens em armas e o mesmo acontece com o Sergio.

As nossas irmãs só faltam morrer de pavor e tristeza.

A tactica do padre Walfredo consiste em anniquillar nos, tomando as cautelas precisas para que não echoem as nossas imprecações. Assim aconteceu com o assalto do Povoado de Immaculada, pela força publica, alliada aos Feitosas, criminosos de roubos e assassinatos. Desse assalto, resultou a destruição do Povoado, o quebramento de todas as portas, o saque de todas as casas, o roubo de tudo quanto alli existia, isto é, armazens de cereaes, bois em numero de 30, lanigeros...em fim, tudo o que representasse valor, sem fallar no vapor da viuva Alves Couto, avaliado em quantia superior a oito contos. Foi o capitão Narciso Monteiro commissionado pelo commercio da Parahyba para verificar o roubo da Immaculada, tendo tido essa iniciativa a casa Paiva Valente & Comp. A esse commissario encarrègou o padre Walfredo de prestar-lhe informações. Pois bem, de regresso, o Narciso tudo confirmou, consitando o presidente a que tomasse providencias, e até hoje nem um ligeiro inquerito veiu ao menos cohonestar, si é possivel, essas inauditas depredações ! »

« Ainda hoje são vendidos, pelas feiras adjacentes, objectos roubados. A imprensa silenciou sobre taes factos. Todavia, o Dr. Orris, redactor do *Norte*, asseguroume profligar em seu jornal a conducta criminosa das autoridades do Teixeira, protogonistas desse acontecimento, tanto mais barbaro, quanto vergonhoso para um governo. Recommendação etc.»

Sr. Presidente, é esta uma carta intima que me foi cedida pelo meu illustre patricio Dr. Duarte Dantas, quando me procurou em minha casa, exaltadissimo, por haver encontrado na Avenida o Senador Alvaro Machado, e este lhe haver dirigido um sorriso ironico, sorriso a que deu resposta altiva e immediata aquelle distincto moço.

O Senador fugiu e o illustre moço me procurou, para narrar o que se passara, eu lhe aconselhei calma.

O Dr. Duarte Dantas, Sr. Presidente, ha annos escrevia com a responsabilidade de seu nome, logo após ao desdobramento dessa ferrenha perseguição, o seguinte, no *Jornal do Commercio*:

> « Pela Parahyba do Norte.
>
> « *Hei de reduzil-os a pó*...! »
>
> Taes foram as palavras que o Sr. Dr. Alvaro Machado deixou escapar em seu palacio, referindo-se á minha familia e amigos, quando, já eleito Senador da Republica, estava de regresso para esta Capital.
>
> A primeira parte deste *programma* já foi fielmente executada: demissões acintosas, conselho municipal dissolvido, alistamentos eleitoraes annulados, etc., etc.

Agora está S. Ex. empenhado na execução da segunda parte, cujo inicio refere friamente este despacho, que eu me abstenho de commentar :

> « *Crime horrendo — Um homem baleado e queimado vivo — Predio incendiado a kerozene — Familia expulsa violentamente de casa*
>
> Parahyba, 7 — Em Immaculada, municipio de Teixeira, deu-se um crime de extrema crueldade.
>
> Alguns malvados, depois de ferirem á bala o capitão João Alves do Couto, foram á sua residencia, onde elle se achava de cama, obrigando-o a esconder-se e expulsando de casa a familia.
>
> Depois borrifaram de kerozene todo o predio e atearam fogo.
>
> O infeliz capitão Alves foi encontrado morto dentro de um bahú, onde procurara refugio. » (*Correio da Manhã*, de 8 de maio de 1907.)

Venho apenas cumprir o dever de declarar ao Sr. Senador Alvaro Machado, ao Sr. vice-presidente da Parahyba, monsenhor Walfredo Leal, que a desolação que SS. EExs. levaram ao seio de minha familia e amigos, no Teixeira, ameaçados da sorte que teve o capitão João Alves do Couto, não é menor do que a responsabilidade que assumem.

Sim ! Eu os responsabilizo a ambos, pelas vidas preciosas dos que me são caros, e o faço certo de que, no soberano infortunio que me preparam, encontrarei o necessario alento para tornar effectivo o que ahi fica dito.

Sr. Presidente, as impressões que trouxe do meu Estado, quando lá, em diversas cidades, fazendo *meetings* ou conferencias, procurei conhecer a fórma pela qual se está governando o Estado da Parahyba do Norte, são desta natureza, reproduzem-se estas mesmas scenas em diversos pontos do Estado.

No Teixeira, Catolé do Rocha, em Campina Grande, em Cajazeiras, os assassinos trucidam friamente a familia brazileira obrigando-a, pelo pavor, a prestar obediencia ao *Soba* da nova oligarchia que acaba de ser imposta.

Continuarei, Sr. Presidente, na tribuna, annunciada esta terceira serie de meus discursos contra as oligarchias, deixando de occupal-a hoje por mais tempo, porque estou ancioso por ouvir a palavra autorizada do grande tribuno fluminense, que representará o primeiro grande golpe nas oligarchias que infelicitam os Estados da Republica. (*Muito bem*; *muito bem*.)

Sessão de 10 de agosto de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, si é dissonante a minha voz no Congresso da Republica, contraposta á alegria geral que anima o espirito do povo brazileiro na vespera do grande dia em que o Brazil abre a sua Exposição á admiração do mundo, ostentando os productos dos tres reinos da sua natureza, como as mais bellas provas da pujança com que entra no concerto geral das grandes nações; si é dissonante a minha voz, erguendo-se em meio essa harmonia bellissima, que nos prepara a alvorada do progresso, ostentando as grandezas da nossa grande patria perante o estrangeiro, não é por politica de opposição que venho a tribuna, que trago, para aqui um assumpto tristissimo, como éco dos soffrimentos indescriptiveis das victimas da secca do norte do Brazil, victimas que se estorcem em convulsões agonizantes, estendendo a mão ao Governo, não a pedir uma esmola, mas a pedir trabalho, que as resgate da morte pela fome e pela sede.

Não é por politica opposicionista que se torna dissonante a minha voz, o Senado o sabe, o Congresso o sabe, em meio os applausos geraes que cobrem o Governo pela orientação que tem dado á sua administração, procurando attrahir ao nosso meio fecundo as vistas do mundo exterior.

O Sr. Severino Vieira — V. Ex. assim demonstra que os applausos não são geraes. Naturalmente as vozes das victimas que soffrem no norte interrompem estes applausos.

O Sr. Coelho Lisboa—Eu me torno écho dessas vozes no seio do Congresso. Faço a distincção entre a minha posição de brazileiro, na tribuna do Congresso, chamando a attenção do Governo para estas scenas desoladoras, que aniquillam o espirito do povo nos sertões dos estados nortistas, a minha posição de politico, não de opposicionista, que aproveite uma occasião para deprimir o espirito do Governo, mas pelo contrario, de politico imparcial, porque as maguas que me traz a politica do meu Estado, *intra muros*, não me levam até á opposição systematica ao Governo Federal, cujo procedimento, eu, approvo nesta exposição, cobrindo com os meus applausos, quando acerta, como presentemente, abrindo a grande feira dos nossos productos á admiração do mundo.

O Sr. Severino Vieira — Si V. Ex. faz este conceito do Governo, não póde admittir que elle deixe em abandono as victimas da secca do norte.

O Sr. Coelho Lisboa — E' justamente por fazer este juizo do Governo e porque reconheço no Governo suas boas intenções,

e quando as tem, o desejo de acertar, que eu tenho desta tribuna, mais de uma vez, lembrado ao Governo que se approxima o dia da abertura da Exposição Geral á admiração do mundo externo, demonstrando que não nos é permittido deixar que a alegria geral, o concerto de contentamentos com que recebemos os visitantes á exposição, seja perturbado, seja empanado mesmo, pelos gemidos dos famintos que cahem feridos pela morte nos sertões do norte. E' como politico brazileiro que venho chamar, no meio do concerto geral da Exposição, as vistas do Governo, para este ponto doloroso da situação economica e vital do paiz.

O Sr. Severino Vieira—Na Exposição ha de haver alguma falha. Quer que eu diga a V. Ex.? não se apresentará na Exposição, nenhum especimen das nossas oligarchias. Eis ahi, não é completa.

O Sr. Coelho Lisboa—O aparte do honrado Senador não me desviará do intuito que me touxe á tribuna.

Desde os primeiros tempos academicos, em que procurei cultivar a oratoria, me preoccupei sempre, com o modo por que deve o orador dominar a tribuna.

Os apartes me não desviam jámais do rumo que me tenho traçado.

Não a politica, mas o sentimento do patriotisimo, a commiseração dos meus patricios do norte me traz hoje a esta tribuna. Filho do norte, sei que agonizam de fome e morrem pelos campos dos nossos sertões milhares de sertanejos victimas da miseria.

Telegrammas publicados ultimamente nos jornaes annunciam que a calamidade se firma e que a miseria se propaga; que a morte paira, com risos infernaes, sobre toda aquella negregada região, assolada pela secca.

Eis o que diz o *Jornal do Brasil* de ante-hontem:

> « O Sr. Ministro do Interior remetteu ao seu collega da Viação um officio do governador do Estado do Rio Grande do Norte, transmittindo cópia do officio do intendente municipal de Acary, naquelle Estado, expondo a situação afflictiva daquelle e de outros municipios assolados pela secca.
>
> O officio daquelle intendente, entre outras informações, diz o seguinte:
>
> « Sómente em fevereiro cahiram cinco chuvas finas e parciaes, que não fizeram siquer recursos para os gados, que os criadores viram-se forçados a retiral-os para Potengy e Trahiry.
>
> Os campos estão inteiramente desnudados, sem vegetação de especie alguma.
>
> A população pobre tem-se mantido até agora com os recursos oriundos da pequena safra de algodão e borracha de maniçoba, prestes a findar e com as «vasantes» plantadas nas areias do rio Acary.
>
> Ha poucos dias, porém, uma chuva perdida, cahida nas cabeceiras do rio, fez este correr, destruindo e levando todas as «vasantes», de modo a crear nova calamidade.

Já se declarou a fome no povo pobre, que está se alimentando de comidas bravias, como xiguexigue, raiz de maniçoba e umbuzeiro, o que importará morte certa, pela insufficiencia e nocividade desta alimentação.

Entre outras medidas para debellar a crise, lembro a construcção do açude da Gargalheira, cuja utilidade é reconhecida por todos os engenheiros.»

Termina appellando para os poderes publicos do paiz.»

O Sr. Severino Vieira—V. Ex. que é governista, como acabou de declarar, não nos saberá informar que providencias tem tomado o Governo para attenuar esses males?

O Sr. Coelho Lisboa — Talvez V. Ex. encontre no Senado quem, mais habilitado do que eu, possa responder. Estou justamente reclamando do Governo Federal medidas neste sentido.

O Sr. Severino Vieira—V. Ex. não é bem governista; não está muito enfronhado nos segredos do Governo.

O Sr. Coelho Lisboa—Ha governistas e governistas: ha governistas que teem sobre os hombros responsabilidades politicas, que mais se approximam do Governo, porque delle precisam para augmentar o seu prestigio nos Estados, que representam, que teem mesmo responsabilidades de commando em uma ou outra Casa do Congresso.

Ha, porém, governistas franco-atiradores, politicos imparciaes que o são por sentimento de convicção, que applaudem o Governo quando o governo acerta sem segunda intenção, porque nada lhe pedem, porque nada delle esperam.

Eu pertenço a esta classe.

O Paiz de hoje, Sr. Presidente, insere em uma de suas columnas o seguinte telegramma:

Natal, 9—São desoladoras as noticias do sertão. A secca continua a flagellar diversos municipios, tudo destruindo. A população sem recursos,que não póde emigrar, vae morrendo á fome.»

Sr. Presidente, a viagem do nosso Ministro da Guerra e do general commandante do 4º districto militar á Allemanha, assignala, neste momento, uma manifestação de virilidade social para o joven Brazil.

O Kaiser, o imperador da Alemanha, devisou no horizonte, entre as potencias que lhe podiam chamar a attenção, o gigante da America do Sul, e o distinguiu com um convite, que bem assignala, neste momento da historia, a orientação bellicosa que ainda permanece nos elementos componentes do velho mundo europeu.

Si é verdade que a feira de S. Luiz, em que o Brazil representou um dos mais bellos papeis, despertou na velha Europa a attenção dos grandes fabricantes do mundo economico para os recursos inesgotaveis da patria brazileira, não é menos verdade que após a feira da Luisiania, e apezar da nossa Embaixada de Ouro, com que se procura fazer a propaganda do Brazil, chamando para elle a attenção do velho mundo, um acontecimento unico (e graças sejam rendidas ao nosso Ministro da Marinha, o Sr. almirante Alexandino de Alencar) despertou em todo o Universo a verdadeira idéa do valor do Brazil, o demonstrando paiz forte e poderoso! Foi a encommenda dos nossos grandes couraçados.

Em torno, Sr. Presidente, dessas grandes machinas de guerra que se ostentam nos estaleiros de Inglaterra, se tem feito a verdadeira propaganda, reveladora do nosso paiz, como nação que tem existencia propria, que faz jus a ser respeitada.

Essa tendencia bellicosa que está na natureza da humanidade, que através da historia dos povos tem marcado as etapas do movimento evolucionista da civilização, ainda é o elemento preponderante no velho mundo.

Eu, Sr. Presidente, na imparcialidade com que acompanho a historia de meu paiz, não posso deixar de render homenagens ao governo que, tão bem orientado na politica externa, tem dirigido a náu do Estado; e, portanto, com a independencia que todos me reconhecem, é pezaroso e desolado que venho dizer a este governo, em meio a harmonia geral que anima a todos os nossos patricios na abertura da Exposição, dessa exposição que vem demonstrar ao estrangeiro que não temos somente dinheiro para comprar couraçados, mas tambem recursos reaes para movimentar o progresso do nosso grande paiz, é desolado, repito, que venho lembrar ao governo que em meio toda esta festa ha o côro dissonante das victimas dos Estados nortistas que na aridez dos sertões do norte morrem de fome e de sêde.

O Sr. Severino Vieira—Eis uma lembrança que o governo não reconhecerá como procedente de amigo.

O Sr. Alfredo Ellis—Cada um cumpre o seu dever.

O Sr. Coelho Lisboa—Não me importa o modo por que o governo receba as minhas palavras, sem pretenções ; importo-me sómente com o cumprimento do meu dever, eu me importo sómente com a correcção do meu procedimento.

Espero que as palavras que estou dirigindo ao governo da Republica não caiam no tapete do Senado ; a politica interna é desoladora ! espero e confio que S. Ex. o Sr. Presidente da Republica, quando abrir a exposição dos nossos productos, se lembrará de que não póde consentir que o martyrologio dessa odysséa da miseria venha empanar o horisonte do Brazil. Tenho confiança e espero que, assim como se moveu o espirito do governo para as demais calamidades que nos teem ferido ; assim como se moveu o espirito do mundo inteiro para minorar as desgraças causadas á Murcia com as inundações que a flagellaram ; assim como as erupções do Vesuvio, ha tres annos, abalaram o espirito do mundo em pról das victimas que produziram ; assim como os terremotos da California nos attrahiram a attenção para o enorme numero de victimas que ali se fizeram, assim, os gemidos dos nortistas, nesse periodo continuo de seccas, despertarão o espirito do governo federal a enfrentar com seriedade e resolução o problema mais urgente que se impõe hoje á solução da nova geração.

Assim, pois, Sr. Presidente, em quanto não se discute o meu projecto, que procura systematizar o serviço contra os effeitos da secca, eu peço, eu supplico ao Governo da Republica que, aproveitando-se da verba que tem no orçamento, soccorra com trabalho as victimas da secca do Norte, (*Muito bem* ; *muito bem. O orador é cumprimentado*).

Sessão de 25 de agosto de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, sendo costume regular a abertura do Senado, pela lista da porta, não se fazendo, portanto, a chamada de fórma a saber-se quaes os Senadores que estão presentes, e quaes os que faltaram, peço á Mesa a gentileza de me informar, pelo Sr. 2º Secretario, si o Sr. Senador Alvaro Machado está na Casa ?

O Sr. Presidente—Não está.

O Sr. Coelho Lisboa—Não está !

Hontem me achava eu na Mesa como 2º secretario, quando vi que o Sr. SenadorAlvaro Machado começava de novo a frequentar o Senado.

Tendo abandonado a bancada do Parahyba do Norte, S. Ex. se abrigara á bancada de Santa Catharina. Desbancado dalli, como já disse em um dos meus discursos, S. Ex. se abriga presentemente do lado opposto na bancada do Rio Grande do Norte.

Ultimamente já S. Ex. se approximava pouco a pouco da bancada da Parahyba do Norte, pois eu o via ostentando satisfação, abrigar-se de novo á bancada de Santa Catharina, procurando alimentar uma conversação em que transluzia jubilo intimo.

Fiquei bem impressionado e intimamente satisfeito em ver que o meu companheiro de bancada se sente mais firme na sua posição nesta Casa, e fiz o seguinte raciocinio: o Senador Alvaro Machado sem duvida já se acha de posse de documentos, com que provará perante o Senado, perante a Nação, a *injustiça* das accusações que lhe fez a imprensa do meu Estado e que, no cumprimento do meu dever, eu trouxe a esta Casa por discurso que foi transcripto no *Estado da Parahyba*, homologando assim esse jornal a responsabilidade das accusações aqui trazidas.

Esperei, Sr. Presidente, ver presente o meu companheiro de bancada, que, como o Senado sabe, é feitura minha em politica e, portanto, desejo ver, de fronte altiva, destruindo as accusações que lhe fez a imprensa e eu trouxe á tribuna, convidando-o á defeza de fórma a se tornar digno de occupar altiva e nobremente a cadeira que lhe foi *destinada* nesta Casa.

Approximando-me da bancada, avisei indirectamente á S. Ex. que pediria hoje a palavra no expediente, para de novo pedir-lhe contas pelo que vae correndo no Estado da Parahyba do Norte, em actos de perseguições a familias inteiras, de assassinatos e de roubos, dos quaes espero que S. Ex. possa demonstrar não ter sido cumplice e menos mandante, porque quero ver em S. Ex. um chefe politico...

O Sr. Prsidente — Chamo a attenção de V. Ex. para o art. 34 do Regimento, que prohibe attribuir más intenções ou uzar

de expressões desrespeitosas para com os Senadores, Deputados e Chefe da Nação.

O Sr. Coelho Lisboa — V. Ex. me dirá qual foi a expressão desrespeitosa de que usei.

O Sr. Presidente — V. Ex., referindo-se ao Sr. Senador Alvaro Machado, fez menção de ser elle cumplice de assassinatos e roubos.

O Sr. Coelho Lisboa — Perdõe-me V. Ex.; eu disse que não podia acreditar que S. Ex. fosse um cumplice ou mandante de taes crimes.

O Sr. Presidente — A' Mesa pareceu que V. Ex. havia dito que acreditava nessa cumplicidade.

O Sr. Coelho Lisboa — Não, Sr. Presidente ; não acredito, nem o quero acreditar, digo bem alto.

Quero o Sr. Sennador Alvaro Machado perfeitamente livre das accusações que lhe fazem, e é por isso que lhe venho dar ensejo para se defender. Quero e reclamo do Sr. Senador Alvaro Machado que venhaprestar contas ao Senado da Republica, ao Congresso Federal, por intermedio do governo, da applicação dos 500.000$000 votados como auxilio á organização da politica da Parahyba do Norte, de accordo com a lei, já por mim citada, que exigiu a prestação de contas, de accordo com o parecer da illustrada Commissão de Finanças do Senado, que concedeu ultimamente 150.000$000 de auxilio á Parahyba do Norte, e na sua redacção, feita pelo honrado então Senador pelo Rio Grande do Sul, Sr. Ramiro Barcellos, lembrava a obrigação do governo do Estado, de prestar contas, de accordo com a emenda que o grande caracter que se chamou Joaquim Catunda apresentou ao Senado da Republica e o Senado approvou, emenda que recebeu tambem approvação da Camara dos Srs. Deputados, sendo incorporada ao projecto, depois lei do paiz.

Venho chamar no Senado da Republica o Sr. Alvaro Machado aos deveres que o Senado lhe impôz...

Não, Sr. Presidente, não destoarei jamais da linguagem que reclama a augusta Casa do Senado da Republica ; sei perfeitamente qual a linguagem condigna com a honorabilidade dos meus dignos companheiros, não destoarei jamais, como jamais puderia destoar, nem mesmo quando usei da linguagem juridica, que não póde ser expulsa do grande tribunal, do primeiro tribunal politico da Republica. Não, Sr. Presidente, eu creio que não me illudi. creio que amanhã o Senador Alvaro Machado virá defender-se perante o Senado, e eu já o disse deante de diversos collegas e amigos: si S. Ex. já conseguiu reunir documentos para se defender, e não tem coragem para fazer a defesa pessoalmente, encontrará no Senado muitos collegas, que a façam, e si S. Ex. precisar de meus serviços, para sua defesa porei a disposição de S. Ex. os meus serviços humildes, porém sinceros...

O Sr. Severino Vieira—Mas se S. Ex. é o accusador !

O Sr. Coelho Lisboa—...para demonstrar que S. Ex. representa um papel de todo digno perante o paiz, como eu esperava que o representasse quando o fiz pessoa politica.

Não sou seu accusador, dou apenas á S. Ex. ensejo de defender-se, As noticias que recebo dos jornaes do meu Estado são de

mais a mais calamitosas. Eu passo a ler, rapidamente, o que diz o *Estado da Parahyba*. *Lê*:

« Todos que veem para o governo trazem o grande sequito dos obreiros da desordem do passado, continuando a pratica estabelecida do esforço constrangido de muitos pelas vantagens a distribuir com poucos, a quem ficam confiados os interesses de um que preside e delibera discricionariamente sobre os negocios publicos.

Sobre o caracter pesam as conveniencias da submissão de pessoa á pessoa, pelo descredito da lei e vilipendio da justiça e a convicção da inutiidade da força do direito contra o direito da força de quem nos governa, com o consentimento tacito da maioria indefesa.

O merecimento dos governos transviados de seus deveres fez-se pela bajulação explorando o egoismo, intumescendo a vaidade e concitando a fraqueza a conquistar, pelos elogios, o que não pode obter pela verdade.

Eis o que estão a demonstrar os factos, o que exprime a actualidade e se traduz na obstinação com que, desde 1892, nossos administradores, cobrindo-se com os encomios da imprensa official, esgueiram-se por entre as cifras esparsas de suas mensagens, adrede preparadas, justificando, por hypotheses, os grandes *deficits* que deixaram a seus successores, sem exhibir os respectivos balanços do Thesouro do Estado.

Este desprezo á obrigação, ao salvo conducto da honorabilidade administrativa, estabeleceu o desgraçado precedente em que se firma monsenhor Walfredo Leal para isentar-se de apreciações detalhadas das devidas ou indevidas applicações que fizera das rendas publicas, durante tres annos de governo em que se salientara pelo lado economico, embora sob os mesmos moldes politicos de seus antecessores.

Ha, porém, não sabemos que mysterio oppondo-se a que as razões de ordem e moralidade reclamem os balanços completos da administração pelos quaes pudessemos aferir o valor das mensagens capciosas ou imperfeitas, lançadas entre os legisladores parciaes e os contribuintes sacrificados.

O silencio continuará a servir de véo ao passado, onde deixam guardados os escandalos, para manter illesas as reputações duvidosas dos que, ainda com a responsabilidade delles, ostentam em publico a honra e o prestigio, por emprestimo dos elogios partdarios, devido ás posições que occupam.

O povo deve ignorar tudo para obedecer em absoluto ao regimen do servilismo que lhe impõem os governos assediados pelos compromissos absorventes das pretenções dos que cercam no caracter de agentes pedintes de favores, por sua *dedicação* incondicional, ou como meio de escapar ao furor da perseguição a cargo dos representantes do poder nas localidadec.

Ahi está o caso de Piancó e Misericordia em evidencia, a desafiar justificativas por parte de seus autores e as providencias promettidas pela presidente do Estado, como

sempre a informar-se e a resolver pelo que lhe dizem os preseguidores.

Muitos precedentes autorizam-nos a duvidar da efficacia de apregoadas ordens do governo exigindo o restabelecimento da ordem e a effectividade das garantias que lhe pedem, em nome da lei ; em todo caso aguardamos pacientemente o resultado do abandono das victimas pelo poder publico ou a acção benefica da justiça amparando-as no desespero em que se acham.»

Vê o Senado que a lingnagem é inteiramente calma; não é uma opposição systematica.

A penna do Dr. Lima Filho, ex-Deputado federal, republicano historico, com responsabilidades politicas no Estado, reclama em prol da moralidade da administração que se abra o Thesouro ás certidões que se pedem a respeito de dinheiros que se retiram sem autorização da assembléa.

O Sr. Severino Vieira — Ah ! por lá tambem se faz disto ? Julguei que fosse privilegio da administração do meu Estado.

O Sr. Coelho Lisboa — Faz-se disto por lá, mas com uma differença: na administração do Estado que V. Ex. tão nobre e dignamente representa nesta Casa a responsabilidade ainda não veiu até ao Senado. Si o agente de taes actos tivesse uma cadeira nesta Casa, V. Ex. já lhe teria pedido contas e eu estou certo que elle lh'as daria.

O Sr. Severino Vieira — Si pudesse dar.

O Sr. Coelho Lisboa — As daria si pudesse, mas ao menos tentaria dal-as.

Viria em defesa de seu nome ; não permittiria que seu nome fosse objecto de chacotas e ridiculos, quando assumptos desta monta fossem trazidos á alta consideração do Senado.

Mas, Sr. Presidente, descrevi no meu ultimo discurso o ataque a uma villa, o roubo de tudo quanto nessa villa foi encontrado, a perseguição de todos os seus habitantes, o arrombamento de todas as casas, onde se podiam encontrar bens, a venda desses bens nas feiras das cidades circumvisinhas, assim tambem o roubo que soffreu um engenho central de algodão e a venda da sua machina avaliada em 8:000$, propriedade de uma viuva!

Estes factos de vandalismo eu denunciei ao Senado; os jornaes do meu Estado de uma e outra parcialidade confirmam-nos, e até hoje nem medidas no Estado foram tomadas, para a justiça ser applicada, contra os autores desses latrocinios, nem o representante responsavel da politica da Parahyba do Norte, veiu explicar, a seu modo, como se costuma fazer, factos de latrocinio e assassinatos, cuja responsabilidade é lançada sobre a sua cabeça.

Pelo contrario; *O Norte*, jornal independente, que não cessa de manifestar as suas sympathias pelo Governo, condemna essas delapidações e morticinios!

Respondendo a *O Norte*, diz o *Estado da Parahyba*: (*Lê*):

« *O Estado* e o *Norte* :

A elevação dada pelo o *Norte* como imprensa livre, á nossa discussão sobre assumptos presos ao interesse pu-

blico, impoz-nos o dever de acompanhal-o, lado a lado, na apreciação dos actos pelos actos, sem visar a personalidade individual de quem os pratica.

O collega, em seu artigo de 31 de julho, reputando « inopportuna a rapida publicação de um balanço financeiro da administração, sem uma denuncia de valor, achando « inexplicavel que uma folha esteja a exigir esta publicação de contas e o governo a faça, apenas em consideração a ella » forçou-nos a chegar ao seguinte dilemma: ou o *Norte* nega o direito de fiscalizar os actos do poder publico á emprensa em nome de um dever perante a lei e perante anhora administrativa e é partidario desta irregularidade, ou não ha discortino capaz de attingir seu pensamento occulto no que expoz.

O *Norte* exigindo, além do que temos dito em uma longa série de artigos, uma denuncia grave, com serios fundamentos, para collocar-se a nosso lado, julga sem valor os esbanjamentos proteccionistas articulados por nós e concita-nos, implicitamente, a convidal-o para conseguir do governo plena autorização para um exame de livros no Thesouro e ordem para serem dadas as certidões do que for apurado, a favor ou contra os que teem fugido á obrigação de tornar publico o que fizeram.

Sem isto nossa discussão terá o caracter particularizado das questões pessoaes que o *Norte* repugna como nós fazendo a devida justiça ao merecimento intellectual e ao patriotismo de seu illustre redactor-chefe, sciente e consciente da necessidade de agir contra os abusos inveterados de nosso meio social, onde desdobra sua actividade, cada dia, apontando defeitos em diversos ramos da administração.

Sinão preponderar contra suas ideas e seu modo de sentir a força de conveniencias alheias á suas intenções, o *Norte*, sob melhores auspicios intellectuaes do que nós, conquistará a gloria de incutir no espirito do povo o conhecimento dos meios regulares de fazer valer seus direitos e os da lei desvirtuada pelo pessimismo politico da situação dominante.

A prova desta asserção está manifesta nas censuras com que elle tem criminado a incuria das autoridades presas ao despotismo partidario de um, empolgando o direito de todos.

Agora mesmo, em seu numero 77, de 9 do corrente, reclama providencias para garantir a vida e propriedade de distinctos cidadãos foragidos de seus lares pela selvageria da perseguição desenfreiada das autoridades de Piancó e Misericordia, opprimindo cidadãos inermes e pacificos, cujo *crime* é terem militado com a opposição !!! e trazido para a imprensa a historia do despotismo de seus perseguidores.

Corroboramos o que diz o *Norte* sobre as condições em que se acham as victimas mencionadas por elle, sobre as quaes pesa a triste contingencia da necessidade de irem procurar em outro Estado as garantias que lhe negam neste, para cujo progresso teem contribuido.

Temos como certo o despreso e a improvidencia do governo desfavorecendo os persegnidos que vieram trazer-lhe as queixas, das quaes resultará, talvez, acirrarem-se mais a prevenção e o odio de seus adversarios, junto de quem se obedece ou morre.

A reclamação feita por nós seria taxada de opposicionismo systematico, qualificativo que não attingirá o collega, por sua posição insuspeita ante os poderes publicos.

Contra nós perduram os residuos de antigas paixões partidarias, apesar do isolamento a que nos condemnámos; mas contra o *Norte* só ha motivos de attenções e condescendencias.»

E', portanto, Sr. Presidente, corroborando as accusações que aqui fiz, que o *Norte*, jornal que proclama diariamente as suas sympathias ao Governo, accusa a esse mesmo Governo de deixar sem um remedio prompto que continuem as perseguições a familias illustres, que se retiram, abandonando as suas fazendas por não encontrarem mais recursos para se defenderem pelas armas.

O Sr. Severino Vieira— Si o Governo não póde manter a ordem, é o caso de se recorrer á intervenção federal.

O Sr. Coelho Lisboa— V. Ex. diz muito bem; é o caso de intervenção federal. Estou preparando o espirito do Senado, estou trazendo ao conhecimento do Senado, por partes aliquotas, o grande descalabro que vae na olygarchia da Parahyba, em vesperas de assumir o poder o *Soba* João Machado.

Pergunto: a satisfação que o honrado Senador Alvaro Machado ostentava hontem e que tão boa impressão despertou em mim, seria por acaso porque tivesse recebido telegramma do presidente da Parahyba do Norte communicando que resolvera applicar os 150:000$, que o Governo Federal deu, para auxilio aos peregrinos da desgraça, em serviços contra os effeitos da secca? Seria porque S. Ex. já se sente firme pela remessa de documentos que demonstram a sua innocencia em todos os crimes que lhe são imputados? Que possa explicar a applicação dos 200:000$ em açudes?!

Esta satisfação é justamente que quero ver confirmada, convidando S. Ex. a vir á tribuna.

S. Ex., fallando ha poucos dias a respeito do meu saudoso amigo, Sr. Appollonio Zenaides, disse que esse nosso conterraneo tinha tido escrupulos na distribuição dos dinheiros publicos.

Si isto é uma virtude, Sr. Presidente, como todos nós pensamos, porque não vem S. Ex. defender-se precisamente de uma accusação em contrario? Si a honestidade é por S. Ex. apregoada como titulo de nobreza, porque não cuida S. Ex. de nobilitar-se para apresentar-se, ante os seus pares, de fronte altiva?

Venha S. Ex. prestar contas do que vai pela Parahyba do Norte; eu continuarei no meu dever, honrando a cadeira que occupo no Senado da Republica e lembrando-me dos tempos em que, quando qualquer politico, de volta da administração de uma provincia, era interpellado na Camara ou no Senado do Imperio, sobre sua administracção, erguia-se na sua cadeira com os documentos em punho e manifestava as suas intenções, defendendo-se dos crimes que acaso tivessem sido lançados sobre a sua fronte.

Vós ouvistes, senhores do Senado, naquella e nesta Casa, ao tempo em que havia responsabilidades, ao tempo em que o velho Imperador, honrado e nobre, presidia os destinos do Brazil, um honrado velho, contra cuja politica levantaram-se por principios as phalanges... da mocidade que aspirarava a Republica, (contra o governo privilegiado um governo democratico e barato) mas durante a effervecencia da propaganda foi sempre o Imperador respeitado em sua pessoa e em seu caracter ; nesse tempo em que os presidentes, que voltavam da gestão dos publicos negocios nas provincias, se lembravam do limpido *olhar azul* do Imperador, que lhes investigava a conducta !...

O Sr. Francisco Glycerio—Ahi os presidentes eram delegados do governo geral, tinham obrigação de prestar contas.

O Sr. Coelho Lisboa—Diz o meu distincto mestre da propaganda, diz o general Francisco Glycerio que os presidentes eram delegados do Imperador ! ?

O Sr. Francisco Glycerio—Delegados do governo geral.

O Sr. A. Azeredo—Do governo de gabinete.

O Sr. Francisco Glycerio—Não eram delegados do Imperador, eram dos ministros, que governavam. Os presidentes hoje são delegados do povo.

O Sr. Severino Vieira—Devem contas ao povo.

O Sr. Alfredo Ellis — Mas os povos teem os governos que merecem.

O Sr. Coelho Lisboa — A que povo se refere o Sr. general ? ! No meu Estado, o Sr. Walfredo Leal é um delegado do Sr. Alvaro Machado — é um caso inconstitucional — *Coram populo*, em plena Republica—o governador de um Estado calcando a sua constituição, fez a eleição de um terceiro para o succeder na cadeira, emquanto o successor legitimo era posto de lado. Pergunta-se:— Como o povo da Parahyba do Norte se poderia armar e obrigar o governo a respeitar a Constituição ?!...

Como ?!... si elle tem o pavor da reposição do deposto ? E' o unico argumento que se levanta por toda a parte:— si o povo não tivesse medo de que o Governo Federal mandasse repor o detentor do poder, o povo saberia cumprir o seu dever. E' esse o grande sophisma! Estamos tão longe da Republica como estavamos na colonia ; no imperio ainda havia essa responsabilidade de que falla o general Glycerio: os politicos que administravam as provincias tinham zelo de sua conducta da qual tinham de prestar contas ao governo de gabinete que haveria de ser interpellado no Parlamento.

O Sr. Severino Vieira — Nesse ponto, V. Ex. deve dirigir tambem as suas settas para os lados do Cattete e aliviar um pouco o costado do nobre Senador pela Parahyba do Norte.

O Sr. Coelho Lisboa — Eu não dirijo settas, não tenho a honra de descender de indios, trago na face os caracteristicos da raça caucasiana.

O Sr. Indio do Brazil — Os indios são muito leaes.

O Sr. Coelho Lisboa — E eu faço justiça a essa bella raça aborigena, não tenho a honra de descender della, disse não dirigo

settas ; eu atiro a luva a quem deve ter responsabilidades. Não, Sr. Presidente, educado na politica das responsabilidades, só conheço a desaffronta pelo direito ou pelas armas. Continuando na serie de considerações que adduzia, não querendo ser arrastado pela discussão de accôrdo com o habil orador, que me aparteia, venho dizer ao Senado que faço votos para que o Governo da Republica lá no Cattete, nesta e na outra Casa do Congresso, no Supremo Tribunal Federal, saiba negar favores aos oligarchas, saiba fazer justiça ao Povo, saiba negar a mão áquelles que seriam condemnados pelo limpido olhar azul do imperador D. Pedro II si estivessemos no Imperio ! ao menos isto ! Nobilitem a Republica.

O Sr. A. Azeredo—Amen.

Sessão de 1 de setembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, agora já me não serve a palavra, o Sr. Senador Alvaro Machado fugiu! S. Ex. fugiu logo que me ouviu pedir a palavra. Eu queria fallar para aproveitar o momento em que o tinha preso na sessão pelas votações. S. Ex. fugiu !...

Sessão de 1 de setembro de 1908 (a)

O Sr. Coelho Lisboa *(para uma explicação pessoal)* — Sr. Presidente, de tres a quatro dias a esta parte, diversos telegrammas da Parahyba do Norte teem communicado á capital da Republica que uma conspipiração se levanta naquelle Estado, não de natureza politica mas de natureza criminosa.

O Seculo de hontem publicou: *(lendo)*

> «Parahyba — Conspiração contra o presidente — Do nosso correspondente recebemos sabbado, quando já o jornal se achava na machina de impressão, o seguinte telegramma:
>
> PARAHYBA, 29—Corre aqui estar tramada uma conspiração contra o presidente do Estado, visando matal-o.
>
> O governo está agindo para descobrir os conspiradores.

Nesta segunda parte é que está o ponto grave do acontecimento que venho denunciar ao Senado e que não é mais do que um trama, para continuar, aggravando, as perseguições que se fazem de ha tempo a esta parte, na Parahyba do Norte, a familias illustres, perseguições que eu tenho trazido á tribuna do Senado e que não teem sido desmentidas, porque são verdadeiras.

Tenho aqui corroborado o que avanço, com as noticias do *Norte*, ornal sympathico á politica daquelle Estado.

Disse, Sr. Presidente, á ultima vez que occupei esta tribuna, qual era a situação do meu Estado ; trouxe aqui a *odysséa* da illustre familia Dantas, no Teixeira ; li carta do Dr. Franklin Dantas a seu irmão Dr. Duarte Dantas na qual lhe communicava que viera ao Recife conversar com os Pernambucos, seus amigos de collegio, e pedir ás autoridades daquelle Estado, visinhas do Teixeira, que patrocinassem sua familia, pois que estava na contingencia de abandonar seu lar, suas fazendas, para evitar as perseguições movidas pelas forças do governo.

O SR. PRESIDENTE—Lembro a V. Ex....

O SR. COELHO LISBOA—O que lembra V. Ex. ?!

O SR. PRESIDENTE — O art. 36 do Regimento permitte que qualquer Sr. Senador use da palavra para explicação pessoal, determinando, porém, que se restrinja ao assumpto da explicação pessoal.

(a) Palavra *(para uma explicaçao pessoal)* porque o senador Alvaro Machado, começada a *ordem do dia*, voltou ao recinto. N. do A.

O Sr. Coelho Lisboa—E' o que estou fazendo, Sr. Presidente, vou explicar o sentido do aparte que dei ao honrado Senador pela Bahia, dizendo que a oligarchia da Parahyba do Norte, ainda não tinha feito baixar tanto o nivel do meu Estado, que fosse *injuria* dizer de alguem:— é representante da Parahyba.

E' para explicar este aparte que venho pedir á V. Ex. a palavra para uma explicação pessoal.

O Sr. Presidente — Mas V. Ex. deve-se restringir quanto possivel ao assumpto da questão pessoal, em obediencia ao que dispõe o art. 36.

O Sr. Coelho Lisboa—Não comprehendo, Sr. Presidente. Dirme-ha V. Ex. quaes os termos de que devo usar.

O Sr. Presidente—Neste caso lerei a V. Ex., *ipsis verbis*, o art. 38, que assim dispõe:

« O Senador que quizer explicar alguma expressão que se não tenha tomado no seu verdadeiro sentido, ou narrar um facto desconhecido que venha ao caso da questão, poderá fazel-o uma vez. Nessa hypothese, porém, não lhe será permittido exceder os limites restrictos da explicação, ou narrativa do facto, para que haja obtido a palavra.»

O Sr. Coelho Lisboa—São os limites restrictos da explicação pessoal. Acho que o nivel do meu Estado não desceu a ponto de ser uma injuria dizer-se de alguem :— é representante da Parahyba.

E' isso que quero explicar ao Senado, porque julgo que, apezar da anarchia e da ladroagem ter tomado conta do meu Estddo, apezar do governo do meu Estado estar entregue a homens sem responsabilidade, que não respondem ás accusações formuladas pela imprensa ou na tribuna do Senado, estando presente, como agora está, o Senador Alvaro Machado, que tenho aqui preso na sessão, eu, como representante da Pararahyba, occupando uma cadeira na Camara dos Embaixadores, tenho o direito de defender a honra da Parahyba do Norte, explicando que no meu Estado a oligarchia ainda não chegou a ponto de ferir a dignidade do Estado, que contra elle protesta altivo.

O Sr. Severino Vieira—Então a dignidade da Parahyba não soffreu nenhum arranhão ?

O Sr. Coelho Lisboa –E' isto, Sr. Presidente, que venho dizer ao Senado, si V. Ex. mo permitte, o povo de meu estado protesta contra a oligarchia.

O Sr. Presidente—V. Ex. está com a palavra e a Mesa não tem absolutamente o intento de tolher a liberdade do honrado Senador.

O Sr. Coelho Lisboa—Pouco tempo antes, um telegramma do Estado era redigido nos seguintes termos.

Esse telegramma era assignado pelo Dr. Affonso Costa, advogado notavel em Campina Grande, filho de familia poderosa em politica:

> « Campina Grande, 8—Redacção *Estado*—Meu pae e sua familia na sua fazenda de Muribeca foram atacados hontem. Fizeram grandes estragos na alludida propriedade, levando joias e todo dinheiro encontrado.

Meu pae foi intimado a sahir em 24 horas, sob pena de soffrer novo assalto. Diversos moradores foram espancados. Pedi providencias ao presidente do Estado.»

Teixeira sente a retirada de familias inteiras, que vão a Pernambuco pedir protecção contra as autoridades e seus capangas. Campina Grande no centro da cidade é atacada desta fórma e não se tomou uma providencia, até hoje contra os bandidos que atacaram aquelle chefe politico da opposição.

Misericordia e Catolé do Rocha estão sob a pressão dos assassinos! Imaculada foi completamente destruida!

Mas um dos telegrammas ultimamente chegados diz que nessa sonspiração é cumplice eminente politico. Não sei quem possa ter esse eminente politico, cumplice em uma tal conspiração; mas venho dizer ao Senado: não ha ninguem capaz de urdir contra a vida de monsenhor Walfredo Leal. Si houver uma revolução na Parahyba, será uma revolução digna daquelle povo. Si houver uma revolução na Parahyba do Norte para levantar o povo contra a quadrilha que nos explora, estarei á frente dessa revolução, como cidadão brazileiro e parahybano, que sou, mas será uma revolução com toda a nobreza digna do povo parahybano; será uma revolução em que os nossos vaqueiros, sublimes pela bravura, que hoje morrem de fome e sede pelo interior do Estado, descerão com seus chicotes, suas *ligeiras*, para zurzir as faces da quadrilha que occupa o governo da Parahyba. E' assim, seguindo as lições do grande mestre, que se ha de repellir essa oligarchia, lavando a affronta que n'ella é hoje lançada á Parahyba do Norte.

Sessão de 29 de setembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, voltou ao Senado, fallou hontem nesta Casa o meu companheiro de bancada, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Senador Alvaro Machado.

Correrá amanhã na Parahyba do Norte um pleito eleitoral ; a opposição arregimentada em torno do nome de um parahybano distinctissimo, o Dr. João Maximiano de Figueiredo, que, alheio ás lutas partidarias, pôde unificar as opposições á oligarchia, vae obrigar o governo do Estado a fazer eleições.

O Sr. Meira e Sá—O outro competidor não é menos distincto.

O Sr. Coelho Lisboa—Acho gratuito o aparte do meu honrado co-estaduano, representante do Rio Grande do Norte ; não neguei distincção ao candidato do Governo; trato de um assumpto especial —a unificação das opposições do nosso Estado. Como V. Ex., faço justiça ao candidato da oligarchia. Si V. Ex. quer acceitar uma discussão franca sobre a oligarchia na nossa terra natal, eu a proponho com muito prazer.

O Sr. A. Azeredo — Elle tambem acceita, mas é sobre a do Rio Grande do Norte.

O Sr. Meira e Sá — Então eu estou inhibido de dar apartes ? O meu aparte era justo.

O Sr. Coelho Lisboa — Já por mais de uma vez tenho estranhado os apartes aggressivos do meu illustre co-estaduano, representante do Estado visinho, já de combinação com S. Ex. fizemos retirar apartes de discurso nesta Casa.

O Sr. Meira e Sá — Que tem de aggressivo o meu aparte ?

O Sr. Coelho Lisboa — Eu disse que este era gratuito ; aquelle a que eu me refiro era aggressivo.

Sr. Presidente, em defesa do povo parahybano, em defesa de meu Estado, em defesa da Republica, a que dediquei todos os esforços da minha vida, eu não temo enfrentrar quem quer que seja, porque as tradições que trago na historia do meu paiz se inpõem a toda a critica, porque as posições que costumo enfrentar na sociedade são firmes.

Dizia eu, que o meu companheiro de bancada, fugido das sessões do Senado ; approximando-se desta Casa sómente nas quintas-feiras, quando traz á Commissão de Finanças algum pequeno parecer, entrando no recinto do Senado quando *a ordem do dia* já lhe garante que eu não poderei mais pedir a palavra, facto este que me obrigou, da ultima vez que vim á tribuna, a pedir a palavra para uma explicação pessoal, isto por S. Ex. ter fugido vergonhosamente do recinto quando eu pedi a palavra no expediente, o que fiz para

forçar S. Ex. a ouvir-me, obrigando-o a concordar commigo em que a Parahyba do Norte é hoje explorada por uma quadrilha !... dizia eu que S. Ex., com o seu silencio, não contestando a minha affirmativa, concordava commigo a respeito das ladroeiras de que é accusado. Quem cala consente.

Assim, Sr. Presidente, o chefe apparente da oligarchia da Parahyba do Norte fallou ! Aproveitando o momento em que affazeres politicos me retardavam o passo para o Senado, S. Ex. fallou ! Os meus amigos, que fui encontrando ao approximar-me desta Casa, diziam-me a rir:—«O Alvaro fallou !» Outros: — «Ora ! não vieste a tempo ! *o Alvaro explanou os negocios da Parahyba* ! ». Outros concluindo, a rir ainda: accrescentavam e *cabalmente* ! » Ainda outros : —« *O Alvaro discutiu todos os assumptos, defendeu-se provando que a Parahyba do Norte não è uma oligarchia.*»

Tive, Sr. Presidente, uma ligeira duvida com isto, mas qual não foi a minha tristeza, quando vim a convencer-me de que se tratava mesmo de uma jocosidade ?!

S. Ex. tinha fallado, não sobre assumptos parahybanos, não sobre a politica que apparentemente dirige, não sobre a crise que ameaça o povo parahybano, mas sobre os *diaristas da Imprensa Nacional*, que não precisavam da defesa de S. Ex., que teem a sympathia de todo o Senado.

Sr. Presidente, tenho deante de mim *A União*, jornal que sustenta a politica situacionista da Parahyba Norte, jornal do governo, que S. Ex. diz seu. *A União*, no seu editorial, annuncia a crise no Estado. — *Accentua-se a Crise*, — é o titulo do artigo de fundo d'*A União*, de 13 de setembro, do jornal que se tornou o thermometro do governo da Parahyba Norte.

Era muito natural, que sobre este assumpto, qu e sobre a crise no nosso Estado commum, viesse S. Ex. occupar a attenção do Senado ; era muito natural que a calamidade da secca que assola os sertões do Norte, victimando os parahybanos, filhos das mais distinctas familias brazileiras, occupasse a attenção do Senado pela palavra de S. Ex. Mas não,! S. Ex. fallou sobre um assumpto secundario, para poder telegraphar para o Estado, dizendo: «O Senador Alvaro Machado fez um brilhante discurso no Senado», isto para que os eleitores pudessem saber que S. Ex· estava desaffogado.

E porque digo eu isto ? Digo porque a politica brazileira vae retrogradando de tal fórma, que ha *chefetes politicos*, que só podem figurar em direcção de part dos por meio de fogos de artificio.

Não é muito, quando já mandamos vir da Inglaterra artistas eximios para ensinar aos nossos fogueteiros e... a esses politicos como devem fingir o seu prestigio nos Estados que representam.

A's quintas-feiras, vesperas de vaporas para o norte, vae S. Ex. a palacio, áquellas palestras, onde, todos nós sabemos, não se póde tratar de assumptos politicos, e passa um telegramma para *A União*: «*O Senador Alvaro Machado esteve em longa conferencia com o Presidente da Republica sobre negocios da Parahyba.*»

Estes telegrammas, que S. Ex., correspondente d'*A União*, remette e *A União* publica, dão ao Sr. Presidente da Republica uma certa cumplicidade, que S. Ex. *não sei si merece*, na oligarchia da Parahyba.

Tudo se sacrifica para a ostentação de um prestigio, que se não possue aqui, para ter força perante o eleitorado.

Mas aqui tenho dous telegrammas celebres, que o Senado póde examinar e ficam nos *Annaes* ! sendo registrado assim o modo por que se faz politica nesta primeira phase da Republica, — *phase Conselheiro Affonso Penna* —.

Ha dias o illustre Senador pela Bahia, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Severino Vieira, fizera um discurso a respeito de negocios do Ministerio da Viação. A' meia noute, sahindo eu de uma reunião de parahybanos, soube que o Senador Alvaro Machado tinha ido ao Ministro da Viação offerecer-se para defendel-o, e este lhe dissera não precisava de defesa ; pediu mesmo assim S. Ex. que o ministro lhe fornecesse elementos para defendel-o. E quem fazia isto era o Sr. Senador Alvaro Machado, que, no anno passado e até ha bem pouco tempo, antes de ao Dr. Miguel Calmon ser levado por um ex-adversario seu rancoroso, que trahiu os seus amigos e da opposição desertou para a oligarchia, Sr. Semeão Leal, a todo o muudo declarava que só tinha queixas a fazer daquelle illustre serventuario, quanta baixeza de caracter.

Sabendo disto, vim para o Senado, no dia seguinte, disposto a desmanchar o fogo de artificio, e, quando S. Ex. fallava, dei-lhe dous ou tres apartes que o desnortearam, e... S. Ex. sentou-se desalentado, como todo o Senado testemunhou.

A União publicou no dia seguinte este telegramma: *(lendo)*

> « Senador Alvaro Machado, em bello discurso respondeu ás accusações feitas pelo Senador Severino Vieira pela falta de representação do Brazil na Exposição de Borracha em Londres, provando não termos sido convidados, mas que o Dr. Paula Ramos está incumbido de acompanhar os trabalhos. »

Este telegramma é redigido e despachado por este chefete politico mesmo, ás ordens hoje de Venancio Neiva, no meu Estado.

Eis porque ha poucos dias aparteei o honrado Senador pela Bahia, dizendo que S. Ex. teria *resposta cabal*, porque já havia chegado ao Senado *o advogado constituido* pelo Sr. Ministro da Viação. Era o Sr. Alvaro Machado, que andara a mostrar a collegas e á imprensa uma carta, que, a seu pedido, lhe dirigira o Ministro d'aquella pasta para defendel-o em questão em que o proprio Ministro declarara positivamente ao mesmo Sr. Senador que não precisava de defeza. E' assim que se faz politica hoje nesta denaturada Republica de filhotes.

Ainda mais, o Senador Alvaro Machado, que ultimamente faz cabedal do seu papel de advogado do Ministro da Viação, estava presente, por acaso, naquelle Ministerio quando se assignou o contracto do porto de Pernambuco.

Convidado, como todas as pessoas presentes, para assignar aquelle contracto, por mera delicadeza do Sr. Ministro, contracto que aquelle Senador assignou depois de diversos não representantes da Nação, depois do Sr. Julio Pimentel, nosso patricio, Alvaro Machado telegraphou para a Parahyba, dizendo:

> « Revestiu-se de muita solemnidade a assignatura hontem do contracto das obras do porto do Recife. O Dr. Alvaro Machado esteve presente, a convite do Dr. Miguel Calmon, offerecendo este rica caneta de ouro para assignatura. A representação pernambucana offereceu dita caneta ao Instituto Archeologico de Pernambuco.»

A representação de Pernambuco, portanto, pegou desta caneta que o Ministro da Viação *offereceu* ao Sr. Senador Alvaro Machado e, com uma *distinção especialissima*, a offereceu ao Instituto Archeologico de Pernambuco.

Quanta honra para S. Ex. ! Esta caneta de ouro foi especialmente coffrecida... *sómente para S. Ex. o Sr. Senador Alvaro Machado*!...

Aqui está o telegramma transmittido pelo Sr. Alvaro Machado e publicado n'*A União*, orgão do partido, jornal de que é S. Ex. correspondente.

Ora, Sr. Presidente, isto não é serio ! positivamente não é serio ! Do Estado chegam diariamente para todos os jornaes da Capital da Republica telegrammas communicando a pressão do governo na eleição que se vae realizar amanhã.

O Seculo de hontem diz : (*lendo*)

> « PARAHYBA, 27—O presidente do Estado tem mandado chamar em casa innumeros eleitores, intimando-os a não votarem com a opposição e tudo lhes promettendo.
>
> Um dos chefes de importante armazem de fazendas recebeu ordem do governo para fornecer tudo ao eleitor necessitado.
>
> E' grande aqui o temor de se ser opposicionista ostensivo.
>
> Si não houvesse tamanha pressão, certo é que o Dr. João Maximiano Figueiredo obteria grande maioria.
>
> Nota-se extraordinario constrangimento politico. »

Esse representante do jornal, muito conhecido, como tenho dito aqui da tribuna, é amigo do monsenhor Walfredo Leal mas é possivel que a pressão eleitoral seja tão extraordinaria, que esse homem communique taes acontecimentos, em vespera de eleições, sem procurar defender um amigo, que até hontem ostensivamente defendia?

A crise por que passa presentemente a Parahyba devia occupar o pensamento do sr. Senador, a que me refiro ; entretanto, quando vae começar a segunda oligarchia na Parahyba do Norte, caracterizada na successão de irmão por irmão, porquanto a 22 de outubro findao periodo governamental Alvaro Machado e começa o periodo governamental João Machado, tendo Alvaro Machado resignado o cargo de governador estadual, para se fazer eleger Senador e vir occupar a commoda *fauteuil*, desta Casa; neste momento em que se caracteriza uma phase dolorosa para o povo parahybano, contra a qual se vae manifestar nas urnas a grande opposição nobre e corajosa em todo o Estado, o Senador Alvaro Machado vem ao Senado para fazer um discursosinho, defendendo os diaristas, e depois telegraphar para o Estado. Mas telegrapha o que, Sr. Presidente, em vesperas de eleição ? ! Si S. Ex. não respondendo ao honrado Senador pela Bahia, o Sr. Severino Vieira, porque S. Ex. não acabou o discurso que ia fazer, sendo interrompido, como foi, pela energia dos meus apartes? O telegramma de S. Ex. á *A União*, diz :

« O Senador Alvaro Machado pronunciou um bello discurso, respondeu !... etc. etc.»

S. Ex. fallou hontem ! mas fallou aproveitando a minha ausencia !

Imagino o que S. Ex. terá dito para o Estado, em vesperas de eleições ! «*Todo o Senado se commoveu deante da eloquencia do Sena-*

dor Alvaro Machado. S. Ex. jogou com algarismos !!! etc., etc.» Não é para admirar, pois isso é tão facil para S. Ex. jogar com algarismos !... Em proveito proprio !

S. Ex. jogou com algarismos arredondando uma conta em assumptos de funccionarismo publico, e tratando-se de numeros inteiros, desprezou nesses numeros 375 operarios ! nada menos !

Esse modo pratico de arredondar contas foi o que S. Ex. teve no governo da Parahyba do Norte.

Admiro que S. Ex. que joga tão bem com algarismos para defender uma causa não atacada, não se lembrasse de vir jogar com algarismos, para defender-se das accusações vehementes que se teem levantado contra o ex-chefe activo da politia da Parahyba do Norte no jornalismo do meu Estado e que tenho trazido á tribuna do Senado.

Espero, Sr. Presidente, que amanhã, ... S. Ex. fallará porque S. Ex. hoje não veio, até agora ! sabia que eu estaria no meu posto de honra, para lhe pedir contas da gestão dos publicos negocios da Paragyba do Norte, do desvio para si ou para outrem de 2.400 contos de reis — não veio, mas talvez venha mais tarde, por occasião de annunciada a *ordem do dia*, furtivamente se approximando do Senado, para figurar na lista dos presentes—eu espero que amanhã...

O Sr. Presidente— Peço licença para chamar a attenção de V. Ex. para o art. 34 do Regimento.

O Sr. Coelho Lisboa — Não sei porque.

O Sr. Presidente — Porque V. Ex. está se referindo a um collega em termos que eu pediria não insistisse.

O Sr. Coelho Lisboa — V. Ex. naturalmente ouvio mal.

O Sr. Presidente — O art. 34 do Regimento...

O Sr. Coelho Lisboa — Dispenso a leitura deste artigo, porque já o conheço demais, é um artigo muito estreito, e que bem caracterisa os tempos que atravessamos.

V. Ex. me poderia fazer a fineza de informar-me quaes os termos por mim pronunciados infringentes do Regimento ? (*Pausa*),

E note V. Ex. que eu faço uma distincção. Quando fallo em Alvaro Machado, não me estou referindo ao Senador Alvaro Machado, e sim ao supposto chefe da politica do meu Estado, porque eu sei perfeitamente que o Regimento determina que, quando qualquer Senador se refira a um collega, use das formulas : *o honrado Senador pela Parahyba do Norte*, *o honrado Senador por Minas Geraes*, *o honrado Senador*, *cujo nome peço licença para declinar*. Portanto, fica estabelecido que, quando eu fallo em Alvaro Machado, quero me referir ao chefete da política da Parahyba do Norte, e não a um dos membros desta alta Camara, que abandona a sua defesa em materia de honra !!!

Assim pois, continuando, venho dizer ao Senado que essa politica que S. Ex. pensa empolgar, levando a effeito a realização de uma operação financeira, que fez a assembléa do Estado autorizar ao *soba* seu irmão, o novo presidente, S. Ex. não conseguirá levar a termo, S. Ex. não fará o emprestimo, porque em defeza dos creditos do Estado e do futuro do povo parahybano, que vem soffrendo, de crise em crise, os effeitos das calamidades das seccas, e dos governos aladroados, eu não consentirei que nas praças do Rio

de Janeiro, de Paris ou de Londres o Estado contraia uma divida de *dous mil contos* para que o Sr. Senador Alvaro Machado arredonde a sua fortuna !

Não, Sr. Presidente.

Eu estive ao lado do Sr. Alvaro Machado, durante 17 annos, e posso garantir á V. Ex. e ao paiz que, então, S. Ex. sempre se oppoz a que o Estado contrahisse emprestimos externos.

Quando o desembargador José Peregrino foi eleito presidente do Estado, encontrando as finanças em pessimas condições, consultou ao então chefe da politica sobre si podia fazer um emprestimo externo de mil contos. O Senador Alvaro Machado, para que eu conhecesse o seu modo de pensar a tal respeito, procedeu á leitura de cartas recebidas e cópias de cartas em resposta áquelle desembargador, nas quaes repellia a idéa de emprestimos. E, recordo-me bem, S. Ex. se gabava sempre de que o Estado da Parahyba do Norte não tinha emprestimo externo, e accressentava : é isso devido á mim.

Quando se tratava de outros Estados que sentem o peso de emprestimos externos, S. Ex, dizia : — Felizmente, graças a mim, o nosso Estado não tem divida externa !

Mas, Sr. Presidente, desde que se tratou da eleição de seu irmão a presidente do Estado, ao sobato de meu Estado ! S. Ex esqueceu todo seu passado e fez com que a Assembléa Estadual votasse uma autorização ao presidente para levantar um emprestimo de dous mil contos o que será um conto do vigario.

E' contra essa tentativa de emprestimo, que ora me bato, e a sua marcha eu me proponho acompanhar, sendo este o meu primeiro protesto ! e desta forma, no momento em que as praças do Amazonas e Pará fazem representações ao Congresso contra a crise que avassala o commercio naquellas duas metropoles, que gozam as vantagens de um dos tres monopolios o mundo — dous dos quaes pertencem ao Brasil — o da borracha no extremo norte e o do café no sul — neste momento em que as praças de Manáos e Belém sentem os effeitos dos grandes emprestimos, que contrahiram, não consentirei que, fundada a oligarchia no meu Estado, Alvaro Machado faça esse emprestimo que será a morte moral da Parahyba do Norte. Emquanto tiver forças hei de clamar contra essa transacção vergonhosa, tentada para sustentar o *soba* João Machado e para Alvaro Machado ir visitar a Europa, pela primeira vez, explorando a Parahyba do Norte, como uma fazenda. Antes de ver isso, baterme-hei em campo aberto contra um tão vergonhoso lance, contra os gatunos oligarchas ! bater-me-hei em companhia dos meus patricios, em defeza da Parahyba, de seu credito, honra e liberdade.

Sessão de 22 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, acabo de ouvir a leitura feita pelo Sr. 2º Secretario da redacção final das emendas do Senado ao orçamento da receita.

Essa leitura foi para mim uma surpresa, porquanto, sendo membro da Commissão de Redacção das Leis, não assignei o parecer e estava ainda procedendo a um estudo do seu esboço porque, logo a principio, vi que havia engano nesse esboço, achando-se diversas emendas mal redigidas.

Foi para mim, repito, uma surpresa a leitura da redacção final das emendas áquelle orçamento, porque o Regimento, no art. 59, diz o seguinte (*lendo*):

« As Commissões se reunirão em salas do edificio do Senado, já quando os seus membros o entenderem necessario, já nos dias estabelecidos, ou quando fôrem convocadas, com antecedencia pelo menos de 24 horas, indicados o dia, a hora e o fim.»

Sei, Sr. Presidente, que quando se tem de dar um parecer sobre o qual não haja duvida, é costume facilitar este processo, assignando-se o parecer até no recinto do Senado. Mas, quando se trata de um parecer da importancia deste que acaba de ser lido, não comprehendo por que os meus nobres companheiros de Commissão se apressaram, por esta forma, em apresental-o, sems e lembrarem de que não foi convocada a reunião da Commissão, nos termos do Regimento, o que lhes poderia dar razão para a exclusão permeditada da minha assignatura.

Peço a V. Ex. que, em obediencia ao Regimento, me mande entregar esse parecer, para eu completar o meu estudo e dar-lhe a minha assignatura, si com elle concordar.

Sessão de 22 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — O honrado Senador que acaba de fallar, não tendo defesa para seu acto caprichoso...

O Sr. Oliveira Valladão — O capricho é de V. Ex., que quer impôr sua vontade ao Senado.

O Sr. Coelho Lisboa —...da apresentação deste parecer, fóra do regimento, contra o qual protestei, S. Ex. trouxe ao Senado uma troca de phrases de intimidade...

O Sr. Oliveira Valladão — Mas o facto é este.

O Sr. Coelho Lisboa — ... diante das quaes eu não recuo, como não recuo diante de acto algum de minha vida.

O Sr. Oliveira Valladão — Faz muito bem, está no seu direito.

O Sr. Coelho Lisboa — Venho, portanto, contar não só ao Senado, mas ao Brazil inteiro, os motivos do meu procedimento.

Ha dois mezes, Sr. Presidente, imploro da Commissão de Finanças desta alta Casa parecer sobre o projecto que apresentei ao Senado, providenciando para a reorganização dos serviços contra as sêccas do Norte, de fórma a continuar o Governo a beneficiar, desenvolvendo os respectivos serviços, os campos em que, presentemente, centenas de brazileiros morrem de fome e sede.

O meu projecto teve parecer favoravel da Commissão de Obras Publicas, teve voto favoravel na Commissão de Finanças, o do honrado Senador por Goyaz, cu o nome peço licença para declinar, o Sr. Joaquim de Souza, seu relator.

Reunida a Commissão, Sr. Presidente, um dos tentaculos do polvo do Cattete, aquelle que está destendido sobre o Senado representando o Sr. Affonso Penna por laços de bi-cunhadio, o Sr. Feliciano Penna, mandou que fosse publicado o voto do Sr. Joaquim de Souza para... estudo!

Foi impresso aquelle voto, foi distribuido pelos Srs. membros da Commissão de Finanças.

Ha mais de mez, não tenho podido conseguir o estudo da illustre Commissão de Finanças, a respeito do projecto sobre as seccas do Norte.

Sendo todos os membros daquella Commissão favoraveis ao meu projecto, dizendo o Sr. Urbano Santos, cujo nome peço licença para declinar, que o votára tal qual; o Sr. Lauro Müller, que elle é complementar do seu plano, pois foi S. Ex. quem tornou aquelle serviço effectivo, — as obras contra os effeitos das seccas no norte — sendo o meu caro chefe general Francisco Glycerio favoravel ao

projecto, bem como o emerito republicano Sr. Joaquim Murtinho e o meu distincto collega, o Sr. Francisco Sá. O venerando Sr. Gomes de Castro, tudo me faz crer, seria tambem a favor das vitimas da secca; o meu projecto teria portanto unanimidade.

Eu disse ao meu illustre companheiro da Commissão de Redacção das Leis: vou reduzir o meu projecto sobre os *serviços conta as seccas do norte* á emenda ao Orçamento da Industria, Viação e Obras Publicas. Espero que ella seja approvada pelo Senado, em 1ª e 2ª discussões das emendas

O Presidente da Republica, o Conselheiro Affonso Penna desviou a verba—Soccorros Publicos — que devia levar o pão aos famintos, agua aos sedentos dos campos dos sertões do norte, para a Exposição, onde fazia a sua exhibição diaria, naquella *Cidade da Luz*.

Disse eu a alguns dos meus collegas que isto era uma *nota negra*, desta Republica desgraçada, que expõe pelas noticias e pelos telegrammas do norte, ao estrangeiro, o estado dos infelizes e nobres sertanejos dos seis Estados do norte, que morrem de fome e sede emquanto os filhotes que empolgam os poderes na Capital da Republica, banqueteiam-se na exposição nacional dos nossos productos, exposição da qual não constam dos jornaes os grandes desenvolvimentos do Brazil, mas sómente as noticias das festas presididas, por S. Ex. o Sr. conselheiro Affonso Penna.

Eu o vi, Sr. Presidente, saltitante, naquelles bellos palacetes, de pavilhão em pavilhão, de viveiro em viveiro, agitando com a mão direita as azas leves do seu *pince-nez*, e com a esquerda a empunhar o chapéo de sol criminoso, com que insultara a Republica no berço, o bravo exercito brazileiro e a gloriosa armada nacional! Eu o vi, saltitante de palacete em palacete, a presidir as aberturas dos pavilhões, cada um por sua vez, com a sua vaidade empavonada, cheio de si, sem se lembrar de que parahybanos, pernambucanos, cearenses, riograndenses do norte piauhyenses, morrem de fome, por falta deste projecto bemfazejo, que fará do norte um jardim, que dará valor ás terras e aos nossos productos, e que apresentará o Brazil, dentro de 10 ou 15 annos, como um paiz fantastico de grandeza e progresso.

Já demonstrei desta tribuna como alguns Estados da Republica dos Estados Unidos da America do Norte, que eram estereis, nada produziam, estão hoje valorizados e são grandes factores do progresso nacional americano. Elles melhoraram de condições por não terem na Commissão de Finanças do Senado Americano um bi-cunhado do Presidente da Republica, como um factor negativo, como se vê na opposição do Sr Fellciano Penna ao projecto contra os effeitos da secca, para só deixar passar o que for favoravel ás negociatas como as da Muzambinho ou favores a parentes e amigos mineiros.

O Sr. Francisco Sá—E' uma injustiça de V. Ex.

O Sr. Coelho Lisboa—Perdoe-me; foi V.Ex. mesmo quem protestou contra a transacção da Muzambinho.

O Sr. Francisco Sá—Mas o Sr. Senador Feliciano Penna não tem nisso a menor intervenção.

O Sr. Coelho Lisboa — Quando V. Ex. fallou aqui elle ficou irritadissimo !... mal se contendo quando V. Ex. descreveu as desvantagens da celebre transacção da Muzambinho, cujo pagamento

não foi feito em apolices, como estava ajustado, mas em dinheiro de contado ; e a autorização para a compra... S. Ex. se oppoz a tal autorização na referida Commissão de Finanças?!

O Sr. Francisco Sa' dá um aparte.

O Sr. Coelho Lisboa—Isto é outra cousa ; mas o facto é que na Commissão de Finanças só passa aquillo que o Sr. Feliciano Penna diz que póde passar.

Um Sr. Senador—Não apoiado.

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, em defesa daquelles que soffrem fome; em defesa das familias dos nortistas, cujas crianças balbuciam ao expirar estas simples palavras: « agua ! pão ! »; em defesa daquelles paes, cujos corações se ralam deante das scenas terriveis a que assistem, vendo esposas e filhos contorcendo-se nos paroxismos da morte, minados pela fome, devorados pela sêde; em nome, Sr. Presidente, desses interesses sacrosantos e em defesa desses direitos inilludiveis, foi que, na vespera da abertura daquella—*Cidade Luz*—em que se transformou a Exposição Nacional, eu lembrei, amigavelmente, desta tribuna ao Sr. Conselhero Affonso Penna, que quando inaugurasse aquelle certamen não se esquecesse de que os sertanejos do norte, de que familias poderosas, ricas e nobres, de que familias pobres, que para mim teem mais direitos ainda do que aquellas, morriam abandonados pelo Governo, na aridez daquelles campos resequidos pelo Sol do Equador.

Eu o lembrei, e S.Ex., quando lhe fallei a respeito do meu projecto, disse-me : «li as suas referencias.»

Pois bem, Sr. Presidente, foi aberta a Exposição e até hoje, quando eu esperava pela verba para soccorrer os parahybanos, os rio-grandenses do Norte e os cearenses, verifiquei, triste desillusão ! — que até a verba que deveria ser aberta para se fazer o prolongamento de diversas estradas, entre ellas a de Campina a Taperoá, era por S. Ex., desviada para ser consumida na Exposição, onde S. Ex., preoccupado com as oligarchias, que está fundando no paiz e com a oligarchia geral do Cattete, exhibia toda a vaidade da sua emfezada pessoa.

Eis porque, Sr. Presidente, dando arrhas ao sentimentalismo natural, que deve haver no recinto desta alta Casa do Congresso, eu disse ao meu distincto collega :

« Eu espero que a minha emenda ao orçamento da Industria Viação Obras Publicas seja approvada.

Sei que se quer impedir a apresentação de emendas a esse orçamento da Viação ; mas eu protestarei contra esse crime, o de encerrar-se a discussão de um orçamento sem emendas ; e, em nome dos principios republicanos, em nome dos sagrados sentimentos de humanidade, em nome da moral, em nome da Republica, eu peço ao Senado que approve a emenda que vou apresentar ao orçamento da Industria, Viação e Obras Publicas, a proposito das seccas do Norte.»

O Sr. Victorino Monteiro — O Governo já contractou tres estradas de ferro: na Bahia, no Maranhão e no Rio Grande do Norte.

O Sr. Coelho Lisboa—Eu me refiro aos serviços constantes do meu projecto.

Por isso, estudando as emendas e vendo o esboço do parecer que me apresentaram, comprehendi á primeira vista que estava tudo errado.

A' V. Ex., que é o Presidente da Mesa, eu entrego o cumprimento do Regimento em relação a esta questão.

(*) Numeros do art. 16 do Orçamento da Industria, Viação e Obras Publicas em que se transformou a emenda a que se refere o orador

XLII. A desenvolver e systematizar os serviços contra os effeitos da secca nos Estados de Pernambuco, Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Piauhy e Alagôas, mandando proceder a estudos topographicos e geologicos em toda a zona comprehendida entre o primeiro e o ultimo destes Estados, para locar e construir açudes, perfurar poços, fazer barragens submersas e bem assim experimentar as culturas que mais convenham a cada zona e intentar pesquizas para a conservação dos cereaes e forragens alli colhidos.

XLIII. A multiplicar os observatorios meteorologicos no interior daquelles e de outros Estados e concentrar os estudos das observações feitas em uma repartição especial para a deducção das leis que regem os phenomenos observados e sua previsão.

a) todos os serviços technicos devem se achar subordinados a uma direcção geral, que lhes dê unidade, para melhor garantia de sua efficacia e economia.

b) planejadas as obras, o Governo determinará a sua construcção, quando ellas tenham de attender a interesse collectivo, ou auxiliará ao particular para sua construcção, si só a elle aproveitar.

c) este auxilio para as obras particulares deve em geral ser de ordem technica e, si for pecuniario, nunca deverá exceder de um terço do orçamento feito, mediante condições estipuladas.

d) O Presidente da Republica abrirá annualmente os creditos necessarios para attender a esse serviço até ao maximo de 1.000:000$ para cada um dos Estados comprehendidos na zona arida, a que se refere este numero.

(*) Com a execução destes numeros do art. 16 do Orçamento da Industria Viação e Obras Publicas, que deverá ser conservado nos futuros orçamentos, estará resolvido o problema urgente das — *Secc as do Norte*.

N. do A.

CLERICALISMO

(QUESTÃO DA BANDEIRA NA CANDELARIA)

Sessão de 29 de julho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, um facto gravissimo acaba de abalar o espirito publico brazileiro na Capital da Republica.

Os jornaes da tarde noticiaram hontem um insulto á bandeira nacional por ordem do Sr. cardeal Arcoverde, principe da Igreja de Roma, residente na Republica Brazileira.

O Sr. A. Azeredo—Acredito que não seja verdadeira a noticia.

O Sr. Coelho Lisboa — Os jornaes da manhã, de hoje, confirmam o facto.

O Sr. A. Azeredo—Ao contrario: o *Correio da Manhã* contesta.

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, o facto é da natureza daquelles que, ferindo a Republica no coração, não admitte delongas na provocação de uma satisfação completa.

O Sr. Francisco Sá—Si o facto fosse verdadeiro. Evidentemente, porém, não póde ser verdadeiro.

O Sr. A. Azeredo—Apoiado. Seria absurdo.

O Sr. Francisco Glycerio—Mas teria sido prudente que por parte da pessoa competente tivesse havido contestação.

O facto é, como bem disse o Sr. Senador pela Parahyba, gravissimo.

O Sr. A. Azeredo—Sel-o-hia si fosse verdadeiro.

O Sr. Francisco Sá — Não bastam as noticias dos jornaes para dar ao facto o caracter de verdadeiro.

O Sr. Coelho Lisboa — Temos o testemunho de toda a imprensa. Podem querer dar-lhe hoje uma outra côr para uma resolução posterior, mas não se venha negar o facto noticiado por toda a imprensa. Procurem tirar, si quizerem, a responsabilidade deste ou daquelle, para provar mais uma vez que todos os acontecimentos brazileiros se resolvem com *pannos mornos*, mas não nos esqueçamos que grande perigo ameaça a marcha da Republica. (*Apoiados.*)

Sr. Presidente, para responder ao *aparte* do honrado representante de Matto Grosso, que lançou uma duvida sobre o que a imprensa do Rio de Janeiro noticiou hontem e hoje, lembrarei á S.Ex. que, quando occupava hontem a tribuna, discutindo o caso do Rio de Janeiro, indo buscar autoridade no Mexico para reforçar os seus argumentos, eu aparteei a S. Ex., dizendo: «Ainda não estamos em caminho do Mexico! estamos ainda em caminho do Perú! da Bolivia! do Equador! estamos ainda em caminho da Colombia, que já

perdeu um pedaço do seu territorio! estamos em caminho da Venezuela, qne ha dous annos luta pela sua liberdade; estamos em caminho das Republicas da America Central! é a degenerescencia politica, porque no tempo do Imperio a cada passo se nos dizia a nós outros, os propagandistas da Republica: «Que quereis? Quereis seguir as Republiquetas do Prata?» E por nós respondia o grande vulto da propaganda, que se chama Quintino Bocayuva: — «As Republicas do Prata progridem; Buenos Aires levanta a sua cabeça, altiva para dominar a politica sul-americana. Sigamos o seu exemplo».

Hoje, a Republica Brazileira retrograda, não para a politica das Republicas do Prata, que se nobilitam, mas para as politicas das Republicas do Pacifico, das republiquetas da America Central.

E' o clericalismo que nos ameaça; o clericalismo que dominou e retardou o progresso daquellas republicas! Teremos dentro em breve *Gusman Blanco* e *Palacios*. E' a guerra religiosa que nos ameaça.

Sr. Presidente! Si os pequenos Estados estão ameaçados, anniquilados pelas oligarchias, os grandes Estados estão contaminados pelo beatismo! Esta é a lepra que corróe o organismo da Republica.

O clericalismo coleia nos grandes Estados e vae em marcha do Cattete! Esta é a verdade, terrivel! mas é a verdade.

Ahi está a insolencia do clericalismo insultando o pavilhão da Republica! E' um facto! Não se póde contestar.

Emquanto o Senado da Republica Brazileira discutia hontem meandros de violabilidade constitucional, distinguindo o que é violação da Constituição Federal, do que é violação da constituição estadual!... Emquanto o Senado da Republica procurava meios-termos para occultar o estado de degenerescencia e de decomposição da politica republicana, o generalissimo do exercito negro, o cardeal Arcoverde, mandava, suppondo já chegada a occasião para o ataque, insultar o pavilhão da Republica.

Sim, Sr. Presidente, esse facto me lembra Byzancio! Constantino XIII, dirigindo o Imperio Romano, preoccupa-se com as discussões bysantinas, discutia-se a *insexualidade dos anjos*, emquanto Mahomet II, com um exercito forte de 250 mil homens, cercava Constantinopla e lançava a bandeira do crescente sobre as torres dos seus castellos, e hasteava sobre as ameias derrocadas das muralhas de Stambul, a bandeira musulmana, que ainda hoje alli fluctua sobre os destroços do Imperio Romano.

O beatismo, que fermenta nos grandes Estados é a base fundamental de tudo isto! foi o incentivo ao insulto feito á bandeira republicana, na occasião solemne em que ella cobria o catafalco de um dos valentes soldados da armada, o aspirante Julio Cramer; a armada nacional está disposta a defender a dignidade da Patria! o exercito brazileiro está alerta!

Este insulto não póde ficar impune! Não fosse a confiança illimitada e a admiração que me merece o grande chanceller, que conidgnamente occupa a pasta do Exterior, influindo beneficamente na politica internacional sul-americana, presentemente, e eu remetteria á Mesa do Senado, um pedido de informações ao Governo, perguntando si as nossas relações com a Santa Sé persistem ou se foram rompidas, deante do insulto que ocardeal Arcoverde fez á bandeira brazileira.

Estou certo, Sr. Presidente, que a satisfação será dada.

Estou bem certo, Sr. Presidente, que será tamanha a satisfação a dar quamanha foi a affronta á dignidade da Patria, consubstanciada no symbolo sagrado das nossas liberdades.

Sr. Presidente, o exemplo nos dá o Papado mesmo.

Quando, em condições identicas, em 1077, o Imperador da Allemanha levantou-se contra o Papado, ferindo a dignidade daquelle Estado, então poderoso, Gregorio VII, exigiu do Imperador da Allemanha, uma satisfação completa, e Henrique IV marchou para Canozza, burgo italiano, onde foi curvar-se e beijar os pés do Papa.

Agora, Sr. Presidente, invertem-se os papeis.

E' o Cardeal Arcoverde, que deve relevantes serviços á Republica Brasileira, a qual o cumulou de honras, lhe deu forças ! e cuja delicadeza extrema se manifesta no modo por que é elle tratado pelo Governo, se traduz ainda no officio com que o Exm. Sr. Presidente da Republica hontem respondeu ao Congresso Catholico, officio no qual, por um requinte de delicadeza, e... carolismo dizia S. Ex. que só esperava que aquelle Congresso trabalhasse em *bem da Patria* ! E' sua Eminencia o Sr. Cardeal quem deve hoje desaffrontar a Nação, representada no seu pavilhão, hontem por seu vigario insultado !

E tudo isto, Sr. Presidente, eu comprehendo quanto deve magoar o coração generoso do extraordinario homem de estado, do grande chanceller, o Sr. Barão do Rio Branco.

Confiado na energia de S. Ex.. certo que temos á frente do Ministerio do Exterior um homem que sabe defender a dignidade do paiz, sento-me convencido de que esta affronta será condignamente reparada. (*Muito bem* ; *muito bem. O orador é cumprimentado por diversos Srs. Senadores.*)

Sessão de 31 de julho de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — O Senado ouviu a palavra autorizada do eminente chefe politico dos velhos tempos da propaganda, o Sr. General Francisco Glyserio, a respeito do acontecimento extraordinario que abalou o espirito publico uo Brazil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, porquanto já repercutin em diversas capitaes da Republica, onde *meetings* se succedem, para protestar contra a affronta irrogada ao pavilhão da nossa Patria na igreja da Candelaria, por ordem do Cardeal Joaquim Arcoverde.

Estava eu com a palavra para continuar a tratar do assumpto, quando vi com prazer o illustre chefe occupar a tribuna, para chamar a attenção do Governo para esse facto, que ha quatro dias paira em uma athmosphera saturada de electricidade, sacudindo o animo dos brazileiros, n'um protesto unisono, que a bella mocidade da capital da Republica levou á praça publica, pedindo ao Governo, por intermedio da imprensa, que não tergiverse um só momento em exigir do Sr. Cardeal uma publica e solemne satisfação ao povo brazileiro, affrontado pelo acontecimento que se deu na Candelaria.

Um inquerito policial abriu-se para investigar esse facto criminoso, a respeito de cuja natureza delictuosa ou não delictuosa dividem-se as opiniões. Eu tenho confiança na energia do meu Illustrado collega que se acha á frente da policia do Rio de Janeiro, e estou bem certo de que a estas horas o cardeal Arcoverde já terá sido intimado para prestar o seu depoimento na policia.

Não conheço, privilegios deante da Constituição da Republica. No tempo do Imperio, recorda-se o Senado, recorda-se o paiz inteiro, achando-se á frente do Ministerio do Imperio o grande brazileiro que escreveu com penna de ouro na historia da nossa Patria a libertação dos nascituros e a abolição geral da escravidão — o Conselhero João Alfredo— vimos que por desobediencia ao Governo Imperial dous bispos foràm processados, trazidos aos tribunaes, condemnados e presos em nossas fortalezas.

O Sr. Barata Ribeiro — Foi um abuso de força que, tenho esperança, na Republica não se reproduzirá.

O Sr. Coelho Lisboa — Hoje, em plena Republica o cardeal Joaquim Arcoverde manda insultar o pavilhão da Patria! o povo brazileiro não póde ficar por mais tempo sem uma desafronta condigna.

Meu honrado collega pelo Districto Federal critica o facto passado no Imperio, declarando que foi um abuso de força. Eu ouvirei depois a demonstração de S. Ex. de como se deu esse abuso de força, mas por hora lembrarei sómente que o proprio

papado resolveu a questão religiosa com o « *Gesta tua non laudantur* ! »

Não ficára sómente nos tribunaes a sancção do procedimento do nosso Poder Judiciario, apoiado pelo Governo do Imperio ; era o proprio Papado que baixara o seu *Gesta tua non laudantur*, reconhecendo por esta fórma a razão do nosso Governo !

O Sr. Coelho Campos dá um aparte.

O Sr. Coelho Lisboa—O vigario da Candelaria, comparecendo ao inquerito policial, declarou que tinha procedido por essa fórma com receio de que o Sr. cardeal o reprehendesse. *A Noticia*, de hontem, ennumerou diversos officios na Candelaria, onde figuraram a bandeira nacional, como sejam o por occasião da trasladação dos restos mortaes do legendario marechal Ozorio em 1893 para o sopé do seu monumento ; em 1895, na mesma igreja, foi depositado o corpo embalsamado do marechal Floriano Peixoto, envolto na bandeira nacional ; ha pouco tempo o mesmo se deu com os corpos dos almirantes Barroso e Saldanha.

As bandeiras franceza, italiana e portugueza figuraram nos funeraes de Sadi-Carnot, Humberto I e D. Carlos I, tudo isto após o decreto ecclesiastico, ora invocado, de 4 de abril de 1887.

Figurou o pavilhão brazileiro nas exequias das victimas da catastrophe do *Aquidaban*, e a esse vigario portuguez eu lembrarei que nas exequias realizadas ao Rei de Portugal, e principe D. Luiz, essa lei ecclesiastica lembrada á ultima hora, como pallida desculpa, não teve força para fazer afastar da Candelaria o pavilhão portuguez, que não póde ser posto em posição superior nem inferior ao pavilhão brazileiro no mundo internacional, maxime em territorio brazileiro, onde não existe um só ponto em que a bandeira nacional não possa ser hasteada. Aqui se vê a oppressão do clero brazileiro pelo clero adventicio, de importação, que se tem apossado de quasi todas as freguezias, esse bando de expulsos da França livre, pela energia de Combes, que forma o *exercito negro* de que o cardeal Arcoverde é o *generalissimo* e que suffoca o *clero brazileiro*, clero digno e benemerito, amigo da familia e da Patria, ornamento que foi e continúa a ser na historia brazileira, batendo-se pela liberdade.

Sr. Presidente, a guerra clerical, não nos enganemos, está declarada.

Quando isto acontecia, abalando o espirito publico por esta forma, emquanto eu da tribuna do Senado declarava a grande confiança que tenho na alta mentalidade que dirige a pasta do exterior, o Congresso Catholico, reunido á noite, ouvia do orador que primeiro teve occasião de fallar esta phrase caracteristica, verdadeiro cartel de desafio:

« *A Igreja de Roma é um exercito em campanha* ! Não temamos tempestades ! Tenhamos fé e teremos a victoria ! »

Que diria o *Cordeiro do Golgotha*, Christo, o meigo Jesus, que conviveu com os simples e os pequeninos, si ouvisse em seu nome ser apregoado *esse exercito em campanha* ?! ! ! Si ouvisse que a sua igreja era *defeza* á idéa da patria, symbolizada no pavilhão de uma nação, que alimenta os seus *discipulos* ?!

Evidentemente o orador alludia á aggressão que tinham mandado executar na Candelaria ao espirito republicano brazileiro, representado no nosso sagrado pavilhão, que dexe ser respeitado, que será respeitado dentro e fóra do paiz.

O Sr. Lauro Müller— O Congresso é presidido por um republicano.

O Sr. Coelho Lisboa— Não é republicano quem não respeita o pavilhão da patria republicana, não soube de protesto algum do presidente do Congresso Catholico contra aquelle acto.

O Sr. Severino Vieira— Genuino republicano; tão bom como V. Ex.; não se póde ser melhor.

O Sr. Coelho Lisboa— Sr. Presidente, eu tenho um espirito pacifista; dentro da Republica sou um espirito conservador.

O Sr. Barata Ribeiro— Não parece.

O Sr. Coelho Lisboa—Todos os meus actos têm sido no sentido da defeza da nossa Constituição, que é a garantia da Republica; e é justamente pelos continuos desrespeitos á Constituição da Republica que nós soffremos essa *suprema injuria*.

Sr. Presidente, ou nós temos relações com a Santa-Sé e o pavilhão brazileiro, em consequencia deste facto póde ser hasteado nas egrejas, ou não temos taes relações e a Constituição da Republica deve ser respeitada, a egreja está separada do Estado, mesmo assim não será vedada a entrada da bandeira brazileira nos templos catholico, porque não ha um só ponto do Brazil, onde o nosso pavilhão não possa ser asteado!

Em todo o caso lembrarei ao Sr. cardeal que o lemma *Ordem e Progresso* é uma aspiração universal! é uma aspiração nacional! é o lema da bandeira brazileira.

Mais, ainda Sr. Presidente, o lemma *Ordem e Progresso* está tambem no *dinheiro brazileiro* de que sua Eminencia é tão avido!

Si Sua Eminencia fitar bem o seu *chapéo cardinalicio* verá em seus tecidos, verá em suas borlas minusculos desenhos do lemma *Ordem e Progresso*.

Nos termos sybilinos em que o Cardeal Arcoverde mandou dizer á imprensa que sò soubera do facto da Candelaria depois de publicado nos jornaes, S. Eminencia o não reprovou!

O Sr. Cardeal approvou aquelle insulto, desde que o não reprovou, tornando-se delle o responsavel unico.

Estou acostumado ás grandes responsabilidades.

O Sr. Arcoverde mandou dizer que só teve conhecimento do facto depois das noticias publicadas pelos jornaes, mas não declarou si o reprovava. Até hoje espera-se uma satisfação. Si o Cardeal Arco-verde nãomandou dizer que reprovava aquelle acto, é porque o approva! e si, como brazileiro, approva um insulto á bandeira, é um renegado!

O Sr. Cardeal, Sr. Presidente, é réo de lesa patria. Não vejo motivo para privilegios. O Cardeal, como brazileiro, deve ser processado. O poder publico não pode recuar desta responsabilidade, que pesa sobre sua cabeça, a punição do cardeal.

Ahi está a marinha insultada, ahi está insultado o exercito brazileiro, sempre promptos a defender a patria, ahi está essa bella mocidade, que foi a corrente que se oppoz á onda tumultuosa da revolta, formando uma muralha de peitos em defesa do consolidador da Republica.

E' confiando nessa mocidade que amanhã, si for preciso, irei encontrar na praça publica, para ir com ella, como simples soldado, defender o pavilhão da Republica...

O Sr. Belfort Vieira—Não apoiado. A marinha ha de se conter dentro dos limites da disciplina.

O Sr. Coelho Lisboa — Estou dizendo que confio na marinha, no exercito e na mocidade brazileira, mas reclamo sobretudo a acção da justiça, reclamo, em nome do povo, em nome da dignidade nacional, em nome da Republica a punição do culpado, esteja elle onde estiver.

Sr. Presidente, em pleno regimen republicano, o Sr. conselheiro Andrade Figueira, por um movimento de conspiração, foi chamado á policia.

Tratava-se de um brazileiro illustre, de um homem que tinha serviços á Nação (*apoiados*), e para elle, entretanto, não houve distincção, não houve privilegio.

Porque privilegios para o Sr. Cardeal Arcoverde? Porque?!

Algum dos Srs. Senadores poderá apontar-me no pacto constitucional algum privilegio?!

Passo, porém, á minha segunda conclusão.

Si o Sr. Cardeal não é brazileiro, si elle, como representante do papado, generalissimo do *exercito negro*, se julga estrangeiro, incorre então na lei de expulsão! Deve ser submettido a processo e uma vez condemnado, remettido para o exterior.

Sim, Sr. Presidente, uma de duas; ou o Sr. Cardeal se considera brazileiro, ou se considera estrangeiro. Si é brazileiro, deve respeito ao pavilhão da patria brazileira, deve ser processado; si é estrangeiro, incorre na pena de expulsão, deve ser ainda processado. A Republica é que não póde deixar em silencio um tal acontecimento.

« *O fraco rei faz fraca a forte gente*»!

E é, Sr. Presidente, da fraqueza republicana na execução da nossa Constituição, que se teem aproveitado os espiritos abastardados pela falta de educação civica, para galgarem posições. E' devido á falta de cumprimento constitucional que os estrangeiros, como acaba de dizer o illustre representante de S. Paulo, da propria capital da Republica escrevem para o exterior deprimindo a armada nacional...

O Sr. Coelho e Campos — O nosso credito e a nossa honra mesmo.

O Sr. Coelho Lisboa — ... o nosso credito, deprimindo o nosso caracter, enxovalhando a nossa conducta, expondo-nos ao ridiculo, como um povo, que se não sabe, que se não pode defender.

Hontem, Sr. Presidente, dava-se em um bond a scena seguinte: um allemão, consorciado no Brazil, com filhos brazileiros, revoltava-se contra o facto que se déra na Candelaria, e o profligava em termos energicos.

Um sujeito qualquer, um passageiro, não sei de que nacionalidade, disse-lhe: — «deixe passar.»

O subdito allemão respondeu: — «Deixe passar!». E' esta a phrase brazileira caracteristica, que está aniquillando o espirito da vossa Republica. Sou allemão; no meu paiz não se daria uma affronta destas ao pavilhão nacional. Mas tenho filhos brazileiros, tenho mulher brazileira, tenho o dever de defender este pavilhão

á cuja hospitalidade me tenho acolhido e á cuja sombra vivo e formei familia.

O Sr. Severino Vieira — Este allemão está se habituando ao nosso meio; engole camellos e engasga-se com mosquitos.

O Sr. Coelho Lisboa — Assim, Sr. Presidente, eu chamo a attenção do Dr. Chefe de Policia para a direcção deste inquerito, comquanto os jornaes de hoje digam que houve um juiz que, tendo de interrogar o Sr. Cardeal Arcoverde, em um processo civel, em que sua eminencia é réo, tenha tomado a deliberação de ir a palacio, a pezar do protesto do advogado do autor, que o não acompanhou... contribuindo esse juiz para a nullidade de um feito, dispensando asism attenções, que nem a Constituição nem as leis da Republica admittem.

O Sr. Feliciano Penna — Mas as leis de processo não admittem?

O Sr. Coelho Lisboa — Não! E si o contrario é verdade espero que V. Ex. me orientará neste ponto, pois tenho sempre grande satisfação em ouvir as lições de V. Ex.

Antigamente no Imperio havia a intimação por carta; mas a Republica acabou com este privilegio; ha o caso de doença, que não é o presente. Hei de demonstrar como se acabou com todos estes privilegios, através os seculos, quando, na ordem do dia, discutir a questão do Estado do Rio, em que estou com a palavra.

Chamo portanto a attenção do Sr. Dr. chefe de policia, espirito superior, meu companheiro de propaganda republicana, do meu collega da Camara dos Srs. Deputados, o Dr. Alfredo Pinto, para esse depoimento; S. Ex. não recuará, estou certo, e quem isto diz, isto aconselha, assim procedeu, quando Chefe de Policia na Parahyba do Norte, levando as investigações de um *inquerito policial* até a casa do cunhado do governador do Estado, poderoso oligarcha.

Digo que façam aquillo que fiz. Devo a este acto não ter feito parte da constituinte do meu paiz, não ter contribuido para a discussão do pacto fundamental da Patria Republicana, o que era a minha maior aspiração como republicano, entretanto, hoje, é este um dos maiores motivos da minha satisfação intima, sempre o cumprimento dos meus deveres.

(Muito bem, muito bem, o orador é cumprimentado)

Sessão de 19 de novembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, o dia de hoje deve assignalar a data do renascimento politico da Republica Brazileira ; o joven Brazil, descuidoso, viveu quasi um seculo sem ter a plena conprehensão de seus poderes, sem buscar mesmo encarar resoluto o futuro brilhante que o espera na historia do mundo, *philosophando*, podemos dizer, na accepção vulgar, através a sua existencia, traçada deante das pompas de sua natureza, desconhecedor dos objectos sagrados que symbolizam a gloria da patria brazileira, na orientação á marcha progressiva de sua vida de nação.

O facto é que não é raro, por entre as multidões, nas praças das nossas grandes cidades, ver passar desfraldado o pavilhão nacional sem que o povo diante d'elle se descubra respeitoso.

O dia de hoje, assignalando o respeito illimitado que devemos ao symbolo sagrado da patria, que tão bellamente tem guiado o povo brazileiro em todos os tempos nos campos de batalha ; que tem guiado esse grande povo nas difficilimas peripecias da sua vida nacional, no Imperio e na republica, nesta festa que em todos os pontos deste vasto paiz, neste momento se solemniza, deve marcar apedra fundamental da regeneração politica da Republica, de modo a marchar esta, com passo firme, em procura do progresso, que fará o seu engrandecimento material e moral.

Nós vemos com prazer hasteada a bandeira nacional nas duas casas do Congresso da Republica, no Palacio do Governo, nas repartições publicas, nos estabelecimentos de instrucção, particularmente, desde os palacetes dos ricos até a choupana dos pobres. Só a não vemos hasteada nas casas em que se deve exercer a soberania do povo, nos edlficios em que se fazem as eleições para os cargos de representação nacional !

E' por isto, Sr. Presidente, que venho apresentar ao Senado um projecto de lei, no sentido do Governo da Republica fazer hastear a bandeira da Republica em todas as casas em que se tiver de proceder a eleições, onde se tiver de exercer a soberania do povo, para que a descrença a respeito de eleição não continue embaraçando a marcha dos negocios publicos e o desenvolvimento da mesma Republica. Antevi o sorriso que corre por todas as bancadas provocado pela palavra — eleição ! E' com vexame que assignalo este facto.

O Imperio nunca se poderia ter compenetrado da grandeza de uma eleição popular; a Republica porém tem marchado em tal degenerescencia neste sentido, se desmoralisando a ponto da palavra— eleição — despertar sorrisos de incredulidade.

E' para que se assignale esta primeira força do organismo republicano, é para que o povo, que vier á villa, á cidade, á capital, em que o exercicio do voto tenha de ser levado a effeito, veja na «Ordem e Progresso», lemma da nossa bandeira, o respeito que deve ter o Governo á soberania do povo, base primordial do regimen republicano representativo.

Sr. Presidente, ouvindo o grande criminalista, que revoluciona o mundo juridico nos tempos que correm, em sua primeira conferencia nesta cidade, eu o adimirei nas descripções enthusiastas que fez do nosso bello paiz e quando se referiu á exuberancia da nossa natureza vegetal o grande Enrico Ferri disse : «ao contemplar o Brazil, sinto-me extasiado deante de suas grandes arvores, que levantam para o ar as suas altaneiras frondes, impondo-se por sua magestade ao respeito geral e á admiração, mas, lembro-me tambem, accrescentou S. Ex. que essas grandes arvores, que tanta admiração impõem ás multidões, só teem vida exuberante para se manterem nesta ostentação de belleza, porque suas humildes raizes sugam no ubre da terra, diaria, continuadamente, num trabalho obscuro e constante a vida, a seiva que lhes da belleza e vigor. Elle as comparava ás grandes cidades e se referia aos operarios, que dão vida ás grandes officinas, que dão animação aos grandes centros de população.

Pois bem, Sr. Presidente, os tres poderes da Republica, desta grande Republica, que todos nós admiramos e amamos, se me afiguraram naquelle momento, em que eu ouvia Enrico Ferri, grandes arvores, gigantescas, boiando no oceano popular, grandes arvores sem raizes, que bebam a sua seiva no seio do povo, onde os poderes da Republica devem haurir a vida! sem raizes na soberania popular, a qual se manifesta pelo voto na surnas! Com qualquer sopro de brisa, que as açoite, pensava eu, poderão ruir.

E' para que o povo se compenetre do seus grandes poderes e dos seus grandes deveres, que eu mando á Mesa o meu projecto, pelo qual o Governo fará hastear a bandeira da Republica nas casas em que se tiver de proceder a eleições. (*Muito bem*; *muito bem, o orador é cumprimentado.*)

OLIGARCHIA DO CATTETE

(CANDIDATURA PRESIDENCIAL — DAVID CAMPISTA)

Sessão de 15 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, graves acontecimentos ameaçam a marcha progressiva da Republica ! Eis o que ha muito assignalámos da tribuna do Senado.

Um caso gravissimo, porém, foi hontem denunciado por toda a imprensa do Rio de Janeiro, contra a soberania popular dentro dos limites traçado spela Constituição Federal, uma conspiração, com visos de golpe de estado eleitoral, ameaça os destinos da Republica.

Ha muito que, batalhando contra as oligarchias, eu me apercebo de que ellas tomam o caminho do Cattete.

A noticia dada ao publico pelo jornalismo em peso desta Capital, de que uma conspiração se formava para impor ao povo brazileiro a escolha de um presidente para o futuro periodo governamental, foi hoje confirmada pela imprensa, em termos, que peço licença para transmittir ao Senado, escolhendo dentre os jornaes que, á frente da civilização da nossa sociedade, batem esse golpe de estado, *O Paiz*, primeiro baluarte das liberdades brazileiras.

Sem precisar enumeral-os, porque os vemos unisonos, o *Correio da Manhã*, nas suas brilhantes paginas em sua campanha pela moralidade dos costumes ; *O Paiz*, baluarte da Republica desde seus fundamentos ; o *Jornal do Commercio*, com o seu brado de alerta, nos estudos financeiros que fez hontem ; a *Folha do Dia*, essa brilhante atalaya da liberdade ; a *Imprensa*, fulgurantemente illuminada pelo espirito de Alcindo Guanabara ; *O Correio da Noite*, lutador emerito pelos principios republicanos, emfim, toda essa bella legião do jornalismo brazileiro denunciou o facto á luz da imprensa. No momento em que o espirito brazileiro se acha preoccupado com acontecimentos muito serios, além dos limites do Prata, no momento em que a massa popular, para se sentir forte na defesa da Patria, precisa ter fé no Governo da Republica, confiança nos que dirigem os seus destinos, para poder correr á defesa do paiz e dos sagrados direitos da nossa nacionalidade, com a mesma fé e confiança com que accorreu outr'ora á voz de Floriano Peixoto, é nesse momento de amarguras para a Patria que nos vem, como um bloco esmagador, a desgraçada noticia de que uma conspiração surge do Cattete contra a soberania do povo.

Vou ler ao Senado o artigo d'*O Paiz*, defensor emerito de nossas liberdades, que, com os seus alicerces, começou argamassando os alicerces, da Republica ; *O Paiz* onde a penna gloriosa do eminente mestre Quintino Bocayuva formou dous movimentos militares contra o Imperio e preparou o movimento revolucionario ou, antes, o pronunciamento evolutivo *de 15 de novembro*, dando á

nossa terra esta Republica seu ideal de seculos, entre flores e canticos, no campo da Acclamação.

Vou lêr o artigo d'*OPaiz*; vou registrar nos annaes do Senado a noticia dessa tentativa de crime capitulado no art. 25 da lei das responsabilidades presidenciaes *(lendo)*:

> « De ha muito que se dizia á bocca pequena que S. Ex. o Sr. Presidente da Republica acalentava no intimo do seu coração o desejo de prolongar a sua acção governativa depois de 15 de novembro de 1910, fazendo eleger para a sua successão o Sr. Dr. David Campista, figura politica que foi a pouco e pouco esculpida por S. Ex. com carinhoso affecto, fazendo desse joven bacharel seu secretario no governo de Minas, agente de immigração do Estado em Genova, secretario do Dr. Silviano Brandão, deputado federal e ministro da fazenda.
>
> A carreira feliz do joven estadista foi indubitavelmente devida, menos ao seu inquestionavel merecimento como moço intelligente, do que á protecção constante que lhe tem sido dispensada pelo seu prestigioso amigo.
>
> Apesar destes antecedentes, a affirmação categorica que hontem fizemos, de que tinha sido definitivamente assentada entre o Sr. conselheiro Affonso Penna e conselheiro Rosa e Silva a candidatura do Sr. Campista, estalou como uma bomba no meio politico, havendo muita gente que ponha em duvida a veracidade da nossa noticia.
>
> Os nossos prezados collegas da *Tribuna* fizeram-se echo dessa incredulidade, publicando na sua edição de hontem o seguinte *suelto*:
>
> « Não parece ter fundamento a noticia publicada hoje pelo *Paiz*, affirmando que a convenção de Bello Horizonte tenha escolhido, por intervenção directa do Dr. Affonso Penna, o nome do Dr. David Campista para o cargo de Presidente da Republica no proximo quatriennio. »

O Sr. A. Azeredo—O *Jornal do Commercio* diz o contrario.

O Sr. João Luiz Alves—E a *Gazeta de Noticias* tambem.

O Sr. Coelho Lisboa — *(para o Sr. Azevedo)* Responderei á V. Ex. depois de concluir a leitura que estou fazendo.

O Sr. A. Azeredo—Mesmo porque V. Ex. não quererá nos impedir de dar apartes.

O Sr. Coelho Lisboa—Absolutamente ; mas como estou procedendo a uma leitura...

O Sr. Lauro Müller—São apartes ao *Paiz*.

O Sr. Coelho Lisboa—... proseguirei na leitura; feita esta, responderei á V. Ex.; como sabe os apartes me são sempre agradaveis.

(*Continúa a leitura.*)

> « O Sr. Presidente da Republica, eleito pela Nação como um protesto contra a indicação do nome do Dr. Bernardino de Campos, feita pelo Dr. Rodrigues Alves, para seu successor, não autorizou até agora, pela sua conducta,

que quem quer que seja possa affirmar ser intenção de S. Ex. impor ao paiz o seu successor, por mais digno que seja, consultando apenas a sua inclinação e modo de ver pessoal.

Ao contrario, todas as manifestações de S. Ex. teem sido no sentido de que a escolha do seu successor deve ser feita por processos regulares, pelo que parece antes que a convenção de Bello Horizonte, no uso de um direito, e no interesse da politica de Minas, assentou idéas sobre a conducta que deve ser adoptada pelos politicos mineiros no futuro pleito presidencial, mas sem a intervenção ou imposição do Sr. Presidente da Republica.»

Podemos garantir aos illustres collegas que, si com effeito a nossa noticia é inverosimil, ella é absolutamente verdadeira.

Custa a crer que tendo o Sr. Conselheiro Affonso Penna sido eleito em nome do principio da não intervenção do Presidente da Republica na escolha do seu successor, surprehenda a opinião do paiz com uma candidatura combinada no palacio do Cattete, entre S. Ex. e um seu amigo, illustre chefe politico de um Estado do norte.

E' tanto mais para estranhar o inesperado golpe que S. Ex. acaba de vibrar na sombra dos seus aposentos presidenciaes, quando se sabe que S. Ex. lamentava que ainda no seu segundo anno de governo alguns de seus amigos politicos andassem cogitando de candidaturas, com grave desprestigio de sua autoridade, garantindo a todos que, na questão da eleição presidencial, ouviria a todos os elementos politicos *não estando disposto a deixar-se levar, em problema de tal relevancia para a vida nacional, pelos seus affectos pessoaes.*

Mais de uma vez, pelas columnas desta folha, nos fizemos echo desse sensato modo de pensar do Chefe da Nação, profligando, em nome do prestigio de S. Ex., a inconveniencia de agitar extemporaneamente as paixões politicas em torno da futura candidatura á presidencia.

Pois apezar desses antecedentes, pouco antes da reunião da convenção de Bello Horizonte para a escolha do presidente de Minas, o Sr. Conselheiro Affonso Penna mandou chamar a palacio o Sr. Carlos Peixoto e disse-lhe que, antes que algum dos chefes politicos em evidencia levantasse alguma candidatura que fizesse periclitar a hegemonia mineira na politica nacional, tinha deliberado, á falta de um centro ou aggremiação partidaria que tivesse autoridade para o fazer, indicar um candidato para o succeder na presidencia da Republica, iniciativa que se tornava urgente, pela necessidade de fazer o futuro reconhecimento de poderes do Congresso em torno da eleição presidencial.

O candidato escolhido por S. Ex. era o Sr. David Campista, Ministro da Fazenda ; mas o Sr. Affonso Penna não o apresentaria sem ter a garantia prévia de que todos os elementos politicos do seu Estado acceitariam o nome indicado como o do candidato mineiro.

Insistiu o Sr. Presidente da Republica com o Sr. Carlos Peixoto para se manifestar sobre essa candidatura, não

conseguindo obter do presidente da Camara outra affirmação sinão a de que acceitaria com prazer e lealmente o candidato que o Estado escolhesse, pois, tendo fallecido o Dr. João Pinheiro, não era empreiteiro de candidaturas, subordinando-se a acatar a que attendesse aos interessses da politica de Minas.

Foi então o Sr. Carlos Peixoto encarregado de, em nome do Sr. Affonso Penna, consultar os chefes influentes do Estado, para, no caso de ser acceito, por accôrdo unanime, o nome do Dr. Campista, o Presidente da Republica procurar a alliança de outros Estados.

Antes de dar cumprimento á importante missão que lhe era confiada, o Sr. Carlos Peixoto objectou que talvez fosse conveniente obter préviamente o apoio de outros Estados, para, forte com esse apoio, poder vencer qualquer reluctancia dentro do Estado de Minas, ao que o Sr. Affonso Penna replicou que, sem ter a garantia de que o seu candidato era apoiado unananimemente pelo seu Estado, não falaria a nenhum dos seus amigos dos outros Estados.

O Sr. Carlos Peixoto dirigiu-se em primeiro logar ao Dr. Wenceslão Braz, cuja adhesão obteve depois de ligeiras observações, e, partindo para Bello Horizonte, teve longa conferencia com o Sr. Bias Fortes, cuja cathechese foi um pouco mais difficil.

De volta da capital mineira, o Sr. Carlos Peixoto, em desempenho da presidencial incumbencia, apresentou ao Sr. Affonso Penna um pacto escripto e assignado pelos chefes politicos do seu Estado, compromettendo-se a apoiar a candidatura do Sr. Dr. David Campista á futura presidencia da Republica.

Radiante com o successo, o Sr. Affonso Penna mandou convidar o Sr. conselheiro Rosa e Silva para uma conferencia em palacio, tendo a satisfação de receber a adhesão do prestigioso chefe da politica pernambucana, ficando estabelecido que o vice-presidente seria o Senador Gonçalves Ferreira, salvo si, para conseguir o apoio de outro grande Estado, fosse indispensavel negociar a vice-presidencia, que talvez fosse preciso dar á Bahia: aos Srs. José Marcellino ou Araujo Pinho.

O Sr. Backer, presidente do Estado do Rio, acceitou sem a menor observação a candidatura Campista, cujo successo está desde já assegurado, si nesses longos dous annos a Divina Providencia, que, com paternal carinho, sempre tem velado por este paiz, não se lembrar de fazer sentir ao Sr. Presidente da Republica que *pulvis est*...

E aqui está como o povo elege o supremo magistrado da Nação.

França Junior escreveu com retumbante successo a comedia—*Como se fazia um deputado*.

Urge que alguns dos nossos comediographos immortalizem no palco o modo como a soberania popular se exerce para fazer um presidente de Republica...»

Sr. Presidente, si lermos ao acaso qualquer das folhas da Capital da Republica hoje publicadas, encontraremos a mesma noticia, sendo que o *Jornal do Commercio* traz em uma *varia* negativa pallida. E aproveitando a occasião para responder ao aparte do honrado representante de Matto Grosso, o Sr. Azevedo, digo que o *Jornal do Commercio* dá uma idéa contraria, mas em compensação o seu artigo financeiro de hontem é patentemente contra o candidato do Sr. Presidenteda Republica, o Sr. David Campista, seu Ministro da Fazenda encarando o problema.

O Sr. A. Azeredo — Não, senhor, o *Jornal do Commercio* declara: «Competentemente autorizado».

O Sr. Lauro Müller —E' o que eu digo : si o honrado Senador quizesse ler veria que a negativa não é pallida.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, já se foram os tempos em que o decano da imprensa fazia politica com uma de suas «varias» ; isso foi nos tempos de *S. Christovão* !

E nesse tempo os proceres dos movimentos da propaganda defendiam o ideal republicano do Brazil em torno do seu baluarte — *O Paiz*. Naquelles tempos uma «varia» do *Jornal do Commercio* representava a verdade de S. Christovão, era a palavra imperial. E' verdade que os symptomas imperialistas ainda estão por ahi dominando a Nação, mas S. Christovão desappareceu e eu peço licença para não acreditar nessa «varia» do *Jornal do Commercio*, porque não pude acreditar em uma outra «varia» do mesmo *Jornal do Commercio*, em principios deste anno, dizendo que havia sido accordado, o Sr. Presidente da Republica intervir no reconhecimento dos Senadores eDeputados no proximo pleito eleitoral. Li essa «varia» *inverosimil* e disse, de mim para mim — não é verdade, o decano da imprensa, desta vez, como Homero, cochilou — *quandoque bonus dormitabat Homerus*. *Não posso acreditar* que fosse por uma informação do Cattete directa que o *Jornal do Commercio* viesse declarar que o Presidente da Republica entrara em accordos, para os reconhecimentos de Deputados e Senadores, no pleito proximo futuro !

E assim como aquella *Varia*, aliás tambem autorizada, não podia ser no *recinto do Senado* objecto de um respeito justificado a *Varia* de hoje, onde eu, que costumo ler nas entrelinhas, pelo habito de lêr *Machiavello*, digo : — naquellas entrelinhas está a acção positiva do Cattete, exercida no pleito futuro para Presidente e Vice-Presidente da Republica, para Deputados e para Senadores!...

Franco atirador na propaganda, franco atirador na Republica, com um logar nesta alta Casa, não posso, Sr. Presidente, deixar de protestar, e protestarei com o *Jornal do Commercio* —em seu artigo financeiro — contra esta candidatura, porque não posso acreditar que o Sr. conselheiro Affonso Penna, professor de direito, queira incorrer na tentativa de um crime, previsto na lei das responsabilidades presidenciaes. O art. 25 da lei n. 27, de 7 de janeiro de 1892 diz:

« Impedir por violencia ou ameaça que o eleitor exerça livremente o seu direito de voto.» Não é este o caso!

O Sr. Bezerril Fontenelle—Isto não vale nada.

O Sr. Coelho Lisboa — Desde que o honrado Senador pelo Ceará diz que isto não vale nada, o que se ha de fazer ?!

O Sr. Severino Vieira—Sempre vale alguma cousa porque está escripto em lettra de fôrma. (*Riso.*)

O Sr. Coelho Lisboa *(continuando a ler)* — « Comprar votos ou *solicital-os*, usando de promessas ou *abusando da influencia do cargo*».

Ora, Sr. Presidente, uma candidatura levantada pelo Presidente da Republica é uma candidatura em que o Presidente da Republica solicita votos, abusando da posição do seu cargo, não ha duvida nenhuma ! isto é claro como agua.

Está na lei—*Do processo e julgamento do Presidente da Republica.*

Não posso acreditar, Sr. Presidente, que com o espirito lucido de S. Ex., professor de direito, o Sr. Conselheiro armasse toda essa conspiração contra a soberania nacional, quando fosse por analogia applicavel uma tal responsabilidade penal, muito menos quando, taxativamente, no art. 25 da lei das responsabilidades presidenciaes é capitulado um tal crime.

Não, Sr. Presidente, tenho confiança no Senado da Republica, ainda não chegámos ao tempo em que novo imperio esteja implantado no Brazil, não o Imperio do magnanimo D. Pedro II, que presidia serenamente á honestidade da administração publica ; que sabia inutilizar os gatunos politicos com o seu lapis fatidico, onde quer que elles apparecessem, e cujo *limpido olhar azul* chamava á ordem os discolos na administração dos negocios publicos ; não ao Imperio, de que o Brazil se póde gabar, de um homem illustre, probo e honesto, mas o imperio para o qual declinamos, um imperio sem responsabilidades,um imperio no qual o fallar-se em eleições provoca o riso, um Imperio igual áquelle em que o grande Senado Romano, o baluarte da defesa de Roma,—arca santa das liberdades do povo romano, — se transformou pouco a pouco em uma succursal do governo, e Claudio Tiberio quando delle se retirava, enojado, dizia: — «*homines ad servitute parati* !» e accrescentava como que desgostoso de tanta baixeza, na phrase de um historiador grego:— « *Elles obedecem com sorrisos de escravos ao que eu ordeno com desprezo de senhor* ! »

Não, Sr. Presidente, o Senado da Republica não ha de chegar até lá ! não ha de chegar ao ponto em que o Sr. Amaro Cavalcanti o via quando disse: «Um Senado de Calligula e Tiberio». E naquelle tempo o Senado se erguia contra a pessoa veneranda do marechal Floriano Peixoto, soldado admiravel, o — consolidador da Republica—, que presidiu á unica eleição livre presidencial que se deu em toda a America—a eleição dos Srs. Prudente de Moraes e Manoel Victorino.

Quando as intrigas politicas eram levadas ao Marechal Floriano para levantar uma outra candidatura, elle respondia com a responsabilidade de seu alto cargo:— «O Presidente da Republica não entra no pleito eleitoral». Disto dou eu testemunho.

O Sr. A. Azeredo—Mas dahi para cá todos elles intervieram e nenhum foi processado.

O Sr. Coelho Lisboa—Fez-se então uma eleição livre e o Brazil teve a fortuna de ver o seu primeiro presidente civil ser eleito pelo voto espontaneo da Nação.

O Sr. Pires Ferreira—São modos de ver.

UM SR. SENADOR—Não houve intervenção na eleição do Sr. Dr. Rodrigues Alves, que foi eleito por unanimidade.

O SR. A. AZEREDO—O Sr. Dr. Rodrigues Alves tinha merecimento para ser eleito Presidente da Republica, mas não o seria si não fosse o Sr. Dr. Campos Salles. (*Trocam-se muitos apartes.*)

O SR. PRESIDENTE—Attenção! quem tem a palavra é o Sr. Senador Coelho Lisboa.

O SR. COELHO LISBOA (*para o Sr. Azeredo*) — Não ouvi o aparte do honrado Senador por Matto-Grosso, porque se trocaram muitos apartes na occasião, desejara ouvil-o de novo, para respondel-o...

O SR. A. AZEREDO—Dei alguns.

O SR. COELHO LISBOA—...si fosse contrario ao que eu affirmara.

O SR. A. AZEREDO—V. Ex. assegurou que o Sr. Dr. Prudente de Moraes tinha sido eleito absolutamente sem intervenção do seu antecessor. Nesse momento eu disse que apenas houve uma intervenção, a do Sr. general Glycerio, que naquella época não representava parcella governamental...

O SR. COELHO LISBOA—Era o nosso chefe.

O SR. A. AZEREDO—...porque dahi por deante todos tinham sido eleitos por influencia do Presidente da Republica, menos o actual.

O SR. COELHO LISBOA—O aparte de V. Ex. corrobora perfeitamente o meu modo de ver.

O SR. PIRES FERREIRA—Quem sabe!

O SR. A. AZEREDO—Foi um protesto ás imposições feitas pelo Cattete.

O SR. SEVERINO VIEIRA—Um protesto ephemero.

O SR. BARATA RIBEIRO dá um aparte.

O SR. A. AZEREDO—Si houvesse muita vontade por parte do Sr. Dr. Rodrigues Alves, elle pleitearia a eleição do Sr. Bernardino de Campos.

O SR. SEVERINO VIEIRA—E fez muito mal não tel-a pleiteado.

O SR. A. AZEREDO—Procedeu patrioticamente, deixando de fazel-o com violencia.

O SR. PIRES FERREIRA—São modos de encarar as questões.

O SR. COELHO LISBOA— E' longa a minha campanha contra as oligarchias...

O SR. A. AZEREDO—Não é tão longa assim; V. Ex. me perdõe.

O SR. COELHO LISBOA— Vae ha quasi um anno a phase ultima dessa campanha...

O SR. A. AZEREDO dá um aparte.

O SR. COELHO LISBOA—...e não foi continua porque foi preciso que ella de novo se levantasse no meu Estado, para eu me erguer de novo contra ella. Vem de longe a minha campanha, porque fui o primeiro brazileiro que se levantou contra a primeira oligarchia que se implantou na Republica; é de muito longe, porque fui o primeiro politico republicano que queimou os seus navios, sacrificando a sua carreira politica, para protestar contra a—Oligarchia

dos Neivas — na Parahyba do Norte, trazendo ao generalissimo chefe do Governo Provisorio a demonstração dessa oligarchia, demonstração que li ha pouco tempo desta tribuna. Eis porque digo a V. Ex. que vem de longe a minha lucta contra as oligarchias.

Consegui depôr o governador oligarcha da Parahyba do Norte, o depuz por uma reclamação que fiz ao marechal Floriano Peixoto contra as perseguições feitas a amigos meus, alguns dos quaes se achavam presos pelo Governo que fora por ordem de S. Ex. reposto.

Deposto de novo o governador da Parahyba do Norte, pedi ao marechal Floriano Peixoto a nomeação de um parahybano para dirigir os negocios da minha terra, e,não o querendo nomear S. Ex., fui buscar o major Alvaro Machado, que se achava na Bahia, vim a saber depois que escondido no Rio Vermelho, onde o levara o medo do movimento revolucionario ! eu o levei commigo para a Parahyba do Norte e o colloquei no governo, contra a oligarchia de Venancio Neiva.

O Sr. A. Azeredo dá um aparte.

O Sr. Coelho Lisboa— V. Ex. me ha de dar licença que conclua. Eu estou respondendo a um aparte seu. Nunca, absolutamente, fugi á responsabilidades, nunca deixei de responder por actos de minha vida publica, politica ou privada. Tenha paciencia. mas ouça-me até ao fim, uma vez que provocou uma tal explicação.

Colloquei o Sr. major Alvaro Machado no governo da Parahyba do Norte, sua primeira administração foi uma administração correcta e progressista. S. Ex. cumpriu os seus deveres.

Tinha, portanto, eu um compromisso com S. Ex. no sentido de sustentar a sua politica.

O Sr. major Alvaro Machado presidiu á eleição do Dr. Gama e Mello. O Sr. Dr. Gama e Mello não era seu parente, não tinha amisade intima com S. Ex.; era apenas um chefe de prestigio, que se impunha no momento á eleição presidencial. Foi esse o successor do Sr. Alvaro Machado na presidencia da Parahyba do Norte e fez politica independente.

Terminado o periodo governamental do Dr. Gama e Mello, foi eleito presidente do Estado o desembargador Peregrino de Araujo, que não tinha laços de parentesco com o Dr. Gama e Mello, nem mesmo pela reunião de ramos affastados das suas arvores genealogicas, não os tinha tambem como chefe da politica.

Não havia, portanto, visos de oligarchia no meu Estado.

Estes dous presidentes dirigiram a politica da Parahyba do Norte, não obedecendo ao major Alvaro Machado, com independencia absoluta ; e tal foi o perigo então para aquelle senhor que, quando terminou o seu mandato, o Sr. Alvaro Machado viu-se em duvida si seria ou não reeleito. Foi preciso, Sr. Presidente, que aquelle governo de economias, que despertara grande opposição, o governo do Desembargador Peregrino Araujo, o qual tinha levantado muitas tempestades contra a sua administração, se visse forçado pelas circumstancias a acceitar a candidatura do Sr. Alvaro Machado á presidencia do Estado.

Começa ahi, Sr. Presidente, a historia desta segunda oligarchia.

Foram as tendencias do Sr. Alvaro Machado para implantar no governo do nosso Estado um seu irmão, desconhecido no Estado e desconhecido aqui, onde aliás mora e essa tendencia encontrou o meu protesto continuo junto á S. Ex., protesto depois

lançado na imprensa quando essa candidatura foi publicada, foram as tendencias de S. Ex. para eleger esse seu obscuro irmão, que me lançavam de novo na campanha contra as oligarchias.

Assim procedi, Sr. Presidente, assim procedo e assim deve proceder todo o republicano que tenha consciencia do que foi, do que é e do que ha de ser.

Sr. Presidente, vem de longe a minha campanha contra as oligarchias, e não é sem horror á marcha dos acontecimentos presentes que eu vejo, como já disse, quando discuti aqui a questão da Academia de Medicina, que a oligarchia vae a caminho do Cattete.

No momento em que eu discutia com o honrado representante de Matto Grosso, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Azeredo quando S. Ex. me apresentava uma autoridade do Mexico, eu lhe retorquí:—Ainda não estamos no Mexico; vamos a caminho; mas por ora ainda estamos um pouco longe, estamos a caminho das republiquetas do Pacifico, ainda estamos a caminho das republiquetas do mar dos Carahibas, e vamos em demanda da Bolivia, do Perú, da Venezuella, da Colombia, que já perdeu um pedaço do seu territorio; vamos a caminho das republiquetas da America Central.

Ahi vem o clericalismo, disse eu então, para toldar a marcha de nossa politica.

Ahi estão as oligarchias implantadas nos Estados com a sua acção da peripheria para o centro, marchando para o Cattete.

Hoje, Sr. Presidente, ella está installada no Cattete.

Hoje, o Sr. Presidente da Republica, segundo denunciam os jornaes da Capital, apresenta o seu *pupillo politico*, o Dr. David Campista, Ministro da Fazenda, á Presidencia da Republica!

Sr. Presidente, como soldado da Republica, estou no dever de levantar esta questão no Senado; como soldado da Republica, eu preciso dizer ao Senado e ao povo brazileiro que nós não podemos descer até á Republica Oriental do Uruguay, onde os Tajes e os Santos se succediam no governo, como ministro da guerra um do outro, e vinham derramar o dinheiro, arrancado aos cofres do Estado; vinham derramal-o aqui, no Rio de Janeiro, de passagem, e em caudaes na Europa, pois alli haviam feito grandes e rapidas fortunas.

Já os aventureiros se collocavam no governo, como Ministros da Guerra, para se imporem como Presidentes da Republica! Não, Sr. Presidente. Não é do seio do ministerio que deve sahir o eleito do povo, que sente, que pensa e que se ha de erguer como leão. O leão mal ferido ergue-se como o raio! o povo brazileiro é apenas um leão mal ferido, não é como o povo romano se tornou durante o imperio, na phrase de um historiador grego — *a serpente domesticada que colleia por sobre os degrãos do Palacio do Governo.*

Não, o povo brazileiro, altivo e nobre, cheio de fé illimitada nas virtudes republicanas, é o leão mal ferido, que se ha de erguer, ha de quebrar os obstaculos que se lhe apresentarem na conquista do seu ideal—a Republica —si hoje a Republica Brazileira desvia os olhos para não ver a politicagem que colleia nos salões do Cattete, mais tarde ha de ella sobranceira esmagar-lhe a cabeça, altivamente, soberanamente, destruindo conluios e oligarchias. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado.*)

Sessão de 19 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, ha poucos dias, quando eu trouxe ao recinto do Senado o inquerito que a imprensa desta Capital está fazendo sobre o crime presidencial, a tentativa de golpe de Estado eleitoral, com que o Sr. Presidente da Republica entendeu impor ao povo brazileiro um candidato seu á presidencia, para prorogar o periodo governamental de S. Ex. além dos limites constitucionaes, eu disse que o povo brazileiro ainda não era a serpente domesticada em que se transformara o povo romano, na phrase do grande escriptor grego, a collear nos degráos do palacio imperial.

Não, disse eu, o povo brazileiro é o leão mal ferido, que dentro em breve ha de fazer sentir os seus rugidos por sobre as escadas do Cattete.

Pois bem, Sr. Presidente, hontem ouvi com desvanecimento o rugido desse leão altaneiro e nobre, o rugido do leão que V. Ex., Sr. presidente, conhece, como eu, porque como eu fez a propaganda republicana, e encontrou nos seus rugidos contra o imperio decadente a garantia do desenvolvimento moral do Brazil, para o seu idéal secular — a Republica.

Eu vi, Sr. Presidente, esse glorioso povo, que a 15 de novembro fez pasmar o mundo inteiro por sua correcção, que nesse pronunciamento evolutivo plantou no paiz a fórma republicana entre flores, salvas e canticos; eu vi este povo heroico, educado e consciente, na Avenida Central, quando ao longe despontava o automovel que conduzia o grande chanceller da America do Sul, o Sr. Barão do Rio-Branco, fazer-lhe a mais delirante, a mais significativa de todos as manifestações.

O Sr. Pires Ferreira—E S. Ex. merece muito mais.

O Sr. Coelho Lisboa—Achava-me então em uma singular posição: não podia incorporar-me ao *meeting*, a esse povo que eu amo, que idolatro, porque havia acompanhado a minha familia á cidade, e a ella estava preso. Devido á descentralização de residencias nesta cidade, não havia proximo d'alli uma casa amiga, onde a deixasse para incorporar-me ao povo. Mas, no Castellões, onde estavamos, fui surprehendido com um espectaculo edificante: de um lado e outro dos passeios, o povo todo se levantava, se erguia, para ver a explosão de palmas que esperava o grande brazileiro.

E o povo, Sr. Presidente, que em frente a *O Paiz* fazia um fremito tremendo, quando divisou o ministro do exterior, prorompeu em palmas, acclamando o vulto venerando do Sr. Barão do Rio-Branco!

E o povo continuava de rugir contra as ameaças da fome, e o povo protestava, energico, contra os impostos, contra a elevação brutal de taxas; e o povo clamava pela rejeição desse monstruoso projecto de orçamento municipal, que representa um escarneo atirado á face dos municipes e uma affronta á nossa civilização.

O Sr. Pires Ferreira— Mas que tem que ver com isso o Sr. Presidente da Republica?

Esta questão deve ser resolvida pelo Prefeito Municipal, pelo Conselho e pelos municipes. Por que aconselhar o povo a ir ao Cattete?

O Sr. Coelho Lisboa—Vi, Sr. Presidente, dizia, de um e outro lado da Avenida, cujos passeios estavam cheios de senhoras e cavalheiros, levantarem-se todos ao verem approximar-se o automovel do emerito Ministro do Exterior! e todos esperavam a explosão de applausos que deveria receber o eminente garantidor da paz sul-americana. E essa explosão não se fez esperar. Via-se que o automovel diminuia a marcha e, ao approximar-se o grande homem, estalou como um raio uma salva de palmas, e S. Ex. passou victoriado entre alas de corações, como sóem passar os grandes homens que se impõem ao amor das multidões.

Sr. Presidente, o eminente Sr. Ruy Barbosa, quando enfrentou o velho carrancismo da sociedade bellicosa da Europa, deslumbrando os representantes das sciencias sociaes, que alli se achavam reunidos no sentido da paz; no momento em que o grande Bourgeois lhe offerecia um meio termo pelo qual S. Ex. conseguiria ver em parte attendida a igualdade relativa de representação no Tribunal Internacional de Arbitramento, na carta que dirigiu o embaixador brazileiro ao presidente da secção, embaixador russo, teve uma phrase que eu registrei no Senado da Republica, e que enche de orgulho o povo brazileiro.

Disse S. Ex. ao Sr. Nelidoff, representante da autocracia russa: —O meu Governo teme não contar com a opinião publica para acceitar o meio termo que lhe é pelo embaixador francez offerecido.

Quando requeri ao Senado um voto de louvor ao modo energico e feliz por que o Brazil se fez representar na conferencia de Haya, disse eu que o nosso embaixador tinha sabido fazer ao Governo Federal uma justiça, que muito grata fôra ao povo brazileiro, porquanto a opinião do nosso povo sempre se reflecte nos actos do Governo.

Mas, Sr. Presidente, si a historia brazileira tem vindo a registrar sempre o modo energico e fecundo pelo qual o povo brazileiro collabora na administração dos publicos negocios, não é menos verdade que, nos ultimos tempos, o povo se tem afastado completamente do exercicio do voto, porque o sophisma do reconhecimento de poderes tem levado a tal degenerescencia o caracter brazileiro, que o povo perdeu toda a confiança nas urnas, que devem ser a base primordial do regimen republicano.

Sr. Presidente, não sou revolucionario na Republica; fui revolucionario no Imperio para conquistar a Republica.

O Sr. Pires Ferreira—Então V. Ex. foi revolucionario no tempo em que havia mais garantias e não quer ser revolucionario agora, para acabar com tudo isso que anda por ahi: não posso comprehender isso.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, eu fui revolucionario no Imperio para conquistar a Republica, não sou revolucionario na Republica ; deixo esse papel aos que teem o prestigio do marechal Pires Ferreira, que póde chamar em seu auxilio os batalhões do exercito.

O Sr. Pires Ferreira — Não posso, não senhor. E' só com a lei na mão.

O Sr. Araujo Góes — Com a lei na mão nunca ninguem fez revoluções.

O Sr. Coelho Lisboa — Como disse, deixo esse papel ao marechal Pires Ferreira e contra a revolução de S. Ex. eu levarei o povo para salvar a Republica.

O Sr. Pires Ferreira — Então V. Ex. já devia ter feito isso ha muito tempo.

O Sr. Coelho Lisboa — Deixo ao marechal Pires Ferreira esse papel, porque, Sr. Presidente, o povo brazileiro é essencialmente evolutivo ; todas as conquistas da politica brazileira se teem feito pela evolução.

O Sr. Pires Ferreira — Estou de accôrdo.

O Sr. Coelho Lisboa — V. Ex. não me deixa fallar ; si me deixasse fallar estaria sempre de accôrdo commigo. Sr Presidente, as diversas phases revolucionarias que temos tido na historia brazileira teem sido suffocadas em sangue, em seus primeiros movimentos, porque os impetos do joven Brazil, cheio de enthusiasmo e de vida, nunca o permittiram bater certo nestes movimentos revolucionarios.

Dizia o grande poeta francez: « A questão não é bater sempre nem bater forte, é bater justo »; no ardor com que o joven Brazil se entregava, em seus impetos de moço, aos ideaes da Republica teve diversas revoluções suffocadas em sangue ; mas, com esse sangue glorioso nos ideaes republicanos, ficou cimentada a memoria de seus martyres e dahi surgiu a bellissima Republica que deslumbra o mundo. O que houve porem a 15 de novembro foi uma consequencia da propaganda republicana, habilmente dirigida por espiritos superiores como Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Ubaldino do Amaral, mais tarde Ruy Barbosa, desde cedo Lopes Trovão, o querido agitador do imposto do vintem ! e no exercito, Benjamin Constant.

O Sr. Pires Ferreira — E por que V. Ex. não ha de citar os grandes patriotas de S. Paulo, como Glycerio, Campos Salles, Bernardino de Campos, Braziliense?...

O Sr. A. Azeredo — Não é possivel fazer obra completa assim.

O Sr. Pires Ferreira — Mas tambem não é possivel excluir a tantos.

O Sr. A. Azeredo — Estão subentendidos.

O Sr. Pires Ferreira — Não se devem excluir os patriotas de S. Paulo, onde os Conselhos Municipaes eram republicanos. Mas nós estamos na época das grandes injustiças; a prova é que se es-

quece o grande homem que tornou conhecido o Brazil na Conferencia da Haya; depois de Haya é que se fallou no Brazil.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, o illustre marechal me aparteia com tanto calor...

O Sr. Pires Ferreira — Por ora Senador pelo Piauhy. Estou admirando V. Ex. como sempre.

O Sr. Coelho Lisboa — ...não me deixou fallar. Felicito-me pelos apartes que mereço de S. Ex.; mas eu estava tratando ainda da propaganda da Republica nesta Capital. S. Ex. quiz levar-me para S. Paulo; eu acompanharei S. Ex. a S. Paulo.

O Sr. Victorino Monteiro dá um aparte.

O Sr. Coelho Lisboa—Dizia eu que a propaganda republicana guiada pelos chefes, e citei em primeiro logar — os membros da Commissão Executiva do Partido Republicano — que eram em geral os que dirigiam a propaganda na Capital do Imperio.

Em S. Paulo, os homens que S. Ex. acaba de nomear, Bernardino de Campos, Alfredo Ellis, Paulino Carlos, Silva Jardim, Prudente de Moraes, Americo de Campos, Lisboa, Rangel Pestana, Americo Braziliense e o general Glycerio, o rabula sublime, que, de cidade em cidade, em S. Paulo prégava a sã doutrina da Republica, e na occasião em que recebia a intimaçao de um delegado de policia... em nome da sinceridade dos seus principios, prendia esse delegado á ordem do chefe de policia.

Neste movimento brilhantissimo, em que no Rio Grande do Sul, Julio de Castilhos, Alvaro Chaves, Pinheiro Machado, Ramiro Barcellos, Demetrio Ribeiro, Cypriano Barcellos, Victorino Monteiro e tantos outros; na Bahia Virgilio Damasio; em Pernambuco, Martins Junior, Maciel Pinheiro, Albino Meira, Guedes Alcoforado, Phaelante da Camara e outros formavam pleiades bellissimas em prol das liberdades brazileiras, embalando o espirito com as virtudes desse ideal republicano que fora acariciado em todo tempo pelo joven paiz que se formava...

Nesse movimento historico da propaganda o exercito e a armada, Sr. Presidente, o glorioso exercito brazileiro que confraternizara sempre com o povo na resolução dos grandes problemas, já na fundação do primeiro imperio, já na expulsão do primeiro imperador, já na abolição do elemento servil, quando negava a sua espada, para perseguir negros foragidos na serra do Cubatão, o exercito e a armada estiveram sempre comnosco. Foi assim que, em um movimento evolutivo, proclamaram a Republica a 15 de novembro, no seio do povo, no campo da Acclamação.

Proclamada a Republica, em um movimento dantonesco de audacia por Solon Ribeiro, Menna Barreto e Sebastião Bandeira, levando á frente Benjamin Constant e o marechal Deodoro da Fonseca, o povo foi apanhado de surpresa de forma tal, que Aristides Lobo, o primeiro elemento energico da acção na propaganda republicana, que o observava no momento, teve uma phrase que foi muito commentada, mas que é a expressão da verdade — O povo assistiu á proclamação da Republica bestificado.

Sim, Sr. Presidente, era o effeito da surpresa, mas desta surpresa agradabilissima que beatifica! que eleva os corações e fal-os transbordar de applausos; e com salvas, flores, musicas e palmas foi proclamada a Republica no Brazil.

Esse bello phenomeno social teve dous protestos: um, eloquentissimo, de um dos ministros do governo decahido, um bravo lobo do mar, que então geria a pasta da marinha, o venerando almirante Ladario. Ao ver approximar-se no campo o bravo 1º tenente Pena, suppoz o almirante que um official subalterno o ia intimar, puxou do seu rewólwer e o descarregou sobre elle. O official respondeu com fogo e o almirante cahiu ferido, crivado de balas, dizendo: —«Vejam como morre um almirante» !

Sr. Presidente, O archanjo tutelar que vale sobre os destinos do Brazil cobriu com as suas azas protectoras, naquelle espectaculo grandioso, o heróe do dia na resistencia da monarchia, salvando a vida do almirante ! E quando S. Ex. presentiu que estava firmada a Republica e que os destinos do paiz estavam garantidos pela força moral do Governo Provisorio , quando se compenetrou das boas intenções dos vencedores, adheriu á Republica de todo o seu coração, sendo um de seus maiores defensores nesta augusta Casa do Congresso ! Aqui entrou elle como um protesto, contra a segunda oligarchia que se montou no Brazil—a oligarchia do Amazonas.

Aqui levantou elle a sua voz insuspeita de velho monarchista, que confraternizava comnosco, em pról das virtudes desta Republica, que ohavia seduzido ; aqui defendeu a Republica contrao primeiro assalto politico de que foi ella ameaçada na sua dignidade contra instituição da oligarchia do Amazonas.

O outro protesto, de natureza diversa, foi um protesto chulo.

Nas alterosas montanhas mineiras, na patria de Tiradentes, nesse bello scenario da — Inconfidencia Mineira — onde as crianças são embaladas com os cantos dos poetas da Inconfidencia, e as bellas moças trazem nas cestinhas de costura as lyras de Dirceu á Marilia, glorificando essa inconfidencia de poetas, que sonharam a Republica ha mais de seculo! na patria mineira, nesse berço sublime das liberdades brazileiras, onde o protesto contra as tyrannias da metropole levantou uma phalange de poetas, que nos embalou a propaganda durante tanto tempo, e que produziu a Republica ; lá onde mais se ramificou a propaganda republicana, através aquelles caminhos, por aquellas estradas pedregosas,que foram banhadas pelo sangue dos martyres, onde foram expostos os restos de Tiradentes ha mais de seculo, e ainda hoje o marchante que guia o gado, de fazenda em fazenda, o garimpeiro, o peão, o pegureiro, nas noites enluaradas, sentem eriçarem-se os cabellos, diante do fantasma glorioso da cabeça de Tiradentes sobre um poste, como amostra aos servidores da época, para exemplo aos que se batiam pela liberdade !...

Nessa terra gloriosa, onde os meninos aprendem na historia bellissima do seu torrão natal o amor á Republica, em Santa Barbara um conselheiro, com as duas mãos á frente,empunhando seu chapéo de sol, com a ponta deste arrancava o cartaz que annunciava a proclamação da Republica, dizendo: — «Isto é uma bacchanal dos quarteis !» Esse conselheiro, que assim insultava a Republica no berço... era o conselheiro Affonso Penna, hoje presidente da Republica !

O Sr. João Luiz Alves — Está V. Ex. enganado. No dia em que se proclamou a Republica o conselheiro Affonso Penna estava em Barbacena.

O Sr. Coelho Lisboa—Ou em Barbacena. Acceito a rectificação de V. Ex.

Sr. Presidente, assim como a Ladario, a bravura tomada de surpresa, resistente, jogando a sua vida em prol de seus ideaes monarchicos, convertido pelas virtudes da Republica a defender os seus novos ideaes, estava reservado bater as oligarchias, ao conselheiro Affonso Penna estava reservado implantar as oligarchias no palacio do Cattete!

A oligarchia, senhores, está no Cattete!

Sr. Presidente, contra Affonso Penna, a massa popular levanta-se!

Ha poucos dias, presidindo eu a um *meeting* de glorificação ao grande heroe do Acre, Placido de Castro, e procurando conter os elementos com toda a circumspecção, como me competia, senti-me na necessidade de empregar grande esforço, para deter o povo na explosão do seu odio contra o presidente da Republica.

Ha senadores que estiveram presentes a essa reunião.

Hontem, Sr. Presidente, os gritos de—morra Affonso Penna—eram ouvidos na praça publica a cada instante, e não surgiu um só dos amigos do Governo, disposto a lhe produzir a defesa!

Onde estavam os defensores do conselheiro Affonso Penna, que não foram pressurosos ao encontro do povo defendel-o?!

O Governo está fraco?!

O Governo está fraco, está vivendo da benevolencia, do esquecimento, do desprezo do povo!

O Sr. João Luiz Alves (*com vehemencia*) — No conceito de V. Ex., aliás muito apaixonado *et... pour cause.*

O Sr. Severino Vieira — Ha factos eloquentes neste sentido.

O Sr. João Luiz Alves— Tambem no conceito de V. Ex. *et... pour cause.*

O Sr. Coelho Lisboa—*Et... pour cause*! Acceito o desafio.

O Sr. João Luiz Alves (*com energia*) — Não lancei desafio nenhum.

O Sr. Coelho Lisboa (*com energia*) — Lançou, e foi o unico que accorreu á defesa do Governo! Agora ouça.

O Sr. João Luiz Alves (*levantando-se*) — Eu não ouvirei cousa alguma. Quem é V. Ex. para...

O Sr. Coelho Lisboa — Sou um republicano que venho da propaganda, sou um propagandista da Republica; e V. Ex. quem é?!

O Sr. João Luiz Alves — Eu não sou cousa nenhuma.

O Sr. Coelho Lisboa — V. Ex. o disse.

O Sr. João Luiz Alves —... sou um Senador da Republica.

O Sr. Coelho Lisboa (*em outro tom*) —V. Ex. o disse.

O Sr. João Luiz Alves— V. Ex. não póde dizer que eu não sou cousa nenhuma.

O Sr. Coelho Lisboa—V. Ex. foi quem disse o que era. Eu perguntei o que V. Ex. era, e foi V. Ex. quem me deu a resposta. A revelação é de V. Ex.

O Sr. João Luiz Alves (*com energia*) — V. Ex. não póde dizer que eu não sou cousa nenhuma.

O Sr. Coelho Lisboa —Interpellado, eu disse o que sou e perguntei a V. Ex. o que era. V. Ex. foi quem se revelou. Não sou capaz de atacar um só dos meus companheiros ; V. Ex. foi quem me atacou *et... pour cause !*

O Sr. João Luiz Alves—Nessa affirmação, nas palavras *et pour cause* não ha uma offensa. Peço a palavra para uma explicação pessoal.

O Sr. Coelho Lisboa—V. Ex. agora ha de me ouvir até o fim.

O Sr. João Luiz Alves — Ouvirei si o quizer ; si não quizer sahirei do recinto. Ouço porque me merece muita attenção.

O Sr. Coelho Lisboa — Agradecido.

Sr. Presidente, peço a V. Ex. que me informe qual o Estado que representa nesta Casa o Senador que me aparteia.

O Sr. A. Azeredo — Não é preciso informação da Mesa.

O Sr. Pires Ferreira — Representa o Estado do Espirito Santo, e isto o honra muito.

O Sr. Victorino Monteiro — S. Ex. não é cousa alguma por ser muito modesto, mas é de grande merecimento.

O Sr. João Luiz Alves — Não tenho a hypertrophia do *eu*.

O Sr. Coelho Lisboa—Perdoem-me VV. EEx.; eu me defendo, quando me vejo atacado, mas tenho fé nas virtudes do povo brazileiro, mas tenho desprezo pelas nulidades que monopolizam o governo, nessa aristocracia da fraude, em que os tres poderes da Republic a me apparecem, não como as arvores que Ferri admirou em nosso paiz, virentes, frondosas, cujas raizes notou, porém, sugam diariamente, obscuramente a vida no solo, mas como arvores, que não teem raizes na soberania popular, e ao primeiro sopro de vento poderão ruir por terra.

Sr. Presidente, peço a V. Ex. que me informe, por que Estado é Senador o collega que me aparteia; eu estou esquecido e não quero citar o seu nome, sem saber bem que Estado representa.

O Sr. Pires Ferreira — E' o Estado do Espirito Santo.

O Sr. A. Azeredo—O Senado e a Nação inteira sabem disso.

O Sr. Presidente — O Senado sabe que o Sr. João Luiz Alves é legitimo representante do Estado do Espirito Santo.

O Sr. Segismundo Gonçalves—Representa o paiz, enviado pelo Estado do Espirito Santo.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, vou dar as razões da minha duvida.

Como S. Ex. ainda pertence á convenção de Bello Horizonte ; como S. Ex. para pertencer áquella convenção precisa ser politico mineiro...

O Sr. Pires Ferreira— E é. Nós, que moramos aqui, poderiamos tambem fazer parte dessas convenções.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, como S. Ex. acaba de ir buscar áquella convenção a candidatura presidencial para o

periodo seguinte, eu vejo que S. Ex. ainda não cortou o cordão umbilical que o prende á madre mineira, e dahi a minha duvida.

O Sr. A. Azeredo — O Sr. Lauro Sodré tambem é chefe da opposição do Estado do Pará e representa o Districto Federal.

O Sr. Pires Ferreira — E ambos com muita honra.

O Sr. Coelho Lisboa—Eu apenas digo, Sr. Presidente, que não comprehendo o que analyso, na Republica ; comprehendo, porém, que o Sr. Lauro Sodré, residindo na Capital da Republica ha muitos annos, sendo um nome, possa representar dignamente este Districto Federal, porque é politico carioca, está *inter-pares*, é residente no Rio de Janeiro.

São estes sophismas que levam a Republica ao naufragio. O facto é outro, é a manifestação da oligarchia Affonso Penna.

Todos nós sabemos que o Sr. Senador foi o negociador da oligarchia do Espirito Santo. S. Ex. ganhou a sua entrada para o Senado com os *serviços* prestados á oligarchia do Espirito Santo, desvirtuando as gloriosas tradições do povo espiritosantense. (*Trocam-se apartes.*)

O Sr. Presidente—Pediria a V. Ex. que se abstivesse de discutir o mandato legitimo do seu illustre collega, e bem assim de se referir ao chefe da Nação nos termos em que o está fazendo.

O Sr. Coelho Lisboa—Fui chamado a esta discussão e não costumo abandonar o campo onde me chamam.

O facto escandaloso que abalou a politica republicana, no principio do anno, foi a negociação da presidencia do Espirito Santo.

O Sr. João Luiz Alves—V. Ex. não conhece a questão. (*Trocam-se muitos apartes. O Sr. Presidente faz soar os tympanos.*)

O Sr. Coelho Lisboa—Aqui não está um Senador, está um republicano, que se bate contra os sophismas desta oligarchia do Cattete.

E a prova do que affirmo, Sr. Presidente, é que estava em Minas o actual governador do Espirito Santo...

O Sr. João Luiz Alves—V. Ex. está enganado...

O Sr. Pires Ferreira—Estava em S. Paulo.

O Sr. Coelho Lisboa — E' a mesma cousa. Mas o facto é que S. Ex. foi se encontrar com elle para negociar a presidencia do Estado do Espirito Santo, dizendo-lhe : — Dou-lhe o governo do Espirito Santo e o senhor me dá uma cadeira no Senado, na vaga do Sr. Cleto Nunes.

O Sr. João Luiz Alves — Veja como V. Ex. se engana ! O Sr. Cleto Nunes morreu depois de eleito e reconhecido o novo presidente.

O Sr. Coelho Lisboa — Está V. Ex. a se apegar a nugas. O facto é que V. Ex. ganhou a primeira cadeira que vagou, desgraçadamente a morte do Sr. Cleto Nunes era esperada.

O Sr. Presidente — Peço licença para advertir a V. Ex. que a hora do expediente está finda.

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, como acabo de ferir um ponto importante da oligarchia do Cattete, peço a V. Ex. que

me conserve a palavra para a primeira parte do expediente de sessão seguinte.

Mas, antes de deixar a tribuna, tenho que render uma homenagem ao meu distinco collega chefe de policia da Capital Federal, o Dr. Alfredo Pinto.

No *meeting* de hontem, quando o povo protestava contra os impostos excessivos, um guarda civil puxou do rewólwer contra o povo. O delegado de policia immediatamente restabeleceu a ordem, merecendo o collega, republicano historico, que está á frente da policia os elogios do povo.

Si a policia tivesse procedido de outra fórma, eu estaria aqui protestando. Mas, quando o Governo cumpre o seu dever, é grato a quem o critica, elogial-o em termos.

Assim, Sr. Presidente, eu, que vou da tribuna do Senado para a tribuna popular, que vou ao encontro do *meeting* na praça publica, digo ao Senado da Republica : — Republicanos, cumpri o vosso dever. Adhesistas, nossos confederados, adhesistas leaes, que amaes esta Republica, cumpri vosso dever. Traidores de toda a sorte que, sómente por ambição e por calculos, tomaes todas as posições, tende cuidado, que o povo brazileiro ruge como um leão !

Sessão de 21 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — Sr. Presidente, ha derrotas que são verdadeiras victorias: o Governo foi derrotado ; o Governo foi victorioso ! Derrotado pela soberania popular, obedeceu á vontade do povo ; cumpriu o seu dever.

Só ha uma victoria, Sr. Presidente : é aquella que nobilita o vencedor !

Attila descia á frente de sua hordas ; em nome da fé,segundo a civilização do seu povo, levava tudo a ferro e fogo ; Attila creou uma nova época na civilização de seu tempo, porque tinha fé ; deante delle desfaziam-se as legiões romanas, porque a corrupção lhes havia contaminado as fileiras.

Elle se considerava o flagello de Deus ! Attila representava a vontade popular marchando em uma das etapas da civilização do mundo, e só foi victorioso porque teve fé, elle tinha fé e coração ; os que o surprehenderam na victoria registram os seus actos de grandeza de alma para com os vencidos.

Hontem o povo me fez lembrar Attila; victorioso percorreu as ruas desta cidade, rendendo homenagem á imprensa, que havia agitado a bella campanha contra o Governo, e, não abusando da victoria, manteve respeito relativo para com o Governo derrotado. O povo foi victorioso ; nos *Annaes* do Senado registro essa bellissima victoria do povo, na reivindicação de seus sagrados direitos de soberania.

O Governo, cedendo, merece os meus elogios ; governo fraco não é o que cede á vontade do povo, é o que, contaminado como os romanos do Imperio pela corrupção dos tempos, tem illusões de que póde resistir, enfrentar os impetos do leão que ruge nas praças ; oxalá a sua submissão não tenha sido uma cilada ! O povo ficará porém alerta !

Registre-se, Sr. Presidente, nos annaes da historia brazileira, essa victoria do povo ; venceu ! E' a sua primeira victoria na actual campanha ! O Governo recolha, como apontamento, como ensinamento, essa pagina, que se escreveu nas ruas do Rio de Janeiro, em que o povo demonstrou que sabe pensar, que sabe agir, que sabe vencer !

Sr. Presidente, a campanha está em seu inicio apenas. A primeira escaramuça sobre o *orçamento municipal* vem chamar o povo ao cumprimento de seus sagrados deveres. Eu disse da tribuna que não sou revolucionario ; filho do povo, amando o povo, em cujo seio me formei, e com o qual estive sempre em contacto, na tribuna popular, eu comprehendo que o nosso povo, que ha tantos annos estudo, é essencialmente evolutivo ; comprehendo que, com as vantagens adquiridas na marcha da civilização moderna, as re-

voluções, surgindo de um estado de ebulição social, fazem com que venham á tona as fezes, que conseguem dominar após ellas !

E é por isso que, tendo sido obtidas as nossas conquistas pelo processo evolutivo, nós temos maiores garantias na marcha da nossa civilização.

Sr. Presidente, si é verdade que nos tes 19 annos os publicos negocios teem sido malbaratados pela corrupção administrativa, á sombra da paz, não é menos verdade que, desde que o povo se compenetre de seus deveres e direitos ; desde que concorra ás urnas com energia, que obrigue o Governo a abrir as casas em que se devem effectuar as eleições, hasteando nellas a bandeira nacional, symbolo sagrado da Patria ; desde que o povo exija a apuração dos seus votos e quando tiver consciencia de que a sua votação, de que a sua vontade, expressamente manifestada, foi illudida por um reconhecimento fraudado, saiba pugnar por seus direitos, clamando pelo reconhecimento de seus representantes queridos, destruindo mesmo os *ajuntamentos illicitos* em que se tiverem transformado as corporações, que se não dignificarem no exercicio de seus altos poderes, a Republica será uma verdade ! Quando o povo souber combater os enviados do Cattete, das oligarchias dos Estados, o povo terá conseguido a regeneração dos costumes contra essa—*aristocracia da fraude* — que ora mantem os tres poderes da Republica, sem raizes na soberania popular.

Sr. Presidente, a Republica está em publico leilão *et... pour cause*.

O grande escandalo que se praticou no principio do anno passado foi a eleição de presidente do Espirito Santo, oligarchia fundada por Affonso Penna.

Comprometti-me, Sr. Presidente, a discutir aqui a creação dessa oligarchia presidencial, porque a isso fui chamado. Mas hoje um compromisso historico me prende á tribuna.

Procurado por um velho companheiro de propaganda no Espirito Santo, que me veiu trazer documentos sobre o conluio que creou a oligarchia daquelle Estado, ouvi as queixas daquelle povo por intermedio desse representante, encanecido no serviço da Republica, velho commerciante do sul do Espirito Santo. Elle me dissera ha 12 annos :

« Doutor, esta é a Republica que o senhor nos prometteu no Espirito Santo, quando andou em propaganda ? Esta é a Republica que o senhor descrevia da tribuna, nas praças das cidades e villas de minha provincia ? ! »

Hontem elle foi á nossa casa e me disse: «Ah ! Doutor, felizmente V. Ex. hoje póde lançar seus olhos para o Espirito Santo, dizendo algumas palavras em nosso favor, e V. Ex. tem responsabilidades, tem deveres, porque foi a palavra que nós ouvimos lá no seio da familia espirito-santense, prégando as vantagens da Republica.» E accrescentou: «Sr. Doutor, eu lhe trago documentos com que V. Ex. póde provar o que avançou hontem no Senado, entre elles a escriptura de venda da Sul Espirito Santo.»

Aqui figuram, Sr. Presidente (*mostrando um documento*), dous agenciadores de negocios, alheios á economia do Estado, um como procurador, do presidente do Estado, pessoalmente, do Sr. coronel Henrique Coutinho, e outro, procurador *improvisado* do Thesouro, socios ambos nesta negociação, cuja escriptura por certidão

vou ler e para cujos termos chamo a attenção do Senado da Republica : *(Lendo)*

« Os abaixo assignados, Dr. João Luiz Alves, procurador do Sr. coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente do Estado do Espirito Santo, em nome do mesmo Estado, e A. H. A. Knox Little, superintendente da *The Leopoldina Railway Company, limited*, nos termos da escriptura publica, desta data, de compra e venda da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, lavrada em notas do tabellião Dario Teixeira da Cunha, para complemento da mesma escriptura, quanto á fórma de pagamento do preço ajustado, contractaram o seguinte :»

Quando eu fallar no Dr. João Luiz Alves, refiro-me ao agenciador da venda da Sul Espirito Santo, mais adeante: *(Continuando a ler)*

« 2.º O procurador do Estado, Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, applicará esse preço pela fórma seguinte, etc., etc.»

Trata-se da quantia por que foi vendida a estrada.

O Sr. Alfredo Ellis—Não havia autorização legislativa ?

O Sr. Coelho Lisboa—Quem poderá informar é o honrado representante do Espirito Santo, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Moniz Freire.

O Sr. Moniz Freire—Houve autorização para esse fim.

O Sr. Coelho Lisboa—Não estou tratando da legitimidade da venda, mas das bases da organização da oligarchia do Espirito Santo.

O documento tem por fim provar que o Dr. João Luiz Alves, agenciador desse negocio, é, segundo se vê, companheiro, socio do Dr. Jeronymo Monteiro, procurador *ad hoc* do Estado.

O Sr. Presidente—Não posso deixar de interromper ao nobre Senador para pedir a S. Ex. que se dirija aos seus collegas em linguagem respeitosa, conforme prescreve o Regimento.

O Sr. Coelho Lisboa—Mas por que V. Ex. declara isto?

O Sr. Presidente—Em obediencia ao Regimento.

O Sr. Coelho Lisboa—Mas por que?! Que foi que eu disse a respeito de um collega ?!...

O Sr. Presidente—V. Ex. chamou-o de agenciador de negocios.

O Sr. Coelho Lisboa—Não, Sr. Presidente, V. Ex. precisa orientar-se para não se enganar, afim de merecer, como merece, o respeito de quem está na tribuna. Desculpe-me V. Ex. Acabei de dizer e prevenir, que não me estava dirigindo a um collega meu ; estou me dirigindo ao assignante desta escriptura que exhibo.

O Sr. Presidente—A Mesa utilizou-se de um direito que lhe dá o regimento da casa.

O Sr. Coelho Lisboa — E' preciso, portanto, que se siga o regimento ; não é o que V. Ex. pede ? Agora si V. Ex. manifesta desejos que a minha palavra seja tolhida, sento-me.

O Sr. Presidente — Absolutamente não é essa a intenção da Mesa, mas apenas fazer respeitar o regimento.

O Sr. Coelho Lisboa — Passada esta interrupção pela Mesa do Senado...

O Sr. Presidente — Attenção !

O Sr. Coelho Lisboa — V. Ex. não me interrompeu o discurso, Sr. Presidente ?! Oh ! senhor ! Passada essa interrupção pela Mesa do Senado !... continuarei, nas considerações que estava emittindo.

O Dr. João Luiz Alves, assignante deste contracto de compra e venda da Espirito Santo, era socio, como agenciador de negocios, do Dr. Jeronymo Monteiro, actual Conde de S. Jeronymo, conde romano, por Sua Santidade o Papa (*riso*), irmão do bispo do Espirito Santo e, por graça do Sr. Affonso Penna, presidente do Espirito Santo.

Sr. Presidente, em defesa dos meus ideaes republicanos, eu não encontro obices, não vejo pessoas ; vejo a estrada larga que me tracei.

E sabe V. Ex., Sr. Presidente, por onde a tracei ?

Pelos campos desse mesmo Espirito Santo, victima hoje, em plena Republica, de taes ladroeiras ! Por picadas abertas por engenheiros, que exploravam estradas de ferro, em extensas mattas passando como passei, para galgar o Alto Guandú, 36 horas com fome, e commigo os meus companheiros de jornada, ali fomos atacados, por cerca de cem negros armados, aos quaes os fazendeiros monarchistas fizeram crer que nós, os republicanos, os queriamos reduzir de novo á escravidão ! Elles me ouviram calmos na conferencia e voltaram em paz ; fundei o Club do Alto Guandú e a Guarda Rural da Republica contra as pretenções do principe de Orleans, em companhia do redactor proprietario do *Cachoeirano*, João Loyola ; João Loyola, que podia ter nesta Republica, pela qual tanto se sacrificou durante toda a sua vida, um logar qualquer, onde applicar sua actividade e competencia, que lhe pudesse garantir o resto da existencia, que afinal está asylado no archivo da repartição da policia.

Sr. Presidente, sabe V. Ex. onde eu fui buscar a autoridade com que me apresento no Senado da Republica ?!

Nessa campanha gloriosa de propaganda, cujos homens teem desapparecido, victimas das perseguições desses governos corruptos, que tudo avassallam para fazer fortunas.

Sr. Presidente, em balde eu pergunto: onde estão os grandes batalhadores do Espirito Santo, aquelles que me acompanharam nessa perigosa jornada ao sul da provincia, pela Cachoeira do Itapemirim, Calçado, Alegre, Veado, villa do Espirito Santo, Muqui, Itabapoana, Alto Guandú, atravessando os limites com Minas Geraes, para fundar o Club Alexandre Stockler, no valle do Manhuassú, em Santo Antonio de José Pedro ?

Onde está o querido propagandista de Minas Geraes, Alexandre Stockler, que já naquelle tempo era um nome, que foi membro da Constituinte republicana, propagandista da mudança de capital de Minas, propaganda para a fundação dessa Bello Horizonte, cidade de Minas, onde gozam os filhotes modernos ?!

Sim, onde está Alexandre Stockler, que não occupa uma cadeira no Senado da Republica, com o merecimento enorme que lhe assiste? (*Pausa.*)

Está no ostracismo desta Republica de filhotes! (*Riso.*)

Onde está, Sr. Presidente, Deslandes, o velho Deslandes, coberto de glorias na campanha do Paraguay, capitão de voluntarios, a quem Taunay elogia excepcionalmente na sua *Retirada da Laguna*?

Onde está o coronel Deslandes, o bravo voluntario brazileiro, que, depois da retirada da Laguna, seguiu para os campos do Paraguay, de lá voltando ferido?

Onde está Henrique Deslandes, o constructor da Estrada do Cachoeiro, Castello e Alegre, ao silvo de cuja locomotiva eu propaguei a idéa republicana naquellas paragens?!

Onde está o Deslandes, o autor de um projecto de—aeroplano—que, estudado no Ministerio da Guerra, obteve dos engenheiros militares parecer favoravel enthusiastico, e que, estudado no Ministerio da Marinha, teve tambem alli pareceres enthusiasticos de approvação?

Eu o apresentei ainda ao Dr. Carlos Sampaio, ornamento da nossa engenharia, lente da Escola Polytechnica, grande industrial, e elle mostrou-se enthusiasmado pela descoberta do aeroplano Deslandes. Onde está esse homem coberto de serviços ao Espirito Santo, autor principal do desenvolvimento do Sul do Estado, pela estrada de ferro que construiu, pela navegação do rio Itapemirim, que organizou, bem como pelos serviços da propaganda?! Onde está Deslandes, que não occupa um logar nesta Casa, representando a autonomia do Espirito Santo?

Sr. Presidente, eu pergunto onde está Affonso Claudio, batalhador valente da propaganda, jurista adeantado, primeiro governador do Estado do Espirito Santo, nomeado pelo Governo Provisorio?

Onde está Affonso Claudio, que não é Senador desta Republica?!

Ah! o Senado não sabe responder, mas a mocidade do Espirito Santo sabe que elle está no ostracismo, exercendo a advocacia, porque é um homem honesto, e esta desgraçada Republica tem horror á honestidade! *et... pour cause*!

Povo do Espirito Santo, glorioso povo que me seduzistes para levar a vosso seio a palavra republicana, quando uns quatrocentos cavalleiros da villa do Calçado passaram os limites do Rio de Janeiro, atravessando a ponte de Itabapoana, para defender Nilo Peçanha, perseguido pelos janizaros do governo de Nitheroy; foi então que convidado pelos amigos do Espirito Santo, para lá segui, tinha voltado da propaganda no Rio Grande do Sul, o meu ideal era entrar no Rio de Janeiro com uma ala de revolucionarios espirito santenses, porque vira o ardor com que aquelles cavalleiros accorreram do Calçado em defesa do propagandista fluminense. Onde estão esses homens que fundaram commigo a *Guarda Rural da Republica* para a defesa dopaiz, contra as pretenções do principe de Orleans? Onde está Brandão do Valle, presidente do Club Republicano do Calçado, que levou a propaganda republicana, victoriosa em todo o Sul da provincia?!

Abandonado, perseguido! Por que não se acha elle aqui representando com seus ideaes republicanos a autonomia do Estado, em uma cadeira do Senado da Republica?!

Sr. Presidente, onde está Antonio Aguirre, medico distincto, redactor chefe do *Cachoeirano*, um dos bellos talentos do Espirito Santo? Por que, nem na Camara dos Srs. Deputados, nem no Senado da Republica, conseguiu o caracter de Antonio Aguirre conquistar uma posição?

Onde estão os dous Alexandrinos? Um, Alexandrino Valin, na Conceição de Moguy, o outro, Alexandrino Pereira, em Benevente, cada qual mais valente, batendo-se pela Republica naquelles tempos em que o Imperio tinha todas as graças para todos que se aqueciam ao throno!

O Sr. Presidente — Peço licença para interromper a V. Ex., fazendo-lhe sentir que está finda a hora do expediente.

O Sr. Coelho Lisboa — Não pedirei prorogação, Sr. Presidente, porque pretendo continuar com a palavra amanhã.

Interrompo, por isso, esse grito de alarma ao valoroso povo do Espirito Santo, que não tem cumplicidade na fundação dessa oligarchia, como provarei amanhã; alarma que fará acordar para reconquistar a sua liberdade, vendida em virtude de uma escriptura publica.

Portanto, Sr. Presidente, estando finda a hora do expediente, peço a V. Ex. que me conserve a palavra para a primeira parte do expediente de amanhã.

O Sr. Presidente — V. Ex. será attendido.

Sessão de 22 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa— O baluarte da Republica, *O Paiz*, deu o toque de clarim, levantando a campanha sagrada do povo contra o golpe de Estado eleitoral do Cattete, impondo á soberania nacional a candidatura do Sr. Ministro da Fazenda á presidencia da Republica, o que prorroga o prazo constitucional, além dos limites que lhe traçou a Constituição de 24 de fevereiro.

Sr. Presidente, a *Folha do Dia*, sentinella perdida da liberdade, accorrendo com o seu — Alerta estou! — no seu posto glorioso, arregimentou as suas columnas contra a invasão de attribuições, por este golpe de Estado, convidando o povo brazileiro a cumprir os seus deveres, demonstrando a força que possue, para se fazer respeitar pelo Presidente da Republica.

Sr. Presidente, assim como a mulher, ou é sublime, ou é ridicula, a Republica, representada por uma figura de mulher, ou é sublime, ou é ridicula. Ou temos a Republica que prégamos ao povo, com todas as suas virtudes; ou temos uma Republica fraudada, que corresponde perfeitamente ao ridiculo, que a torna exposta ao escarneo publico, ao desprezo das multidões.

Assim, Sr. Presidente, ou o Presidente da Republica está á altura do cargo, é venerado e querido do povo, nunca será desrespeitado; ou não está á altura do cargo, si é um energumeno, provoca o desrespeito, se expõe ao escarneo publico.

O Presidente da Republica, tomando a iniciativa de uma candidatura e da candidatura de um seu secretario, e secretario da fazenda, é um criminoso! Faz-me lembrar os tempos de Roma, quando no imperio se degenerava aquelle povo.

Eu disse hontem ao Senado, vemos na historia as hordas de Attila, vigorosas, pela causa do seu povo, energicas e fortes, tomarem todas as posições, devastarem cidades romanas, penetrarem na propria Roma, só recuando diante das palavras evangelicas e supplices de Leão, o bispo de Roma.

O terrivel flagello de Deus, vencedor e devastador dos povos, foi dominado pela palavra evangelica do chefe do catholicismo, de então.

Roma viu as suas phalanges se desfazerem, apezar dos seus generaes terem bem cultivada a arte da guerra, apezar dos seus conhecimentos de tactica e estrategia militar. Mas eram levados de rojo, porque não tinham fé nos homens dirigentes, porque a corrupção tinha tomado conta dos governantes, porque apodrecia a sociedade, porque o Senado romano deixava de ser aquella arca santa, aquelle recinto augusto, que inspirava a admiração ao mundo, para viver uma vida ingloria, não tendo tido, ao menos,

na phrase de um grande historiador, o consolo de morrer, restava para alli o fantasma do que fôra.

Desenrolarei ao Senado uma pagina dos tempos em que estava no auge a degenerescencia de Roma, acarretando a destruição dos seus sagrados principios republicanos.

« Viu o imperio, diz D. Antonio da Costa, historiador portuguez, successivamente correr diante de si a vasta galeria dos libertos (onde se diz libertos diga-se filhotes— olygarchas. Abro este parenthese); a sociedade desprezava-os por serem manchados do ferrête servil e adorava-os como senhores, que se tornaram della.

De mais a mais, nem romanos eram já pela maior parte. Escravos exportados da Grecia, da Syria, das diversas nações do Oriente, para os mercados publicos de Roma, alli os compravam os nobres e os ricos e o proprio paço, vindo depois a forral-os, graças ao merito e á astucia delles. Dahi lhes principiava o accesso.

Logo, em tempo de Augusto, o liberto Licinio (antigo escravo de Julio Cesar) foi nomeado governador da Gallia, onde se enriqueceu de um modo original, ordenando, para as cobranças dos impostos, que o anno se compuzesse de 14 mezes. Os impostos, relativos aos dous mezes da invenção, eram para elle, e no intuito de desculpar-se offereceu a Augusto parte das riquezas que roubara. O liberto Felix foi nomeado, por Claudio, governador da Judea.

No decorrer do imperio exerceram os libertos os cargos mais subidos. Eram elles os secretarios de Estado, os ministros da fazenda, da justiça, os camareiros-móres. Como ministros da fazenda, tinham na mão os haveres do mundo todo. As receitas desse ministerio comprehendiam as minas de ouro da Iberia e Dalmacia, as colheitas da Africa, os bancos de perola dos mares do Oriente, as fabricas de crystaes de Alexandria, as florestas da Numidia, os mercados de marfim das Indias, e a cobrança de todos estes tributos importantes em Roma. Corriam-lhes, além disso, pelas mãos as despezas do mundo e a fabricação das moedas. Que fontes de exploração não seriam todas estas, bem como a traficancia com a concessão dos empregos geraes, dos altos cargos do Estado e com as sentenças judiciarias ! Os imperadores, na sua maioria, eram escravos dos seus escravos, não ouvindo sinão estes, não governando sinão por seus conselhos, diz Plinio, um dos mais sizudos escriptores do tempo.

Os nomes dos libertos Calixto, Narciso, Pallas, Etrusco, Entello, Abacanto e de outros, chegaram até nós. O sizudo Seneca declara ter sido testemunha presencial de que o antigo senhor do liberto Calixto esperava á porta do fôro seu escravo. Poliatecto, liberto dos mais concussionarios, foi mandado superintender o general em chefe do exercito romano da Bretanha, com pasmo dos proprios barbaros. O liberto Eleandro, escravo estrangeiro, comprado, foi prefeito.

Certa manhã, sahia de Roma o senador Plinio, pela via Appia, a via monumental dos tumulos. Deparando-se-lhe o sumptuoso tumulo do celebre Pallas, escravo forro, que fôra ministro vil e cruel do imperador Nero, deteve o carro e leu o epitaphio : « O Senado, querendo recompensar a fidelidade de Pallas ao imperador, concede-lhe as honras de pretor e quinze milhões de sestercios. »

Plinio, indignado, deu-se a pesquizas nos pulverulentos archivos da curia e encontrou, por fim, o *senatus consultus* original, a que o epitaphio se referia.

Dizia, em resumo: « O Senado, em nome de Pallas (e o recinto senatorial não foi purificado, exclama Plinio, na carta em que relata o caso), agradece ao imperador o ter-lhe proporcionado ensejo de testemunhar ao seu liberto favorito um sincero reconhecimento, de augmentar a riqueza do mais *fiel e desinteressado* administrador das finanças do principe, resolvendo que este *senatus consultus* e o relatorio sejam gravados em bronze e conservados perpetuamente ao pé da estatua do divino Julio.»

Plinio commenta este descobrimento, com a mais viva indignação, por querer o Senado que a sua propria infamia ficasse perpetuada á vista de todas as gerações, no logar mais publico de Roma. Tacito descobriu posteriormente novos pormenores do caso.

Não, Sr. Presidente, o Senado da Republica brazileira não ha de descer até onde desceu o Senado de Roma, na degenerescencia do imperio ; o Senado brazileiro, como successor do Senado do imperio, que era um Senado serio, que era um Senado correcto, que era um Senado altivo, espero, nunca será cumplice dos crimes do Cattete.

Nesse Ministerio, em que se acham grandes homens, que se impõem pelo caracter, levando a effeito os seus planos de governo, vemos entre todos o idolo do povo, que inspira orgulho a toda uma geração de brazileiros, e que representa hoje a garantia segura da paz sul-americana. Nesse governo, em que fulgura Rio-Branco, brazileiro de indiscutivel valor, acclamado pelas multidões, onde quer que appareça ; formando com a pasta do exterior um *trio*, que representa a força deste paiz perante o estrangeiro, vemos Hermes da Fonseca, soldado educado, que fez a reorganização do exercito, que se impoz á admiração do mundo militar da Allemanha ; Alexandrino de Alencar, que sustentou no Senado a bella discussão sobre a reorganização naval e que está pondo em execução o seu programma, sem querer se preoccupar com a politica, porque, hypothecando os seus esforços ao paiz, elle só quer responder pela gestão dos negocios da marinha.

Quando as multidões acclamam Rio-Branco — o grande brazileiro ; quando Hermes da Fonseca tem ao voltar ao seio da patria nesta capital uma recepção estrondosa, e Alexandrino de Alencar faz despertar na Europa, por seu programma naval, enthusiasmo pelo Brazil, o Sr. Affonso Penna lembra-se para Presidente da Republica, entre seus ministros, justamente aquelle que vê naufragarem os seus planos financeiros na gestão da Fazenda, arrastando maiores desgraças para o Brazil ?! O Sr. David Campista procurou dotar o Brazil com uma *caixa de conversão*, que é um arremedo da caixa de conversão argentina.

Mas, lá havia o bi-monetalismo, e aqui, procura-se ainda formar duas moedas. O que vemos, porém, é o naufragio das nossas finanças, a quéda do cambio, artificialmente mantido á custa do contribuinte, e em torno desse ministro, formando-se um celebre *jardim da infancia*, composto de filhotes, que exploram todas as forças vivas da Nação, em uma politica desbragada, contra os velhos republicanos e ex-monarchistas, que teem responsabilidades conquistadas na historia do Imperio e da Republica.

Hontem descrevi o modo por que se negociou o governo de um Estado da Republica, e como continuando, uma vez conseguido aquelle *gordo negocio*, em consequencia de escriptura publica, que

vou analysar amanhã, já os mesmos agentes de negocios ageitam as negociações — é o termo que elles applicam — para o cargo de vice-presidente.

Dizem elles que o presidente já está escolhido, e que o vice-presidente está em leilão.

O Sr. Severino Vieira — Não é o Sr. José Marcellino?

O Sr. Coelho Lisboa — Será quem der mais! Bahia, Pernambuco, Minas, S. Paulo, Espirito Santo, Pará, quem dá mais, não ha quem dê mais! e o grande *oligarcha* do Cattete bate o martello, conforme os lances que lhe trouxerem os proponentes.

O Sr. Presidente — Lembro a V. Ex. que a hora do expediente está finda.

O Sr. Coelho Lisboa — Desejando, Sr. Presidente, exercer o direito de continuar com a palavra, uma vez que o termo do expediente me interrompe o discurso, peço a V. Ex. que me conserve inscripto para a primeira parte do expediente da sessão de amanhã.

O Sr. Presidente — Sem prejuizo dos oradores já inscriptos.

O Sr. Coelho Lisboa — Mas eu estou com a palavra, devo ter preferencia. E' um direito meu.

O Sr. Presidente — Releve-me V. Ex. O direito de V. Ex. termina onde começa o direito dos illustres oradores inscriptos ha tres dias.

O Sr. Coelho Lisboa — Como V. Ex. está rigoroso para com o seu velho companheiro de luctas!

O Sr. Presidente — Estou cumprindo o Regimento.

O Sr. Coelho Lisboa — Como é triste cahir!

O Sr. Severino Vieira — Mas V. Ex. não cahirá.

O Sr. Coelho Lisboa (*com energia*) — Não cahirei, porque estou no coração do povo!

(*Applausos, bravos e palmas das galerias e nos corredores.*)

Sessão de 23 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa — *Dii immortales! in qua urbe vivimus, quam Rempublicam habemus?!* — Clamou o grande consul, quando previu com sua percepção de aguia romana o desmoronamento da Republica. Em que cidade vivemos, que Republica temos? — pergunto eu a essa geração de republicanos da propaganda, que se compromettêram com o povo brazileiro para a transformação politica do paiz, no sentido da conquista de seu ideal secular — a Republica.

Surprehendidos pelos elementos deleterios do baixo imperio, vimos a pouco e pouco avassallados os baluartes da defesa social e presenciamos, o que ha de mais triste, a descrença espalhada no seio do povo brazileiro, que ora se revolta contra a fórma de governo, pela qual derramaram seu sangue, perderam suas vidas preciosas os martyres de nossa historia.

Sr. Presidente, o grito de alarma contra o crime do Cattete veio a tempo e a fé inabalavel que eu tenho nos destinos do Brazil pela orientação, competencia e força moral de seu povo, faz convencer-me de que passamos por uma daquellas épocas sophisticas de que fallava Castellar ao povo hespanhol, para ganharmos a marcha franca do progresso, que deve garantir o desenvolvimento do corpo social brazileiro.

Chegámos porém ao ultimo ponto!

Quando, no Imperio, se accusava os pequenos ministros, dizia-se, como lembrou o *Paiz*, ha poucos dias:—elles saem dos quartos baixos de S. Christovão. Hoje, o Presidente da Republica, que foi um daquelles, entende que deve tirar o futuro Presidente da Republica dos quartos baixos do Cattete.

Não, Sr. Presidente, a Republica não passará por essa humilhação.

E si é verdade que o conselheiro Lafayette entendeu poupar o Dr. Affonso Penna, pois, quando Lafayette mandou a celebre carta ao Rodrigo, demittindo-o do ministerio, o Imperador disse-lhe ao ouvido: « Por que não manda igual carta ao seu ministro da agricultura? »—si é verdade que o Imperador, reconhecendo a sua incompetencia, o despediria por igual fórma, continuando elle no ministerio sómente por condescendencia do chefe do gabinete, não é menos verdade que na Republica S. Ex. só subiu os degráos do palacio do Cattete, por uma surpresa, para aparar o golpe do mesmo Cattete, igual ao que elle quer desfechar hoje contra a soberania do povo; por uma homenagem ao Estado de Minas a colligação republicana apanhou o primeiro elemento politico, que se apresentava no momento, sem lhe examinar o valor moral; de um erro tal o incremento das oligarchias nos Estados, a creação da oligarchia do Cattete.

Sim, Sr. Presidente, porque si o acaso favoreceu a apresentação da sua candidatura á Presidencia da Republica, num momento de agruras politicas, e o nome mineiro deu-lhe prestigio sufficiente para ser o eleito da occasião, a verdade é que a incompetencia que tem S. Ex. demonstrado no Governo, faz com que o povo se revolte contra a sua inacção no sentido do bem, contra a sua acção no sentido da corrupção social.

Sr. Presidente, a incompetencia do Dr. Affonso Penna é tal, que elle não tem força para crear uma agencia postal no Acre.

Disse-me elle um dia, em palacio, na presença do meu companheiro de luctas, chefe politico no Estado da Parahyba do Norte, o Dr. Lima Filho:—«Vejam lá como são as cousas. Eu, que posso tanto, segundo dizem, ha dous annos lucto para crear uma estação postal no Acre. Esta carta, carta que havia recebido e estava a ler, é de um amigo meu, juiz naquella região, que me pede a creação dessa agencia, ha quasi dous annos a reclama, ficam sem noticias lá dous e tres mezes, e ainda não pude satisfazel-o. Dou as ordens, mas dizem-me sempre que ha uma difficuldade, ora por falta de lei, ora por falta de verba, e ainda eu nada pude conseguir.»

Eis, Sr. Presidente, por confissão de S. Ex., a sua fraqueza patente.

Entretanto, este homem quer fazer um Presidente da Republica! Tanto confia na corrupção, que tem implantado no nosso meio social, que se suppõe na altura de desfechar sobre a soberania popular um golpe de Estado, que é um crime previsto pela lei das responsabilidades presidenciaes. E por que assim pensa S. Ex.? Por que acostumou o seu espirito ás trevas, á inacção, e, por que não dizer? á preguiça! S. Ex. nada faz. O Congresso Nacional votou a creação de um—*banco agricola*—,depois de um estudo acurado nesta e na outra Casa, e até hoje esta exigencia da agricultura, que agoniza, abandonada em um paiz essencialmente agricola, não mereceu a menor satisfação de S. Ex., executando a lei que sanccionou, creando o banco agricola, tão reclamado.

As duas Casas do Congresso, no exercicio de suas prerogativas votaram a creação do—*ministerio da agricultura*—, ha mais de dous annos, e a incompetencia do homem que occupa o palacio do Cattete, que foi ministro da agricultura no regimen passado, ainda não o habilitou a crear o ministerio da agricultura, para a satisfação das exigencias desta primeira base do progresso nacional!

E do meio de tantas fraquezas, em virtude de uma ousadia sem nome, surge a vontade manifesta do pygmeu do Cattete, pretendendo enfrentar o gigante popular—o povo brazileiro.

O Sr. Presidente—Peço licença á V. Ex. para observar que a Mesa, dentro do Regimento, não permitte attribuir ao chefe da Nação más intenções ou desrespeito.

O Sr. Severino Vieira—Oh! Sr. Presidente, pygmeu do Cattete não é nada que possa susceptibilizar quem quer que seja; pygmeu é um homem de estatura pequena.

O Sr. Coelho Lisboa—O respeito que devo ao Senado, o respeito que devo á Mesa do Senado, o respeito que devo á pessoa de V. Ex., Sr. Presidente, fazem-me declarar que não tinha intenção nenhuma de desrespeitar o Sr. Presidente da Republica.

O Sr. Presidente—A Mesa agradece a V. Ex.

O Sr. Coelho Lisboa—Tinha intenção sómente de definil-o, *omnis definitio periculosa est*—diziam os Romanos. Não se póde definir o extremamente pequeno, sinão procurando os elementos de estudar o extremamente pequeno.

Já vê V. Ex. ...E tratando as considerações que vinha fazendo, não é muito que me admire e pergunte como o grande orador romano: Em que cidade estamos? ! Que Republica temos? !

O Sr. Presidente da Republica assignala os dias de sua permanencia no Cattete por actos que deprimem o caracter brazileiro, e um daquelles, o que mais merece ser verberado, é o desvio que S. Ex. fez da verba de soccorros publicos para a Exposição Nacional.

Sr. Presidente, S. Ex. quando abriu aquella Exposição não se recordou do pedido que eu lhe fizera desta tribuna, de que ao abrir o grande comicio se lembrasse de que nos campos do norte morriam de fome e sêde milhares de familias de emigrantes, que descendo do alto sertão, em caravanas da desgraça, deixavam pelas estradas pedregosas as ossadas de paes queridos, de filhos idolatrados, como documentos tristes dos martyrios da secca do norte.

S. Ex. demonstrou, depois de *saltitar* dias e dias por aquelles pavilhões, a abrir todas as exposições estaduaes, parcelladamente, S. Ex. demonstrou no dia em que teve de pronunciar a expressão consagrada do encerramento da Exposição, quanto o seu cerebro estava retardatario, atrazado um seculo: S. Ex. vivia no meio de uma sociedade illuminada pela electricidade—*a cidade da luz*—mas... era um homem de 1808! Elle disse, com a sua emphase: —está encerrada a exposição de 1808.

A força inexplicavel, através a linguagem dos seculos, caracterizada na India por—Driaus—, *céo azul*, na lucta entre Indra e Vittra, nos tempos primitivos dos Aryas; na civilização da Persia, por Ormus contra Ahriman; por Jehovah, entre os hebreus; Zeus na civilização grega; Jovis para o povo romano; entre os catholicos, Deus; entre os arabes, Allah! entre os barbaros, nas tribus da Germania, Gott; para os filhos da viuva, Supremo Architecto do Universo; Força da materia, entre os sabios, cultores do estudo objectivo; esse *Ente Supremo*, director de todos os movimentos da vida humana e da vida universal, que vela sobre todos os destinos do mundo, condemnou S. Ex. no dia em que elle encerrava a Exposição, cercando-o de trevas! E S. Ex. teve medo! E tremeu em meio aquella escuridão! A cidade da luz transformou-se em um abysmo de trevas!

Sim, Sr. Presidente, porque a Exposição se tinha transformado, não na bacchanal dos quarteis, com que S. Ex. insultou a Republica no berço; ao bravo exercito brazileiro e á gloriosa armada nacional, mas na bacchanal dos filhotes e oligarchas que dominam a Republica nesta phase de decomposição moral. (*Palmas nas galerias.*)

O Sr. Presidente — Attenção! As galerias não podem manifestar-se.

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, hontem pronunciou-se a Providencia, que vela sobre os destinos do Brazil, de fórma a impressionar os crentes de todas as religiões. No momento em que uma nova bacchanal da politicagem se reunia, em contraposição aos *meetings* populares, em que o povo improvizara oradores de talento e eloquencia espontaneos de Corrêa da Silva, em resposta ás

reuniões populares em que o povo protestara contra a fome, que lhe batia á porta, quando Corrêa da Silva dizia a este governo que seus filhinhos se arrastavam na lama de sua casa, á falta de casas para operarios, cujo projecto o Sr. Feliciano Penna aqui prende, ha dous annos! em resposta aos lamentos do povo, os politiqueiros que querem monopolizar as forças vivas da nação pela intriga, pela calumnia e por todos os vicios que surgiram da caixa de Pandora—a politicagem—os filhotes do Jardim da Infancia reuniam-se em agapes. Logo em principio a electricidade, essa força maravilhosa da natureza, que procede do choque dos polos—positivo e negativo—negou-lhe a luz ao banquete. Era a *força da materia* que se manifestava contra esse festim de Balthazar caricato.

Sr. Presidente, não se ha de amalgamar a futura candidatura presidencial com os elementos com que se amalgamaram as candidaturas oligarchicas da Parahyba do Norte e do Espirito Santo porque o povo acorda, o povo sente-se forte, começa a compenetrar-se dos seus direitos e amanhã, como hontem no Rio de Janeiro, o povo do Espirito Santo dirá ao *conde romano*:—se aceitastes um titulo do estrangeiro, perdestes os direitos de cidadão brazileiro, não podeis mais ser nosso Presidente.

Povo do Espirito Santo, não é verdade que a Constituição brazileira e a Constituição do Estado do Espirito Santo estejam reduzidas ao que eram as constituições do Imperio romano, em decadencia, onde os libertos, que então enchiam o Senado, que era um fantasma do que fôra, diziam—*Constitutio est quod imperator constituit.*

Não, a Constituição brazileira é e será o que o povo, por seus delegados, deliberou ; as Constituições dos Estados hão de ser respeitadas, porque são as expressões da vontade popular nos Estados.

O Estado do Espirito Santo está amorpho, presidido por um estrangeiro.

Sr. Presidente, *proh pudor* ! tenho aqui a certidão da escriptura da *venda do Estado do Espirito Santo*.

Para não cansar o Senado, já a tendo lido ante-hontem, havendo recebido hoje uma carta de um meu velho amigo e companheiro de propaganda, em que esse espirito-santense synthetiza a apreciação da escriptura, que aqui está e que os meus collegas poderão examinar (*passando o documento á bancada visinha*) a vou ler ao Senado. (*Lê.*)

> « Preciso é, que na sustentação da these—o ter o Dr. João Luiz Alves por unica credencial justificativa da posse da cadeira, que lhe deram no Senado a qualidade de agente de bons negocios, como V. Ex. disse, não esquecer o seguinte topico—pela escriptura, que não é cópia, é certidão passada pelo proprio tabellião, do accôrdo de 22 de abril de 1907, elle firmou com a compradora—Companhia Leopoldina—que a venda da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo seria feita por 4.000:000$, pagaveis em 2.500 acções da Leopoldina, do valor de 1:600$ cada uma, as quaes tinham na cotação da praça valor não inferior a 1:200$, e que a companhia compradora garantia essa cotação sempre que ella baixasse na praça, repondo ao Estado a differença ; desde que o negociador na escriptura definitiva de venda lavrada a 22 de agosto de 1907, e já então socio na procuração do Dr. Jeronymo Monteiro, que no accôrdo primi-

tivo apparece assignando-o não como agente negociador, mas como simples recebedor do preço, dado que na venda definitiva o negociador tivesse recebido o preço em as ditas acções, receberia 4.000:000$. Mas diz a escriptura que— convindo ao Estado vendedor receber o preço *em moeda nacional*, ficou o mesmo preço reduzido a 3.000:000$000...»

O Sr. João Luiz Alves—Eu não quero interromper o orador, isso é uma phantasia. Eu responderei ao Senado.

O Sr. Coelho Lisboa—Eu estou lendo. V. Ex. responda em discurso, discutindo os algarismos desta escriptura; terrivel phantasia!

«(*Continuamos a ler*). Ha ahi um prejuizo para o Estado de 1.000:000$ tomados pelo valor nominal. Perguntar-se-ha, diz elle: que conveniencia foi esta que levou o mandatario negociador a dar prejuizo ao commitente por tal fórma. Si o Estado precisava fazer dinheiro, licito lhe era vender as acções na praça, e verificada a baixa da cotação, fazer a companhia compradora embolsal-o da differença a que se tinha compromettido no accôrdo contractado; nesse caso tinha assim evitado o prejuizo da quantia de 1.000:000$000.

Si não carecia de dinheiro, o preço da transacção permanecia integro nas acções.

Que ha, pois, que justifique uma mudança tão radical de pensar de abril para agosto, quatro mezes apenas? E' este mysterio semelhante ao da liquidação do banco, negociado por Jeronymo Monteiro e Xavier Lisboa.

A outra negociata é a seguinte: O Estado, devendo ao Banco do Brazil dous mil trezentos e oito contos, por intervenção do Dr. Jeronymo Monteiro, que por sua vez se faz representar por Xavier Lisboa, obtem que o banco ceda o seu credito ou titulo creditorio ao dito Xavier, pelo preço de 300:000$ em dinheiro e 700 apolices do Estado, de 1:000$ cada uma, ou digamos em numeros redondos por 300+700=1.000:000$000.

Entretanto, o cessionario do credito cobra do Estado devedor a divida, exigindo-lhe e recebendo 2.250 apolices de 1:000$ ou sejam 2.250:000$, bradaram os representantes federaes no Congresso. (O *Sr. Bernardo Horta...*»

Meu distincto companheiro de propaganda no Estado do Espirito Santo, que pudera, por promoção, occupar uma cadeira nesta alta Casa do Congresso.

(*Continuando a ler*) «...*e o Sr. Graciano Neves*) ...

Ex-presidente do Estado, propagandista da Republica tambem que aqui pudera, por promoção, representar a autonomia do Estado do Espirito Santo.

(*Continuando a ler*)... Brada a imprensa do Rio contra a roubalheira; pelo *Jornal do Commercio* veio o Dr. Jeronymo declarar que não podia por emquanto desvendar em publico certas particularidades, que se tinham dado na transacção; que só em tempos poderia esclarecer tudo e provar que houve lisura na negociação, etc., etc.

Ora, um regimen de publicidade e franqueza como é o nosso poderá tolerar esses assaltos dados á luz do dia?

Quem sabe que Xavier Lisboa é compadre, amigo, socio e devedor do capitalista Cicero Bastos, residente em São Paulo e este Sr. Cicero Bastos sogro do Dr. Jeronymo Monteiro, facilmente atina com o fim de todas essas manobras.»

Sr. Presidente, o que está aqui nesta carta está corroborado na escriptura e nos *Annaes* da Camara, antes da eleição, ou melhor, antes da nomeação do Sr. Jeronymo Monteiro para presidente do Espirito Santo, por obra e graça do Dr. Affonso Penna, o oligarcha-mór do Cattete.

Não poderei ler ao Senado os longos discursos com que o espirito privilegiado de Graciano Neves fulminou, com a satyra que só elle sabe jogar, essas inqualificaveis manobras para a fundação de mais uma oligarchia, nesta phase da Republica Brazileira.

Agora mesmo appello para o honrado Deputado pelo Estado do Espirito Santo, o Sr. Graciano Neves, que em tempo protestou contra essas miserias.

Mas, para mostrar a confiança que poderia merecer o Dr. Jeronymo Monteiro para presidente do Espirito Santo, para ser o escolhido do Sr. Affonso Penua para aquelle alto cargo, o que lembra os destinos dados aos antigos libertos de Roma, quando lhes davam os imperadores a administração das Gallias ou da Numidia, como hontem assignalei, basta dizer que naquella Casa do Congresso S. Ex. assim fallava (*lendo*):

«*O Sr. Graciano Neves* — E o Dr. Jeronymo Monteiro vae declarar, gosto de citar *ipsis litteris* estas declarações, que opportunamente saberia dizer ao publico com quem estava a verdade, accrescentando que os negocios do Estado, em andamento e a seu cargo, não lhe permittiam sustentar polemica....»

Isto foi antes da celebre negociação, que consta desta escriptura, quando se tratava das milhares de apolices do Espirito Santo, emittidas para o pagamento ao Banco do Brazil, que S. S. caucionou, levantou dinheiro, levou ao banco 300:000$, depois veiu seu sogro, levantou a caução, é uma trapalhada tal que eu a entrego ao espirito illustrado do meu honrado collega o Sr. Graciano Neves, e espero que elle responderá na Camara dos Srs. Deputados, com um «alerta estou» como sentinella das liberdades que é, e provou ser na administração dos negocios publicos do Espirito Santo.

Mas ha pedaços destes (*continuando a ler*):

«*O Sr. Graciano Neves*—Ao mesmo tempo, entretanto, S. Ex. dizia que o relatorio estava clarissimo, que bastava a qualquer pessoa que quizesse entrar no conhecimento desta negociação ler este tal relatorio. Então disse eu que isto era uma contradição. Si o relatorio era tão sufficientemente claro, que qualquer pessoa que o ler, poderá entrar no conhecimento da negociação, por que é que S. Ex. fez esta reserva de haver ainda mais alguma cousa a dizer e que actualmente não póde ser revelada...»

E até hoje não cumpriu tal promessa.

O Sr. João Luiz Alves—Cumpriu, está na mensagem.

O Sr. Coelho Lisboa—Na mensagem elle fez sómente menção, fez allusão a esta transacção. V. Ex. explicará e terá a resposta.

Fazer allusão na mensagem é o menos, o que queremos é a explicação da marcha, dos detalhes, dos não depositos devidos e dos levantamentos indevidos de depositos.

São estas explicações que os dous representantes do Espirito Santo, na Camara dos Srs. Deputados, reclamam, ha dous annos, e que, neste interim, o Dr. Affonso Penna, sem dar satisfações, escolhe para entregar-lhe o Thesouro do Estado, um homem sobre o qual se levantam suspeitas naquella casa do Congresso.

Foi o *Correio da Manhã*, nos muitos serviços que tem prestado á sociedade do Rio de Janeiro, quem levantou esta campanha.

Nesse tempo era redactor daquelle brilhante orgão da imprensa o meu honrado collega, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Moniz Freire.

S. Ex., que gastou 15 ou 16 mil contos na construcção dessa estrada, precisando aliás de dinheiro tambem para gestão dos publicos negocios, não a quiz vender por menos de 10 a 11 mil contos, em quanto a avaliava, devido á depreciação, por não estarem terminadas as obras.

Essa estrada de ferro representa o progresso do sul do Estado do Espirito Santo, porque vae se entroncar na do Cachoeiro do Itapemirim, coração daquella região riquissima do Brazil.

O Sr. Moniz Freire — Nunca entrei em negociações para a venda dessa estrada, na qual se gastaram 16.000:000$, durante tres administrações: a minha, a do Dr. Graciano Neves e a do Sr. Dr. José Marcellino.

Quanto á venda pelo preço por que foi feita, eu a condemnei e continúo a condemnar.

O Sr. Coelho Lisboa — Muito bem; obrigado a V. Ex. pelo auxilio que traz á moralidade administrativa.

Havendo, portanto, como diz o Sr. Graciano Neves, o *Correio da Manhã* provocado o Dr. Jeronymo Monteiro a vir á imprensa, na declaração que fez elle espontaneamente, affirmou que havia mais alguma cousa a dizer, mas que não podia relatal-o, eis o que se lê a pags. 64 dos Annaes da Camara dos Deputados de junho de 1907:

> « *O Sr. Graciano Neves*—Quanto ao Dr. Jeronymo Monteiro, diz que o nobre Deputado do Espirito Santo, que eu offendi tão profundamente com as minhas ironias, o caso ainda é mais facil de ser respondido. Existem certas suspeitas, e o Dr. Jeronymo Monteiro diz que não póde por ora contar o que houve de real nesta operação. E eu pergunto si é alguma cousa de honesto e de confessavel, por que não vem S. S. á imprensa contar tudo que fez nesta transacção.
>
> E' dever de S. S. fazel-o; S. S. tem o dever de não collocar o seu pundonor abaixo de quaesquer interesses, ainda que elles sejam os do amor ao Estado do Espirito Santo.
>
> Desde que pairam taes suspeitas e que o negocio é honesto, deve ser deslindado em publico.»

Creio que no Senado está bastantemente esclarecido este ponto em que se deu a *societas sceleris* dos dous, para o assalto ao Espirito Santo. Presidente do Espirito Santo, o Sr. coronel Henrique Coutinho, homem de poucas lettras, lutando com difficuldades ex-

traordinarias, appareceram um dia esses dous cavalheiros... um genro de um capitalista de S. Paulo, e o outro, seu collega, e foram ao Sr. Henrique Coutinho perguntar si não era verdade que elle, presidente do Espirito Santo, precisava de dinheiro. Entraram em accordo.

O presidente do Espirito Santo deu uma procuração pessoal a um e fez do outro procurador *ad hoc* do Estado. Os dous fizeram esta venda por preço misero, prejudicando o Estado em seis mil contos e, além disso, depois de terem combinado o pagamento em acções de valor garantido, na praça do Rio de Janeiro, em pouco tempo...

O Sr. Moniz Freire— A responsabilidade da venda cabe inteira ao Governo, que a mandou fazer e a consentiu.

O Sr. Coelho Lisboa—De accôrdo. O Governo é o criminoso. V. Ex. tem razão. A posição de V. Ex. é muito correcta condemnando o responsavel principal, mas, em se tratando dos cumplices, eu estou apreciando a marcha da Republica, mostrando de onde sahem os homens que vão administrar os Estados, e indicando ao povo onde é que o Sr. Presidente da Republica vae buscar os elementos que deprimem a Republica, arruinando os nossos creditos, para fundar as oligarchias.

E' isto o que eu estou analysando. De que o contracto é legal, que a venda foi feita regularmente, estou convencido, porque o comprador bretão tem pratica de negocios.

O que me entristece, Sr. Presidente, é saber que Brennus, lançando sobre a balança a sua espada, tivesse tido a occasião de manifestar ainda o pudor de não acceitar a humilhação que os dous agentes lhe propunham para o Estado do Espirito Santo, para elle infligil-a ao Estado, dictando elle comprador, em que devia o vendedor Estado do Espirito Santo applicar o producto da venda.

O Sr. Moniz Freire—Infelizmente isto se fez em beneficio do Estado. E' uma desgraça confessar isto.

O Sr. Coelho Lisboa—Beneficios do Estado, quantos crimes se praticam em teu nome!

O Sr. Presidente—Lembro a V. Ex. que a hora do expediente está terminada.

O Sr. Coelho Lisboa—Obedecerei a V. Ex., Sr. Presidente.

Povo! Quantos crimes se praticam em teu nome! E não pódes protestar, porque não tens vontade nesta Republica de oligarchas!

O Sr. Severino Vieira—Ha de ter. Esta vontade ha de surgir.

O Sr. Coelho Lisboa—Ha de surgir, diz V. Ex. muito bem.

Em beneficio do Estado, diz o illustre representante do Espirito Santo, se vende uma estrada em construcção, com 163 kilometros de extensão e 81 em trafego, possuindo obras de arte, pontes, buscando o coração do Estado, buscando, Sr. Presidente, o Cachoeiro do Itapemirim, centro riquissimo, campo onde eu lancei as nossas saudosas barracas da propaganda!

O Sr. Moniz Freire—Eu não disse que a venda da estrada represente um beneficio para o Estado, mas que a clausula imposta pelos compradores foi beneficiadora do Estado.

O Sr. Coelho Lisboa—V. Ex. quer dizer que o Estado tinha se desgovernado por demais, depois de sentir a influencia dos dous agentes de negocios.

Mas, Sr. Presidente, preciso concluir, porque V. Ex. já me advertiu de que a hora está terminada.

O que é facto é que houve um prejuizo para o Estado de 1.000:000$ na troca da moeda! o que é facto é que os representantes do Espirito Santo, na outra Casa do Congresso, bateram-se contra esta venda! o que é facto, é que, quando esta operação se resolveu, procurava-se um homem, fóra do Estado, para ser o conciliador de todos os elementos, sendo indicado ao Sr. Affonso Penna (*S. Ex. é quem faz politica*) o nome do Dr. Domingos Rocha, ausente do Estado, mas natural do Espirito Santo, homem probo, honesto e de capacidade real. O que é verdade é que dizem os homens do Espirito Santo que o Sr. Affonso Penna incumbira o Dr. João Luiz Alves desse negocio, jámais dando S. Ex. conta dessa missão, indo, ao contrario, procurar o seu socio naquella negociata, naquella infeliz transacção, que foi afinal acceito pelo Dr. Conselheiro Affonso Penna, como candidato á Presidencia do Estado do Espirito Santo.

Ah! Sr. Presidente, dizem que o Conselheiro Affonso Penna é quem governa, é quem faz a politica. Não, Sr. Presidente, S. Ex. faz politicagem aladroada com visos de predominio, mas o povo brazileiro póde acceitar, não o acceitará e contra elle protesta.

O Sr. Presidente—Releve-me V. Ex.: em honra da dignidade do Parlamento, em nome dos poderes publicos, peço a V. Ex. que se abstenha de julgar por essa fórma o Chefe da Nação.

O Sr. Coelho Lisboa—Obedeço a V. Ex. Eu perguntava, Sr. Presidente, onde estavam os grandes homens do Espirito Santo, que não occupam uma cadeira nesta Casa e apresentei diversos delles. Continuando agora rapidamente a lista dos meus companheiros, eu pergunto, onde está o coronel Joaquim Pinheiro, fazendeiro do *Ouvidor*, typo de fidalgo pela nobreza de caracter, que esteve ao meu lado na conferencia que fiz na cidade de Itapemirim, conferencia que só começou depois que sommámos 75 tiros para a primeira descarga! Onde está o coronel Joaquim Pinheiro, que, vice-presidente da provincia do Espirito Santo, sacudiu o titulo de administrador, que era então, por força do cargo, para se tornar republicano, seduzido pelos encantos da propaganda?

Onde está Candido Borges da Fonseca, meu digno patricio, herdeiro de um nome glorioso no norte do Brazil, trazendo este nome desde o governo da Parahyba do Norte, no seculo XVIII, até as diversas revoluções de Pernambuco, onde seu venerando pae o Dr. Borges da Fonseca era conhecido como—*o Republico*—sendo arrastado por sobre os parallelipipedos da cidade do Recife, por se bater pelo ideal republicano! Onde está o herdeiro desse nome glorioso, meu companheiro de lutas em Guarapary? onde está o Dr. Chaves Ribeiro, medico de talento e caracter ardente, republicano, denodado batalhador?! Foram ambos ao meu encontro á frente de 200 amazonas e cavalleiros a Anchieta a ouvirem a minha conferencia?! Essa conferencia que acabou em tumulto, em que um soldado me aggrediu a sabre! e o soldado tremia tanto recuando! e eu não poderia saber o motivo... é que Penrose e um outro companheiro que estava a seu lado, cada um lhe apontava o seu revolver! Onde

estão estes dous elementos da propaganda, que não podem occupar uma cadeira na Camara ou no Senado da Republica? A lista é muito grande!

Onde está o Horacio Costa, educador republicano da mocidade espiritosantense, onde estão tantos outros?!

Na minha primeira excursão de 275 leguas para o sul e na segunda de 130 leguas para o norte, em que entrei com Schwartz, allemão naturalizado, de caracter bellissimo, enthusiasta da propaganda, Sizenando de Mattos, Horacio Gomes, Antero de Almeida e outros companheiros e, por tal fórma collaborava comnosco o exercito, que eu, que vinha sempre com a noticia de que o chefe de policia á frente de 50 praças fôra em nossa perseguição e procurava aliás nos evitar, eu entrei na capital do Espirito Santo, e a primeira visita que tive foi a do capitão Aragão, commandante da companhia do 23º batalhão do exercito, que confraternizara comnosco, este distincto republicano depois, pleiteando a eleição de representante da Bahia, sua terra natal, se viu depurado na Camara dos Srs. Deputados!

Onde estão estes grandes batalhadores da propaganda, que não encontram no seio do povo grandioso e nobre do Espirito Santo o mandato para desempenhar nas duas casas do Congresso?

Estão lançados no ostracismo porque são homens honestos, porque não sabem fazer destes *negocios*, porque teem o pundonor, que faz velar hoje a fronte da Republica.

Sr. Presidente, devo uma satisfação ao Senado da Republica. Fui trazido a esta discussão, vinha me batendo de longa data contra a oligarchia no Brazil, não podia recuar.

Encontrei no glorioso povo do Espirito Santo o apoio que merecem aquelles que defendem os interesses do povo. Elle enviou-me documentos e os tenho tantos, que só para não cansar o Senado, visto que já está por demais provado o que avancei, é que os não leio da tribuna.

Mas, Senado da Republica, onde vejo os mais bellos caracteres do povo brazileiro, onde sinto que ha energias soberanas para levantar o nivel moral da politica republicana; Senado Brazileiro, que contaes em vosso seio, já o disse, Ruy Barbosa, o vencedor pelo direito e pela justiça, no comicio da Haya; Senado Brazileiro, que neste momento em que o povo está ameaçado de fome e bancarota por parte deste Ministro da Fazenda, candidato do conselheiro Affonso Penna á presidencia da Republica, possuis em vosso seio Joaquim Murtinho, homem de escola, imperterrito, seguindo uma linha recta, executando os seus planos com a aspereza suave que faz lembrar o typo dos spartanos; Senado da Republica, que tendes em vosso seio o herdeiro, por direito popular, por acclamação da espada de Bento Gonçalves, o heróe de Piratinim, na pessoa do general Pinheiro Machado, que já fez brilhar essa espada nos campos do sul em defesa da Republica, e que si a nossa Patria um dia correr qualquer perigo, com uma viagem da capital aos limites do Rio Grande, em marcha para o inimigo, saberá reunir deante de si 60.000 homens, com uma facilidade admiravel, graças ao seu nome, bravura e caracter; Senado Brazileiro, e não preciso enumerar os vossos homens, que teem valor, porque se inspiram no direito popular, porque surgiram do povo, levantae o nivel da politica brazileira, enxotae os oligarchas e gatunos da gestão dos publicos negocios! (*O Sr. Presidente faz soar os tympanos.*)

Sr. Presidente, no fim do imperio, João Manoel gritou na Camara dos Srs. Deputados:—«Abaixo o imperio, viva a Republica!» Eu grito hoje no Senado da Republica: «Abaixo os oligarchas! Viva a Republica! Viva o povo brazileiro!» (*Palmas, applausos, bravos e vivas nas galerias e corredores.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Pedro Evangelista de Castro, serventuario vitalicio do primeiro officio de tabellião publico de notas desta cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Certifico que, revendo o livro findo de notas do meu cartorio de numero quatrocentos e sessenta e sete, nelle ás folhas seis a seis verso, sob nota numero mil setecentos e quinze, acha-se lavrada e ora me é pedida por certidão a escriptura do teor seguinte:

Escriptura de quitação na fórma abaixo. Saibam quantos esta virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e sete, aos vinte e dous de agosto, nesta cidade do Rio de Janeiro e neste cartorio, perante mim, tabellião, compareceram partes justas e contractadas, de um lado o Estado do Espirito Santo, neste acto representado por seus bastantes procuradores, o Dr. Jeronymo de Souza Monteiro e Dr. João Luiz Alves, e de outro *The Leopoldina Railway Company, limited*, sociedade anonyma com séde em Londres, devidamente autorizada a funccionar no paiz, neste acto representada por seu superintendente geral A. H. A. Knox Little, um e outro procurador nos termos das procurações já registradas no livro competente deste cartorio, partes conhecidas de mim tabellião e das testemunhas abaixo, do que dou fé, e por ellas me foi dito na presença das mesmas testemunhas, que, tendo estipulado, nos termos da escriptura publica lavrada em notas deste cartorio, aos vinte e dous dias do mez de abril do corrente anno, a venda, feita pelo primeiro outorgante á segunda outorgante, da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, pelo preço liquido de quatro mil contos de réis em acções, pagavel pela fórma especificada no accôrdo que na mesma data assignaram, e convindo em receber agora o primeiro outorgante da segunda outorgante o preço ajustado de quatro mil contos de réis em duas mil e quinhentas acções della outorgante do valor nominal de cem libras esterlinas cada uma, ao preço da cotação actual, isto é, um conto e duzentos mil réis cada uma, ou seja o valor total de tres mil contos de réis, que o primeiro outorgante recebe effectivamente por mão do seu procurador Dr. Jeronymo de Souza Monteiro da segunda outorgante, em moeda nacional, que eu tabellião vi receber, conferir e achar certa, do que dou fé, dá pela presente escriptura o primeiro outorgante á segunda outorgante plena e rasa quitação, afim de nada mais reclamar della a titulo de preço da referida venda, que fica assim completa para todos os effeitos, obrigando-se o seu primeiro outorgante a fazer fiel applicação do preço ora recebido nos termos e pela fórma prescripta no alludido accôrdo, que ora é transcripto na presente escriptura e dando por isso posse, juz, acções, dominio e servidões activas que exercia na dita estrada Sul, para que a considere sua, podendo della tomar posse, considerando-a empossada pela clausula *constituti*, obrigando-se o outorgante pela evicção de

direito, e a fazer a presente venda boa e valiosa a todo o tempo, assumindo a responsabilidade de todo e qualquer onus ou demanda originada de direito ou facto anterior á mesma venda, de sorte que a outorgada receberá a dita estrada com seus pertences, livre e desembaraçada de qualquer responsabilidade judicial ou extra-judicial —*Accôrdo.* Os abaixo assignados Dr. João Luiz Alves, procurador do Sr. coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente do Estado do Espirito Santo, e em nome do mesmo Estado, e A. H. A. Knox Little, superintendente da *Leopoldina Railway Company, limited*, nos termos da escriptura publica desta data, de compra e venda da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, lavrada em notas do tabellião Dario Teixeira da Cunha, para complemento da mesma escriptura quanto á fórma do pagamento do preço ajustado, contractaram o seguinte: I—o preço ajustado será pago ao procurador do Estado vendedor, Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, que tambem assigna este, em duas mil e quinhentas acções da companhia compradora, do valor de cem libras esterlinas, ou um conto e seiscentos mil réis, em moeda nacional ao cambio official de quinze dinheiros, cada uma. II—O procurador do Estado Dr. Jeronymo de Souza Monteiro applicará esse preço pela fórma seguinte: *a*) letras da terra cento e vinte e seis contos de réis; *b*) credores diversos, em contas reconhecidas, conforme a lista apresentada, duzentos e noventa e tres contos de réis; *c*) deposito no Banco Nacional Brazileiro, para pagamento dos juros e amortização da divida externa até 31 de dezembro de mil novecentos e sete (novecentos e sessenta mil novecentos e trinta e sete francos e cincoenta centimos a seiscentos e quarenta réis por franco) seiscentos e quinze contos de réis; *d*) deposito no mesmo Banco Nacional Brazileiro para resgate, por compra no mercado, de titulos da mesma divida externa, dous milhões cento e trinta e quatro mil tresentos e setenta e cinco francos, a seiscentos e quarenta réis por franco, mil tresentos e sessenta e seis contos de réis; *e*) deposito no Banco do Brazil para serviço do povoamento do sólo, de accôrdo com o Governo da União, tresentos contos de réis; *f*) pagamentos de funccionalismo em atrazo e despezas no Estado, o excedente. III—A Companhia garante as suas acções, em caso de venda, repondo a differença, si não obtiverem a cotação garantida, o typo de setenta e cinco por cento, ou um conto e duzentos mil réis, em moeda nacional por acção; e desde que a compra e venda se tornem definitivas, nos termos da mesma escriptura, a companhia fará o pagamento na fórma estipulada. E por assim estarem contractados, mandaram lavrar o presente, que, depois de lido ás partes e testemunhas, assignam todos em suas duas vias. Rio de Janeiro, vinte e dous de abril de mil novecentos e sete.— *João Luiz Alves.— Jeronymo de Souza Monteiro.—A. H. A. Knox Little.* Testemunhas: *Adolpho P. de Figueiredo.— Alberto Bernardes.* (Estava collada e inutilizada uma estampilha federal de trezentos réis.) Reconhecidas as firmas João Luiz Alves, Jeronymo de Souza Monteiro, A. H. A. Knox Little, Adolpho P. de Figueiredo, Alberto Bernardes da Silva. Rio, vinte e dous de agosto de mil novecentos e sete. Em testemunho da verdade (estava o signal publico).— *Dario Teixeira da Cunha.* A presente compra e venda não pagam imposto de transmissão de propriedade, conforme o artigo vinte e tres, numero um, do decreto cinco mil quinhentos e oitenta e um, de mil e oitocentos e setenta e quatro, *ex-vi* do artigo cincoenta e um do regula-

mento que baixou com o decreto dous mil oitocentos, de janeiro de mil oitocentos e noventa e oito tão sómente o sello proporcional, que foi pago pelo talão em seguida transcripto numero cinco mil setecentos cincoenta e dous. Recebedoria do Rio de Janeiro. Exercicio de mil novecentos e sete. Sello por verba. Tres contos e tresentos mil réis. No livro de receita a folhas onze verso fica debitado o thesoureiro pela quantia de tres contos e trezentos mil réis recebida da *The Leopoldina Railway Company, limited*, de sello de tres mil contos de réis para celebrar com o Estado do Espirito Santo escriptura de quitação pela venda da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, conforme a verba numero dezesete. Rio de Janeiro, vinte e dous de agosto de mil novecentos e sete. O fiel do thesoureiro, *Carvalho Junior*.—O escrivão, *João Virgilio*. E me pediram fizesse nestas notas a presente escriptura, que me foi distribuida hoje, mandei escrevel-a pelo meu ajudante João Manuel Borges Afilhado, resalva as rasuras Souza, «um» conto e seiscentos mil e, depois de ser lida aos contractantes e as testemunhas acceitaram e assignaram com as testemunhas Augusto Gervasio de Azevedo e José Luiz do Nascimento Costa, perante mim tabellião, que subscrevo e assigno. —*Dario Teixeira da Cunha*.—*João Luiz Alves*.—*Jeronymo de Souza Monteiro*.—*A. H. A. Knox Little*.—*Augusto Gervasio de Azevedo*.—*José Luiz do Nascimento Costa*. Nada mais se continha na escriptura de que eu, tabellião, mandei extrahir fielmente esta certidão e conferi e achei tudo conforme o proprio original em o livro e folhas ao principio mencionados, aqui me reporto, em meu poder e cartorio subscrevo e assigno nesta cidade do Rio de Janeiro, aos dous de julho de mil novecentos e oito. Eu, Pedro Evangelista de Castro, tabellião, subscrevo e assigno.—*Pedro Evangelista de Castro*. (Estavam colladas duas estampilhas federaes, uma de dous mil réis e outra de cem réis, devidamente inutilizadas.)

Sessão de 29 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa—Sr. Presidente, é grave o estado da Republica, presentemente, accommettida pela voraz lepra da politicagem, não daquella simples politicagem exercida pelos que desejam alcançar postos de representação politica, mas pela perigosa politicagem das negociatas, das transacções vergonhosas, como bases para fundação das oligarchias, que em conjuncto devem promover a *oligarchia Affonso Penna*—para a permanencia do pygmeu do Cattete no poder, e gaudio da sua numerosa familia.

O Sr. Severino Vieira—Estamos, póde-se dizer, em plena confederação das oligarchias.

O Sr. Coelho Lisboa—Muito bem nota o meu illustre collega, pelo Estado da Bahia, estamos em plena confederação das oligarchias, que o actual Presidente da Republica tem procurado semear pelos Estados...

O Sr. Severino Vieira—Para fazer a concentração.

O Sr. Coelho Lisboa— ... para a sua concentração no Governo da União permittir, pela corrupção dos costumes, o seu predominio.

Sr. Presidente, venho ha dias descrevendo as transacções que se effectuaram sob a direcção do Sr. conselheiro Affonso Penna, no Estado do Espirito Santo, para pagamento da divida daquelle Estado ao Banco do Brazil, bem como as negociações referentes á venda do proprio estadoal—a Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, que representava a garantia do progresso do sul daquelle hoje tão infeliz Estado.

O Sr. Severino Vieira—Dizem que ha atrás de tudo isto cousa muito mais grave: a conquista do Espirito Santo pelo Estado de Minas Geraes.

O Sr. Coelho Lisboa—E' certo que já se machina para aquelle Estado outro escandalo em um novo emprestimo na Europa, de que já ouvi fallar.

Mas, tratando sómente do passado, começarei por ler ao Senado uma carta, que acabo de receber do meu distincto amigo, o Dr. Graciano Neves, para quem appellei desta tribuna, o qual, não dispondo mais da tribuna da Camara dos Srs. Deputados para usar da palavra, pois que aquella casa do Congresso não mais se reunirá este anno, julgou corroborar em carta o que eu havia avançado, accorrendo ao meu appello.

Escreve-me aquelle illustre amigo :

« Meu caro Coelho Lisboa — Ao appello que você me fez no seu ultimo discurso, pronunciado no Senado e hoje publicado no *Diario do Congresso*, respondo succintamente nos seguintes termos, por me parecerem claros e precisos.

O Estado do Espirito Santo devia 2.300:000$ ao Banco da Republica. Para liquidar vantajosamente esta divida, offereceram seus prestimos ao Governo do Estado os Srs. coronel Ramiro de Barros e Jeronymo Monteiro, cabendo ao primeiro a prioridade da proposta. O Governo preferiu o serviço do segundo dos proponentes, deu-lhe procuração com plenos poderes para realizar a transacção e entregou-lhe 2250 apolices de 1:000$, umas de cinco e outras 6 %, especialmente emittidas para a realização deste negocio.

Obtida a procuração do Governo do Estado, o Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, allegando que tinha encontrado insuperavel difficuldade da parte do banco, que exigiu 300 contos em dinheiro, e da parte do commercio desta praça, onde lhe era impossivel levantar esta quantia, resolveu-se a contractar com um certo coronel Xavier Lisboa, supposto capitalista, o resgate da divida estadoal, mediante a entrega das apolices que o Governo do Espirito Santo lhe havia confiado.

Este coronel entregou ao banco 300 contos em dinheiro e 700 apolices e assim ultimou-se o negocio, recebendo o Estado a respectiva quitação, e elle, coronel, as apolices restantes.

Agora, os commentarios e as elucidações necessarias. Este tal coronel Xavier Lisboa, modesto lavrador na Campanha, Estado de Minas, como o póde attestar o Sr. Dr. João Luiz Alves, seu amigo intimo, não era capitalista, nem pessoa conhecida como tal na praça do Rio, nem cliente conhecido do Banco da Republica, mas, em compensação, possue a qualidade, entre todas, interessante, de ser amigo, compadre e *devedor* do Sr. commendador Cicero Bastos, sogro do Dr. Jeronymo Monteiro. Os 300 contos que o coronel entregou ao banco, elle os obteve mediante caucionamento de 1.000 apolices, *que estavam em mão do Dr. Jeronymo Monteiro*, a uma casa commercial desta praça, de modo que esses titulos estadoaes, que não tinham conseguido obter valor algum quando estavam em poder do Dr. Jeronymo, passaram a valer subitamente alguma cousa, logo que o Sr. coronel Lisboa tomou conta delles.

Creio que isso basta, meu caro Coelho Lisboa. Digo-lhe essas cousas em carta, porque, provavelmente, não haverá mais sessão na Camara. Disponha do amigo — *Graciano Neves*. 29 — 12 — 1908. »

Appello para o meu distincto collega, o honrado representante do Espirito Santo, Sr. Moniz Freire, que confirmará a dura verdade que contém esta carta (*)

(*) O Sr. Muniz Freire está hoje em plena opposição ao governo do Sr. Jeronymo Monteiro. — N. de A.

O Sr. Severino Vieira — Basta ter sido escripta pelo Sr. Graciano Neves, que é pessoa de toda a respeitabilidade.

O Sr. Moniz Freire — O Sr. Graciano Neves é incapaz de mentir.

O Sr. Coelho Lisboa — Perfeitamente. O coronel Ramiro de Barros, o preterido pelo apresentado do conselheiro Affonso Penna, commerciante e fazendeiro, é um republicano historico, primeiro presidente do Club do Alto Guandú, fez parte da constituinte estadoal.

Agora, pergunto ao Senado da Republica: a que está reduzido o Estado do Espirito Santo ? !

Estas 1550 apolices, que não foram entregues ao Banco do Brazil, onde o conselheiro Affonso Penna ageitou aquella negociata, estão em poder do sogro do presidente do Estado, o Sr. commendador Cicero Bastos, que levantou a caução.

Que lucrou o Espirito Santo com a liquidação ? Mudou de credores ?

Não ; multiplicou os seus credores.

Em logar de ter por credor o Banco do Brazil, tem por credores o Banco do Brazil e o Sr. commendador Cicero Bastos, sogro do Dr. Jeronymo Monteiro, o conde romano e actual presidente do Estado. O Estado do Espirito Santo continúa a dever a mesma quantia, simplesmente não mais a um só credor, porém a dous credores ! O sogro do actual presidente é que nesses *passes* constituiu-se, por encanto, credor do Estado de 1550 contos, que obteve por 300 contos no conhecido e optimo negocio.

O Sr. Presidente da Republica, que eu suppunha um homem honesto, está sob o *delirio das grandezas* pela corrupção, presidiu a todas estas transacções e mais outras, é para isto que o polvo do Cattete tem seus tentaculos distendidos sobre esta e a outra Casa do Congresso, como já notei ; sobre o Banco do Brazil pelo conhecido financeiro da roça, o seu compadre Dr. João Ribeiro e sobre a Caixa de Conversão pelo seu sobrinho Dr. Henrique Diniz, especialista em finanças na familia, unico julgado capaz de dirigir aquella casa, onde se hospeda sob a sua tutela o joven financeiro Dr. David Campista.

O Sr. Presidente — Peço licença a V. Ex. para observar que a Mesa, para manter o Regimento, não póde consentir que V. Ex. se refira ao Sr. Presidente da Republica senão em termos muito respeitosos e sem attribuir-lhe más intenções.

O Sr. Coelho Lisboa — Estou dizendo que o Sr. Presidente da Republica está *doente* e presidiu a essas transacções immoraes e a outras mais ; é uma verdade, e a verdade inteira deve ser exposta ao Senado, o estado de S. Ex. inspira cuidados ! Não ha motivo, portanto, para que V. Ex. me faça observação ; o que eu disse foi que o Sr. Presidente da Republica presidiu a essa transacção vergonhosa ; é, portanto, responsavel pelo desvio dessas apolices.

O Sr. Presidente—V. Ex. disse que suppunha que o Sr. Presidente da Republica era um homem honesto.

O Sr. Coelho Lisboa — E V. Ex. não o suppunha commigo ? ! (*Riso geral.*) Que ha de offensa nisso ? Não, Sr. Presidente, a verdade ha de ser dita inteira.

O Sr. Moniz Freire — V. Ex. está commettendo uma injustiça. Que tem o Sr. Presidente da Republica com esta transacção ?

O Sr. Coelho Lisboa — O Sr. Presidente da Republica é o protector do Dr. João Luiz Alves e do Dr. Jeronymo Monteiro em todas as transacções, e áquelle senhor encarregou, depois do accôrdo para a fundação da oligarchia...

O Sr. Severino Vieira — V. Ex. póde dizer-me em que época foi feita a transacção ?

O Sr. Coelho Lisboa — O meu illustre collega, Senador pelo Espirito Santo, poderá responder a V. Ex.

O Sr. Moniz Freire—Creio que foi em março do anno passado.

O Sr. Severino Vieira— O Sr. Presidente da Republica é presidente do banco por intermedio de um presidente de sua confiança, que não dá um passo sem ouvil-o.

O Sr. Coelho Lisboa— Acceito esta troca de apartes, porque elles elucidam a questão ; está desvendado o segredo dessa vergonhosa operação aceitada pelo conselheiro Affonso Penna.

O Sr. Moniz Freire— Que o Estado fez uma pessima transacção, eu já o disse.

O Sr. Coelho Lisboa—E o Banco do Brazil fez tambem pessima transacção : é este o serviço que se diz prestado pelo Dr. Jeronymo Monteiro.

O que eu analyso, collocando-me em um ponto de vista mais alto, *paulo majora canamus*, é o estado a que está reduzido o Espirito Santo, sacrificando-se para juros de apolices, que estão em poder do sogro do Sr. conde de S. Jeronymo, feitor, que dirige aquella fazenda, protegido do Sr. Conselheiro Affonso Penna e sobre o qual, na Camara dos Srs. Deputados, pesavam graves suspeitas em materia de dinheiro !!! Esta é a verdade.

Além de estar o Estado do Espirito Santo reduzido a uma fazenda do sogro daquelle conde romano, eu tenho informações seguras de que o deposito de 1366 contos de réis, que devia ter sido feito pelo Dr. Jeronymo Monteiro no Banco Nacional Brazileiro, em consequencia da clausula, lettra *d*, da escriptura que aqui li e fiz publicar no *Diario do Congresso*, até hoje não foi feito, devendo ter sido effectuada até 31 de dezembro de 1907.

O meu illustre collega, representante do Espirito Santo, allega alguma cousa a respeito ?

O Sr. Moniz Freire—Não sei nada a respeito.

O Sr. Coelho Lisboa — E' um deposito total de 1.981:000$, que o Dr. Jeronymo Monteiro, nesse contracto, se obrigou a fazer no Banco Nacional Brazileiro e (*) até hoje o segundo com certeza não o fez ! !!

(*) O Sr. João Luiz Alves, que dizia não mais responder-me, veio á tribuna no dia 30, obrigado pelo Conselheiro Affonso Penna, dizer que este deposito! que por clausula expressa, o Dr. Jeronymo Monteiro deveria fazer no Banco Nacional Brazileiro, elle o fizera no *Banco da Republica!!!* Exigido o documento, não o exibiu. O Banco da Republica, é presidido pelo Dr. João Ribeiro, o celebre compadre do Conselheiro Affonso Penna Quanta mizeria !! — N. de A.

O Sr. Moniz Freire — Mas foi o Governo do Estado ou foi o Dr. Jeronymo Monteiro ?

O Sr. Coelho Lisboa—O Governo do Estado nem teve as honras de figurar na transacção e foi por isso que eu disse que Brennus ao lançar a sua espada na concha da balança, elle, representante de um povo livre, teve pudor de infligir a um Governo de Estado, directamente, o encargo de applicar o preço do seu proprio estadoal vendido.

O conselheiro Affonso Penna que acceitou o outro negocio no Banco da Republica, não em favor daquelle Estado da União, mas em beneficio do seu protegido Dr. Jeronymo Monteiro, foi quem dictou aquellas clausulas deprimentes do Governo do Estado, o subdito inglez porém deu-lhe fórma differente, que salvasse um pouco o pundonor desse *Estado autonomo* da União Brazileira.

E' o Dr. Jeronymo Monteiro, como procurador do Estado, que figura aqui na escriptura. O presidente do Estado, pobre homem, pobre Estado, não é mencionado ; o procurador faz pagamentos a empregados, a credores particulares e commerciaes, deposita quantia para compra de titulos da divida publica, ás barbas do presidente do Estado, do qual foi procurador para tal transacção, mas tudo isto em obediencia ao subdito inglez que lh'o impoz na escriptura.

E' assim que o conselheiro Affonso Penna faz politica, elle é desabusado! vejamos as clausulas.

(*Lê*): Clausula «11». O procurador do Estado, Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, *applicará esse preço pela fórma seguinte* : *a*) *letras de terra 126:000$* ; *b*) *credores diversos, em contas reconhecidas conforme a lista apresentada, 293:000$* ; *c*) *deposito no Banco Nacional Brazileiro para pagamento dos juros e amortização da divida externa até 31 de dezembro de 1907, 960.937 francos e 50 centimos a 640 réis por franco 615:000$* ; *d*) *deposito no mesmo Banco Nacional Brazileiro para resgate, por compra no mercado, de titulos da mesma divida externa, 2.134.075 francos a 640 réis por franco, 1.366:000$, etc., etc.*»

Até hoje não se fez este deposito ultimo, que deveria ter sido feito até 31 de dezembro de 1907. Onde está todo esse dinheiro, — 1.366:000$—perguntam os filhos do Estado do Espirito Santo ao Sr. conselheiro Affonso Penna.

E a imaginação lhe dá destinos diversos. Ha accusações talvez injustas. O conselheiro Affonso Penna, que tudo isto promoveu, tem a obrigação de esclarecel-o !

Que confiança mereceu o Dr. Jeronymo Monteiro ao conselheiro Affonso Penna, para que elle o impuzesse ao Espirito Santo a ser eleito presidente quando era o mesmo Dr. Jeronymo Monteiro quem, em resposta ás accusações, declarava pelo—*Jornal do Commercio*—que havia revelações que deveria fazer, mas que ainda não era tempo de fazel-as ! ? E até hoje não as fez !

Eu analyso nesse Estado da Republica o mesmo que se tem dado na Parahyba do Norte.

O Estado da Parahyba, de propriedade do Dr. Lima Filho, seu redactor principal, dizia a monsenhor Walfredo Leal que nestes quatro annos Alvaro Machado e Walfredo Leal tiraram para si ou para outrem 2.400:000$ do thesouro do Estado, porquanto a renda do Estado da Parahyba do Norte é de 2.000 cento e tantos contos, o

que se propõe a provar e nos orçamentos só figura a renda de 1.500:000$000.

Eu me proponho a proval-o, diz o —*Estado da Parahyba*—processe-me o Governo—mas dê-me permissão para tirar certidões, mande dar-me as certidões que eu requerer. Negam-se certidões no thesouro da Parahyba, o que é um crime! O meu Estado está reduzido a uma fazenda, está em identidade de condições com o Estado do Espirito Santo, por obra e graça tambem do patriarcha das oligarchias, o conselheiro Affonso Penna.

O Sr. Severino Vieira — Não se esqueça de abaixar a esse nivel o Estado da Bahia.

O Sr. Coelho Lisboa—S. Ex., com toda a autoridade reclama um logar para a Bahia na *Confederação das oligarchias* e eu pergunto, Sr. Presidente, si esse descredito não transbordará para o estrangeiro; si o nosso credito no exterior não se resentirá enormemente, em consequencia da desmoralização dos negocios internos?! quando no palacio do Catteto o Sr. Presidente da Republica protege os seus amigos, meliantes, negociadores dessas transacções immoraes e faz delles governadores de Estado, como os imperadores romanos faziam de seus libertos governadores de paizes conquistados. Nós devemos chamar á ordem o Sr. conselheiro Affonso Penna, para que não continue a desmoralizar a Republica Brazileira, na administração dos negocios publicos.

Sr. Presidente, o Senador Alvaro Machado é o *corretor* do Governo da Parahyba do Norte no Rio de Janeiro, é quem recebe o dinheiro que lhe remette o presidente do Estado e o espalha nesta cidade ao seu bel-prazer, e quando esse dinheiro não lhe chega a tempo,enchem-se os corredores do Senado de credores, representantes dos jornaes em cujas columnas S. Ex. tem publicado elogios ao seu irmão e a um seu primo o Sr. Prudencio Milanez a 1$500, a linha, como annuncios.

O Sr. Severino Vieira dá um aparte.

O Sr. Coelho Lisboa — Estabelecido esse preço para os annuncios de escriptorios de advogados, consultorios medicos ou quaesquer outras profissões, o Sr. Alvaro Machado encontrou um meio de, uma vez que despendia dinheiro do Estado e não seu, pagar por artigo 300$ a 800$, de elogios feitos a seu irmão, então futuro *sóba* da Parahyba do Norte, para que esses artigos fossem transcriptos lá no Estado, como *editoriaes* dos jornaes do Rio de Janeiro.

Eis, por que, quando eu entrava nesta alta Casa, encontrava diversos cobradores, alguns delles bem zangados com a espera, que vinham aqui receber do Sr. Senador Alvaro Machado dividas atrazadas, provenientes de annuncios, isto é, de elogios a seu irmão, o presidente do meu Estado. A tal chegou a politicagem no—*periodo Affonso Penna*.

Não é só isso: monsenhor Walfredo Leal annunciou que deixara um saldo de 250:000$ nos cofres do Estado; mas quando o Dr. João Machado tomou conta do poder, — *botou a bocca no mundo* — como se diz no norte, por se achar roubado, pois não encontrou lá tal dinheiro.

Onde o saldo que monsenhor Walfredo Leal dizia ter deixado nos cofres da Parahyba, si o seu successor não o encontrou?! Trouxe-o monsenhor Walfredo Leal ao Senador Alvaro Machado

que, aliás, esperava dinheiro por S. Ex., como o dizia, a seus credores ?!... Guardou-o para si ?!... Dividiu-o com o Senador Alvaro Machado ?!... São as interrogações dos parahybanos. Depois, já *A União* tinha declarado que os 1.250:000$ do soccorro, concedido pela União Federal ás victimas da secca, tinham sido applicados no pagamento a empregados do Estado. E Monsenhor Walfredo Leal recebeu deste dinheiro sagrado os seus subsidios e não estremeceu de remorsos !!!

Denunciado isto por mim no Senado, teve monsenhor Walfredo Leal a coragem de dizer que deixou o saldo de 250:000$. Pergunto eu, como parahybano e contribuinte que sou no Estado: Onde está esse dinheiro ?!

A União, orgão do Governo do Estado, diz no dia 10 de novembro (*lendo*). :

> «A crise, porém, se tem prolongado além das previsões pessimistas e hoje, quando se recolhem ao erario as rendas dos annos preteritos, é que a sua esterilidade se patenteia em plena nudez. Recursos do Thesouro *quasi esgotados*, *rendas diminuidas*, eis o que hoje se affirma como nua realidade.
>
> Em face disto, que fazer sinão seguir o norte que as actuaes circumstancias aconselham ?
>
> A crise se prolongou, accentuou, generalizou. Urge agora conjural-a no seio do erario.

No dia 17 do mesmo mez, diz o mesmo jornal do Governo (*lendo*):

> « Momentos ha em que as exigencias de uma situação se externam de modo tão imperioso, que deixam apenas o tempo de agir. Atravessamos um destes augustiosos momentos. Diga-o a receita decrescente, digam-n'o *as economias do Thesouro esgotadas*, diga-o o *deficit* e consequentemente a paralysação dos pagamentos, ameaçando-nos como o mais imminente dos flagellos.»

Por não querer massar com leitura prolongada o Senado, não lerei mais; entretanto, o presidente do Estado está autorizado a fazer um emprestimo de 2.000 contos, com que o Senador Alvaro Machado, sob a protecção do conselheiro Affonso Penna, conta arredondar a sua fortuna, não temem esses meliantes a penitenciaria nesses tempos de corrupção ! Contra esse emprestimo já protestei e protesto mais uma vez. Ha uma boa nota apreciabilissima, na União, que não posso deixar de citar.

Existe uma caixa na Parahyba do Norte ; muito *engraçada* é a Caixa das Municipalidades no Thesouro, na capital.

Uma lei estadoal de Alvaro Machado destinou 20% do rendimento das municipalidades para uma applicação, que elle lá bem entendeu, ferindo a autonomia dos municipios, *cellula mater da Republica*. Mas *quid inde ?!* não existem mais municipalidades autonomas no Brazil ! Na Parahyba do Norte, quando o Governo tem minoria em uma intendencia, por *lei* tambem Alvaro Machado, desmembrando um povoado daquelle municipio para outro vizinho, fazem-se nos dous municipios, eleições !... é um modo de dizer ! E assim fica o Governo com maioria em ambas as intendencias, para forma-

ção do sóba João Machado, monsenhor Walfredo Leal dissolveu sete Conselhos de Intendencias.

Não teve, porém, Sr. Presidente, coragem para dissolver a de Campina Grande, onde a opposição tem dous terços de maioria e acaba de vencer a eleição municipal.

Assim, pois, já não ha autonomia na Parahyba do Norte, nem administrativa, nem economicamente fallando.

Mas, Sr. Presidente, nesta folha ha um artigo, cuja linguagem, como disse, é muito edificante, para ficar registrada nos *Annaes do Senado*.

Diz *A União*, o jornal do Governo do Estado :

> «... Por conseguinte, não ha nenbuma razão procedente de que lancem mão os municipios para justificar a sua omissão no cumprimento da lei.
>
> Por menos que um municipio renda, ha de render sempre alguma cousa ; e si essa alguma cousa é insufficiente para occorrer ás despezas ordinarias do municipio, então o que este tem a fazer é *prestar escrupulosamente as suas contas ao Estado*. (*)
>
> E' preciso que todos se compenetrem desta verdade : a divida oriunda da lei é tão legal, obriga tanto como as que resultam de contractos.»

Eis, Sr. Presidente, o Governo do Estado fazendo pressão aos municipios, chamando-os a contas, contra a *autonomia municipal*, primeira base da Republica. E' a syphilis da politicagem attacando o bulbo do corpo republicano.

Como synthese de todas essas miserias, em caminho rapido de decomposição do corpo social brazileiro, levanta o Sr. Presidente da Republica, hoje, a candidatura do seu Ministro da Fazenda á Presidencia da Republica.

Mas, Sr. Presidente, quaes são os agentes dessa candidatura ? ! (*Pausa.*)

O *Paiz*, baluarte republicano, deu o grito de alarma, denunciando que á frente dos agentes dessa candidatura estava o Sr. João Luiz Alves.

Mas, o agente de negocios no Espirito Santo, que conseguiu plantar alli a oligarchia mais pôdre que se póde imaginar, é o agente dessa candidatura presidencial ? !

E uma coincidencia fere-me o espirito ! ! !

Depois daquella celebre transacção da venda da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, o maior escandalo do anno passado, venda que equivale á venda do proprio Estado, e foi ageitada pelo conselheiro Affonso Penna, veio a candidatura do Dr. Jeronymo Monteiro, socio do Dr. João Luiz Alves á presidencia daquelle desgraçado Estado da União Brazileira.

No principio deste anno deu-se a compra da Estrada de Ferro Muzambinho ; foi por sua vez o maior escandalo do principio deste anno !

Um mysterio paira sobre essa compra : ella foi discutida no Senado pelo verbo eloquente do Sr. Francisco de Sá, e si, de al-

---

(*) O gripho é do orador. — N.ª de A.

guma fórma pudessemos levar em conta ao Sr. Presidente da Republica o patriotismo para com seu glorioso Estado, berço das liberdades brazileiras, eu me poderia calar; mas um acontecimento posterior intrigou por demais o meu espirito. E' que essa estrada de ferro foi contractada para ser paga—8.000:000$ em apolices e 4.000:000$ em moeda nacional; pouco tempo, porém, depois, pelo mesmo processo pelo qual o procurador do Estado do Espirito Santo mudou de pensar e recebeu, em vez de 4.000:000$ em acções valorizadas e garantidas na praça do Rio de Janeiro, 3.000:000$ em dinheiro, houve uma transformação no modo de pensar do Dr. David Campista, não sei por que mysterio—e o Sr. Ministro da Fazenda resolveu pagar 12.000:000$ em moeda nacional, em vez de 8.000:000$ em apolices, que deviam ser emittidas.

Sr. Presidente, quem conhece as transacções nas grandes praças, sabe a differença que ha entre a moeda corrente e apolices. Apolices representam divida, e quando um Estado diz: pago tal quantia em dinheiro e tal quantia em apolices, quer dizer que paga parte á vista e parte a credito, contados juros, e quando tempos depois o credor procura o devedor para entrar em accôrdo, para receber tudo em moeda legal — ou á vista, elle tem de fazer abatimento sensivel para transformar o que é credito em pagamento de contado.

Pergunto ao Sr. Presidente da Republica si S. Ex. tem o direito de impôr ao paiz, como presidente futuro, um Ministro da Fazenda, que, além de todas as vantagens que tem para bater-se contra um antagonista, que se lhe apresente á eleição presidencial, tem taes vantagens para seduzir, não o Governo de Minas, porque vejo á frente desse governo um mineiro distincto, nosso collega nesta Casa, verdadeiro typo de mineiro pelo seu caracter, pela lhaneza de seus modos, pela simplicidade com que se apresenta na sociedade, o Sr. Bueno Brandão (*apoiados*) ; não, o glorioso povo mineiro, que se acha perfeitamente acima de todas essas transacções immoraes, que, republicano de todos os tempos, só póde lançar maldições sobre o conselheiro Affonso Penna, o filho que dessa fórma desmoraliza o seu ideal de seculos, mas para seduzir a politicagem mineira do *Jardim da Infancia*, para de lá partir a sua candidatura.

Sr. Presidente, quando o crime de Wilson abalou o espirito francez, transbordando da França para todo o mundo, de todas as nações convergiram os olhares para aquelle centro de civilização, o Codigo Penal francez não capitulava aquelle crime, mas os tribunaes francezes processaram o facto delictuoso, o processo seguiu os seus tramites legaes.

Wilson foi despronunciado por falta de lei, que classificasse o crime, como já disse dessa tribuna, quando obriguei o Sr. Alvaro Machado a procurar no Codigo Penal Brazileiro o artigo, o paragrapho, o *alinea*, em que estava incurso, mas a lei de 4 de julho de 1889 veio ampliar o texto do art. 177 do Codigo Penal Francez, e dahi em deante todos os crimes politicos daquella e de outras naturezas mais são punidos em França.

O facto que acabo de trazer ao Senado da Republica, deve ser objecto de um inquerito policial, pois o crime foi praticado na Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil, não constando o

deposito dessa quantia,aqui mencionada nesta escriptura (*mostrando*), no Banco Nacional Brazileiro, segundo a sua exigencia, ha um crime a punir, que entrego ao Sr. Dr. chefe de policia (*).

Precisa-se saber onde foram essas apolices, onde foram esses milhares de contos, em apolices e dinheiro, que pertencem ao Estado do Espirito Santo e que o Estado, carregado de ferros, por ter como seu governador o co-autor do crime, genro do seu maior credor, por um passe magico, não os póde rehaver.

Sr. Presidente, V. Ex. conhece a nobreza de caracter e o valor do povo do Espirito Santo. Já eu disse da tribuna que acceitei o convite dos nossos amigos do Cachoeiro de Itapemirim para ir levar a propaganda ao seio daquelle povo valoroso e nobre, quando uns 400 cavalleiros da villa do Calçado, tendo á frente Eugenio Aurelio, atravessaram a ponte de Itabapoana, divisa dos dous Estados, para levar reforço a V. Ex., que se achava perseguido pelos janizaros de Nitheroy, V. Ex. acredita que aquelles fazendeiros valentes não deporiam este *conde romano* com toda a facilidade, si não tivessem a certeza de que o pygmeu do Cattete, principal autor desses attentados, o mandaria repôr no poder?

O Sr. Presidente — Peço ao nobre Senador para não se referir á pessoa do Sr. Presidente da Republica nestes termos.

Em nome da dignidade do Congresso, faço este appello aos sentimentos republicanos do nobre Senador.

O Sr. Coelho Lisboa — Obedeço a V. Ex., e peço desculpa á Mesa do Senado, si o procedimento do conselheiro Affonso Penna, classificado de *crime commum*, me obriga a uma tal linguagem, que é apenas juridica e á altura do alto tribunal que deve ser o Senado Federal Brazileiro.

Sr. Presidente, o Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado do Espirito Santo, por obra e graça do Sr. conselheiro Affonso Penna, *emerserit ex peculatus etiam judicio*?!

Elle, que era o procurador do Thesouro, que fez uma tal transacção e não depositou os 1.366:000$ no Banco Nacional Brazileiro, da clausula de escriptura, poderá escapar ao crime de peculato?!

Por que? pergunto ao Senado da Republica!

O seu companheiro, o Dr. João Luiz Alves, *confringat iste sane vi sua consilia senatoria; questiones omnium perrumpat; evolet ex vestra severitate: mihi credite, arctioribus apud populum laqueis tenebitur*!

Violente elle embora o julgamento do Senado; evite o inquerito policial; escape á vossa severidade; eu o apresentarei, crede-me, preso em tenazes perante o povo brazileiro!

Um tal crime ficará impune na Republica Brazileira?! Sim, pois é delle principal responsavel o seu primeiro magistrado, o conselheiro Affonso Penna!

Podemos esperar justiça, si os poderes da Republica não se acham apparelhados para fazer o inquerito que trago ao Senado?! desgraçada Republica! dirigida por um Affonso Penna, nessa marcha de degenerescencia e de corrupção, ella se transformará dentro em breve no baixo imperio, que foi a vergonha do mundo, surgindo, aliás, da gloriosa Republica Romana.

(*) Até o presente não se procedeu a inquerito policial sobre tal desvio de dinheiro, assim denunciado da tribuna do Senado da Republica. — N. de A.

A negociata da Estrada Sul do Espirito Santo trouxe ao Estado do Espirito Santo o governo do Dr. Jeronymo Monteiro ; mas eu espero, eu confio na dignidade do povo, que a transacção da Estrada de Ferro Muzambinho não trará á Presidencia da Republica o Dr. David Campista ! Appello da tribuna do Senado para o heroico povo brazileiro, que deve eleger o supremo magistrado da Nação ; e ao appello para o bravo exercito, que tem resolvido todos os problemas nacionaes, para a gloriosa armada nacional, essa trindade brilhante, que proclamou e garantirá a Republica, e a náo da liberdade, que singra no oceano popular brazileiro, como o symbolo protector da cidade de Pariz, fóco da civilização do mundo, *fluctuat nec mergitur*, vencerá fluctuante a calmaria pôdre desse mar de miserias humanas e nos levará triumphantes dentro em breve a porto de salvação. (*Muito bem* ; *muito bem*. *O orador é cumprimentado.*)

Sessão de 30 de dezembro de 1908

O Sr. Coelho Lisboa *(para uma explicação pessoal)* — Sr. Presidente, não posso dar a resposta que pretendia, porque o orador, que acabou de fallar, fugiu. S. Ex. abandonou apressadamente o recinto! S. Ex. la vae fugindo! Eu só sei bater-me lealmente e face a face, S. Ex. fugiu!...

8112 — 08 — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1909

Indice

Problemas urgentes —— 5
Oligarchia Neiva-Machado - 11
Oligarchia dos Neivas — 67
Secas do norte —— 99
Mercantilismo —— 173
Oligarchias do Catete —— 187

011772

vide 3
Brasil, Historia

R$ 28,—

N.º 4753

796

Com. AT

M/ D. Hindlin —

S Paulo